



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Ciências Sociais
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Daiane Lopes Elias

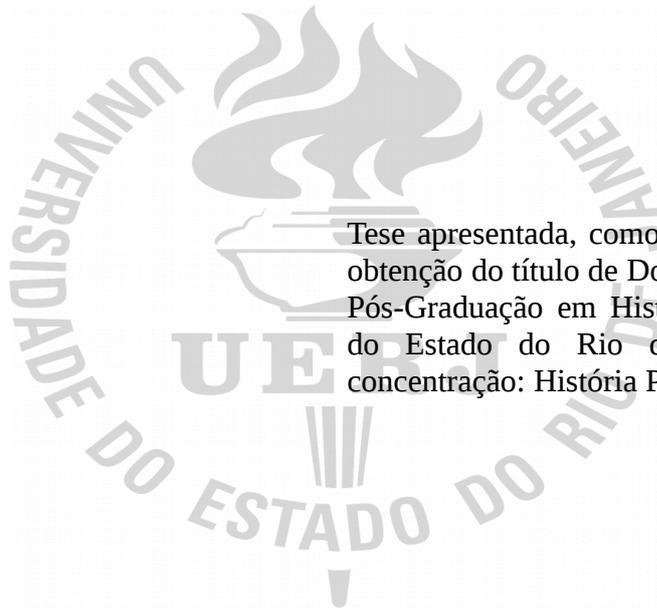
**A guerra das palavras: o discurso político dos republicanos liberais
na queda da monarquia no Brasil (1870-1891)**

Rio de Janeiro

2018

Daiane Lopes Elias

**A guerra das palavras: o discurso político dos republicanos liberais
na queda da monarquia no Brasil (1870-1891)**



Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora, ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Política.

Orientadora: Prof.^a Dra. Lúcia Bastos Pereira das Neves.

Coorientadora: Prof.^a Dra. Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz Ferreira.

Rio de Janeiro

2018

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/CCS/A

E42 Elias, Daiane Lopes.
A guerra das palavras: o discurso político dos republicanos liberais na queda da monarquia no Brasil (1870-1891) / Daiane Lopes Elias. – 2018.
201 f.

Orientadora: Lúcia Bastos Pereira das Neves.
Coorientadora: Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz
Ferreira.

Tese (doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.
Bibliografia.

1. Análise dos discursos– Teses. 2. Sistemas políticos – Teses. 1. República – Teses. I. Neves, Lúcia Bastos Pereira das. II. Ferreira, Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz. III. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. IV. Título.

CDU 82.085

Autorizo, somente para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Daiane Lopes Elias

**A guerra das palavras: o discurso político dos republicanos liberais
na queda da monarquia no Brasil (1870-1891)**

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora, ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Política.

Aprovada em 05 de março de 2018.

Banca examinadora:

Prof.^a Dra. Lúcia Bastos Pereira das Neves (Orientadora)
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UERJ

Prof.^a Dra. Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz Ferreira (Coorientadora)
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UERJ

Prof. Dr. José Murilo de Carvalho
Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

Prof.^a Dra. Lúcia Guimarães
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UERJ

Prof.^a Dra. Márcia Gonçalves
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UERJ

Prof. Dr. Rodrigo Turin
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO

Rio de Janeiro

2018

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, Eduardo e Helena, por todo
amparo, incentivo e amor.

Ao André pela presença e apoio.

AGRADECIMENTOS

À professora Lúcia Bastos pelo diálogo enriquecer, sugestões, e, sobretudo, generosidade ao longo desses quatro anos, além da troca de ideias ofertada aos estudantes em suas aulas.

À professora Tânia Bessone pelo apoio e compartilhamento intelectual iniciado nas aulas do curso oferecido por ela ao grupo de estudantes que tive a sorte de pertencer.

Ao professor José Murilo de Carvalho pelo debate engrandecedor, incentivo, generosidade e amizade, iniciada ainda nos tempos da graduação e também durante a orientação de meu mestrado no Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Mestre que contribuiu amplamente para minha formação acadêmica e que sou imensamente grata.

Às professoras Lúcia Guimarães e Márcia Gonçalves pelas importantes colaborações com sugestões, considerações e indicações bibliográficas ao integrarem a banca.

Ao professor Rodrigo Turin por aceitar participar de minha banca e também pelas suas aulas, durante a graduação, que muito contribuíram para pensar a História e seu ofício.

À Jô pela dedicação no estudo de línguas e pela amizade que me proporcionou momentos muito divertidos e necessários em meio ao turbilhão dos anos de doutoramento.

Ao Pedro Vasquez pelas estimulantes e agradáveis conversas, pela atenção dada ao meu trabalho e pela generosa contribuição de livros, muitos dos quais ajudaram no entrelaçar desta narrativa histórica.

Ao PP pela indicação e disposição de títulos específicos, bem como pelas boas conversas.

À Célia pelo incentivo, carinho e confiança na doação de parte de sua biblioteca.

À Thereza pela contribuição e apoio.

Ao Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro pela importante colaboração como instituição de guarda da memória e da história.

À coordenação do Programa de pós-graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e aos seus atenciosos funcionários.

Aos meus queridos amigos e familiares pela paciência e compreensão nos momentos de ausência.

Aos meus pais, Eduardo e Helena, por todo amor e apoio incondicionais.

Ao André pelo amparo e presença.

A significação de uma palavra é seu uso na linguagem
(*Ludwig Wittgenstein, Philosophical Investigations*)

RESUMO

ELIAS, Daiane Lopes. *A guerra das palavras: o discurso político dos republicanos liberais na queda da monarquia no Brasil (1870-1891)*. 2018. 201 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

Com a escolha do repertório da política científica pelos republicanos liberais para contestar a Monarquia brasileira no Oitocentos, estabeleceu-se um embate discursivo que construiu imagens opostas entre os sistemas de governo. Assim, a Monarquia foi lida como regime atrasado, de privilégios e corrupto, enquanto que por oposição, a República era apresentada como o progresso, o governo de si e a plena soberania popular. Desse modo, o trabalho procura compreender como a construção discursiva dos republicanos liberais venceu a disputa política, garantiu-lhes o protagonismo e os postos de mando do país. Assim, os textos dos principais expoentes da corrente republicana de viés liberal foram interpretados em seu contexto e intertexto, para um melhor entendimento da batalha discursiva e dos seus atores políticos, a partir dos atos de fala, ao usarem, adaptarem e ressignificarem termos que permitiram o surgimento de um contexto linguístico eficaz na mudança de regime político do Brasil.

Palavras-chave: Discurso político. Opostos. Sistemas de governo. República.

ABSTRACT

ELIAS, Daiane Lopes. *Word War: liberal republican political discourse through the fall of monarchy in Brazil. (1870-1891)*. 2018. 201 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

Once the repertoire of scientific politics was chosen by the republican liberal to contest the 1800s Brazilian Monarchy, a discursive conflict was established, which built opposing images of the government. Thus the Monarchy was seen as a corrupt backwards regime based on privilege, while the Republic was presented as a form of progressive self-government and plenary popular sovereignty. Therefore, this work aims to understand how the liberal republicans' discourse won the political dispute, ensuring they'd achieve protagonism and leading political positions. Thereby, the writings of the the key exponents of the liberal republican thought were interpreted within their context and inter-text, for a better understanding of this discursive battle and its political actors, starting from their speech-acts, in which they use, adapt and give new meaning to terms that would allow for the appearance of a linguistic context efficiently acting on the regime change in Brazil.

Keywords: Political discourse. Opposites. Governmental systems. Republic.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Monumento a Floriano Peixoto de Eduardo de Sá.....	41
Figura 2 – Monumento a Benjamin Constant de Décio Villares.....	42
Figura 3 – Fachada do Templo da Humanidade, sede da Igreja Positivista.....	49
Figura 4 – Interior do Templo da Humanidade.....	50
Figura 5 – Interior do Templo da Humanidade.....	50
Figura 6 – Enterro de Teixeira Mendes.....	52
Figura 7 – Alegoria da proclamação da República.....	57
Figura 8 – Silva Jardim e Conde D’Eu.....	66
Figura 9 – Alberto Sales.....	73
Figura 10 – Quintino Bocaiúva.....	109
Figura 11 – Charge de Quintino Bocaiúva.....	112
Figura 12 – Bento Ribeiro ao lado de Quintino Bocaiúva.....	133
Figura 13 – Almoço oferecido a Assis Brasil.....	154
Figura 14 – Praça Floriano Peixoto.....	178
Figura 15 – Praça Floriano Peixoto.....	179
Figura 16 – Desmonte do Morro do Castelo.....	180
Figura 17 – Moradores do Morro do Castelo.....	181
Figura 18 – Desmonte do Morro do Castelo a jato d’água.....	181
Figura 19 – Desmonte do Morro do Castelo a jato d’água.....	182

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1 DAS CRÍTICAS À “CRISE”: O CONTEXTO HISTÓRICO DE QUESTIONAMENTO DA MONARQUIA ÀS PROPOSTAS REPUBLICANAS PARA O BRASIL.....	24
1.1 A Monarquia e as propostas republicanas em seu contexto.....	24
1.2 O Positivismo de Augusto Comte.....	33
1.3 O Positivismo no Brasil.....	40
1.4 O Jacobinismo no Brasil.....	60
2 DA CONSTRUÇÃO DISCURSIVA À VITÓRIA: A CONTRIBUIÇÃO DOS ESCRITOS POLÍTICOS DE ALBERTO SALES À QUEDA DA MONARQUIA..	71
2.1 A construção discursiva republicano-liberal de Alberto Sales.....	71
2.2 O espaço por excelência do debate de ideias: a propaganda e atuação de Alberto Sales na imprensa.....	91
3 DA CONSTRUÇÃO DISCURSIVA À VITÓRIA: A CONTRIBUIÇÃO DOS ESCRITOS POLÍTICOS DE QUINTINO BOCAIÚVA À QUEDA DA MONARQUIA.....	106
3.1 A construção discursiva republicano-liberal de Quintino Bocaiúva.....	106
3.2 O espaço por excelência do debate de ideias: a propaganda e atuação de Quintino Bocaiúva na imprensa – O <i>Manifesto Republicano</i> de 1870.....	121
4 DA CONSTRUÇÃO DISCURSIVA À VITÓRIA: A CONTRIBUIÇÃO DOS ESCRITOS POLÍTICOS DE ASSIS BRASIL À QUEDA DA MONARQUIA....	135
4.1 A construção discursiva republicano-liberal de Assis Brasil.....	135
4.2 O espaço por excelência do debate de ideias: a propaganda e atuação de Assis Brasil na imprensa.....	147
5 DO REPUBLICANISMO À REPÚBLICA NO BRASIL: O DISCURSO POLÍTICO VENCEDOR E A BUSCA PELA MANUTENÇÃO DE UM REAL POSSÍVEL.....	156
5.1 Republicanismo.....	156
5.2 Do debate sobre republicanismo ao conceito de república no Brasil.....	165
5.3 Entre dois: o ideal e o real do recente regime republicano no Brasil.....	172
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	184
REFERÊNCIAS.....	190

INTRODUÇÃO

A presente tese possui como objetivo realizar um exercício de interpretação histórica do discurso político republicano liberal, através de alguns dos textos de seus principais teóricos e propagandistas, no período compreendido entre 1870-1891. Dentre eles se destacam: Alberto Sales, em São Paulo, Quintino Bocaiúva, na Corte, e Assis Brasil, no Rio Grande do Sul. A escolha do tema almeja investigar como a corrente republicana liberal buscou ideias, em voga no Oitocentos, para possibilitar estratégias de ação que, ao intervirem politicamente, deslegitimassem o *status quo* imperial, bem como vencessem a disputa pela organização política e social do Brasil, surgida com a intensificação dos questionamentos em relação à Monarquia.

A escolha de 1870 como marco histórico inicial¹ adota como ponto de partida o irromper do *Manifesto Republicano*,² primeiramente no jornal fluminense *A República*, justamente por ser esse um dos principais registros de contestação ao regime monárquico, estendendo-se até o ano de 1891, no qual o texto constitucional,³ de viés liberal, servirá como marco histórico final da pesquisa, obviamente, por demonstrar que o significado de república construído pelos liberais vencera a disputa política. Para isso, estabelecer-se-á um diálogo com os enunciados contidos nos textos dos principais expoentes da corrente republicana liberal em seu contexto, para melhor compreender sua construção discursiva estudando o porquê da escolha de certos autores em voga no século XIX, e não outros, como esses

¹ Apesar da escolha do ano de 1870 como marco histórico inicial da pesquisa, devido ao surgimento do *Manifesto Republicano*, a experiência republicana, vista como regime político, e não como conjunto de valores pautados para o bem comum, já havia sido vislumbrada em outros momentos da história nacional. Alguns exemplos podem ser identificados nos episódios da Confederação do Equador (1824) e nas revoltas provinciais: Farroupilha (1835-1845), no Rio Grande do Sul, e Sabinada (1837-1838), na Bahia. Esses momentos históricos constituem alguns bons exemplos da busca pela implantação de um tipo de república no Brasil. Assim, sobre as revoltas provinciais ler CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. Segunda edição – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. Já sobre a Confederação do Equador, ver MELLO, Evaldo Cabral de. *A outra independência. O federalismo de 1817 a 1824*. São Paulo: Editora 34, 2004. Também sobre o conceito de república no Brasil (1750-1850) ver STARLING, Heloisa Maria Murgel; LYNCH, Christian Edward Cyril. “República/Republicanos”. In: FERES JÚNIOR, João. *Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009, p. 225-245; ver também “O Mito de Veneza no Brasil” In: MELLO, Evaldo Cabral. *Um imenso Portugal: história e historiografia*. São Paulo: Editora 34, 2002, p. 156-162. Há ainda importante obra sobre o ser republicano no Brasil colônia, estudo sobre as ideias de república a partir das experiências nacionais, principalmente nos momentos da história que eclodem as conjurações em Minas, Rio de Janeiro, Bahia, bem como em outros episódios históricos. Para isso, ver STARLING, Heloisa Murgel. *Ser republicano no Brasil Colônia: A história de uma tradição esquecida*. Primeira edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

² Ver BONAVIDES, Paulo; VIEIRA, R. A. Amaral. “Manifesto Republicano de 1870”. In: *Textos Políticos da História do Brasil: Independência – Império (I)*. Fortaleza: Biblioteca de cultura série A – documentário, s/d., p. 533-55.

³ Ver Constituição de 24 de Fevereiro de 1891 em <http://www.planalto.gov.br>

mesmos autores foram interpretados e utilizados pela corrente vitoriosa para realizarem o que pretendiam. Tendo-se como questões norteadoras para a compreensão desse discurso republicano-liberal as seguintes interrogações: quais foram os autores lidos pelos expoentes do grupo estudado, como foram interpretados e para quê fim? O interessante é perceber que a estratégia vencedora dos republicanos liberais contou com um determinado contexto linguístico, como, por exemplo, o da política científica,⁴ em meados do Oitocentos que, ao ser adaptado, encontrou sentido na realidade brasileira e assim proporcionou sua vitória em detrimento de outras propostas de república existentes, como a positivista e a jacobina. O objetivo do estudo é justamente entender como se buscou ideias para construção de um discurso que mobilizasse à ação, haja vista os vários “usos de significados” no momento de disputa entre as linguagens antigas e novas no recorte temporal escolhido neste trabalho.

Assim, entendeu-se que os republicanos liberais, bem como positivistas e jacobinos, não foram meros copistas de doutrinas estrangeiras, pois as leram a seu modo, não para fazer uma filiação doutrinária com essas correntes de pensamento, mas, ao contrário, para encontrar nelas as ferramentas capazes de instrumentalizá-los na ação de deslegitimação das instituições, práticas e valores imperiais, ou seja, para se colocarem no poder como nova elite política à frente do país, ao propagarem que teriam os meios próprios de satisfazer as demandas exigidas nos novos tempos, objetivavam o protagonismo do poder.

Desse modo, a escolha do *Manifesto Republicano* de 1870 como ponto de partida da pesquisa se dá justamente porque o texto permite perceber a construção de uma linguagem combativa que aponta à insatisfação de certos setores da sociedade com a Monarquia, apresentada como opressora, arcaica e detentora de privilégios, bem como expõe alguns dos principais pontos defendidos pelos republicanos liberais:

A liberdade de consciência nulificada por uma Igreja privilegiada; a liberdade econômica suprimida por uma legislação restritiva; a liberdade da imprensa subordinada à jurisdição de funcionários do governo; a liberdade de associação dependente do beneplácito do poder; a liberdade do ensino suprimida pela inspeção arbitrária do governo e pelo monopólio oficial; a liberdade individual sujeita à prisão preventiva, ao recrutamento, à disciplina da guarda nacional, privada da própria garantia do habeas-corpus pela limitação estabelecida, tais são praticamente as condições reais do atual sistema de governo.⁵

Também como os republicanos liberais representados pelo *Manifesto*, outros setores permaneciam insatisfeitos com o regime monárquico. A busca por alternativas possíveis para solucionar as tensões existentes na sociedade oitocentista brasileira surge a partir de questões,

⁴ Sobre a adoção da linguagem da “política científica” ver ALONSO, Angela. *Idéias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p. 176.

⁵ Ver BONAVIDES, Paulo; VIEIRA, R. A. Amaral. *Op. Cit.*, p. 540-41.

como, por exemplo, a escravidão, a imigração estrangeira, ou ainda a centralização política. Esta última, inclusive, afetava diretamente as províncias que almejavam para si uma maior autonomia. É desse modo que “a opção pela república e o modelo de república escolhido tinham a ver com a solução que se desejava para tais problemas”.⁶

Tem-se assim a possibilidade de “diferentes repúblicas, porque, para os homens de então, a passagem do Império à República poderia seguir por diferentes caminhos”.⁷ Foram três as principais correntes republicanas: liberal, positivista e jacobina, que passaram a disputar a organização política da sociedade, bem como almejavam sua manutenção no poder a partir da construção simbólica que fosse capaz de legitimá-las, como observa José Murilo de Carvalho:

O instrumento clássico de legitimação de regimes políticos no mundo moderno é, naturalmente, a ideologia, a justificação racional da organização do poder. Havia no Brasil pelo menos três correntes que disputavam a definição da natureza do novo regime: o liberalismo à americana, o jacobinismo à francesa, e o positivismo. As três correntes combateram-se intensamente nos anos iniciais da República, até a vitória da primeira delas, por volta da virada do século.⁸

A insatisfação em relação ao regime monárquico foi o motor necessário para que as várias propostas políticas contrárias ao *status quo* surgissem e se intensificassem no debate, dentre elas se destacam as que hasteavam a bandeira republicana para que a mudança de regime se desse o quanto antes. Contudo, embora as correntes possuíssem significados próprios atrelados ao conceito de república e, por isso mesmo, guardassem consigo suas especificidades, formavam no conjunto um movimento contestador capaz de gerar críticas intensas que originaram um ambiente político desfavorável à permanência da Monarquia e de um possível Terceiro Reinado.

Desse modo, fizeram escolhas para criar uma nova linguagem eficaz ao intervir e instaurar o novo regime que poria fim à falta de protagonismo político experimentado pelos contestadores. Por meio da linguagem combativa não apenas criavam o novo, mas o constituíam a partir da crítica aos valores, práticas e instituições monárquicas. A deslegitimação do *status quo* imperial se deu pela inversão discursiva, tudo aquilo que se referia à monarquia encontrava seu pleno oposto no vocabulário contestador republicano. Invertia-se o espelho para criar um ambiente favorável para que a nova linguagem instaurasse também uma realidade inédita: a república brasileira. Foi devido à insatisfação com o regime

⁶ Ver CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 23.

⁷ Ver MATTOS, Ilmar Rohloff de. “Do Império à República”. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, vol. 2, n. 4, 1989, p. 166.

⁸ Ver CARVALHO, José Murilo de. *Op. Cit.*, p. 9.

monárquico, visto a impossibilidade deste de solucionar as tensões e demandas existentes na sociedade, bem como a busca de maior inserção nos círculos de poder, que se intensificou a batalha política pela organização do país. Os contestadores então se dividiram pelas correntes republicanas positivista, jacobina e liberal do período. O embate discursivo colocava em oposição os conceitos antitéticos de monarquia e república. A Monarquia identificada pelos republicanos como sendo um regime de privilégios, de corrupção dinástica, despótico e de atraso, enquanto que a república era, por excelência, associada ao governo de si, à plena soberania popular, ao bem comum, ao talento e ao progresso. O recurso aos pares de antônimos era muito usado na retórica dos grupos contestadores para denegrir a imagem monárquica, ao mesmo tempo em que se fortalecia a imagem da república.

Fator que contribuiu foi ser o século XIX intensamente marcado pelas teorias científicas de reforma como, por exemplo, positivismo, evolucionismo, cientificismo e darwinismo social.⁹ O diálogo dos contestadores com essas teorias possibilitou a formação de uma nova linguagem política republicana que, feita a seu modo, para fins práticos e não de mera divagação, optou por entender a república brasileira como a forma de governo do progresso, como último estágio da evolução social, ou ainda, como o desvelar do estado positivo. Assim, observa Maria Tereza Chaves de Mello em relação aos grupos contestadores do período:

Essa cultura democrática e científica penetrou profundamente na sociedade brasileira do final do Império. Ela renovou o vocabulário e a semântica. Sob suas premissas passaram a se pensar as “questões” nacionais. O mais importante, é que ela configurou um novo sistema simbólico que colocou em cheque os modelos montados pelos construtores do Império, trazendo para a arena pública a percepção da crise de direção que vivia o regime.¹⁰

A necessidade de superar a fase monárquica, que passara a ser sinônimo de atraso e crise no discurso republicano, tornara-se a ordem do dia. A crença no progresso a fez

⁹ É importante destacar que as obras de teoria científica não se situaram temporalmente tão somente no Oitocentos, mas, de acordo com Tânia Bessone, houve “Registros e comentários a respeito de obras mais lidas ou muito ‘faladas’ na primeira década do século XX”, dentre as quais estavam a dos principais autores utilizados no Oitocentos quando se tratava de teorias científicas tais como: Spencer, Darwin, Comte, Haeckel, etc. Ver FERREIRA, Tânia Maria T. Bessone da Cruz. *Palácios de destinos cruzados: bibliotecas, homens e livros no Rio de Janeiro (1870-1920)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999. p. 142. Vale sublinhar ainda que a doutrina positivista, por exemplo, infiltrou-se tanto na sociedade brasileira, adentrando pelo século XX, que chegou a ser tema de música popular brasileira, intitulada “Positivismo” e cantada por Noel Rosa, que também tinha parceria na letra com o jornalista Orestes Barbosa. O trecho seguinte é emblemático: “o amor vem por princípio, a ordem por base, o progresso é que deve vir por fim. Desprezaste esta lei de Augusto Comte e fostes ser feliz longe de mim”. A referida música nasceu no famoso Café Nice, como conta MÁXIMO, João; DIDIER, Carlos. *Noel Rosa: uma biografia*. Brasília: Editora UnB, 1990. p. 246-247.

¹⁰ Ver MELLO, Maria Tereza Chaves de. “A República e o Sonho”. In: *Varia História*. Belo Horizonte: UFMG, vol. 27, nº45, jan-jun 2011. p. 124.

anacrônica e o choque entre os dois conceitos de velho (monarquia) e novo (república) ocorreu.

Cada grupo político desenvolveu um significado próprio para a república que almejava implantar, o que demonstrou a grande mobilização de recursos semânticos não apenas para mudar a realidade histórica do Brasil, mas para que, ao se alterar essa realidade, se garantisse os postos de comando dessas transformações aos “líderes” dos grupos contestadores. A busca pela inserção no campo político fora o elo comum dos opositores do Império. Sendo assim,

Meetings, imagens, efeitos de retórica, formações discursivas, ilustrações e até mesmo a repressão policial foram elementos ótimos para afetar os olhos, os ouvidos e a emoção, sendo, por isso, fatores eficazes na desintegração do regime, graças à instauração de um novo clima, que impregnou as mentes num simbolismo renovado.¹¹

Dessa maneira, a guerra discursiva fez uso dos mais variados recursos e episódios na tentativa de construir atos de fala eficazes ao combate e, assim, instaurar um clima desfavorável à permanência do império no Brasil. Com o estudo das enunciações dos principais representantes republicanos é que se torna inteligível o período de contestação do Brasil-Império, visto que se permite uma melhor compreensão das particularidades, motivações e interesses dos contestadores, sobretudo dos liberais, vitoriosos na disputa pelo poder.

Como observou Maria Tereza Chaves de Mello, em relação à oratória, o grupo de propagandistas da república “buscava [...] seduzir a platéia, ávida de discursos grandiloqüentes e predisposta à submissão pela palavra e pela teatralização gesticulatória”.¹² Por isso, a propaganda se tornou uma das maiores e melhores armas para deslegitimar o *status quo* imperial. Fora desse modo que os seus discursos se tornaram arma contra o Império e instrumento de caráter pedagógico na disputa pela organização do país, o que era facilitado pela formação de base retórica do período compartilhada pelos contestadores. Assim, explica-se a importância dada à propaganda feita na imprensa,¹³ *Meetings* e/ou Clubes, que, como forma primordial de intervenção no debate da época, intensificou a disputa no campo linguístico, sendo capaz de criar uma nova linguagem política republicana que fora

¹¹ Ver MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A república consentida: cultura democrática e científica do final do Império*. Rio de Janeiro: Editora FGV: Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Eduf), 2007. p. 11.

¹² *Ibidem*, p. 52.

¹³ A propaganda era feita sobretudo via imprensa que, nesse momento, fins do Oitocentos, serviu de espaço possível para a batalha discursiva entre os ideais republicanos contra a monarquia, afinal a imprensa muitas vezes ao longo da história serviu “como um dos meios de transformação, de incitamento à transformação”. Ver PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. *As muitas faces da história: nove entrevistas*. São Paulo: Editora Unesp, 2000. p. 170-171.

eficaz ao deslegitimar o Império e ao justificar o “novo”. Assim, a república passava a ser “o regime das oportunidades para todos os letrados alijados das oportunidades públicas na quadra final da Monarquia”.¹⁴ Apresentada como a

expressão do progresso material, do triunfo da liberdade, do advento da democracia e da instauração de uma ordem mais racional. A República, enfim, como progresso e como ordem; como um ponto de chegada inevitável e como ponto de partida de um novo processo que se procura ter sob controle.¹⁵

Afinal, com o estabelecimento de um novo regime as esperanças de oportunidades e de um maior espaço político se intensificaram. E por ser a sociedade brasileira oitocentista fragmentada, a proposta apresentada pelos republicanos liberais foi a que melhor se adequou às circunstâncias nacionais, já que o coletivo era entendido como o somatório de interesses particulares. O discurso liberal centrado na valorização do interesse pessoal se adequou à sociedade brasileira que tinha como uma de suas principais marcas a inexistência da nação.

Todavia, os anos iniciais do novo regime mostraram que o ideal republicano liberal, pensado antes de sua implantação, não correspondeu à realidade de então, pois o que prevaleceu foi o espírito predatório, sem comprometimento com a virtude republicana. O problema de equilibrar o público e o privado se manteve, embora a corrente vitoriosa pregasse o não patrimonialismo, o não apadrinhamento de cargos e a seleção pelo mérito individual. As velhas práticas continuaram, inclusive com a “nova elite política” que entre o público e o privado optou por satisfazer seus interesses pessoais, algo típico em uma sociedade fragmentada sem um forte sentimento de pertencimento, a nação não fora construída pelo Império e os elos sociais ficaram inconclusos na República que deixara de ser dos sonhos para cair num real de corrupção já conhecido há tempos. Desse modo, explica-se o estado de frustração que se instalou nos anos seguintes a 1889.

Com a proclamação da República, realizada pelos adeptos de um viés liberal de republicanismo, surge o entusiasmo por mudanças e por maior participação política, principalmente dos setores que não se sentiam protagonistas no cenário político do país. No entanto, esse entusiasmo vivido no momento da proclamação logo viraria sentimento de frustração, sobretudo pela impossibilidade de mudanças efetivas quanto a maior participação política. Desse modo, notou José Murilo de Carvalho,

a mudança de regime político despertava em vários setores da população a expectativa de expansão dos direitos políticos, de redefinição de seu papel na sociedade política, razões ideológicas e as próprias condições sociais do país fizeram

¹⁴ Ver MELLO, Maria Tereza Chaves de. “A República e o Sonho”. In: *Varia História*. Belo Horizonte: UFMG, vol. 27, n°45, jan-jun 2011. p. 130.

¹⁵ Ver MATTOS, Ilmar Rohloff de. *Op. Cit.*, p. 165.

com que as expectativas se orientassem em direções distintas e afinal se frustrassem. O setor vitorioso da elite civil republicana ateu-se estritamente ao conceito liberal de cidadania, ou mesmo ficou aquém dele, criando todos os obstáculos à democratização.¹⁶

O autor ressalta também que “o liberalismo foi utilizado pelos vitoriosos como instrumento de consolidação do poder, desvinculado da preocupação de ampliação das bases deste poder”.¹⁷ Percebe-se assim a permanência, ou mesmo, a construção de mecanismos capazes de afastar a intervenção dos “cidadãos” na cena política, o que se tem é uma briga de elites que, para se manterem no poder, afastam a grande parcela da população das decisões políticas do país.

Um bom exemplo de certas permanências é a Lei eleitoral de 1881 que ao transformar as eleições indiretas em diretas, eliminando o papel dos votantes, cria também proibições para o ato do voto. Os praças, por exemplo, com a reforma eleitoral, são privados do seu direito de votar. Outras exclusões também foram mantidas, pois “embora a República tivesse eliminado o voto censitário, manteve, por outro lado, todas as outras restrições, inclusive a exclusão dos analfabetos e das mulheres”.¹⁸ O documento que reafirma a postura excludente das elites políticas em relação ao restante da população, durante o recente regime republicano, é a Constituição de 1891 que, embora eliminasse a exigência de renda para o exercício do voto, mantinha o critério da alfabetização. E como a maior parcela da população não sabia ler e escrever, o exercício de seus direitos políticos ficava comprometido.

A restrição imposta à maioria da população comprova o descompasso existente entre o discurso “ideal” e a ação do estado republicano liberal, pois “pode-se dizer que a República conseguiu quase literalmente eliminar o eleitor e, portanto, o direito de participação política através do voto”.¹⁹

É importante ressaltar que a exclusão da participação eleitoral era um movimento de mão dupla, ou seja, ocorria tanto pela via do Estado, que criava mecanismos excludentes, quanto pela via do próprio “cidadão” que adotava a postura de autoexclusão.²⁰ Obviamente,

¹⁶ Ver CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 64.

¹⁷ *Ibidem*, p. 65.

¹⁸ *Ibidem*, p. 84.

¹⁹ *Ibidem*, p. 86.

²⁰ Embora existam outros trabalhos que interpretam a atuação popular de forma distinta, como os de Angela de Castro Gomes, Cláudio H. M. Batalha, Marcelo Badaró Mattos, entre outros, optou-se interpretar essa atuação pela via da autoexclusão elaborada por José Murilo de Carvalho, já que se entende a opção interpretativa pela autoexclusão consciente da população como majoritária durante o século XIX, ainda que tenham existido em relação ao início da formação da classe trabalhadora, tanto pela via de experiências comuns de escravizados e livres nesse processo, quanto pela formação operária defendidas, respectivamente, por Marcelo Badaró e Cláudio Batalha, associações com ações coletivas que buscavam defender os interesses comuns dos associados, essas mesmas associações tinham caráter efêmero, só

essa postura escolhida pela maioria da população não era descabida, já que as fraudes eleitorais se davam em meio à violência generalizada. Fazia-se uso de capangas, capoeiras, todos eles contratados pela elite política que visava garantir sua manutenção no poder. A violência era tão generalizada durante o processo eleitoral, que até mesmo médicos eram contratados nos dias das eleições para atenderem os que saíam feridos de seu “exercício de cidadania”. Assim, os pilares das eleições eram compostos pela violência e pela fraude. O que torna todo o processo uma grande farsa, por isso é razoável a atitude de autoexclusão adotada pela maioria dos “cidadãos inativos” do novo regime político.²¹

Em relação à Constituição de 24 de fevereiro de 1891, esta confirmou o viés escolhido pelo grupo republicano liberal que estava à frente do campo político brasileiro. Tornou-se por excelência o conjunto de leis que definiram os princípios políticos e a estrutura do recente regime. Para isso, modificações importantes foram feitas em relação à Constituição do Império de 1824, tendo em vista não apenas dar início à descaracterização de alguns pontos do regime que a antecedia, mas, sobretudo, a garantir ao grupo republicano vitorioso as condições para a realização de seus interesses.²²

começando a ganhar fôlego nos anos iniciais do século XX, ou seja, no Oitocentos não representavam a maioria dos trabalhadores, afinal ainda estavam em fase “embrionária”. Como ressalta Cláudio Batalha: “Assim, de 1917 a 1919 nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo, foram criadas mais organizações operárias do que em qualquer outro período de tempo equivalente”. Ver BATALHA, Cláudio H. M. “Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (Orgs.). *O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 172. Ou ainda, como afirma Marcelo Badaró Mattos, foi a coexistência de trabalhadores livres e escravizados em vários espaços, tanto nas ruas, quanto nas fábricas, que se propiciaram experiências de associação e de ação coletiva. Foram várias as associações que tinham sua origem nas antigas Irmandades que existiam desde o período colonial possibilidades de coexistência e trocas entre os escravos, assim “entre as lutas dos escravos pela liberdade e as primeiras lutas de trabalhadores assalariados urbanos, na cidade do Rio de Janeiro, na segunda metade do século XIX, existiam elos significativos e compartilhamento de experiências – de trabalho, de organização, de ação coletiva – essenciais para uma compreensão mais ampla do processo de formação da classe trabalhadora”. Ver MATTOS, Marcelo Badaró. “Trabalhadores escravizados e livres na cidade do Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX”. In: *Revista Rio de Janeiro*, nº12, Jan-Abril de 2004. p. 246. Assim, também Angela de Castro Gomes afirma que, em relação aos anos iniciais da Primeira República, “embora esse tenha sido um tempo de organizações de trabalhadores ainda muito frágeis (as atividades industriais se iniciavam e os operários eram pouco numerosos), elas conseguiram disseminar uma experiência de reivindicações, consolidando ideias e práticas de luta entre os trabalhadores. Mesmo que suas conquistas materiais tenham sido pequenas e efêmeras, pode-se dizer que, ao final da Primeira República, existia uma figura de trabalhador brasileiro que lutava por uma nova ética do trabalho e por direitos sociais que regulamentassem o mercado de trabalho”. E mais, “é certo que essas lutas foram fragmentárias, difíceis e conseguiram poucos resultados imediatos, até porque o Estado não dispunha de instituições para garantir a aplicação das leis”. Ver GOMES, Angela de Castro. In: *Cidadania e direitos do trabalho*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002. p. 20-21. Sendo assim, adota-se como versão mais adequada ao contexto oitocentista brasileiro a análise que identifica uma sociedade fragmentada, formada por grupos díspares que viam no Estado a figura de poder que conduziria à realização de seus interesses pessoais. Estado esse que também proporcionava as fraudes, violências e negociações que propiciavam a autoexclusão popular.

²¹ Sobre a categoria de “cidadão inativo” ver o capítulo III de CARVALHO, José Murilo de. *Op. Cit.*

²² Sobre as Constituições de 1824 e 1891 ver <http://www.planalto.gov.br>

Assim, tendo como inspiração a Constituição dos Estados Unidos, que tinha como base a descentralização dos poderes, seus principais redatores, dentre eles Prudente de Moraes e Rui Barbosa, adotaram: o princípio do federalismo, que concedia mais autonomia aos municípios e às antigas províncias que, a partir daquele momento, passaram a ser chamadas de estados; a divisão dos poderes entre Executivo, Legislativo e Judiciário, que eram independentes entre si, ficando então extinto o Poder Moderador, símbolo do Império; a separação entre Igreja e Estado; o fim dos títulos nobiliárquicos; a eleição do Presidente e Vice-Presidente que passariam a ser eleitos individualmente, com mandatos de quatro anos sem direito a reeleição para o mandato imediatamente seguinte, o voto, embora, continuasse a ser não-secreto; o Legislativo também era eleito por voto popular;²³ entre outras medidas. Contudo, a Constituição de 1891 não optou por ampliar os direitos dos cidadãos, pois continuou a garantir os mesmos direitos civis da Constituição de 1824, que assegurava as liberdades dos indivíduos contra os possíveis arbítrios do Estado e/ou da Igreja. Também não foi além do que a Constituição do Império garantia em termos de direitos políticos, já que adotaram somente a eliminação da exigência de renda, mas, como fora mencionado anteriormente, mantiveram a de alfabetização em relação ao processo de votação, deixando a maior parte da população excluída das eleições.

A Carta Constitucional de 1891 não avançara em termos de direitos civis, políticos e tampouco sociais, este último direito, inclusive, “retirou um dispositivo da anterior que se referia à obrigação do Estado de promover os socorros públicos, em outra indicação de enrijecimento da ortodoxia liberal em detrimento dos direitos sociais”.²⁴

Embora a recente constituição republicana se mostrasse liberal, limitava ainda mais qualquer medida de caráter democratizante, postura que assegurava os interesses do grupo que disputou e venceu a batalha pelo comando político do país.

Não por acaso,

²³ A história do voto no Brasil passou por diferentes momentos, desde voto indireto, censitário e destinado apenas aos “cidadãos plenos” do Império, deixando parte importante da população excluída desse direito político, até a mudança, em 1881, com a Lei Saraiva, dos critérios de votação, que embora passasse a ser direto, não mais sendo feito em várias etapas como no processo anterior, continuava excludente. A Lei eleitoral de 1881 transformou as eleições indiretas em diretas, eliminando o papel dos votantes, criou ainda proibições para o ato do voto. Os praças, por exemplo, com a reforma eleitoral, são privados do seu direito de votar. Outras exclusões também foram mantidas, pois embora a República tivesse eliminado o voto censitário, permaneceu em contrapartida com outras restrições, inclusive a dos analfabetos e mulheres. O documento que reafirma a postura excludente das elites políticas em relação ao restante da população é a Constituição de 1891 que, embora eliminasse a exigência de renda para o exercício do voto, mantinha o critério da alfabetização, como grande parte da população não sabia ler e escrever, o exercício de seus direitos políticos seguia comprometido pelo novo regime. Sobre uma breve história do voto no Brasil ver www.camara.leg.br/camara

²⁴ Ver CARVALHO, José Murilo de. *Op. Cit.*, p. 45.

A República, ou os vitoriosos da República, fizeram muito pouco em termos de expansão de direitos civis e políticos. O que foi feito já era demanda do liberalismo imperial. Pode-se dizer que houve até retrocesso no que se refere a direitos sociais. Algumas mudanças, como a eliminação do Poder Moderador, do Senado vitalício e do Conselho de Estado e a introdução do federalismo tinham sem dúvida inspiração democratizante na medida em que buscavam desconcentrar o exercício do poder. Mas, não vindo acompanhadas da expansão significativa da cidadania política, resultaram em entregar o governo mais diretamente nas mãos dos setores dominantes, tanto rurais quanto urbanos. O Império tornara-se um empecilho ao dinamismo desses setores, sobretudo os de São Paulo. O Estado republicano passou a não impedir a atuação das forças sociais, ou, antes, a favorecer as mais fortes, no melhor estilo spenceriano.²⁵

Era assim que a expectativa gerada pelas várias possibilidades de república de implementar algo novo e funcional cai por terra. As propostas apresentadas e fortemente defendidas pelas principais correntes republicanas pareciam agora utópicas.

A sensação de desencanto frente ao cenário político foi expressa em jornais, revistas e caricaturas que aspiravam não apenas registrar tamanha insatisfação, mas também buscavam tornar inteligível a situação na qual se encontravam. Segundo José Murilo de Carvalho, “foi geral o desencanto com a obra de 1889. Os propagandistas e os principais participantes do movimento republicano rapidamente perceberam que não se tratava da república de seus sonhos”.²⁶ Cada grupo vislumbrou um tipo de república ideal que lhes garantisse os postos de comando do país. Entretanto, a frustração frente à experiência republicana forneceu a possibilidade de pensar, através das várias visões de “repúblicas ideais”, o seu desencanto.

Os grupos contestadores, embora tivessem construído ideais de república bem distintos uns dos outros e disputassem acirradamente a instauração e legitimidade do novo regime, possuíam em comum a busca por maior protagonismo no poder, por isso mesmo, tinham um inimigo compartilhado: a Monarquia. Desse modo, políticos, jornalistas, funcionários públicos, advogados, proprietários rurais, militares, dividiram-se por entre as várias correntes republicanas que disputaram entre si a organização política e social do país, contudo se uniram pela via da guerra discursiva contra a Monarquia.

De fato, o ataque à Monarquia surtiu efeito, conseguiram deslegitimá-la, principalmente, pela intensificação das críticas via imprensa e conferências radicais.²⁷ Mas, vencido o inimigo comum, o embate passava à definição de qual república adotar, e a vitoriosa seria mesmo a de viés liberal.

Vale lembrar que Quintino Bocaiúva, na Corte, Alberto Sales, em São Paulo e Assis Brasil no Rio Grande do Sul tratavam os temas caros aos republicanos liberais de maneira

²⁵ *Ibidem*, p. 45-46.

²⁶ *Ibidem*, p. 33.

²⁷ Sobre as conferências radicais ver CARVALHO, José Murilo de. *Clamar e agitar sempre: os radicais da década de 1860*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2018.

semelhante, possuíam as mesmas referências estrangeiras, compartilhavam a mesma interpretação e buscavam o mesmo objetivo: serem a nova elite política que conduziria o país ao progresso, leia-se “república democrática federalista”. Contudo, é importante destacar que o discurso coeso, sintetizado pelo *Manifesto Republicano de 1870*, identificado nos pontos em comum dos textos de Quintino Bocaiúva, Alberto Sales e Assis Brasil se deve, principalmente, a opção estratégica de evitar certas questões de discórdia entre os republicanos liberais. O que não ocorrera na década de 60, período em que se verificou uma “radicalização do debate político”²⁸ devido a maior profundidade dada à reforma social.

Segundo José Murilo de Carvalho

A passagem do radicalismo para o republicanismo parecia um passo lógico na rota da radicalização. No entanto, ela de fato constituiu um retrocesso no que se refere à vaidade e profundidade das reformas propostas por liberais e radicais. A grande lista de reformas do sistema eleitoral, da polícia, da magistratura, da Guarda Nacional, desapareceu na agenda republicana, engolida pela mudança do sistema. Sobretudo, desapareceu o tema da escravidão. Preocupado em evitar a rejeição dos proprietários de escravos e incapaz de chegar a um acordo interno, o novo partido optou por não se posicionar abertamente diante da questão já enfrentada por liberais e radicais.²⁹

Desse modo, a busca de ideias à ação dos republicanos liberais foi eficaz, sobretudo, porque selecionavam temas e abordagens interessantes e menos turbulentas ao grupo, visto a adoção do liberalismo americano, do federalismo, do oportunismo político, do vocabulário da política científica, articulados às principais doutrinas em voga no Oitocentos, como, por exemplo, positivismo, evolucionismo e darwinismo social. Tais aspectos permitiram que se conseguissem construir um discurso político de ideal republicano capaz de fazer sentido na sociedade. Não por acaso, ocuparam os principais cargos políticos a partir de 1889.

Assim, constata-se que a realização de um estudo dos discursos políticos, a partir de uma leitura contextual desses enunciados registrados nos textos dos principais representantes da república liberal é que possibilita uma melhor compreensão do período em questão. Afinal, o espaço de experiência gerado pela insatisfação com a Monarquia, propiciou a intensa crítica, principalmente via batalha discursiva, para que fosse possível, a partir da disputa no campo linguístico entre os vários significados atribuídos à nova forma de governo, transformar, efetivamente, o contexto político-social do país.

²⁸ Embora Angela Alonso identifique que o debate político se intensificou a partir da década de 1870, esse mesmo debate acerca da necessidade de instauração de uma reforma social no país é tratado por José Murilo de Carvalho já na década de 1860 que, segundo o historiador, é o período correspondente à radicalização da discussão política de viés reformista, e não nos anos 70, que representariam um retrocesso nos pontos contidos na reforma social dos radicais. Sobre a questão do retrocesso no debate político ver CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. (Orgs.). “Radicalismo e republicanismo”. In: *Repensando o Brasil do Oitocentos: cidadania, política e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 20-48.

²⁹ *Ibidem*, p. 41.

Para isso, deve-se ter a consciência que os republicanos liberais, bem como as outras correntes, utilizaram-se de “teorias da reforma social [que] forneceram esquemas conceituais” para “construir[em] sua[s] crítica[s] às instituições e aos valores do Segundo Reinado numa linguagem nova, rompendo assim com a própria tradição”.³⁰

A necessidade de uma reforma social, sem convulsionar a sociedade, foi expressa pela nova linguagem republicana. Assim, o estudo dessa nova linguagem, surgida pelo jogo de enunciados oriundos da batalha pelo domínio do campo político, é de fundamental importância para se obter uma melhor compreensão dos agentes em seu contexto, pois somente através da investigação das ideias escolhidas para a intervenção política em um dado momento é que se pode conferir sentido aos textos dos contestadores da Monarquia, ou seja, as escolhas de autores em voga no século XIX e o modo como foram interpretados só poderá ser compreendido a partir de um estudo que parta do contexto histórico que os constituiu, por isso é possível afirmar que

Os textos brasileiros precisam ser analisados com referência local, levando em consideração os significados contemporâneos e o contexto político-intelectual em que surgem. Apenas a inscrição dos livros no processo de luta política permite especificar seu sentido: são intervenções no debate político da crise do Império.³¹

Sendo assim, o estudo do discurso político dos republicanos liberais possui como meta a interpretação por meio do texto, contexto e intertexto, examinando as diferentes estratégias discursivas usadas para intervir politicamente e se inserirem no campo político. Desse modo, tem-se como foco não apenas as convenções linguísticas da época, mas, sim, como esses agentes se utilizaram desses significados convencionais emprestando a eles sentidos particulares em seus atos de fala quando do jogo de linguagem na disputa pelo poder político do país. Por isso, dialoga-se com autores que afirmam a possibilidade de interpretação histórica das “ideias em seus contextos”,³² sobretudo a partir da conscientização “de que para se entender os textos de teoria política do passado é necessário que se leve a sério os significados que eles tinham em seu contexto histórico original”,³³ estabelecendo assim a relação entre o texto e o tempo-espaço onde surgiu, através do estudo do texto com os outros textos de época, ou seja, em seu contexto. Isso através do estudo da linguagem política,³⁴

³⁰ Ver ALONSO, Angela. *Op. Cit.*, p. 176.

³¹ *Ibidem*, p. 177.

³² JASMIN, Marcelo Gantus; FERES JÚNIOR, João (orgs.). *História dos Conceitos: debates e perspectivas*. Rio de Janeiro, Ed. PUC-Rio/Loyola, 2006, p. 17.

³³ *Ibidem*, p. 19.

³⁴ Ver POCOCK, John G. A. “O conceito de linguagem e o *métier d'historien*”. In: *Linguagens do Ideário Político*. São Paulo: Edusp, 2003. Ver também POCOCK, John G. A. “Quentin Skinner: a história da política e a política da história”. In: *Tempo*. Rio de Janeiro: Revista de História da UFF, 2012.

levando em consideração “a necessidade de se entender um dado texto do modo como este fazia sentido para o seu autor ou para um leitor seu contemporâneo”.³⁵ O cerne da tarefa “é a reconstrução dessas linguagens e o estudo de sua mutação no tempo, de modo que um determinado autor sempre deve ser estudado em relação às linguagens políticas de sua época e de seu contexto”.³⁶ Desse modo, pensa-se ser pertinente a utilização das importantes contribuições da historiografia produzida por Quentin Skinner e John G. A. Pocock³⁷ ao se examinar, de forma crítica, o discurso político dos principais expoentes da corrente republicana liberal na tentativa de obterem o protagonismo político do país.

A *performance* dos republicanos liberais construída durante o embate discursivo surgido com as críticas que levaram ao mal-estar em relação ao regime monárquico garantiu aos mesmos a inserção no campo político como nova elite, pois seus esforços ao usar, transformar e adaptar vocabulários e teorias existentes foram eficazes para justificar novas práticas, valores e instituições republicanas. A tríplice dos representantes do grupo republicano liberal, escolhida para ser estudada neste trabalho, foi constituída por Alberto Sales, principal teórico da república federal-liberal paulista, Quintino Bocaiúva, representante na Corte, e Assis Brasil, no Rio Grande do Sul. O trio criou um contexto linguístico eficaz e coeso, haja vista que fizeram uso dos mesmos autores em voga no Oitocentos, os leram através de uma chave interpretativa compartilhada e a partir de então instrumentalizaram-se com a construção de um discurso político deslegitimador do *status quo* imperial e legitimador do grupo do qual faziam parte. A escolha dos teóricos, a construção consciente dos argumentos e a coesão final, através da manutenção de um mesmo discurso propagado em diversos meios comuns como clubes, *meetings*, jornais e conferências construiu um contexto linguístico que propiciou a vitória do grupo em 1889, pois se dedicaram a tratar de temas importantes ao país, pois seus escritos visavam a ação política e não a formulação de teorias.

³⁵ JASMIN, Marcelo Gantus; FERES JÚNIOR, João (orgs.). *Op. Cit.*, p. 21.

³⁶ *Ibidem*, p. 20.

³⁷ É importante ressaltar que embora Quentin Skinner e John G. A. Pocock se dediquem ao estudo da história das ideias políticas, há diferenças marcantes que individualizam seus trabalhos, como, por exemplo, a ideia de busca da intencionalidade autoral em determinado contexto – o que o autor estava fazendo ao emitir um ato de fala num contexto histórico específico, questão que norteia as obras de Quentin Skinner. Essa centralidade na busca da “intenção autoral” é um dos pontos que o diferencia de John G. A. Pocock. Além também de sua aproximação maior com a filosofia, enquanto que Pocock estaria mais ligado à história em si, sem fazer uso de especulações típicas da área da filosofia política. Essas peculiaridades existentes, brevemente mencionadas nesta nota, entre os dois autores dentro do campo dedicado ao estudo da história das ideias políticas do qual são partícipes, bem como outras diferenças importantes entre eles são destacadas no texto: “Quentin Skinner: the history of politics and the politics of history”. In: POCKOCK, John G. A. *Political Thought and History: Essays on Theory and Method*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

O próprio título de suas principais obras já fornece indícios para interpretá-los enquanto agentes de seu tempo.

Desse modo, a presente tese partiu dos escritos políticos da tríade republicana-liberal, que serviram de fonte para uma interpretação histórica baseada na proposta teórico-metodológica do entendimento das ideias políticas em seu contexto específico, compreendendo-os como atos de fala imersos no jogo de palavras próprio da história das ideias no Brasil de 1870-91.

Busca-se assim entender como o discurso republicano de viés liberal venceu a disputa, a partir da análise dos escritos políticos desses três expoentes escolhidos. O que permite não apenas a realização desse trabalho dentro do campo da história das ideias, bem como possibilita afirmar a existência de um contexto linguístico entre os autores e suas regiões, via interpretação de textos, contexto e intertextos, que saiu vencedor da disputa política. Trabalho esse que se justifica por ser mais uma contribuição à área de história das ideias políticas no Brasil oitocentista.

Assim, nas páginas seguintes será apresentado o contexto no qual os discursos políticos dos republicanos emergem, bem como serão expostas algumas das diferentes propostas contrárias ao regime monárquico, como a positivista e jacobina. Posteriormente nos outros capítulos, serão interpretados os escritos políticos da tríade republicana-liberal, respectivamente, Alberto Sales (SP), Quintino Bocaiúva (RJ) e Assis Brasil (RS), expondo seus principais pontos de defesa a favor da corrente que representavam. Para isso, questões norteadoras estiveram presentes na busca pelo entendimento da construção discursiva própria do referido trio de republicanos, como, por exemplo, quais foram os autores escolhidos na elaboração discursiva, de que forma foram interpretados e para quê fim.

Buscou-se compreender as convenções linguísticas que historicamente contextualizaram suas principais obras ao investigar como o conceito de república liberal se constituiu sob intenso debate político, juntamente com outros conceitos de democracia e federalismo. Tendo, por fim, as considerações sobre o estabelecimento do contexto linguístico entre as diferentes regiões do país, culminando na queda do Império no Brasil e na instalação da República de viés liberal em 1889, prosseguindo até a tentativa do novo regime de legitimação e manutenção durante seus anos iniciais, através de ações que o reafirmassem e que criassem uma nova memória e simbologia para a República.

1 DAS CRÍTICAS À “CRISE”: O CONTEXTO HISTÓRICO DE QUESTIONAMENTO DA MONARQUIA ÀS PROPOSTAS REPUBLICANAS PARA O BRASIL

1.1 A Monarquia e as propostas republicanas em seu contexto

A sociedade monárquica brasileira foi constituída na primeira metade do Oitocentos e conseguiu uma certa harmonia e estabilidade até as décadas finais do século XIX. Isso se deu, entre outros fatores, devido à composição de uma elite política que tinha em comum a formação na Universidade de Coimbra e a posterior ocupação no Brasil de cargos públicos, durante longos períodos, como bem interpretou José Murilo de Carvalho em sua obra.³⁸

Assim, foi com a homogeneização da elite política, através do compartilhamento das ideologias provenientes de uma mesma educação coimbrã e, posteriormente, pela ocupação de funções ligadas ao Estado, que se propiciou um contexto sociopolítico de certa estabilidade, que sofreu abalos mais significativos somente a partir de 1870. A insatisfação de vários setores sociais em relação ao Império, nas décadas finais do Oitocentos, proveniente, sobretudo, da pouca agilidade por parte do governo de dar conta das questões que convulsionavam a sociedade, como, por exemplo, escravidão, imigração, federalismo, centralismo, entre outros pares de opostos, fez surgir uma quantidade significativa de críticas contra a Monarquia, na tentativa por parte desses vários setores insatisfeitos de forjar uma ideia de “crise do regime”. As críticas lançadas à Monarquia fizeram com que a mesma procurasse respondê-las de forma a justificar e legitimar o regime de governo vigente. Desse modo, a elite política se esforçou para apresentar os princípios e pilares nos quais a tradição imperial repousava, ao fornecer suas justificativas, baseou-se na adoção do repertório teórico europeu, obviamente, adequado às circunstâncias nacionais.

A Monarquia possuía valores perpetuados como tradição, ou seja, padrões político-intelectuais reproduzidos no presente que legitimavam o regime e permitiam a sociedade pensar a si mesma dentro da lógica imperial. Conjunto de valores esses provenientes tanto do repertório europeu, quanto da experiência nacional que, ao utilizá-lo e compartilhá-lo, colocou-o em ação no meio social. À medida que as críticas em relação à Monarquia se intensificaram esse conjunto de valores do Segundo Reinado era debatido e questionado de modo a inverter sua lógica. Mas, até as críticas ganharem força e construírem uma outra visão

³⁸ Ver CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. Segunda edição – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. Capítulos 1 ao 6.

de mundo, a sociedade imperial se legitimava e garantia sua permanência através de “um cosmopolitismo introjetado no modo de pensar da elite imperial brasileira. Este grupo se alimentava do repertório europeu, consequência natural da formação clássica que recebiam muitos ainda em Coimbra, ou à moda de Coimbra nas escolas de direito nacionais”.³⁹

A tradição imperial fez uso do repertório europeu, aplicando-o às circunstâncias do país na tentativa de garantir a estabilidade monárquica a partir de seu tripé de sustentação: indianismo romântico, liberalismo imperial - de caráter prático e o catolicismo hierarquizante.

Em relação ao indianismo romântico, a criação de símbolos nacionais que gerassem a ideia de passado comum e unificador foi um dos pilares da tradição imperial. O encontro do elemento indígena, entendido como o primeiro habitante das terras brasileiras, e sua interação com os europeus cria a imagem idílica de passado compartilhado, visando a construção da identidade nacional. Obras de nossa literatura fizeram o trabalho de propagação desse passado, como as de José de Alencar – *O Guarani* (1857) e Gonçalves de Magalhães – *A confederação dos tamoios* (1856). Houve assim a construção de tipos em episódios capazes de criar imagens mentais para idealizar uma nacionalidade ligada ao idílico e não ao processo de colonização, como afirmou Angela Alonso:

O romantismo europeu dava o molde para uma estereotipação: os nativos eram estilizados como aristocracia autóctone. A idealização da nacionalidade tinha por epicentro a fusão de um colonizador épico com um bom selvagem. Assim se congelavam as características positivas de uma *imagem* idílica da nacionalidade e se expurgava o *processo* de colonização.

Digo projeto porque este processo foi deliberado. A síntese americana do indianismo não foi mero artifício intelectual. Era parte substantiva da criação de vias de legitimação das instituições imperiais. A singularização brasileira requisitou uma invenção de tradições (Hobsbawn, 1984). Para que a nação fosse *brasileira* era preciso gerar uma diferenciação com a antiga metrópole, uma origem nativa. Tratava-se de dotar o Brasil de uma identidade, uma língua, uma história, um povo, enfim, inventar uma *tradição* nacional.⁴⁰

Ainda de acordo com a autora, títulos nobiliárquicos baseados na atmosfera do indianismo eram distribuídos àqueles que podiam ser identificados com a “nobreza da terra”, ou com artistas que ajudavam, através de sua arte, na criação de símbolos nacionais.

Contudo, fora mesmo o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), a principal instituição responsável por agir politicamente na construção de uma identidade nacional para o Império, com o intuito de unificar e, conseqüentemente, ligar todos a um mesmo passado que justificava e legitimava a Monarquia. Desse modo, de acordo com Manoel Luís Salgado Guimarães, o Instituto possuía um

³⁹ Ver ALONSO, Angela. *Op. Cit.*, p. 53.

⁴⁰ *Ibidem*, p. 57-58.

Projeto não só ideológico, mas também político, este encaminhado pelo IHGB na sua tarefa de contribuir para a construção da Nação brasileira. Da história, enquanto palco de experiências passadas, poderiam ser filtrados exemplos e modelos para o presente e o futuro, e sobre ela deveriam os políticos se debruçar como forma de melhor desempenharem suas funções. A história é percebida, portanto, enquanto marcha linear e progressiva que articula futuro, presente e passado.⁴¹

Desse modo, pode-se constatar que, com o passar das décadas, o projeto de construção da Nação elaborado pelo IHGB e baseado em interesses de manter a ordem monárquica, foi posto em questão, pois à medida em que as críticas se davam e se intensificavam, sobretudo nas últimas décadas do Oitocentos, o regime monárquico buscava a criação de mecanismos de resposta aos argumentos desfavoráveis à sua permanência. Vendo-se, a partir desse embate, uma maior preocupação por parte da elite política monarquista na construção discursiva capaz de criar uma “tradição” harmonizadora que se baseava no tripé indianismo, liberalismo e catolicismo, como mencionado anteriormente. Tendo no primeiro deles, o indianismo romântico, a base para uma escrita da história que possuía como objetivo a manutenção da ordem dos Bragança. Para tal, a literatura, os títulos de nobreza concedidos e o IHGB foram mobilizados, utilizados, e constituem bons exemplos da estratégia harmonizadora do Império às críticas que buscavam instaurar a ideia de “crise do regime”.

Em relação ao liberalismo imperial, este tinha caráter empírico, visto se pautar nas circunstâncias político-econômicas e não nos valores. Por isso, houve a manutenção do regime escravista, da própria monarquia e da dominação senhorial, ou seja,

a sociedade se estratificava, tendo em seu ápice o estamento senhorial: os grandes proprietários de terras e escravos, cidadãos plenos do Império. Esta camada detinha o monopólio de prerrogativas e recursos inatingíveis e mesmo impensáveis para os grupos inferiores na hierarquia.⁴²

Estabelecia-se assim uma sociedade estratificada que privilegiava sua camada mais abastada: a de senhores de terras. Assim, restringia-se os considerados cidadãos plenos no Império, optava-se por mais controle para a manutenção da ordem hierárquica e da distância necessária imposta às camadas inferiores para evitar um possível levante contra a distribuição social e as mudanças de poder econômico e de direitos políticos que poucos detinham, o que blindava política e simbolicamente o regime monárquico. Com isso, a “política era arena de disputas internas ao estamento senhorial. A liberdade ficava restrita à ‘boa sociedade’

⁴¹ Ver GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. “Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional”. In: *Revista Estudos Históricas*. Rio de Janeiro, número 1, 1988. p. 15.

⁴² Ver ALONSO, Angela. *Op. Cit.*, p. 59-60.

resguardando como cerne dos direitos e atribuições do estamento senhorial: ‘era um liberalismo que começava e terminava na liberdade do senhor’”.⁴³

Por fim, o terceiro item constituidor dos pilares da tradição imperial fora o catolicismo hierárquico. Sendo a religião oficial do Estado, havia a utilização do catolicismo como mais um provedor simbólico para a manutenção e legitimação do regime monárquico, haja vista que era a Igreja que proporcionava a assistência para o controle social, sobretudo em áreas onde o Estado não chegava, como, por exemplo, o meio rural. Mantinha-se assim a sociedade estratificada e em ordem. Como afirma Angela Alonso,

a Igreja era um braço avançado do Estado na sociedade, desempenhando parte das funções administrativas e eleitorais – as votações ocorriam nas capelas –, além de impor disciplina sobre as “massas fanáticas”.

A religião de Estado era o veículo necessário de controle social porque o Estado não lograra ainda realizar sua tarefa pedagógica de transformar todo o “povo” brasileiro em “opinião pública”.⁴⁴

Contudo, embora a Monarquia tivesse se esforçado para contra-argumentar as críticas ao regime e promover a estabilidade de seu governo, através do tripé de sustentação da tradição imperial, de acordo com Maria Tereza Chaves de Mello, houve a subversão da referida narrativa oficial.

Por meio de outros conceitos e semântica, as formações discursivas foram renovadas para subverter o sentido romântico-liberal-hierárquico do Império. A linguagem cientificista por todos empregada modelou novos símbolos. Entretanto, os novos discursos só obtiveram êxito porque inovaram mais nas teses e na forma do que nos temas, retirados do repertório liberal. O que quero dizer com isso é que a renovação simbólica colou na sociedade porque não foi construída sobre um vazio. Foi pela rearrumação da tradição liberal, por exemplo, que se montou outra narrativa de nação.⁴⁵

Assim, certos segmentos ou mesmo partidos políticos, alguns contrários ao Império, apontavam para a necessidade de reformas que visavam dar conta das questões que convulsionavam a sociedade de então. O tema das reformas sociais era a grande dificuldade a ser enfrentada pelos vários segmentos políticos, inclusive, pelos partidos Conservador e Liberal à época.

A terceira força política que fez frente à monarquia surge em 1870, o Partido Republicano,⁴⁶ que não apenas propôs reformas, mas também trouxe à discussão uma

⁴³ *Ibidem*, p. 60.

⁴⁴ *Ibidem*, p. 64-65.

⁴⁵ Ver MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A república consentida: cultura democrática e científica do final do Império*. Rio de Janeiro: Editora FGV: Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Eduf), 2007. p. 11.

⁴⁶ Como destacou Sérgio Buarque de Holanda em relação ao Partido Republicano em 1870: “A única força política de expressa contestação ao sistema monárquico surgira em 1870. Mas embora o Partido

possibilidade de mudança de regime, algo que embora já pensado e exposto em outros momentos da história política do país, agora se apresentava como partido oficial de oposição ao regime monárquico. Desse modo, a contestação ao regime, é destacada por Sérgio Buarque de Holanda:

A nação sentia-se até pouco antes em boa companhia, lembrando-se de que quase toda a Europa, onde se achavam os modelos de sua vida intelectual, era dominada pelo princípio monárquico. Mas justamente esse argumento começara a perder sua força desde setembro daquele mesmo ano de 70 com a queda, em França, do Segundo Império e o advento da Terceira República. Foi mesmo esse acontecimento que precipitou, entre radicais brasileiros, muitos deles já republicanos de sentimento, a ideia de se unirem numa organização de âmbito nacional, que não se limitaria a denunciar este ou aquele partido monárquico, este ou aquele ministério, mas já pretendia contestar diretamente o regime.⁴⁷

Não apenas o contemporâneo exemplo francês fora usado pelos contestadores da monarquia, pois estes também se utilizaram de repetidos exemplos históricos em seus discursos como verdadeiros argumentos de autoridade, para assim reforçarem a tese que defendiam, além também do uso de personalidades de época, visando a criação de imagens mentais opostas entre monarquia e república, sobretudo através da adoção dos pares de opostos, o que permitia “ver” o encadeamento “lógico” na construção discursiva, na tentativa de mover à ação seus leitores e ouvintes.

Entretanto, deve-se destacar que a insatisfação de alguns grupos em relação à monarquia brasileira é anterior a década de 70, haja vista que nos anos 60 já constatava-se o questionamento de alguns setores da sociedade ao sistema de governo vigente. Assim, tinha-se desde 1860 uma pauta com temas da reforma social.⁴⁸ Esses temas foram aproveitados pelo Partido Republicano, quando despontara em 1870 como a terceira força política,⁴⁹ ao lançar

Republicano correspondesse a poucos atrativos à maioria dos políticos que tivesse possibilidades de subir a postos eminentes na vida política”. Ver HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História geral da civilização brasileira. Do Império à República*. São Paulo: Difel, tomo II, v. 5, 1972. p. 250.

⁴⁷ *Idem*.

⁴⁸ José Murilo de Carvalho em seu livro *Clamar e agitar sempre: os radicais da década de 1860*, possui como principal objeto de estudo as conferências, pois “pretende demonstrar, com base forte, mas não exclusiva, nas conferências radicais é que a década de 1860 pode ter sido a mais fértil de todo o Segundo Reinado em termos de pensamento e de debate político. Seria exagerado chamá-la de *roaring sixties*, à semelhança dos *roaring twenties* do século XX. Mas pode-se dizer que em nenhuma outra se discutiram tanto os grandes temas políticos, institucionais e sociais do país. Discutiu-se nos livros, na imprensa, no Parlamento, em panfletos, em conferências públicas. Mais ainda, foi nessa década que se formularam as propostas mais radicais de reforma social e política durante o Segundo Reinado”. Ver CARVALHO, José Murilo de. *Clamar e agitar sempre: os radicais da década de 1860*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2018. p. 18.

⁴⁹ O Segundo Reinado era composto, inicialmente, pelos partidos Conservador e Liberal, sendo apenas em 1870 que se vê despontar no cenário político do país a terceira força representada pelo Partido Republicano, como ressaltou Marcello Basile, quando abordou em seu artigo o processo de composições políticas atuantes durante a passagem do Primeiro Reinado ao Segundo: “Trata-se precisamente de um período de transição entre as três facções existentes até então e as novas composições políticas que começam a se esboçar a partir de 1835 e acabam resultando na divisão entre liberais e conservadores, que marcará todo o Segundo Reinado” Ver BASILE, Marcello. “O ‘negócio mais melindroso’: reforma constitucional e

seu *Manifesto*, apropriando-se da maioria dos antigos temas que constituíam a proposta de reforma já apresentada pelos Liberais. A diferença significativa trazida pelo Partido Republicano estava tão somente no debate de qual forma de regime se deveria adotar no país.

Angela Alonso entende ser a partir da instauração de uma “crise monárquica” que se tem um espaço maior ao debate, sobretudo devido ao aumento do público leitor, dos impressos, jornais, associações, clubes, conferências, que promoveram uma maior participação no debate a fim de ganhar visibilidade no campo político, principalmente em relação aos grupos sociais que se sentiam desamparados pela política nacional. Assim, a “Geração de 70”, segundo a autora, fora a geração que intensificou o debate proveniente da “crise”. Contudo, indo de encontro a perspectiva apresentada por Angela Alonso, opto por outra interpretação histórica, ou seja, aquela que não identificou a intensificação do debate em 1870, a partir da assimilação de “um bando de ideias novas”, mas, ao contrário, que o diálogo estreitou-se, sobretudo devido ao ponto que ficara reduzido: qual regime político deveria ser adotado no país. Autores como George Boehrer⁵⁰ e José Murilo de Carvalho⁵¹ identificam e defendem a interpretação de empobrecimento do diálogo em virtude da centralidade do debate em qual regime político se deveria adotar, monarquia ou república.

O problema é que “a ênfase excessiva, se não exclusiva, na Geração de 70 exclui os pensadores e militantes da década anterior, autênticos representantes do nosso pensamento político”,⁵² diminuindo assim a importância que os anos de 1860 tiveram no debate das reformas. Por isso, se está de acordo que o tema das reformas antecede o que Angela Alonso identificou como sendo próprio da “Geração de 70”. Esta “geração” na verdade era constituída por agentes políticos que não faziam parte dos círculos de poder e buscavam uma maior inserção e protagonismo na política, para isso criaram um ambiente hostil na tentativa de gerar “uma crise do regime”, haja vista que o clima de insatisfação com a monarquia no Brasil se acentua com o despontar da Modernidade e suas mudanças estruturais na sociedade, pois a economia se modificara, o trabalho escravo tinha que ser substituído pelo trabalho livre e assalariado, a questão da imigração se mostrava uma saída possível na substituição da mão de obra, tornando-se uma das questões centrais das propostas de reforma, a descentralização

composições políticas no Parlamento regencial (1831-1834)”. In: *Livros e impressos: retratos do Setecentos e do Oitocentos*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009. p. 187.

⁵⁰ Ver BOEHRER, George C. A. *Da monarquia à república: história do Partido Republicano do Brasil: 1870-1889*. Belo Horizonte – Rio de Janeiro: Editora Itatiaia, 2000. p. 226-227.

⁵¹ Ver CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. (Orgs.). “Radicalismo e Republicanismo”. In: *Repensando o Brasil do Oitocentos: cidadania, política e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

⁵² Ver CARVALHO, José Murilo de. *Clamar e agitar sempre: os radicais da década de 1860*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2018. p. 17.

com uma maior autonomia para as províncias também era debatida intensamente, a separação da Igreja do Estado, entre outros pontos. Esse cenário foi utilizado pelos contestadores da monarquia para então substituí-la e, a partir disso, assumirem um protagonismo maior na política nacional.

Questões essas presentes na proposta de reforma dos Liberais há tempos, como destacou George Boehrer em relação ao Partido Republicano e seu *Manifesto* de 1870: “Os brasileiros mal podiam tomar como excepcional algumas das medidas propostas. De fato, muitas delas já haviam sido apresentadas pelo Partido Liberal”.⁵³

O Partido Liberal surgiu em 1831 e com ele a defesa da abolição, da monarquia federal, do fim do Poder Moderador, de um Senado eletivo e temporário, da supressão do Conselho de Estado, das Assembleias Provinciais em duas Câmaras, tendo poderes legislativos sobre as municipalidades, da livre liberdade de expressão, da separação da Igreja e do Estado, etc. Enquanto que o Partido Conservador despontou no ano de 1837 e adotou a oposição às reformas propostas pelos Liberais. Desse impasse em relação às medidas reformistas surge, em 1862, no cenário político do país a Liga Progressista, constituída tanto por liberais, quanto por conservadores que eram a favor da efetivação das reformas - os conservadores moderados. Todavia, o programa defendido pela Liga, por ser mais brando do que aquele proposto inicialmente pelos liberais, não atendeu as aspirações de reformas dos mesmos que, em 1866, organizaram o movimento liberal-radical.⁵⁴ A radicalização, no intuito de divulgar suas ideias, fez surgir, em 1868, o Clube Radical que teve na imprensa como órgão o jornal *A Opinião Liberal*, bem como o apoio, em 1869, do jornal *O Correio Nacional*. Os radicais propunham: abolição da Guarda Nacional, extinção do Poder Moderador, descentralização, Senado temporário e eletivo, liberdade de ensino, suspensão dos magistrados pelos tribunais superiores, poder judiciário independente, separação do poder judiciário da polícia, a eleição dos presidentes de província pelas mesmas, o voto direto e geral, entre outras medidas.

O desacordo entre os dois partidos monárquicos em relação à realização das reformas, bem como o modo como se mantinham no poder e as conduziam, fez com que o D. Pedro II fizesse uso do Poder Moderador, possibilitando-o intervir como uma espécie de “juiz” nas decisões e disputas partidárias. O monarca tentou realizar assim uma “política de

⁵³ O autor ao analisar o *Manifesto Republicano* de 1870 ressalta também que “O manifesto, em si, não era especialmente digno de nota. Distinguiu-se dos documentos liberais anteriores apenas pela sua oposição à instituição monárquica”. Ver BOEHRER, George C. A. *Op. Cit.*, p. 226-227.

⁵⁴ Sobre a linguagem política radical ver BASILE, Marcello. “Luzes a quem está nas trevas: a linguagem política radical nos primórdios do Império”. In: *Topoi*, Rio de Janeiro: URFJ, set. 2001. p. 91-130.

conciliação”, alternando no poder os dois partidos para que se tivesse um equilíbrio entre ambos na cena política do país, algo que não durou muito tempo, pois o conflito pelo poder e os pontos defendidos pela reforma propiciaram o surgimento de uma terceira força no cenário político: o Partido Republicano (1870) que repetia a maioria dos pontos contidos nas reformas dos liberais, trazendo como novidade tão somente a defesa de mudança do regime político ao país.

Vale lembrar que a Modernidade trouxe consigo mudanças estruturais que deveriam ser acompanhadas de reformas pela Monarquia. O problema fora justamente conseguir dar o primeiro passo em relação ao projeto de reforma sem abalar a estrutura do Império. Assim, o desafio imposto pela Modernidade à Monarquia era que o próprio Império fosse capaz de realizar as demandas exigidas nos Novos Tempos, ou então, outro regime se candidataria a efetivá-las.⁵⁵

A efetivação das reformas foi exigida ao Império através do acirramento de questões como o debate em torno da abolição, a substituição de mão de obra servil pela assalariada, proveniente da imigração, a demanda de descentralização, em exigência ao federalismo, um maior protagonismo político de determinados setores que não se sentiam valorizados pela Monarquia, entre outros fatores, adensavam o sentimento de mudança e de descontentamento frente à Coroa.

⁵⁵ Alguns autores foram fundamentais para uma melhor compreensão das estratégias de ação dos grupos republicanos, sobretudo aqueles que interpretaram esses grupos como agentes que buscavam um maior destaque na cena política do país pela via discursiva e, por isso, constataram que não era possível a separação dos campos intelectual e político no Oitocentos, visto que se utilizaram das convenções linguísticas em voga, emprestaram a elas novos significados e, assim, justificaram novas práticas, valores e instituições ao derrubarem a Monarquia. Embora as interpretações históricas sobre a república no Brasil sejam muitas, visto a importância e a atualidade do tema, escolhe-se destacar alguns autores que, com seus trabalhos, contribuíram para uma melhor compreensão da guerra discursiva instaurada pelos que se denominavam aliados do campo político no Brasil oitocentista. A historiografia sobre a instalação da república brasileira oferece um vasto número de interpretações, como, por exemplo, a versão de que seriam os próprios monarquistas que, inflexíveis em relação às reformas sociais, acabaram por permitir o desmoronamento do regime; ou a versão republicana que o novo regime seria uma questão de tempo para ser implantado, pois seria parte do processo pelo qual passariam os Estados Modernos; também foram muitas as versões que concentram a atenção em sujeitos históricos, ou em instituições específicas, do período atribuindo aos mesmos papel central no advento da república brasileira; ou ainda interpretações de cunho marxista que privilegiam a questão econômica como explicação para a mudança de regime; há também as interpretações de viés meramente doutrinário que identificam o surgimento de “filosofias no Brasil” a partir da entrada das correntes estrangeiras em voga, entre outras possíveis. Sobre a escrita da história republicana ver COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: Momentos Decisivos*. São Paulo: Editorial Grijalbo, 1977, capítulos 10-11. Contudo, optou-se pelo diálogo, neste trabalho, com os autores que contribuíram para a interpretação da república como o desenrolar de um processo de insatisfação com a Monarquia devido à falta de atuação no campo político de determinados grupos que se sentiam prejudicados pela pouca, ou nenhuma, entrada política, campo dominado há tempos pelos conservadores. Também sobre historiografia da República no Brasil ver GOMES, Ângela de Castro; FERREIRA, Marieta de Moraes. “Primeira República: um balanço historiográfico”. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, vol. 2, n. 4, 1989, p. 244-280.

Assim, temos como exemplo, o irromper do *Manifesto Republicano* de 1870, entendido como um documento-síntese do pensamento republicano e que trouxe consigo as reformas propostas há tempos, a Lei do Ventre Livre (1871), que recebeu inúmeras críticas, sobretudo dos proprietários de escravos de diferentes províncias cafeeiras do país, a tensão entre a Igreja e o Estado, a partir do episódio dos dois bispos condenados pelo Supremo Tribunal de Justiça, devido à proibição feita por eles aos maçons de frequentarem irmandades religiosas, os militares que se sentiam pouco valorizados pela Monarquia, principalmente após a Guerra do Paraguai, episódio esse que, inclusive, gerou muita discórdia entre os próprios políticos que não possuíam um consenso em relação às ações, medidas e consequências sofridas pela atuação do Brasil na referida Guerra, também houve a reforma eleitoral de 1881, com brutal redução no número de eleitores, entre outras questões que criaram insatisfações e clima propício à mudança de regime, afinal “à perda do apoio dos proprietários, da Igreja e dos militares, a monarquia foi afastada do povo pela redução da participação eleitoral”⁵⁶ e o crescente debate em torno da opção republicana desembocaram em uma conjuntura de hostilidade à permanência do Império, pois geraram a perda de sua legitimidade e, conseqüentemente, de apoio de alguns dos setores mais importantes para sua manutenção.

Desse modo, concorda-se que as mudanças estruturais e a morosidade na ação de acompanhá-las serviram de ingredientes para os grupos contestadores criarem e trabalharem a ideia de “crise”, bem como apresentarem uma interpretação da Monarquia como estrutura arcaica a ser superada pela república. Contudo, destaca-se que, dentre todas as transformações necessárias, a de caráter fulcral fora mesmo a abolição. A desagregação política era o resultado de profundas mudanças sociais e econômicas ocorridas no Brasil.

Essa sociedade das últimas décadas do Oitocentos é de composição e interesse diversos se compararmos com a sociedade brasileira das primeiras décadas do século XIX. Se em fins do Oitocentos encontramos uma sociedade fragmentada em todos os níveis, sobretudo devido à disputa pela inserção e atuação nos círculos de poder político, na primeira metade do século há seu oposto em relação à elite, ou seja, homogeneidade de elite, formada pelas mesmas ideias provenientes da educação dada pela instituição europeia, em Coimbra. Fora essa formação comum oferecida aos estudantes brasileiros na Universidade de Coimbra que possibilitou o amálgama necessário para se obter e manter os elos da elite brasileira na construção da ordem estatal. Além de outros fatores que contribuíram para constituição desse “clube”, como, por exemplo, a ocupação em cargos públicos durante longos períodos, visto

⁵⁶ Ver CARVALHO, José Murilo de (Org.). *A construção nacional: 1830-1889*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012, p. 119.

que o “domínio de funcionários públicos na elite política significava na verdade que os representantes da sociedade eram ao mesmo tempo representantes do Estado”.⁵⁷ Sendo assim, de acordo com a tese de José Murilo de Carvalho,

O ponto importante a guardar de toda a análise é que a síndrome educação superior/educação jurídica/educação em Coimbra deu à elite política da primeira metade do século aquela homogeneidade ideológica e de treinamento que apontamos como necessária para as tarefas de construção de poder nas circunstâncias históricas em que o Brasil se encontrava.⁵⁸

Contudo, com o embate entre o novo e a tradição imperial aumentando com o passar do tempo, as críticas ao regime se intensificam e o que antes parecia ser uma elite homogênea, sobretudo pela mesma formação vinda de Coimbra, agora, com os novos setores insatisfeitos na esfera política se tem, a partir principalmente de 1870, a constatação de que

A vida intelectual do país começou a mudar significativamente no início da década de 1870, com a introdução de outras correntes europeias de pensamento, sobretudo o positivismo e o evolucionismo. A essa altura, a sólida homogeneidade da elite política começava a ser minada.⁵⁹

Surgem no cenário político do país novas propostas, sobretudo republicanas, para assim promover a mudança de rumo nacional. Por isso, faz-se necessária a abordagem das correntes e concorrentes republicanas, positivista e jacobina, principalmente porque o pensamento francês foi um dos que melhor serviu aos contestadores do Império.

1.2 O Positivismo de Augusto Comte

O positivismo⁶⁰ surgiu com Augusto Comte na primeira metade do século XIX e se caracterizou por ser um sistema de pensamento que tinha como objetivo auxiliar na reorganização da sociedade. Segundo o pensador, a humanidade devia, a partir de uma perspectiva histórica, identificar em qual dos estados de desenvolvimento se inseriria, para assim, direcionar sua ação que teria como fim alcançar o último estado de desenvolvimento humano, ou seja, o estado positivo. De acordo com uma das primeiras obras⁶¹ do autor, a humanidade estava dividida em três estados de desenvolvimento, a saber: teológico ou fictício,

⁵⁷ Ver Carvalho, José Murilo de. *Op. Cit.* p. 116.

⁵⁸ *Ibidem*, p. 84.

⁵⁹ *Ibidem*, p. 86.

⁶⁰ Parte deste capítulo destinado a tratar dos temas: positivismo e jacobinismo no Brasil é proveniente dos estudos iniciados ainda em meu mestrado e por serem fundamentais também nesta tese foram rerepresentados, bem como ampliados e revistos, assim como outras partes da pesquisa.

⁶¹ Ver COMTE, Augusto. *Plano dos Trabalhos Científicos Necessários para Reorganizar a Sociedade*. São Paulo: Editora Escala, 2006. 1º edição de Maio de 1822.

metafísico ou abstrato e positivo ou científico, que ao serem identificados com a observação atenta da realidade feita por teóricos, através da adoção de uma perspectiva histórica, a sociedade, através de seus representantes, sofreria ações para possibilitar seu pleno desenvolvimento rumo ao último estágio.

O primeiro dos três estados, teológico ou fictício, era caracterizado pelo despontar da razão, sendo o início das ciências, por isso sua explicação se dava a partir da lógica do sobrenatural, tanto na forma fetichica, quanto politeica e monoteica, correspondendo aos diferentes tipos de divindades. Já em relação ao segundo estado, metafísico ou abstrato, sua explicação se dava entre a fase anterior e a futura, colocando-se como fase intermediária, por isso mesmo via os fatos de maneira não tão sobrenatural como no estado anterior, já que suas concepções não eram de todo extraterrenas, mas também não eram plenamente naturais, possuía assim abstrações personificadas. Finalmente, em relação ao último estado, positivo ou científico, este corresponde ao momento no qual todas as ciências apresentam sua forma definitiva, tendo os fatos explicações que, a partir da observação de teóricos, baseiam-se em enunciados gerais, leis naturais que desvendam o mundo.

A Lei dos Três Estados passa a ser o fundamento geral da doutrina comteana. E é por isso que a filosofia da história de Augusto Comte se utiliza do estudo do passado para que este forneça ao presente as medidas necessárias a serem tomadas na eliminação das barreiras ao pleno desenvolvimento social a caminho do estado positivo, horizonte utópico a ser atingido. É desse modo que ao identificar a monarquia como sendo uma forma de governo atrelada ao atraso que Augusto Comte faz a crítica aos reis:

Com efeito, aspiram os reis a em sua plenitude restabelecer a ordem medieval, absurdo que exigiria uma retrogradação de seis séculos, que anulasse os avanços da civilização registrados neste longo interím, enquanto visam os povos a reconstruir a sociedade valendo-se dos princípios adotados no combate às estruturas caras aos primeiros.⁶²

Assim, o pensador buscava observar o real para depois modificá-lo, trazendo a reflexão filosófica para a realidade concreta na tentativa de acelerar o processo de transição ao qual a humanidade estava destinada a passar.

Na obra intitulada *Plano dos Trabalhos Científicos Necessários para Reorganizar a Sociedade*, de maio de 1822, Augusto Comte afirmou que a crise sentida pelos homens exigia dos mesmos, ações para que fosse superada a partir de uma “reorganização social”. Essa mesma reorganização para ser bem sucedida devia se valer da História para identificar o

⁶² Ver LACERDA NETO, Arthur Virmond de. *A república positivista: Teoria e Ação no Pensamento Político de Augusto Comte*. Curitiba: Juruá, 2003. p. 42.

estado evolutivo no qual se devia caminhar para. Contudo, o erro de muitos reis e povos estava na atitude de ambos de tentar permanecer com os mesmos valores e instituições vigentes, resistindo assim na facilitação das mudanças necessárias que auxiliariam no desvelar da marcha geral da civilização. Neste sentido, ao invés de reorganizar, ambos estavam desorganizando a sociedade que então entrava em um grande estado de anarquia. Algo que pode ser verificado na passagem abaixo:

aos espíritos que procuram de boa fé remédio para a crise atual e que sentem, em toda a sua extensão, a necessidade de uma reorganização, mas que não levaram em consideração a marcha geral da civilização e que, encarando somente o estado presente das coisas sob um único prisma, não perceberam a tendência da sociedade para o estabelecimento de um novo sistema, mais perfeito e não menos consistente que o antigo.⁶³

Como afirma o pensador, era para ele perceptível a necessidade de uma reorganização social, entretanto, o problema estava em como promovê-la. E isso certamente não podia ser através da manutenção, ou resgate, de instituições e valores passados que serviam tão somente para atravancar a marcha evolutiva na qual toda a humanidade estava submetida.

O passado então servia para apontar a direção futura e não para ser retomado como modelo no presente. A história fornecia o quadro geral da sociedade e mostrava para onde se deveria seguir. É dessa maneira de pensar o passado que, na obra intitulada *Discurso Sobre o Espírito Positivo*, Augusto Comte afirma que:

A principal diferença filosófica consiste no espírito anti-histórico que exigia o abalo inicial, no qual a humanidade, para sair energicamente do antigo regime, devia então estar animada de ódio cego contra o passado; enquanto que daí por diante o espírito dominante deve, ao contrário, tornar-se profundamente histórico, seja para conferir ao passado uma justiça indispensável à nossa inteira emancipação, seja para fundar nosso futuro sobre sua única base sólida, ligando-o sempre ao conjunto da evolução humana.⁶⁴

A história permitia a identificação do estágio social em que se estava e, conseqüentemente, para onde se caminhava na marcha evolutiva.

É dessa maneira que todos os trabalhos da obra deixada por Augusto Comte visam apontar

os meios pelos quais ingressará a sociedade no rumo da história em direção ao sistema social que naturalmente sucederá às estruturas teológicas e feudais em desagregação desde o século XIII, transição face a qual reis e povos empenham-se em recuperar as bases sociais declinantes. Ambos porém equivocam-se quanto ao meio de fazê-lo.⁶⁵

⁶³ Ver COMTE, Augusto. *Plano dos Trabalhos Científicos Necessários para Reorganizar a Sociedade*. São Paulo: Ed. Escala, 2006. p. 14-15.

⁶⁴ Ver COMTE, Augusto. *Discurso Sobre o Espírito Positivo*. São Paulo: Ed. Escala, 2006. p. 110. (1ª edição 1848).

⁶⁵ Ver LACERDA NETO, Arthur Virmond de. *Op. Cit.*, p. 41-42.

Se a persistência de práticas, valores e instituições passadas no presente eram identificadas pelo pensador como um equívoco, era preciso, o quanto antes, tomar a consciência do caráter transitório da sociedade e agir para que se atingisse a última fase na qual toda a humanidade caminharia, afinal, para Comte, “o princípio de civilização progressiva [é] inerente à natureza da espécie humana”.⁶⁶ Era na fase positiva ou científica que se abandonava toda e qualquer metafísica, visto as ciências sociais, sobretudo a Sociologia, estarem em sua forma definitiva e, por isso, poderem fornecer as leis naturais pelas quais se explicaria o mundo que, naquele momento, caracterizava-se pela fraternidade universal, decorrente do positivismo e da humanidade redescobrir a própria Humanidade. Assim,

Por entre os mais variados percalços, os seres humanos afastam-se das motivações sobrenaturais e percebem cada vez mais o seu próprio ambiente; cansam-se cada vez mais das disputas e dos motivos de disputa, e buscam a concórdia e a confraternização universais; deixam de lado os exclusivismos de classe e reconhecem a complementariedade mútua e os deveres sociais de cada um.⁶⁷

Não por acaso as intensas críticas, tanto ao regime monárquico, quanto ao direito divino dos reis, ambas feitas por Augusto Comte ao longo de suas obras. Segundo o pensador, o regime monárquico era a permanência de estruturas retrógradas no presente e a necessidade de superação ia de encontro à vontade do soberano que, respaldado pela justificativa sobrenatural, garantia sua posição de rei em detrimento do desenvolvimento social. Era preciso destituir o rei, bem como o regime monárquico e aplicar o republicanismo positivista, forma de governo defendida por Augusto Comte e identificada como sendo a ideal no estado positivo, pois “se a monarquia era a forma de governo própria do estado teológico, o parlamentarismo liberal-democrático caracterizava o estado metafísico. Portanto, o estado positivo "pacífico e industrial" deveria ser republicano e "tecnocrata””.⁶⁸

O republicanismo positivista possui uma

interpretação da História, de uma filosofia da evolução humana que cede à correspondência entre o modo governativo e o estado de civilização em constante avanço. Daí o Positivismo reputar anacrônico e indesejável o regime monárquico; daí também o azedume dos adeptos deste (quando os havia) contra aquela doutrina⁶⁹

Desse modo, o republicanismo positivista se opunha ao regime monárquico e tinha como principal característica ser uma república forte e centralizada na figura de um ditador,

⁶⁶ Ver COMTE, Augusto. *Plano dos Trabalhos Científicos Necessários para Reorganizar a Sociedade*. São Paulo: Ed. Escala, 2006. p. 16.

⁶⁷ Ver LACERDA NETO, Arthur Virmond de. *Op. Cit.*, p. 24.

⁶⁸ Ver TORRES, João Camilo de Oliveira. *O Positivismo no Brasil*. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 1942. p. 60.

⁶⁹ Ver LACERDA NETO, Arthur Virmond de. *Op. Cit.*, p. 29.

visto que “para garantir o progresso, a ditadura monocrática deve, pois, tornar-se republicana, em todo o Ocidente, segundo o modo e a época peculiares a cada caso”.⁷⁰ Este, por sua vez, concentrava em suas mãos a maior parte dos poderes. Não existia o Legislativo que também fazia parte dos poderes acumulados pelo ditador, que tinha junto a si apenas um colegiado com funções meramente administrativas. Ficava-se evidente a preponderância do poder pessoal, mas não absoluto, segundo o autor, visto que a concentração do Executivo vinha acompanhada das plenas liberdades públicas que legitimariam o regime, como, por exemplo, de pensamento, imprensa, crítica, participação e discussão. Eram essas liberdades que permitiam o controle da república ditatorial positivista, sendo exercidas pela opinião pública. Contudo, segundo a visão positivista, se essa mesma opinião pública se mostrasse descontente com as medidas tomadas pelo ditador podia manifestar-se de maneira contrária ao regime pela via da resistência civil, sob a forma de boicotes, greves, não pagamento de impostos e até mesmo pela instauração da insurreição. Entretanto, esta última ação só era válida em casos extremos, nos quais o governante não mais aceitasse estar sob o império da lei, que era elaborada pela opinião pública, despontando assim em tirania.

O governante sendo um ditador, não era eleito pelo voto, mas através de indicação - um ditador indicava outro para seu lugar quando chegasse aos 63 anos, tempo máximo permitido para exercer a função. A escolha do sucessor devia ser feita a partir de uma criteriosa avaliação de seus possíveis candidatos, devendo contar as aptidões administrativas para o cargo, a atuação passada na vida pública, a esfera privada, a moral e, sobretudo, o mérito pessoal. O sucessor que melhor respondesse aos requisitos era então indicado pelo governante em exercício. Ao assumir o governo, o novo ditador devia ser legitimado pela manifestação da opinião pública:

sob o livre e indissociável assentimento público, expresso pelos meios possíveis, como decisão plebiscitária, clamor geral, aclamação e equivalentes, mesmo eleição. Afinal, sua legitimidade repousa em sua aceitação, e não necessariamente em sua eleição, esta representando apenas um modo de exprimir aquela⁷¹

É importante ressaltar que Augusto Comte se mostrava contrário ao voto por acreditar que o eleitor nem sempre estava apto a fazer a “melhor escolha”, assim o sufrágio era um “meio de escolha, entretanto, incapaz de assegurar-lhe a aptidão administrativa e a probidade moral, condições de cujo apreço o sufrágio confia ao critério do eleitor, nem sempre

⁷⁰ Sobre os governantes ver COMTE, Augusto. *Apelo aos conservadores*. Rio de Janeiro: Apostolado Positivista do Brasil, 1899. p. 170.

⁷¹ Ver LACERDA NETO, Arthur Virmond de. *Op. Cit.*, p. 87.

habilitado a discerni-las com a devida exatidão”.⁷² Contudo, a legitimidade do ditador, segundo o autor, estava na manifestação da opinião pública, não sendo ameaçada pelo processo de sucessão ditatorial.

A ideia de ditadura defendida por Augusto Comte como sendo a forma de governo ideal, por isso mesmo correspondente ao último estado, positivo ou científico, da humanidade fora proveniente de suas leituras sobre o Império Romano. Segundo o pensador, a ditadura republicana podia ser lida como a escolha feita pela “hereditariedade sociocrática”, na qual há por parte do titular do cargo, ou seja, o imperador romano, a designação de seu sucessor. Assim, “um nobre velho inaugura sabiamente a segunda fase [do Império Romano] em introduzindo o sistema de sucessão adotiva que a caracterizará sempre. Sua feliz iniciativa, por muito tempo imitada, conferiu a ditadura ocidental ao melhor tipo de que possa ele honrar-se”.⁷³

Não fora por acaso que os principais expoentes do positivismo no Brasil, como, por exemplo, Miguel Lemos e Teixeira Mendes, defendiam a ideia da “hereditariedade sociocrática”. Esta era a proclamação da república ditatorial no país pela via pacífica, na qual D. Pedro II se autoproclamaria ditador, dando início a uma nova fase que, posteriormente, indicaria seu sucessor ao cargo.

Assim, a principal função do ditador, segundo o autor, era governar em prol da coletividade, estando sempre sujeito ao império da lei e da opinião pública, tendo como destino a manutenção da ordem material e do progresso.

Outro ponto importante do positivismo diz respeito ao final de sua obra, quando se destacam os aspectos religiosos que deram origem ao culto da Humanidade. Essa última fase que originou a Religião da Humanidade foi o principal ponto de discórdia entre os adeptos da filosofia positivista de Augusto Comte. Muitos de seus seguidores e discípulos não aceitavam a união da doutrina de bases científicas à religião criada pelo pensador e que tinha como personificação da humanidade a figura feminina de Clotilde de Vaux.⁷⁴ A ambição comteana em transformar a religião católica na “Religião da Humanidade”,⁷⁵ cuja metafísica era negada em prol da humanidade que redescobre a si própria, fora o grande divisor de águas entre os positivistas, sobretudo porque invertia-se a ordem, ou seja, a razão ficava em segundo plano,

⁷² *Idem.*

⁷³ *Ibidem*, p. 63.

⁷⁴ Sobre a Vida e Obra de Augusto Comte, principalmente seu encontro, em 1844, com Clotilde de Vaux e o sentimento que virou idolatria ver COMTE, Augusto. *Os Pensadores*. São Paulo: Editora Nova Cultura, 1996.

⁷⁵ Sobre a fase final das obras de Augusto Comte e a adoção da Religião da Humanidade ver COMTE, Augusto. “Catecismo Positivista”. In: *Os Pensadores*. São Paulo: Editora Nova Cultura, 1996.

o sentimento de altruísmo era posto à frente. Com isso, caminhava-se para a instauração de uma teologia e de seus rituais. Tendo como base a religião católica, o pensador instaura, apesar de ter uma concepção laica, os “santos” - grandes homens da humanidade, as “festas” - cívicas, os “sacerdotes” - que eram os positivistas ortodoxos, um calendário próprio que passava a dar destaque aos grandes personagens da humanidade e até mesmo o culto da Virgem-Mãe que deixava de ser a Virgem católica para ser a alegoria feminina da humanidade personificada em Clotilde de Vaux.⁷⁶ No Brasil, o destaque aos grandes homens e a tentativa de construção de uma nova memória da nação, que fizesse frente àquela construída para legitimar a monarquia, contou com um panteão composto por nomes de destaque, como, por exemplo, José Bonifácio, Luís de Camões⁷⁷ e Benjamin Constant.⁷⁸ Esses dois últimos foram biografados por Miguel Lemos e Teixeira Mendes, respectivamente, a partir da lógica positivista.

Embora fosse uma concepção religiosa, desprovida de metafísica, de sobrenatural, valorizando tão somente o terreno, a inversão proposta pelo sentimento frente à razão, fez com que, por exemplo, seu discípulo Emile Littré o abandonasse justamente por não concordar com a ideia de uma nova religião, bem como questionasse a sanidade do ex-mestre.

É a partir de então que se tem a divisão entre os positivistas que aceitam a obra de Augusto Comte em sua totalidade e aqueles que rejeitam a fase final de seus textos, por não concordarem com a ideia de seguirem uma nova religião; esta “guinada teórica e doutrinária não será acompanhada por todos os seus discípulos. Ocorre, então, o primeiro de uma série de cismas que marcarão a trajetória do positivismo”.⁷⁹ Assim, embora se adote uma divisão, *a posteriori*, entre positivistas como: ortodoxos e heterodoxos para classificar aqueles que aceitam, ou não, a parte final das obras de Augusto Comte, deve-se ressaltar que a classificação varia e muito, tamanha a pluralidade de vertentes positivistas pelo mundo.

⁷⁶ Ao se colocar o sentimento à frente da razão, a mulher ganha papel de destaque no positivismo, já que, segundo Sérgio Buarque de Holanda, “a eficácia salutar dos modelos de sentimento e conduta, fornecidos antigamente pela nobreza, irão pertencer sobretudo ao “sexo afetivo”. A capacidade de amor e devotamento, que parece distintivo da mulher, alimentará um sentimento de solidariedade social, que se encontra à base da nova religião da Humanidade, pois, sem a presença ativa da mulher, o positivismo estava impedido de tornar possível o abandono da teologia em sua antiga função social”. Ver HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Op. Cit.*, p. 301.

⁷⁷ Ver LEMOS, Miguel. *Luis de Camões*. Rio de Janeiro: A.P.B, 1880.

⁷⁸ Ver MENDES, Raimundo Teixeira. *Benjamin Constant, esboço biográfico*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1937.

⁷⁹ Ver ALONSO, Angela. “De Positivismo e de Positivistas: Interpretações do Positivismo Brasileiro”. In: *BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: MMFREIRE, nº 42, 2º semestre de 1996. p.110.

1.3 O Positivismo no Brasil

O grupo positivista no Brasil, proveniente do pensamento de Auguste Comte, possuía diversas variantes, contudo todas condenavam o regime monárquico. A condenação era em nome da crença no progresso, pois a visão positivista, de caráter teleológico, identificava na monarquia um atraso na marcha da história e, por isso, a necessidade de sua superação. A fase monárquica deveria ser superada pela chamada “fase positiva”, na qual o regime republicano seria implantado.

No entanto, a opção republicana era a favor da instalação de uma república ditatorial, com o exercício de um Executivo forte e intervencionista que, atuando separadamente da Igreja, garantiria os interesses da corrente positivista. Adotava-se um Estado forte, pois a “finalidade de tal ditadura era promover a república social, isto é, garantir, de um lado, todas as liberdades espirituais e promover, de outro, a incorporação do proletariado à sociedade, mediante a eliminação dos privilégios da burguesia”.⁸⁰ Os grupos que se identificavam com a visão positivista eram os militares, os republicanos do Rio Grande do Sul, região que possuía uma tradição militar própria, e os proletários.

É importante destacar que a inserção do proletariado era necessária para a plena realização da evolução científica proposta na filosofia comtista, pois sendo sua última fase regida pela ciência, a sociedade moderna industrial teria na figura do operariado sua nova camada social. Conforme observa Maria Tereza Chaves de Mello: “Basta-nos destacar que para Comte a evolução, que se queria científica – e, portanto, industrial – teria que lidar com o surgimento de uma nova camada social, o proletariado, o que exigia a sua incorporação à sociedade moderna”.⁸¹

Assim, no entendimento positivista, à medida que a sociedade evoluísse e se industrializasse, haveria a necessidade de incorporação dessa nova parcela para garantir a manutenção do progresso social, pois “a elevação do caráter brasileiro consiste essencialmente na elevação do proletariado, porque ele constitui a quase totalidade da nação”⁸² de base industrial, como argumentava Teixeira Mendes, em publicação da Igreja e Apostolado Positivista do Brasil.

⁸⁰ Ver CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 41.

⁸¹ Ver MELLO, Maria Tereza Chaves de. “A República e o Sonho”. In: *Varia História*. Belo Horizonte: UFMG, vol. 27, nº45, Jan/Jun 2011. p. 127.

⁸² Ver MENDES, R. Teixeira. *A Incorporação do Proletariado na Sociedade Moderna*. Igreja e Apostolado Positivista do Brasil. Rio de Janeiro, n. 77, jul. 1908. p. 6.

O modelo positivista tinha em Miguel Lemos e Teixeira Mendes seus principais expoentes, além também dos artistas Eduardo Sá e Décio Villares⁸³ que desempenharam, através de suas obras, um importante papel. As obras eram atreladas ao discurso positivista e forneciam um verdadeiro arsenal à batalha simbólica no período de disputa pela implantação do novo regime político. Abaixo, algumas das obras feitas pelos referidos artistas já no período da história republicana, o que atesta que o ideário positivista fora muito importante não apenas durante o período de contestação do Império, na construção de um discurso combativo, mas também *a posteriori*, com a utilização de símbolos à construção de uma nova memória para a política nacional, pautada em homenagens aos republicanos e positivistas que contribuíram para a queda da Monarquia e implantação da República no Brasil. Assim, os monumentos escolhidos abaixo demonstram que os elementos alegóricos da simbologia positivista os inseriam na disputa imagética travada entre os movimentos republicanos no desenrolar dos anos da já proclamada República, na tentativa de conferirem legitimidade e visibilidade a determinado viés político, quando da sua inserção na paisagem da cidade.

Figura 1 – Monumento a Floriano Peixoto de Eduardo de Sá, Rio de Janeiro.



Fonte: Coleção Augusto Malta - acervo Museu da Imagem e do Som (RJ).

⁸³ Sobre a construção do monumento a Benjamin Constant ver publicação nº 8 da Igreja e Apostolado Positivista do Brasil. *O monumento a Benjamin Constant*. Rio de Janeiro: Templo da Humanidade, 1925.

Figura 2 – Monumento a Benjamin Constant de Décio Villares, Rio de Janeiro.



Fonte: Coleção Augusto Malta - acervo Museu da Imagem e do Som (RJ).

No Brasil, o positivismo surgiu em meados do Oitocentos nos meios acadêmicos, sobretudo na Escola Militar, na Escola Politécnica e na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e da Bahia.⁸⁴ A doutrina fora utilizada como teoria na defesa de teses e também auxiliava no ensino das ciências exatas, como, por exemplo, a matemática. Como destacou José Murilo de Carvalho:

No que diz respeito à dimensão intelectual, a Escola era marcada pela invasão de filosofias importadas da Europa, uma invasão também verificada nas Academias de Direito e Medicina e na Politécnica. As correntes mais populares eram o positivismo e o evolucionismo, com seus respectivos gurus, o francês Auguste Comte, os britânicos Charles Darwin e Herbert Spencer, e o alemão Ernest Haeckel. A juventude estudantil militar era dominada por crença fanática no poder da ciência. Esse cientificismo, partindo das ciências exatas e da biologia, estendia-se à sociedade, como doutrinavam Comte e Spencer. A sociedade, ou, no caso de Comte, a Humanidade com H maiúsculo, eram governadas por leis tão rígidas quanto as da biologia ou da astronomia. Contra tais leis lutavam inutilmente os inimigos do progresso. “Os vivos são sempre e cada vez mais governados pelos mortos”, sentenciara Comte.⁸⁵

Em relação à Escola Militar, o positivismo tinha como seu principal divulgador o militar e professor de Matemática Benjamin Constant, que se tornara positivista no ano de morte de Augusto Comte (1857). Contudo, Benjamin Constant fez parte do grupo que não aceitou a totalidade das obras comtistas, ou seja, embora não tivesse adotado o viés religioso

⁸⁴ Ver TORRES, João Camilo de Oliveira. *Op. Cit.*, p. 18.

⁸⁵ Ver CARVALHO, José Murilo de. “Euclides da Cunha e o Exército”. In: *Revista Brasileira*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, nº 63, 2010. p. 141-142.

do positivismo, desempenhou importante papel na divulgação da doutrina nos círculos militares. Segundo João Camilo de Oliveira Torres:

A influência de Benjamin Constant foi enorme. Tendo sido um “*mestre*”, em toda a significação da palavra, a mocidade da Escola Militar idolatrava-o. Apesar de positivista incompleto, foi o principal propagandista das idéias de Augusto Comte em nosso país. Por seu intermédio Miguel Lemos e Teixeira Mendes aproximaram-se do filósofo da rua *Monsieur-le-Prince*. Com o seu talento de vulgarizador, Benjamin fez com que muita gente se interessasse por Comte, das lições dele passando para as de Lemos e T. Mendes.⁸⁶

O papel de propagador do positivismo nos círculos militares garantiu a Benjamin Constant a biografia escrita por Teixeira Mendes.⁸⁷ Reconhecendo sua contribuição ao positivismo, mesmo não sendo o biografado um positivista ortodoxo. A rápida adesão da doutrina nos meios militares se deu porque o

positivismo, ao contrário, fascinou, pela sua base matemática, os “cientistas” e pôde encontrar, assim, guarida nas escolas militares, o único lugar onde havia “algum espírito de classe”. Deste modo, num meio onde não grassava nenhum pensamento ou ação organizados, o positivismo pôde vingar.⁸⁸

De fato, a adesão ao positivismo foi grande nos meios militares, mesmo sendo essa uma doutrina que fazia a defesa do pacifismo. Se no meio militar o positivismo era divulgado pela Escola Militar, sobretudo através das aulas ministradas por Benjamin Constant, na sociedade uma das primeiras tentativas de formação de um grupo para divulgação das ideias de Augusto Comte data de 1876, quando a Sociedade Positivista fundada por Oliveira Guimarães surge no Rio de Janeiro. E, em 1878, a associação passa a chamar-se Sociedade Positivista do Rio de Janeiro, tendo como presidente Joaquim Ribeiro de Mendonça. A finalidade dessa associação era disseminar a doutrina positivista com o objetivo de educar e moralizar a sociedade, auxiliando-a em sua reorganização. A disseminação da doutrina positivista era feita, inclusive, através de viagens de propaganda, como destacado em trecho de relatório do Apostolado Positivista do Brasil, referente ao ano de 1882, intitulado “Voyages de Propagande”,⁸⁹ por ocasião da ida de Teixeira Mendes a São Paulo para propagar o

⁸⁶ Ver TORRES, João Camilo de Oliveira. *Op. Cit.*, p. 127.

⁸⁷ Ver MENDES, Raimundo Teixeira. *Benjamin Constant, esboço biográfico*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1937.

⁸⁸ Ver ALONSO, Angela. *Op. Cit.*, p. 117.

⁸⁹ “M. Teixeira Mendes, continuant mon initiative de l’anée dernière, vient de faire un voyage à San Paulo pour y propager notre religion. Il y a exposé, en sept conférences, l’ensemble du culte, du dogne et du régime positivistes, devant un public de plus em plus sympathique à nos efforts, grâce à l’action du vaillant groupe de cette ville. L’influence exercée par M. Mendes a été très grande et il a réussi à détruire, chez les esprits assimilables, leurs dernières répugnances à l’égard de la nouvelle doctrine”. Ver LEMOS, Miguel. *Rapport pour l’anée 1882*. Rio de Janeiro: L’Apostolat Positiviste au Brésil, 1884. p. 43.

positivismo em sete conferências ao público que, segundo Miguel Lemos, estava disposto a ouvi-lo por ser cada vez mais simpático ao pensamento positivista. Tanto Teixeira Mendes, quanto Miguel Lemos, eram, dentre o grupo positivista nacional, os seus maiores expoentes.

A adesão à doutrina e, posteriormente, seu aprimoramento pode ser sintetizada no episódio no qual Miguel Lemos e Teixeira Mendes foram expulsos da Escola Politécnica, em 1876, por escreverem um artigo violento contra o diretor, na época, o Visconde do Rio Branco. A exclusão da Escola fez com que fossem à Europa e pudessem dar continuidade aos estudos da doutrina. Fora durante a estada de Miguel Lemos em Paris que se dera a maior aproximação doutrinária do estudante com o positivismo, heterodoxo, de Emile Littré. Contudo, essa aproximação da adoção de uma perspectiva littréista do positivismo fora logo recusada por Miguel Lemos, como pode ser observado na *1ª Circular Anual do Apostolado Positivista do Brasil*:

Havia muito também que eu sentia um vazio que o littréismo era impotente para encher; por vezes estive ao ponto de sucumbir ao desespero, quando contemplava esse abismo que se mantinha aberto entre a ciência e o sentimento. Em vão procurava eu o laço que devia prender os diversos aspectos da natureza humana, coordenando-os em relação a um destino comum. Onde o princípio supremo que devia assimilar um fito à ciência, um alvo ao sentimento e um fim à atividade? Qual o critério que havia de libertar-me da tirania de minha razão individual e oferecer aos homens, grandes e pequenos, instruídos e ignorantes, a base do dever?⁹⁰

Fora a rejeição por parte de Miguel Lemos da perspectiva littréista de não aceitar a Religião da Humanidade de Augusto Comte que fez com que o mesmo procurasse estabelecer um diálogo ainda mais próximo com Pierre Laffitte. A aproximação de Miguel Lemos e Pierre Laffitte fez com que a obra de Augusto Comte fosse adotada na sua completude. A conversão da doutrina de base científica à Religião da Humanidade propiciou que Miguel Lemos também se aproximasse de líderes positivistas que compartilhavam essa mesma perspectiva religiosa. Fora desse modo que, posteriormente, Miguel Lemos estabeleceu diálogo com o fundador do positivismo no Chile, Jorge Lagarrigue⁹¹ que, assim como ele, também fora do littréismo à Religião da Humanidade.

Miguel Lemos após retornar ao Brasil recebeu de Ribeiro de Mendonça a presidência da Sociedade Positivista do Rio de Janeiro, ficando aquele como presidente honorário da mesma sociedade. A mudança na presidência da Sociedade teve aprovação de Pierre Laffitte que concedeu a Miguel Lemos o título de “Diretor do Positivismo no Brasil”. Em 1881,

⁹⁰ Ver LEMOS, Miguel. *1ª Circular Anual do Apostolado Positivista do Brasil*. RJ: A.P.B., 1881. p. 20.

⁹¹ Ver LAGARRIGUE, Jorge. *A Ditadura Republicana segundo Augusto Comte*. Porto Alegre/RS: 1957, edição comemorativa do centenário da morte de Augusto Comte (1857 - 5 setembro - 1957).

Miguel Lemos passou a exercer a direção da Sociedade que se tornou o Apostolado Positivista do Brasil.

O Apostolado Positivista desde então passou a exercer importante papel na divulgação das ideias positivistas no Brasil-Império, bem como realizar intensa propaganda contrária ao regime monárquico. À frente estavam os apóstolos do positivismo, Miguel Lemos e Teixeira Mendes, que respeitavam de maneira ortodoxa a doutrina comteana. O radicalismo de ambos fora tão grande que Miguel Lemos se posicionou contrário à candidatura de Ribeiro de Mendonça, fazendeiro e senhor de escravos, para deputado provincial. Segundo Augusto Comte, os seguidores do positivismo não podiam ocupar cargos políticos, aceitar a escravidão e, muito menos, serem donos de escravos. Interpretando a atitude de Ribeiro de Mendonça como uma “heresia” à Religião da Humanidade, apelou para Pierre Laffitte, em fins de 1882, apresentando a este um projeto que ressaltava a proibição de ocupar cargos políticos e de possuir escravos a todos os positivistas. A partir deste episódio se deu o cisma (1883) entre Lemos e Laffitte, pois este último, embora concordando em tese com o projeto de Lemos, pedia ao mesmo para ser mais flexível em relação aos princípios do positivismo. Essa diferença entre radicalismo e tolerância na interpretação da doutrina fez com que “a partir deste momento os dois líderes, Lemos e Teixeira Mendes, [adotassem] uma política de pureza doutrinária: apenas aqueles que se submetessem ao seu comando seriam considerados ‘positivistas completos’”.⁹² Declararam independência do Apostolado em relação à sucursal de Pierre Laffitte.

Segundo Angela Alonso, a “Questão Laffitte – 1883” fez com que Lemos tivesse seu propósito bem sucedido, que era transformar sua versão da doutrina como a história oficial, o “verdadeiro positivismo”, em detrimento das demais perspectivas. Algo que fora reproduzido por parte da bibliografia dedicada ao tema.

É importante ressaltar que esse radicalismo adotado pelos positivistas ortodoxos brasileiros fazia parte de uma estratégia de ação para alcançar um determinado objetivo e não uma postura de um grupo de “fanáticos religiosos”, como muitas das críticas feitas ao grupo chegaram a afirmar. Como bem notou José Murilo de Carvalho, o radicalismo adotado pelos líderes da Religião da Humanidade fazia parte de uma estratégia política para intervir na cena pública do país como uma vanguarda da classe média que buscava visibilidade em uma sociedade que, regida pela mão de obra escrava e pela “gerontocracia de Estado”, não lhes dava espaço. Os ortodoxos eram uma nova geração, proveniente, sobretudo, da parcela técnica e científica da classe média, que buscava para si um espaço de atuação. Espaço esse

⁹² Ver ALONSO, Angela. *Op. Cit.*, p. 116.

que pensavam conseguir ao adotarem “uma organização e uma disciplina suficientemente desenvolvidas”.⁹³ Afinal, não faziam parte da elite política da época. Por isso mesmo, atuavam na busca por um lugar de destaque na cena do país, sendo bem recebidos pelos novos setores que também desejavam obter um maior espaço na sociedade.

Desse modo, o radicalismo era o meio pelo qual acreditavam efetivar seus projetos políticos. Não por acaso, a ciência era então entendida como a serviço da ação política, “ela fornecia à ação as bases em que se apoiar”.⁹⁴

Assim, o Apostolado passou a intervir cada vez mais na sociedade, via propaganda positivista, contra o Império, ajudando a disseminar pelo país os ideais comteanos que foram utilizados, em maior ou menor grau, por todos os grupos republicanos contestadores, sejam eles: positivistas ortodoxos, heterodoxos, liberais ou jacobinos. Esses grupos, a seu modo, utilizaram-se também do positivismo para justificar a “necessidade” de uma “reforma”, além de manterem-se unidos contra a Monarquia pela via contestatória.⁹⁵ O positivismo, bem como o darwinismo social e o evolucionismo foram algumas das grandes teorias oitocentistas que constituíram a linguagem da política científica que fora utilizada pelos grupos contestadores na tentativa de deslegitimarem o *status quo* imperial e se colocarem à frente do poder político do país.

Não por acaso, as convenções linguísticas e os conceitos fornecidos pelo vocabulário da política científica foram sabiamente manipulados, visto a capacidade de mobilizá-los para a construção discursiva apropriada aos fins almejados: em primeiro lugar derrubar a monarquia e, em seguida, implantar um Estado republicano positivista.

Sendo assim, se naquele momento nos concentrarmos na atuação do Apostolado, veremos que o mesmo intervinha a partir de circulares e conferências, sobretudo ministradas por Miguel Lemos e Teixeira Mendes, em defesa dos seguintes pontos:

somava finalidades práticas, postulando, entre outras medidas e em nome da liberdade espiritual, a instituição do casamento civil, do registro civil de nascimento e o processamento das honras fúnebres, vale dizer, a laicização dos três atos, depurando-se da tutela confessional a que se encontravam submetidas face à adoção do catolicismo romano como religião oficial do império⁹⁶

⁹³ Ver CARVALHO, José Murilo de. “A ortodoxia positivista no Brasil: um bolchevismo de classe média”. In: *Revista do Brasil*, dezembro de 1989. p. 52.

⁹⁴ *Ibidem*, p. 54.

⁹⁵ Por isso também o destaque dado, neste capítulo, ao pensamento positivista, sobretudo no Brasil, haja vista ser uma das principais teorias que forneceu vocabulário, semântica e simbologia aos republicanos combatentes da Coroa para usarem, adaptarem e criarem argumentos contra o Império de forma eficaz.

⁹⁶ Ver LACERDA NETO, Arthur Virmond de. *Op. Cit.*, 106.

Além desses pontos, defendiam intensamente o fim da escravidão - até como mais um tema a ser mobilizado na oposição ao Império - e a instauração de uma república ditatorial. Esses eram outros dois temas abordados pelo Apostolado, tanto nas *Circulares Positivistas*, quanto nas conferências públicas.

Em relação à temática republicana, embora os positivistas defendessem uma república ditatorial, mantiveram ligações com os demais republicanos, jacobinos e liberais. Miguel Lemos e os positivistas ortodoxos do Apostolado chegaram a participar de algumas reuniões do Partido Republicano da Corte, contudo não houve adesão dos mesmos. Não ocorreu adesão, mas por um período houve a participação nas reuniões gerais do Partido Republicano da Corte pelo grupo positivista, embora por pouco tempo, visto Miguel Lemos retirar seu apoio à candidatura de Quintino Bocaiúva, por acreditar que o mesmo era omissivo em relação aos pontos defendidos com veemência pelo Apostolado, sobretudo em relação à imigração chinesa, ponto que a direção da Igreja não aceitava como válida para substituir o trabalho escravo.⁹⁷ O objetivo de Miguel Lemos até o momento da retirada de apoio à candidatura de Quintino Bocaiúva era se unir ao discurso republicano liberal para intervir politicamente criando um discurso forte e eficaz a favor da república contra a monarquia. Segundo Antonio Paim, a partir de explicações enviadas por Miguel Lemos à redação *Gazeta da Tarde*, pode-se constatar as intenções políticas do apóstolo ao escrever que:

Tendo o diretor decidido que só poderiam tomar parte das reuniões gerais do partido republicano aquelas pessoas arroladas nos diversos clubes republicanos da Corte e Niterói, e não se achando nenhum de nós inscritos nesses núcleos, officiei ao Sr. Presidente da comissão diretora do partido, pedindo que se reconhecesse no Centro Positivista um grupo republicano como outro qualquer, de modo que os seus membros pudessem comparecer e deliberar nas convocações gerais do partido. A nossa pretensão baseava-se somente na comunhão de aspirações que nos liga aos outros republicanos, dizendo eu nesse ofício: “Republicanos como vós, embora com método e doutrina diferentes, os positivistas esperam ser atendidos neste justo pedido”. A comissão diretora anuiu prontamente ao que propunhamos. Se reclamamos o direito de tomar parte nas reuniões republicanas, foi para firmar, por um lado, essa identidade de aspirações, e, por outro lado, para não perder as ocasiões oportunas de oferecer à esclarecida e patriótica apreciação dos nossos correligionários as únicas soluções políticas capazes de operarem a transformação que todos desejamos, segundo as exigências de renovação científica moderna, que não se compadece mais com a metafísica revolucionária da escola democrática. Esperando, Sr, redator, do seu conhecido cavalheirismo, a inserção destas linhas, tendo a honra de subscrever-me de V.S.^a, etc. - Miguel Lemos.⁹⁸

O posicionamento político do Apostolado a partir de Miguel Lemos e Teixeira Mendes em relação a questões centrais de seu tempo era a principal marca da instituição. Por isso,

⁹⁷ Sobre os detalhes da retirada do apoio do Apostolado à candidatura de Quintino Bocaiúva ver PAIM, Antonio. *O Apostolado Positivista e a República*. Brasília: Editora UnB, 1981. p. 13-17.

⁹⁸ *Ibidem*, p. 11-12.

pode-se enquadrá-los dentro dos grupos de contestadores da Monarquia. Isso porque tanto os positivistas ortodoxos do Apostolado, quanto aqueles que estabeleciam ligação com a doutrina a partir dos institutos de educação que frequentavam quando estudantes se sentiam duplamente excluídos: do campo político, como também do mundo do trabalho, muitos deles tentavam ingressar nos cargos ligados ao ensino superior e não conseguiam, já que os concursos públicos não garantiam a aprovação pelo mérito, mas, sim, pela lógica do apadrinhamento. Desse modo, constata-se a “dificuldade individual em conquistar empregos e em trilhar a carreira canônica da política foi fermento de uma manifestação coletiva contra o *status quo* imperial, cuja forma magna foi o republicanismo”.⁹⁹

Por isso, a busca de união em torno de uma mesma temática já demonstra a procura de apoio à intervenção e, conseqüentemente, propicia uma situação favorável à mudança almejada. Certamente, o esquema filosófico comteano emprestou à guerra discursiva do período de questionamento do Império muitos dos argumentos para justificar as transformações desejadas, visto que tanto os positivistas quanto os que faziam uso da doutrina sem necessariamente se declararem como tal, escolheram e leram a seu modo o positivismo, não para fins meramente intelectuais, mas para uso político. Até porque a separação dos campos político e intelectual ainda não estava definida no Oitocentos. Assim, “o positivismo, no Brasil, ou o que fosse possível utilizar do positivismo, vai servir principalmente para despertar forças eruptivas, ganhando adesão nas classes onde lavra maior descontentamento com o regime, e que tinham meios de traduzir o descontentamento em atos”.¹⁰⁰

Como exemplo, temos os *slogans* positivistas que foram amplamente utilizados, tanto nas circulares, quanto nas conferências públicas e na imprensa. Até mesmo aqueles que entraram em contato com o positivismo tão somente para usá-lo como vocabulário de contestação, não podendo se autoproclamarem positivistas, utilizavam-se dos mesmos termos como arma política. Talvez, uma das maiores contribuições do positivismo tenha sido mesmo a possibilidade de fornecer um vocabulário eficaz à cena política, seu uso excessivo, juntamente com outras teorias de reformistas em voga no Oitocentos, possibilitou a construção de uma nova linguagem política republicana capaz de deslegitimar o *status quo* da monarquia. A consciência por parte dos opositores do regime, dentre eles os positivistas, da necessidade de ação política pode ser identificada a partir das escolhas e estratégias que adotavam, como, por exemplo, o uso de panfletos e não apenas de grandes obras, pois

⁹⁹ Ver ALONSO, Angela. *Idéias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p. 138.

¹⁰⁰ Ver HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Op. Cit.*, p. 303.

visavam um consumo imediato para acelerar a “reorganização social” que era justificada pela doutrina; a distribuição gratuita das *Circulares Positivistas*, que eram textos de propaganda e que facilitavam consideravelmente o acesso; as conferências públicas sobre os temas mais importantes do período e os *slogans*, ou seja, frases curtas, impactantes e de efeito para criar uma atmosfera propícia às mudanças desejadas também eram bastante utilizadas, entre outras medidas.

Assim, apenas para citar alguns *slogans* como: “Ordem e Progresso”; “Viver às claras”; “Viver para outrem”; além da frase que abria as publicações dos apóstolos, “O Amor por princípio e a Ordem por base; o Progresso por fim”, constituem alguns bons exemplos. Na própria fachada do Templo da Humanidade, no Rio de Janeiro, sede da Igreja Positivista no Brasil, há o lema positivista que seria adaptado e incorporado à bandeira nacional, tamanha a atuação e apropriação do pensamento de Augusto Comte para a constituição da República, bem como para sua manutenção em símbolos e memória. Abaixo, algumas fotografias da referida fachada do Templo da Humanidade, bem como de seu interior, com destaque para o altar-mor com a imagem da musa de Augusto Comte, Clotilde de Vaux, como personificação da Humanidade.

Figura 3 – Fachada do Templo da Humanidade, sede da Igreja Positivista.



Fonte: Coleção Augusto Malta - acervo Museu da Imagem e do Som (RJ).

Figura 4 – Interior do Templo da Humanidade, destaque para o altar-mor com imagem de Clotilde de Vaux.



Fonte: Coleção Augusto Malta - acervo Museu da Imagem e do Som (RJ).

Figura 5 – Interior do Templo da Humanidade, sede da Igreja Positivista.



Fonte: Coleção Augusto Malta - acervo Museu da Imagem e do Som (RJ).

As imagens acima escolhidas são da sede da Igreja Positivista do Brasil, já totalmente instalada no bairro da Glória. A mudança de região se deu em 1897, quando sai do Centro do Rio de Janeiro para inaugurar o Templo da Humanidade, que contou, inclusive, com cerimônia na qual Miguel Lemos mencionou em discurso a ocasião:

A modesta cerimônia deste dia concretiza todos esses progressos realizados, e inaugura uma nova e mais prometedora fase.

Podemos dizer que hoje deixamos o período nômade do nosso apostolado para assentarmos o nosso *labarum* neste pedaço de torrão brasileiro, já purificado pela dupla abolição, abolição da escravidão e da monarquia; transformando a tenda volante em morada permanente e duradoura. Habitando há muito a terra prometida, começamos hoje a construção do templo, e mais venturosos que os nossos antepassados de Israel não o veremos arruído, porque ele não vai abrigar um deus transitório, mas o culto imprecívél da Humanidade, cujas origens remontam ao mais remoto fetichismo, e cujos futuros destinos se identificam com os da nossa espécie.¹⁰¹

Da forma similar, o positivista João Pernetta registrou a importância do espaço inaugurado em 1897, bem como o descreveu, externa e internamente:

Em 1897, inaugurou definitivamente o Apostolado, a 1º de Janeiro, a Igreja Positivista, com imenso concurso de povo e no meio do vibrante regosijo dos seus membros.

Fôra a grande nave do templo construído, medindo 32 metros de comprimento por 11 de largura, tal como ainda hoje existe, com as suas 14 capellas, sete de cada lado, ocupadas respectivamente, as da direita, pelos bustos de Moysés, Homéro, Aristóteles, Archimedes, Cezar, S. Paulo e Carlos Magno, as da esquerda, pelos de Dante, Guttcinberg, Shakespeare, Descartes, Frederico, Bichat e Heloisa.

O altar mór contém, no centro, dominando a cáthedra apostólica e colocado entre colunas torneadas em forma de espiral, o quadro da Humanidade, devido ao pincel de Décio Villares e representado por uma Mulher de trinta anos, com as feições de Clotilde, tendo um filho ao braço.

A construção da Igreja, que representa um dos mais brilhantes resultados dos esforços dos seus dois fundadores, Miguel Lemos e Teixeira Mendes, foi eficazmente auxiliada, por donativos diversos, da parte dos devotados membros, sobretudo de Ernesto Otéro, Rufino de Almeida e Trajano de Medeiros.¹⁰²

Era no Templo da Humanidade que os cultos, as conferências e as ofertas de curso como os de filosofia, ciência e desenho para as futuras gerações se dava, tinham um espaço constante de prática e disseminação das ideias positivistas. Abalado, contudo, com a morte de Teixeira Mendes, em junho de 1927, momento no qual se instala um sentimento de perda e hesitação, vivido pelo grupo positivista em relação, inclusive, aos rumos da propaganda e da maneira que se daria a continuação das atividades, como narrou Trajano Carneiro,¹⁰³ em entrevista concedida ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), ligada ao Programa de História Oral da Fundação Getúlio Vargas (FGV): “Com a morte de Teixeira Mendes, houve um momento grande de hesitação quanto aos rumos em que a propaganda pudesse continuar a ser feita, e essa adaptação não foi fácil”.¹⁰⁴

¹⁰¹ Ver LEMOS, Miguel. *Discurso: pronunciado pelo Sr. Miguel Lemos por ocasião de colocar-se a pedra fundamental do Templo da Humanidade no dia 12 de outubro de 1890*. Rio de Janeiro: Apostolado Positivista do Brasil, 1890. p. 03-04.

¹⁰² Ver PERNETTA, João. *Os dois apóstolos*. Curitiba: Centro de Propaganda do Positivismo no Paraná, 1928. p. 95-96.

¹⁰³ Ver CARNEIRO, Trajano Bruno de Berredo. *Trajano Carneiro (depoimento, 1993)*. Rio de Janeiro, CPDOC, 2005. 42 p.

¹⁰⁴ *Ibidem*, p. 16.

Teixeira Mendes era considerado por muitos um importante líder, “um homem de uma cultura geral extraordinária, jovem ardoroso, talvez demasiadamente rigoroso para quem quer criar um grande grupo, mas de uma inteligência extraordinária e de um poder de sedução enorme”.¹⁰⁵

Figura 6 – Enterro de Teixeira Mendes, cemitério São João Batista, em 1927.



Fonte: Coleção Augusto Malta - acervo Museu da Imagem e do Som (RJ).

Há relatos que seu cortejo fúnebre gerou grande comoção na cidade, tamanho prestígio e reconhecimento de sua longa trajetória em defesa do pensamento positivista no Brasil, a quantidade de presentes ao enterro confirma a importância de Teixeira Mendes como propagador dos ideais da doutrina durante décadas, visto sua atuação como contestador do regime monárquico e como mantenedor do positivismo até sua morte.

Esse reconhecimento se deu muito também pela incansável atuação e disciplina tanto de Teixeira Mendes, quanto de Miguel Lemos, na propagação da pauta positivista no país, que tinha entre outros pontos, a importante temática da abolição da escravidão. Para isso, buscaram unir forças com os novos liberais monarquistas que eram a favor de mudanças tidas como necessárias aos novos tempos sem, contudo, alterar a forma do regime político vigente. Alguns dos maiores companheiros de propaganda em favor do fim da escravidão, juntamente com os positivistas abolicionistas, foram Joaquim Nabuco e José do Patrocínio.

A escravidão era interpretada pela lógica positivista como sinal de atraso, além de ser imoral e prejudicial ao pleno desenvolvimento econômico do país, por isso eram contrários à

¹⁰⁵ *Ibidem*, p. 06.

indenização aos proprietários e a todo o momento afirmavam a urgência de promover seu fim. Segundo Angela Alonso, os positivistas interpretavam a escravidão da seguinte forma:

No Brasil, a escravidão seria fruto do sucesso de um sistema de colonização baseada no apresamento de africanos, um “monstruoso transplante de raça afetiva” - pelo qual a Igreja Católica seria co-responsável. A escravidão teria permanecido indevidamente na nação independente. A escravidão colonial seria a transposição “aberrante” para o fim do estado metafísico de uma instituição própria ao estado teológico. Situação agravada por sua conversão a uma base racial – ausente na servidão antiga. Assim, embora amparada por leis e instituições, a situação de anomalia da escravidão brasileira parecia aos positivistas abolicionistas definitivamente merecedora da “reprovação filosófica”.¹⁰⁶

A partir do prisma dos positivistas abolicionistas a escravidão representava um arcaísmo próprio da sociedade imperial e da permanência de suas instituições anacrônicas, que impediam o pleno prosseguir na direção “normal” e adequada aos tempos modernos, haja vista ser uma anomalia “reprovadamente filosófica”.

Era assim que os positivistas interpretavam a escravidão, por isso a urgência em abolí-la. A justificativa à abolição era feita a partir das questões morais e econômicas unindo-as aos novos liberais, pois a “teoria positivista provê raciocínio similar ao de Nabuco: um abolicionismo fundamentado em juízos morais e na análise da lógica de mercado moderno”.¹⁰⁷ Além, claro, da estratégia política ao se levantar a bandeira da abolição, visto que “a causa da República vinha estreitamente acoplada ao abolicionismo. A luta contra a escravidão era muitas vezes um pretexto para combater a monarquia”.¹⁰⁸ A junção desses argumentos e sua manutenção no discurso positivista podem ser percebidos no trecho destacado a seguir, publicado em 1908, ou seja, pós-abolição e proclamação da República, o teor combativo na argumentação permanece:

até 15 de novembro último, também uma Família pensava entre nós que a ela pertencia o monopólio de governar o povo brasileiro; e até 13 de Maio de 1888, os escravocratas consideravam legítima a sua monstruosa posse, e tratavam de anarquistas aos que trabalhavam pela liberdade das suas vítimas. No entanto, todas essas pretensões tiveram de ceder à realidade, porque o homem se agita e a Humanidade o conduz.¹⁰⁹

Já em relação à identificação da Igreja Católica como sendo corresponsável pela obra da escravidão, apontava-se seu aspecto negativo e atrasado na marcha da história do positivismo por um lado, mas, por outro, os positivistas observavam que essa mesma

¹⁰⁶ Ver ALONSO, Angela. *Op. Cit.*, p. 213.

¹⁰⁷ *Ibidem*, p. 214.

¹⁰⁸ Ver CARVALHO, José Murilo de. “Euclides da Cunha e o Exército”. In: *Revista Brasileira*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, n° 63, 2010. p. 143.

¹⁰⁹ Ver MENDES, R. Teixeira. *Op. Cit.*, p.11.

instituição havia preparado o terreno para a aceitação da Religião da Humanidade, e, nesse sentido, contribuiu para a disseminação do culto da nova religião. Afirmavam também que a posição geográfica das igrejas, que pertenciam ao continente sul-americano, facilitava ainda mais a instalação da nova religião, visto que seus países se mostravam mais favoráveis à religião positiva, pois embora tivessem a mesma origem ocidental, não tinham as mesmas barreiras retrógradas que no Velho Mundo protelavam a vitória da fé positivista, como os cleros poderosos, as dominantes corporações, industrialismo opressor, entre outros fatores que, ao serem ausentes no Brasil, facilitavam a instalação da doutrina positivista.

O catolicismo que já servira como base para Augusto Comte na criação da Religião da Humanidade também fora utilizado para facilitar a aceitação da nova religião positivista. As referências à teologia e aos rituais são evidentes, como, por exemplo, o culto da Virgem-Mãe, personificada por Clotilde de Vaux. Segundo Hermann Grüber,

para êsses ortodoxos, a utopia da Virgem-Mãe não deve ser apenas o centro da religião positivista, como é o mistério da Eucaristia no catolicismo: deve, em suma, substituir o culto da Virgem Maria. O culto, o dogma, o sistema do positivismo vem se condensar nesta personificação ideal da Humanidade, que é o objeto supremo do culto positivista.¹¹⁰

Assim, utilizava-se da base religiosa sedimentada pelo catolicismo para instaurar a nova religião positiva. Não por acaso as críticas feitas à Igreja Católica, instituição que assegurava a tradição imperial, bem como aos seus valores e práticas foram intensas, pois se a base já estava dada, o momento era propício para deslegitimá-la e instaurar o culto da nova religião. Assim, explica-se as intensas críticas feitas à união da Igreja e do Estado que não abria brecha para cerimônias civis, ou realizadas por outras religiões como os casamentos, ou os funerais. A disputa ficara evidente, os apóstolos, inclusive, chegaram a apresentar vários projetos de laicização, sem, contudo, obterem êxito. As justificativas para a laicização eram:

Viam-se os adeptos de outras fés compelidos a converterem-se ao catolicismo romano em vésperas da cerimônia – opressão flagrante da consciência individual, ao forçar os nubentes à adoção involuntária e meramente nominal de dado credo, por estrita injunção de legalizarem seu estado civil – ou realizavam-na em sua própria igreja e portanto à margem da lei, perante a qual não passavam os cônjuges de concubinos¹¹¹

Já em relação aos funerais:

Imagine-se o quão revoltante seria para a família enlutada, protestante, muçulmana, livre-pensadora, suportar, sob o peso da lei, o ritual indesejado de uma religião que

¹¹⁰ Ver GRÜBER, Hermann Joseph. “O positivismo ortodoxo no Brasil”. In: *Revista Brasileira de Filosofia*. N° 59, 1965. p. 420.

¹¹¹ Ver LACERDA NETO, Arthur Virmond de. *Op. Cit.*, p. 106-107.

ela, como talvez o próprio morto, não professava, impedida ao mesmo tempo de prestar as homenagens do culto que adotava!¹¹²

A Igreja Católica representava um importante pilar de sustentação à monarquia brasileira, o que significava dizer que ao atacá-la buscava-se também ir contra o próprio regime político vigente, afinal eram indissociáveis o Estado e sua religião oficial. Consciente disso, segundo Arthur Virmond, Teixeira Mendes afirmava que:

adotadas as medidas em foco, faleceriam ao catolicismo romano justificativas para subsistir na esfera oficial, da qual conseqüentemente cumpria removê-lo, o que por sua vez implicaria na subtração ao poder monárquico, da sua alegada proveniência divina e da pretendida vocação política dos herdeiros imperiais. Logo, faleceria à dinastia Bragança, o sustentáculo de seu privilégio e de sua autoridade: primeira expressão incisiva dos ideais republicanos do Apostolado, a um tempo anti-teológicos e anti-monárquicos.¹¹³

Ao criticar a Igreja Católica atacava-se o Império, surgindo como melhor opção a forma de regime político republicano. Desse modo, a crítica à falta de liberdade espiritual era mais uma postura contra a própria monarquia, assim a “legislação exclusivista, discriminatória, injusta e especialmente lesiva da liberdade espiritual, cuja plena instauração urgia, por sua revogação bateram-se os positivistas, empenho de vários anos cujo desfecho viria somente com a república”.¹¹⁴

De fato, a república fora proclamada sem maiores problemas, a intensa propaganda auxiliou na instauração do novo regime de forma tranquila, as instituições monárquicas não atendiam mais as demandas da Modernidade, os conservadores (grupo dominante no poder há tempos e avesso a mudanças) colaboraram com o ruir do Império. Para além dos positivistas, outros setores estavam insatisfeitos com o regime governado por D. Pedro II, pois não viam suas reivindicações atendidas, não se sentiam pertencentes à vida política do país, não conseguiam ocupar cargos públicos por não terem padrinhos. A classe militar também se sentia preterida, os fazendeiros, base econômica do Império, não aceitavam a abolição, a população se autoexcluía do exercício da cidadania devido à violência e fraude constantes nas eleições, ou seja, a insatisfação tomava conta da cena política do país. As mudanças estruturais pelas quais o Brasil passara não deixou alternativa para a manutenção da monarquia, que não conseguira atender as inúmeras demandas dos novos tempos, assim, sem maiores problemas, o 15 de novembro de 1889 deu início à república no país.

Contudo, é importante ressaltar que a proclamação da república liderada pelos militares não agradou aos positivistas do Apostolado, que, embora criticassem muito a figura

¹¹² *Ibidem*, p. 108.

¹¹³ *Idem*.

¹¹⁴ *Ibidem*, p. 107.

do imperador,¹¹⁵ almejavam uma transição de regime pacífica e de comum acordo, respeitando a marcha do progresso. Desse modo, explica-se as várias tentativas de fazer com que o imperador se autoproclamasse ditador e instaurasse a república no Brasil, atitude que D. Pedro II sempre se negou a tomar. Diziam os positivistas, Miguel Lemos e Teixeira Mendes, até a instauração do novo regime:

O papel do Positivismo, prossegue, residirá em aconselhar o imperador a reduzir o parlamento a funções orçamentárias, empalmando francamente a direção dos interesses coletivos, caso julgue-se capaz. Nos oito anos seguintes, vale dizer, até a deposição da coroa, insistiria, acompanhado por Teixeira Mendes, em que assume Pedro II a iniciativa das transformações políticas nacionais, instaurando ele próprio a estrutura governativa pela qual anelava a nação, antes que uma insurreição o fizesse. Conselho haurido no “Apelo aos Conservadores” de Augusto Comte, motivaria após o 15 de novembro o juízo francamente negativo de ambos (que de resto já o era antes disso a outros respeito) quanto ao imperante que, livre para acatá-lo, menoscabou-o, ensejando sua deposição por um ato violento que estava em seu alcance premunir.¹¹⁶

Feita a república, a contribuição dos positivistas continuou de maneira significativa, sobretudo em relação à construção de símbolos para o recente regime. O melhor dos exemplos talvez seja a escolha da bandeira nacional elaborada pelos positivistas ortodoxos e enviada ao governo provisório, por intermédio de Benjamin Constant, para se tornar a nova bandeira do recente regime. Incorporava elementos da tradição imperial e ressignificava-os através do positivismo. A divisa “Ordem e Progresso” ocupou o centro da bandeira que fora escolhida dentre várias outras inspiradas no modelo norte-americano. A opção pela bandeira positivista fora feita rapidamente, quatro dias após a proclamação. Segundo José Murilo de Carvalho,

Na concepção da bandeira positivista, como em quase tudo, os ortodoxos seguiram as indicações de Comte. Segundo este, na primeira fase da transição orgânica da humanidade deveriam ser mantidas as bandeiras vigentes, com o acréscimo da divisa política “Ordem e Progresso”. Tomaram então a bandeira imperial, conservaram o fundo verde, o losango amarelo e a esfera azul. Retiraram da calota os emblemas imperiais: a cruz, a esfera armilar, a coroa, os ramos de café e tabaco. As estrelas que circulavam a esfera foram transferidas para dentro da calota. A principal inovação, a que gerou maior polêmica, a que ainda causa resistência foi a introdução da divisa “Ordem e Progresso”, em uma faixa que, representando o zodíaco, cruzava a esfera em sentido descendente da esquerda para a direita.¹¹⁷

A aceitação da nova bandeira ocorreu de maneira rápida, embora a crítica ao símbolo nacional também despontasse quase que simultaneamente, tão logo aparecera na imprensa e em outros círculos políticos. Contudo, a força dos positivistas ortodoxos no novo regime fez

¹¹⁵ Ver MENDES, Raimundo Teixeira. *Op. Cit.*

¹¹⁶ Ver LACERDA NETO, Arthur Virmond de. *Op. Cit.*, p.110.

¹¹⁷ Ver CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das Almas: o imaginário da república no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 112.

com que se optasse por uma aceitação, mesmo que a contragosto, do símbolo nacional. Assim,

apesar da resistência à divisa positivista, que talvez persista até os dias de hoje, a bandeira republicana teve maior aceitação do que a mitificação dos heróis do 15 de novembro e certamente despertou maior respeito do que a figuração feminina da república. Os cartunistas logo a adotaram nas representações alegóricas do novo regime. Há mesmo uma charge da *Revista Illustrada* do dia 16 de novembro de 1889, de Pereira Neto, que constituiu um enigma. Foi a primeira representação da república em forma de mulher no novo regime.¹¹⁸

Figura 7 – Alegoria proclamação da República.



Fonte: *Revista Illustrada* (RJ), 16 de novembro de 1889, hemeroteca digital - acervo Biblioteca Nacional.

Se a bandeira representa um dos melhores exemplos da contribuição do positivismo no recente regime, ou ainda, a efetiva separação da Igreja e do Estado, medida almejada tanto pelos positivistas quanto por outros setores contestadores, outras contribuições dadas pelos positivistas já não tiveram a mesma sorte, sendo recusadas pelo governo provisório, como, por exemplo, o projeto de Carta Constitucional para a legalização do novo regime. Assim,

De pronto puseram-se os dois apóstolos a elaborar um projeto próprio, com o qual influenciassem os congressistas. Chamou-se “Bases de uma constituição política ditatorial federativa para a República Brasileira”, sob a invocação “da Humanidade, da Pátria e da Família”.

Neste trabalho procuraram eles “*aproveitar todas as ideias de Augusto Comte sobre a transição política adequada à fase inicial da transição moderna, e que se acham principalmente consignadas no 5º cap. da Política Positiva, no Apelo aos Conservadores, nos projetos constitucionais elaborados, sob sua inspiração, de 1848 a 1850, pela Sociedade Positiva de Paris, nas circulares anuais, e, finalmente,*

¹¹⁸ *Ibidem*, p. 116.

nas cartas escritas aos seus discípulos”, esforçando-se “por interpretar fielmente os ensinamentos” do filósofo, “introduzindo as modificações exigidas pela situação brasileira e pela forma federativa que, à vista do modo porque se havia operado a transformação republicana, se impunha fatalmente”.

*“Renunciando, esclarece Teixeira Mendes, à esperança de fazer adotar desde já a organização ditatorial sistematizada pelo nosso Mestre, porque ela repugnava aos preconceitos democráticos da maioria dos chefes de políticos, concentramos os nossos esforços em fazer aprovar pela Constituinte tudo quanto, ao nosso ver, servisse para fundar em nossa pátria o regime da mais ampla liberdade, sob qualquer aspecto. Neste empenho éramos diretamente auxiliados por um certo número de congressistas que perfilhavam e subscreveram as nossas emendas”.*¹¹⁹

O projeto de Constituição para o Brasil republicano dos positivistas, baseava-se nos ensinamentos de Augusto Comte, adaptando-o ao país, fazendo frente à outra Constituição liberal elaborada e que tinha como inspiração aquela dos Estados Unidos. Aliás, o modelo norte-americano fora sempre citado e utilizado como exemplo a ser seguido pela corrente republicana liberal que vencera a disputa política pela organização do país, não por acaso, o modelo constitucional vencedor também fora o de viés liberal, implantado em 1891. A referência ao modelo estadunidense sempre desagradou aos positivistas. Afirmavam que

*uma constituição política não pode ser uma criação arbitrária, ou uma simples cópia do que já foi adotado por outras nações. Cada país tem sua feição própria, seus antecedentes históricos e especiais... Uma constituição política é apenas a regulamentação de um estado preexistente, e o governo que ela instituir deve estar em relação direta com esse estado social. Não é possível lutar contra a realidade das coisas: toda a sabedoria humana... consiste em descobrir essa realidade e subordinar-se a ela a fim de a sistematizar.*¹²⁰

Embora a crítica feita pelos positivistas, a constituição adotada pelo novo regime, em 1891, fora mesmo a liberal, confirmando a vitória desse grupo de republicanos à frente do novo regime no Brasil. Apenas no Rio Grande do Sul, a partir da liderança política de Júlio Prates de Castilhos é que se tem a adoção de uma Constituição positivista para a província, de resto, a nação permaneceu sob a Constituição liberal de 1891. Segundo Arthur Virmond de Lacerda Neto, Júlio Prates de Castilhos era

autor quase exclusivo da carta gaúcha aprovada pela Assembléia Estadual na efeméride ao positivismo tão cara de 14 de julho (de 1891), inspirou-se essencialmente no 4º volume da Política Positiva, de cujo autor desde moço assimilara refletidamente as obras, abraçando-as como seu manancial doutrinário e como seu critério de ação.

Vigente até 1930, exprimiu a constituição gaúcha de 1891 uma realidade política singular, experiência originalíssima, caso único dentre os mecanismos administrativos dos Estados brasileiros, ao estatuir a concentração das funções legislativas e executivas no mesmo dignitário e ao submeter a promulgação das leis a referendo popular.¹²¹

¹¹⁹ Ver LACERDA NETO, Arthur Virmond de. *Op. Cit.*, p. 144.

¹²⁰ Ver LEMOS, Miguel; MENDES, Teixeira. *Bases de uma Constituição Política Ditatorial Federativa para a República Brasileira*. A.P.B., 1890, nº 82. In: LACERDA NETO, Arthur Virmond de. *Op. Cit.*, p. 144-145.

¹²¹ *Ibidem*, p. 155-156.

Desse modo, apenas no Rio Grande do Sul é onde se adota uma constituição de viés positivista, tendo como pontos centrais: submissão de todos ao império da lei, garantia do livre exercício das profissões em todo território nacional, plena liberdade de culto e associação, a instituição do casamento civil, dos cemitérios civis, livre circulação por todo território nacional, liberdade de expressão, liberdade de imprensa, sem, contudo, a permissão do anonimato, abolição do Estado das loterias, ensino leigo e gratuito, etc.

Os positivistas brasileiros sempre ocuparam posição de destaque na cena política do país, o Apostolado não era apenas uma instituição religiosa, era também, a partir de seus principais chefes, o centro de propaganda positivista e de intervenção na vida pública do país. Com o advento do novo regime, este também teve que lidar e considerar as opiniões dos apóstolos. O episódio da adoção da bandeira nacional, elaborada pelos positivistas, é um dos exemplos de interferência positivista no governo.

Se, contudo, não foram os positivistas que se colocaram à frente do poder a partir de 1889, fora o positivismo e sua contribuição para a constituição de uma nova linguagem republicana que possibilitou a formação de boa parte dos argumentos utilizados por todos os grupos contestadores para a derrubada da monarquia no Brasil. Desse modo, segundo Sérgio Buarque de Holanda: “Quase se pode dizer que, em vez de darem ao positivismo sua adesão, era, ao contrário, o positivismo, que vinha aderir a eles, convertendo-se afinal, para os grandes projetos que os moviam, na mais prestativa das filosofias”.¹²²

A doutrina positivista teve ampla aceitação no Brasil,¹²³ constituiu assim modos de pensar e visões de mundo, mas, certamente, sua melhor contribuição fora mesmo fornecer argumentos para a intervenção na cena política. A necessidade de mudanças se apresentava como a ordem do dia e o positivismo veio garantir a contribuição à construção de uma linguagem eficaz na deslegitimação do *status quo* imperial e na justificação de novas práticas, valores e instituições que atendessem as demandas surgidas com os novos tempos. Não houve no Brasil mera filiação doutrinária ao positivismo, houve uma escolha e leituras singulares da obra, por parte dos contestadores da ordem vigente que adaptaram a filosofia comteana à realidade do país que queriam mudar. Assim, deve-se entender a adoção do discurso positivista como uma apropriação para uso político, como arma na disputa pela implantação das mudanças que atenderiam aos grupos contestadores. Garantindo-lhes a posição de nova elite no poder do país. Afinal, a grande ambição dos grupos que criaram a nova linguagem

¹²² Ver HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Op. Cit.*, p. 305.

¹²³ Sobre a apropriação do Positivismo, de forma distinta, pelas províncias do país ver LINS, Ivan. *História do Positivismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense/ Editora Nacional, 1967.

republicana fora a inserção nos círculos do poder, dos quais não tinham acesso no Império. Não por acaso, criaram uma linguagem política contrária a tudo que os antecedia, ou seja, a todas as bases e justificativas utilizadas pela monarquia para sua manutenção do poder. Desse modo, o espelho se invertia, tudo quanto era utilizado de justificativa pelo Império, a partir de seu questionamento, fora lido como empecilho ao avanço do país em sua “marcha histórica” pelos grupos contestadores. A disputa política criou uma nova linguagem combativa que deslegitimou a anterior e, assim, processou a criação de duas imagens opostas, as da monarquia, “decadente”, e da república do “progresso”.

O positivismo foi uma das grandes chaves interpretativas utilizada pelos contestadores na feitura de outro vocabulário que pregava a substituição do regime. Do pensamento positivista se fez amplo uso, tanto por positivistas convictos, quanto por políticos de outras correntes republicanas que buscavam na doutrina de Augusto Comte rico arsenal para contradizer os pilares de sustentação da Monarquia. De acordo com a grande importância que adquiriu no cenário nacional do período é que se optou por apresentar e debater sua filosofia e atuação dentro do contexto histórico de troca de regimes.

1.4 O Jacobinismo no Brasil

A outra corrente republicana que disputou a organização política e social do Brasil possuiu como principal característica a adoção do radicalismo, já que se tinha a meta de promover uma insurreição popular para dar início à república, que pautada pelo bem comum, deveria ser instalada no país o quanto antes. Essa ala radical não concordava com a postura tomada pelos republicanos liberais de esperarem o tempo de implantação da república pela via do evolucionismo, até porque tinham a percepção que

a solução liberal ortodoxa não era atraente, pois não controlavam recursos de poder econômico e social capazes de colocá-las em vantagem num sistema de competição livre. Eram mais atraídos pelos apelos abstratos em favor da liberdade, da igualdade, da participação, embora nem sempre fosse claro de que maneira tais apelos poderiam ser operacionalizados. A própria dificuldade de visualizar sua operacionalização fazia com que se ficasse no nível das abstrações. A ideia de povo era abstrata. Muitas das referências eram quase simbólicas. Os radicais da República falavam em revolução (queriam mesmo que esta viesse no centenário da grande Revolução de 1789), falavam do povo nas ruas, pediam a morte do príncipe-consorte da herdeira do trono (era um nobre francês!), cantavam a *Marsehesa* pelas ruas. Mas, caso tivesse sido tentada qualquer revolução do tipo pretendido, o povo que em Paris saiu às ruas para tomar a Bastilha e guilhotinar reis não teria aparecido. As simpatias das classes perigosas do Rio de Janeiro estavam mais voltadas à

Monarquia. A igualdade jacobina do cidadão foi aqui logo adaptada às hierarquias locais: havia o cidadão, o cidadão-doutor e até mesmo o cidadão-doutor-general.¹²⁴

Assim, a corrente de viés jacobinista tinha como discurso político a seguinte proposta de “república ideal”: queriam uma república popular e centralista. Ligava-se a uma visão mais rousseauiana do pacto social, pois tinha como exemplo a Revolução Francesa, acontecimento que fornecia o arsenal simbólico necessário para que o seu modelo de república jacobina participasse da batalha pelo estabelecimento do novo regime.¹²⁵ Defendia o fim da monarquia que julgava ser um regime político atrasado, corrupto e que concedia privilégios a poucos. Porém, vale ressaltar que, de forma alguma, mostravam-se contrários ao Estado, visto que era através deste que seus adeptos acreditavam ser possível a manutenção do bem comum.

Era assim que, buscando inspiração no episódio singular de 1789, bem como na democracia clássica, construíram um discurso político a favor do estabelecimento de um governo com participação direta dos cidadãos, ou seja, popular. Governo no qual a liberdade seria concebida à maneira dos antigos cidadãos da *res publica*, pois tinham como fim último o estabelecimento do bem comum, o que permitia o surgimento e a atuação do homem público. Fato esse que gerava as condições necessárias para o envolvimento popular na vida política, já que a república se caracterizaria pelo governo da opinião pública.

A corrente republicana jacobina era formada por setores urbanos, como, por exemplo, pequenos proprietários, profissionais liberais, professores, estudantes e jornalistas que se encontravam extremamente insatisfeitos com a Monarquia.

Na busca pela criação de um clima propício à implantação da república de forma rápida, foram adotadas ações de terror. Assim, agitavam as ruas, quebravam jornais, agrediam portugueses, perseguiram monarquistas, envolviam-se em conspirações, golpes e ainda matavam inimigos, promovendo um clima de tensão, agravando o mal-estar em relação à Monarquia.

¹²⁴ Ver CARVALHO, José Murilo de. *Op. Cit.*, p. 26.

¹²⁵ Desse modo, o modelo republicano francês propiciou com que a *Marsehesa* fosse cantada pelos jacobinos brasileiros em suas manifestações, sendo usada com o intuito de auxiliar no convencimento da causa revolucionária, além também de suprir a falta de um hino próprio ao grupo político do Brasil. Como bem notou Michel Vovelle, em relação à adoção da “canção revolucionária”: “elle a été adoptée, reconnue pourrait-on dire, à travers le monde, au point de devenir au XIX^e siècle le support de tous les mouvements révolutionnaires, libéraux et nationaux. La fortune de *La Marseillaise* en fait, on l'a souvent dit, un de ces chants qui appartiennent à l'humanité”. A “canção revolucionária”, fora assim adotada para auxiliar na construção discursiva do grupo jacobino quando da disputa pela implantação de seu ideal de república no Brasil. Sobre a história dessa canção que virou hino francês ver VOVELLE, Michel. “La Marseillaise. La guerre ou la paix”, In: NORA, Pierre (directeur). *Les lieux de mémoire*. Paris: Gallimard, vol. I, 1984. p. 85-136.

É importante ressaltar que a principal contradição existente na proposta de república popular jacobina fora a não inserção da temática escravista no debate promovido pelos republicanos radicais, sobretudo a partir da omissão do tema abolicionista em seus discursos.

Sem sombra de dúvida, Antônio Silva Jardim¹²⁶ foi o maior propagandista do grupo radical, surgiu tardiamente na cena política do país, apenas em 1888, mas promoveu, em pouco tempo, uma reviravolta, incendiando as discussões acerca da implantação do novo regime. Realizava conferências, que também eram divulgadas na imprensa da época, pelas províncias do país, pregando os ideais revolucionários republicanos. Incitava as massas para que através delas se implantasse a república popular. O ideal de república¹²⁷ era o governo do bem comum, do pleno exercício da opinião pública, por isso a defesa da ampla liberdade de opinião, liberdade de religião, separação entre Igreja e Estado, a busca do desenvolvimento material do país, com liberdade econômica e melhoria da qualidade de vida das massas, que promoveriam a instalação da república popular, pois seriam lideradas pela vanguarda nacional composta por revolucionários como Silva Jardim. É importante ressaltar que o propagandista tomava para si o papel de vanguarda desse movimento, cabendo a ele, e a seu grupo, liderar a população na direção da tomada do governo e instauração da república popular.

Mais uma vez, observa-se que, assim como os demais líderes dos grupos contestadores, Silva Jardim desejava sua inserção no campo político e também social do país, por isso, colocava-se como vanguarda do movimento jacobino no Brasil. Silva Jardim não fazia parte dos círculos de poder da monarquia brasileira e também almejava atingir uma maior inserção e protagonismo político. O principal pregador da república jacobina era filho de uma família residente no interior da Corte, a vila de Capivari, atual região de Silva Jardim. Seu pai era agricultor e também professor. Com ele aprendera as primeiras lições e depois fora instalar-se na Capital para dar continuidade aos estudos, tendo que trabalhar a maior parte do tempo para custear os estudos. Ingressou na Faculdade de Direito de São Paulo e aos 22 anos formou-se bacharel.

Sobre a Faculdade de Direito é importante destacar seu espaço para além da formação de bacharéis, visto que a instituição de ensino superior extrapolava o ambiente da sala de aula e o compartilhamento de seu universo pelos alunos era também voltado para a aprendizagem na esfera política. Os estudantes tinham como prática a atuação em jornais acadêmicos, na literatura e em peças de teatro. Contavam para isso com o treinamento comum na arte

¹²⁶ Ver JARDIM, Antônio da Silva. *Propaganda republicana (1888-1889)*. Rio de Janeiro, MEC – Fundação Casa de Rui Barbosa, 1978. (publicação póstuma)

¹²⁷ Sobre a ideia de república a ser instaurada no Brasil ver *Ibidem*, p. 142-176 e 180-194.

retórica, como destacou Sérgio Adorno, “essa prática buscava envolver emotivamente os receptores de mensagens – justamente os acadêmicos”.¹²⁸ O domínio da retórica e a política, entendida como prática, fizeram de Silva Jardim um dos grandes contestadores republicanos do período. Foi também a Faculdade de Direito, com o acesso e compartilhamento de ideias que formou grande parte dos opositores da Monarquia, pois dividiram o mesmo ambiente estudantil, uma visão de mundo semelhante e estabeleceram laços, como ocorreu, por exemplo, entre Silva Jardim, Júlio Castilhos, Assis Brasil e outros republicanos que por lá passaram.¹²⁹

Sendo assim, dedicou-se inicialmente à crítica literária, ganhando visibilidade, tanto acadêmica, quanto no jornalismo de São Paulo. Depois, fora professor e também advogado, mas, certamente a maior ocupação de Silva Jardim foi a propaganda revolucionária pelas províncias do país. Desde os tempos de estudante defendia o regime republicano e tinha em Tiradentes um exemplo de luta pela liberdade. Admiração que rendeu textos sobre o mineiro. A maioria dos escritos de Silva Jardim foram feitos para disseminar a propaganda republicana, convencer as massas para a via revolucionária de implantação do novo regime e atacar, de forma violenta, a monarquia, bem como os Bragança.

Casou-se com Ana Margarida Bueno de Andrada, filha do Conselheiro Martim Francisco, importante político imperial, com quem teve quatro herdeiros. A partir dessa união passou a desfrutar de confortável situação. A pedido da família,¹³⁰ ingressou na Escola Normal como professor interino da cadeira de Português, além do magistério, atuou como jornalista e advogado. Chegou a dividir escritório com seu cunhado Martim Francisco Júnior, abandonando o magistério para dedicar-se à advocacia. Assim, ingressou no magistério, escreveu em jornais, advogou, antes mesmo de aderir integralmente às atividades políticas ligadas à causa republicana jacobina (1888).

Em 1881 adotou o Positivismo, o que fez com que abandonasse as atividades revolucionárias de caráter mais prático. Entretanto, romperia com a ortodoxia positivista tempos mais tarde, voltando à ação política. Filiou-se ao Clube Republicano em 1887 e a partir de então passou a pronunciar conferências sobre temas diversos como, por exemplo, Tiradentes, tomada da Bastilha, república e combate à monarquia e aos Bragança.

¹²⁸ Sobre o estudo que trata a Faculdade de Direito como também um espaço de aprendizado para a carreira política, ver ADORNO, Sérgio. *Os aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998. p. 170.

¹²⁹ Sobre o ambiente acadêmico e os encontros entre os futuros republicanos formados na Faculdade de Direito de São Paulo ver também PRADO, Édina Ferreira. *Silva Jardim, o Pedro eremita da República*. Dissertação de Mestrado (PPGH-UERJ), 2002.

¹³⁰ Como destaca Édina Prado: “As nomeações de professores serviam de moeda política”. Ver PRADO, Édina Ferreira. *Op. Cit.*, p. 18.

Contudo, embora fizesse parte do Partido Republicano e realizasse conferências no Clube e participasse de *Meetings* pelo país, as divergências entre ele e os republicanos liberais eram frequentes, sobretudo em relação à postura a ser adotada para a implementação do novo regime republicano no Brasil. Enquanto Quintino Bocaiúva representava o grupo que optava pela via evolucionista para a instalação da república, a ala radical liderada por Silva Jardim se mostrava a favor da revolução. Desse modo, é que

Tanto Lobo como Bocayuva haviam cooperado na direção do Partido, no Rio, e ambos mantinham relações cordiais com a organização de São Paulo. Em 1888, contudo, a situação mudou. Ocorreu então um rápido aumento dos membros do Partido. A introdução desses novos elementos, conservadores em idéias, porém mais impetuosos do que os líderes amadurecidos, fez surgir a exigência de um rápido fim da monarquia. Essa exigência encontrou oposição da parte da velha guarda que desejava aderir aos princípios estabelecidos em 1870, e duvidava sinceramente de que o Partido civil estivesse, em 1888, bastante forte para empreender com êxito uma revolução armada. Recusavam-se também a arriscar o país a uma guerra civil. Os novos membros, e alguns dos mais velhos, pareciam desejar correr esse risco, acreditando que a massa dos brasileiros se inclinaria para a ideia republicana, se encarada com a necessária decisão.

A situação complicou-se ainda mais porque Silva Jardim e seus adeptos apoiavam antes o republicanismo ditatorial de Augusto Comte e a escola positivista do que as idéias liberal-democráticas do manifesto de 1870. Havia pois um conflito de idéias¹³¹

A divisão entre evolucionistas e revolucionários foi a que promoveu a tensão dentro do Partido Republicano. Assim,

Teórica e um tanto esquemáticamente, os republicanos se dividiam entre os “evolucionistas” e os adeptos da revolução. Os primeiros esperavam que, com o próximo falecimento de Pedro II, o Império caísse por si mesmo, como um fruto podre, sem a mínima necessidade de qualquer esforço violento. Expoente, em grande parte, dessa tendência foi o próprio Quintino Bocaiúva, eleito presidente do Partido, e que aconselhava sempre “a maior prudência e cautela nos meios e processos a empregar”. “Revolução, mas no sentido moral”, era o lema de Quintino e demais apaziguadores.

Contra êsses sempre lutou Silva Jardim, até mesmo ao ponto de romper com a direção do Partido, comprometida, conforme julgava e provou, com ideias estranhas à pureza da causa republicana.¹³²

Essa diferença promovida pelo entendimento da ação a se adotar para a implantação da república, fez com que o Partido Republicano se dividisse entre a opção da evolução ou da revolução. A maioria era adepta de Quintino Bocaiúva, ou seja, pela via evolucionista que promoveria as transformações almejadas dentro da ordem, sem convulsionar a sociedade; já Silva Jardim não contava com muitos apoiadores, apenas parte dos republicanos do Rio Grande do Sul se mostraram solidários à via revolucionária, bem como a província de Pernambuco, tendo em Aníbal Falcão um importante aliado.

¹³¹ Ver BOEHRER, George C. A. *Op. Cit.*, p. 207-208.

¹³² Ver QUEIROZ, Maurício Vinhas de. *Paixão e morte de Silva Jardim*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S. A., 1967. p. 60-61.

Silva Jardim em seus textos afirmava que

De fato, Senhores, a evolução das sociedades humanas, não é o que espíritos sem patriotismo, ou pouco inteligentes e pouco profundos, inspirados por um egoísmo cômodo, falsamente em nome da ciência social, têm querido fazer compreender à massa dos cidadãos que abraça a doutrina republicana, de fé, de desejo de regeneração; não é uma fatalidade independente em absolutada ação do homem, como por exemplo aquela pela qual um corpo lançado no espaço irrevogavelmente cai para a terra; é certo que tudo está sujeito a leis, e que, objeto da evolução humana, somos a elas sujeitos, do mesmo modo que a Humanidade; é certo que o homem se agita e essa grande existência o guia; - mas não é menos certo que para completar as leis são necessárias vontades, de sorte que o homem é também um agente da evolução social, o qual pode por sua ação acelerar-lhe ou retardar-lhe a marcha, e cujo concurso direto, é, pois, necessário para toda a transformação, mormente para a transformação política, prática, das instituições, e dos atos. Nem mesmo a evolução humana no seu apogeu de aperfeiçoamento poderá excluir a Revolução.¹³³

Da mesma maneira, Maurício Vinhas de Queiroz destacou o perfil revolucionário de Silva Jardim que, embora defenda ser através da evolução que se atinja o progresso das coisas do mundo, para o contestador radical da monarquia,

o último termo duma evolução é mesmo, senhores, um ato revolucionário. Evolução implica progresso. É certo que o progresso não é uma modificabilidade infinita, como pensam alguns, o que alteraria a ordem fundamental, e sim uma modificação no que existe, resultante da própria natureza das coisas, e sujeita a uma certa lei: o progresso é o desenvolvimento da ordem. Mas nas épocas anormais, como aquela que atravessa o Ocidente inteiro, em que há do antigo muito a pôr abaixo, todo o progresso, tôda a reforma, implica num ato de enérgica destruição, um ato revolucionário, condição da substituição conseqüente.¹³⁴

No entanto, mesmo sem contar com muitos aliados à causa que defendia Silva Jardim não se mostrou enfraquecido, pelo contrário, suas conferências percorreram grande parte das províncias do país. Segundo Maurício Vinhas de Queiroz, por onde Silva Jardim discursava, recebia aplausos e adesões, visto suas qualidades de orador, a construção de sua fala partindo sempre da realidade local, ou seja, dos problemas específicos de cada lugar para a política nacional, estudando o perfil da plateia e suas aspirações, para assim criar argumentos suficientemente fortes para mobilizar a ação revolucionária. Atribuía, por exemplo, o atraso e os problemas sociais à monarquia corrupta dos Bragança. Muitos dos discursos eram violentos ataques de Silva Jardim, que mencionava a impossibilidade de continuar a governar D. Pedro II, devido à saúde debilitada. Também criticava a Princesa Isabel por ser seu “fanatismo uma cegueira, uma superexcitação das crenças, supõe uma certa elevação, uma certa energia de que julgo fraco e incapaz o sangue da Condessa d'Eu”¹³⁵ e se mostrava

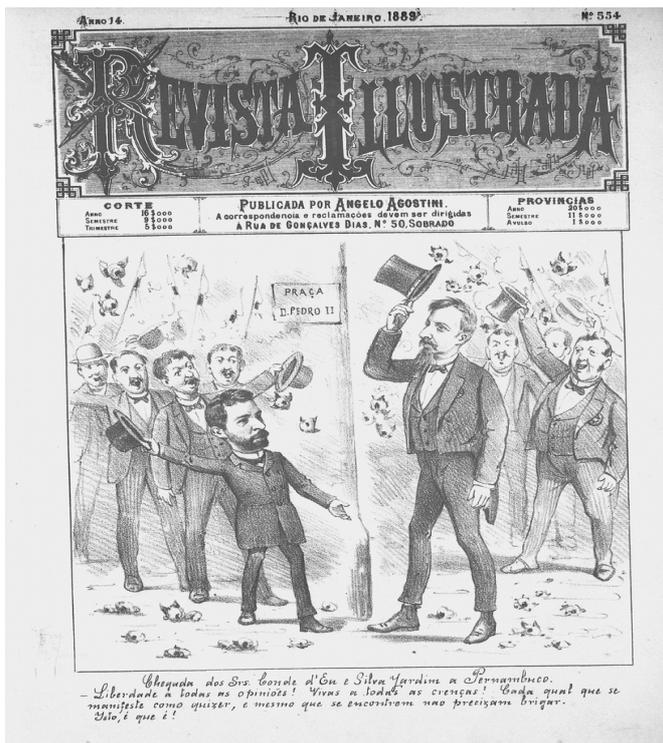
¹³³ Ver JARDIM, Silva. “Salvação da Pátria”. In: Ver JARDIM, Antônio da Silva. *Op. Cit.*, p. 135.

¹³⁴ QUEIROZ, Maurício Vinhas de. *Op. Cit.*, p. 23.

¹³⁵ Ver JARDIM, Antônio da Silva. *Propaganda republicana (1888-1889)*. Rio de Janeiro, MEC – Fundação Casa de Rui Barbosa, 1978. p. 59.

totalmente contrário e preocupado com a possibilidade de um Terceiro Reinado sob a liderança do Conde d'Eu, algo que o propagandista abominava, chegando a pedir certa vez sua morte. Em seus discursos, levantava a possibilidade de execução para quem se colocasse à frente da liberdade e dos interesses da Pátria.¹³⁶ Os ataques foram inclusive capa da *Revista Illustrada* (RJ) de 22 de junho de 1889.

Figura 8 – Silva Jardim e Conde D'Eu.



Fonte: *Revista Illustrada* (RJ), capa em 22 de junho de 1889, hemeroteca digital - acervo Biblioteca Nacional.

Em seu discurso intitulado *A Pátria em Perigo*,¹³⁷ Silva Jardim faz uma longa exposição dos perigos da monarquia no Brasil e de seu prolongamento em um Terceiro Reinado, liderado por um Conde estrangeiro e ambicioso. Dessa maneira, Silva Jardim argumentava que:

Primeiro, que o Chefe de Estado está definitivamente inutilizado para o governo; (*Muitos apoiados*) segundo, que, embora durante seu reinado se desenvolvessem alguma coisa, e espontaneamente, as forças da Nação, sua política foi fraca para garantir em futuro as nossas liberdades, e ao mesmo tempo fraca para garantir o trono aos seus descendentes: terceiro, que seu antecessor, D. Pedro I, (notai bem),

¹³⁶ Ver DEBES, Célio. *Op. Cit.*, p. 60-65.

¹³⁷ Ver JARDIM, Antônio da Silva. *Op. Cit.*, p. 49.

lançou no país os germens da política reacionária, possibilitando esperanças de opressão; quarto, que a família a que pertence o Chefe do Estado, a da Casa de Bragança, é uma família decadente, e condenada pela fatalidade das leis naturais; (*Apoiados*) quinto, que a Sra. D. Isabel, herdeira presuntiva da Coroa, não possui absolutamente qualidades de governo; (*Muitos apoiados*) sexto, que há na Europa famílias privilegiadas, hoje desalojadas pelas conquistas do novo espírito filosófico e político do século, e que aspiram a reinados; e que entre essas famílias existe a de Orleans; sétimo, que o Sr. Gastão de Orleans, Conde d'Eu, pertencente a uma dessas famílias, pretende, quer o governo, o poder da Pátria! (*Muito bem, muito bem*). Em segundo lugar, concluindo com as minhas esperanças de valorosa revolta nacional, e fixando o verdadeiro perigo da situação, demonstrarei: - Primeiro, que, de acordo com as leis fatais da evolução humana, o regímen moderno é o de ciência e de indústria, que não de teologia e guerra; segundo, que o Brasil, como todo o país novo, oscila entre esses dois regimens, arriscando a um retrocesso, mesmo passageiro, para o antigo, embora pelas suas circunstâncias e tradições morais e sociais de exceção, tenda certamente mais para o primeiro; terceiro, que nossa Pátria está ameaçada de perder o regímen de liberdade pela usurpação de um príncipe estrangeiro, expulso de sua terra, o Sr. Conde d'Eu. (*Aplausos*)¹³⁸

O tom inflamado dos discursos de Silva Jardim contribuiu para aprofundar o quadro de insatisfação monárquica e disseminar a ideia da necessidade de instauração de uma república revolucionária em oposição à monarquia decadente.

Entretanto, seus discursos não eram feitos de forma tranquila, muitos incidentes envolveram Silva Jardim. Talvez, um dos episódios mais violentos e significativos tenha ocorrido na Sociedade Francesa de Ginástica, em 30 de dezembro de 1888, quando Silva Jardim proferia seu discurso até ser atacado pela Guarda Negra, libertos que defendiam a monarquia, sobretudo, a figura da Princesa Isabel.

O ataque promovido pela Guarda Negra fez com que escrevesse alguns dias depois do atentado, em 06 de janeiro de 1889, a *Carta Política ao País e ao Partido Republicano*, documento no qual identifica o ataque como sendo manipulado por aqueles que querem ir de encontro às ideias republicanas. Assim, afirma que a “exploração do negro não cessou, eis a verdade, e quem agora a faz é o ministério, é a Princesa Imperial, é o seu funesto marido e a dinastia”.¹³⁹ Também ataca a figura do “líder” da Guarda Negra, José do Patrocínio, sem, contudo, citar seu nome:

Este homem, de cor, mas até então tolerado por todos os brancos, que jamais lhe haviam feito questão de raça, muito amado mesmo pela mocidade e pelo público generoso, em vista de uma suposta dedicação à causa dos escravos, - converteu-se em órgão da dinastia, principalmente da Princesa D. Isabel, e do ministério, que apenas presidira ao ato parlamentar da abolição; - e daí começou de sustentá-los, traidor então à sua raça, que por proletária no Brasil carece claramente, para o seu desenvolvimento, de um regime republicano, traidor ao partido a que dissera pertencer, não como renegado confesso, mas como Judas consciente¹⁴⁰

¹³⁸ *Ibidem*, p. 49-50.

¹³⁹ Ver JARDIM, Antônio da Silva. *Op. Cit.*, p. 318.

¹⁴⁰ *Ibidem*, p. 312.

Desse modo, dava uma resposta ao ataque sofrido, aumentando mais a tensão entre republicanos e monarquistas, tornava-se um líder que inflamava as multidões para a via revolucionária. A corrente republicana jacobina tem em Silva Jardim seu principal expoente, por isso optou-se analisar as estratégias de ação adotadas pelo propagandista na tentativa de implantação da república popular. Embora sua entrada na cena política tenha ocorrido somente em 1888, quando comparada às trajetórias dos demais representantes das correntes republicanas, sua atuação foi nesse pequeno espaço de tempo grandiosa. Mas, assim como os demais grupos republicanos contestadores distribuídos pelas correntes, seu objetivo primeiro era ocupar a vanguarda de um movimento político capaz de liderar as massas à proclamação da república. Também compartilhava o desejo de inserção no campo político como nova elite à frente do poder no país, ou melhor, como se denominava, queria ser a “vanguarda” desse movimento revolucionário-popular-republicano. Por isso, também leu a seu modo o positivismo, não aderindo de forma ortodoxa ao mesmo, utilizou-o apenas para, assim como os demais grupos, intervir politicamente na tentativa de promover as mudanças que julgava serem primordiais. Também fez uso da Revolução Francesa na sua fase mais radical para utilizá-la como exemplo, a partir de uma perspectiva comparada, para agir e liderar as massas no Brasil.

Contudo, quando finalmente se instalou a república pela via militar, grupo que nunca dedicou muita importância, e assumiram os principais cargos do novo regime os colegas do Partido Republicano de perfil evolucionista e de orientação liberal, Silva Jardim resolveu sair do país, ir à Europa e refletir sobre o que acontecera com a república idealizada por ele e que não se concretizara. Foi então que, em 1891, acabou morrendo em um trágico acidente no Vesúvio. Como concluiu Édina Prado em relação exílio voluntário de Silva Jardim:

desapontado com seus pares, *vencedor vencido*, como ele próprio se auto-denominou, Silva Jardim deixou o cenário político e partiu para a Europa num exílio voluntário. Porém, sua morte trágica acabaria por trazê-lo de volta à vida pública, ao menos no plano simbólico. Tornou-se a figura emblemática, o jacobino à moda brasileira, sempre lembrado nos momentos de efervescência política, tanto para inspirar revoluções, quanto para coibi-las.¹⁴¹

O grupo republicano jacobino, cujo principal expoente era Silva Jardim, também contribuiu para a construção da nova linguagem política republicana, afinal adotou parte da doutrina positivista, fez uso de expressões e *slogans* do vocabulário positivo e, sobretudo, interpretou a monarquia como um regime político atrasado e que deveria, por isso mesmo, ser suplantado pela república popular e centralista. Colaborou também com a construção discursiva que invertia a lógica política, pois atacava todas as bases de sustentação

¹⁴¹ Ver PRADO, Édina Ferreira. *Op. Cit.*, p. 111.

monárquica. A defesa era pela república popular, contra o Império, que atrelado à Igreja, hierarquizava a sociedade, era também pela ampla liberdade de opinião, culto, associação, etc., invertendo assim a lógica social.

A nova narrativa republicana fez isso, ou seja, tudo quanto era pertencente ao *status quo* imperial era deslegitimado, instaurando em seu lugar o oposto. Silva Jardim contribuiu para essa nova construção, quando se colocou na cena política e viajou pelas províncias propagando os ideais republicanos jacobinos. Certamente, um importante agente histórico do grupo contestador no processo de deslegitimação da tradição imperial. Possuía a consciência do poder de sedução pela palavra em uma sociedade de forte tradição oral e tinha a “percepção do poder das imagens”¹⁴² construídas no discurso e nos meios existentes à época para propagá-las o mais possível. Assim, era um ativo combatente da Monarquia, participava constantemente de conferências, *meetings*, escrevia nos mais variados jornais, visto ser o jornalismo um dos principais meios de ação, e mantinha diálogo frequente com os outros contestadores da tradição imperial. Contudo, não conseguiu garantir o lugar na “vanguarda” do campo político do país, seu principal objetivo.

Assim, pode-se afirmar que o desejo por poder fora o motor da disputa política dos grupos republicanos e as propostas de reforma as justificativas para alcançá-lo. Após a abordagem feita dos positivistas e jacobinos, neste capítulo, o próximo buscará centrar o estudo no objeto principal da tese: os republicanos liberais. Até o presente momento se interpretou o contexto histórico que propiciou a criação, por parte dos contestadores, das críticas necessárias para instaurar um ambiente hostil à permanência da monarquia no Brasil dando início a disputa política pelos postos de mando do país. Desse modo, escolheu-se estudar as estratégias de ação dos grupos para se inserirem no campo político através dos textos de seus principais propagandistas e teóricos republicanos, distribuídos por entre as correntes: positivista, jacobina e liberal, justamente porque permitiram a constatação de uma nova linguagem política emergente que foi eficaz na deslegitimação do inimigo compartilhado: a monarquia brasileira.

O interessante é perceber que embora as estratégias discursivas adotadas por cada corrente possuíssem peculiaridades, a união consciente de todas no combate à Monarquia foi eficaz à queda do regime. Fora a elaboração de uma crítica coletiva para intervir no debate político de contestação do Brasil imperial que garantiu a implantação da república no país.

Entretanto, instalado o novo regime, a disputa política passou a ser de outra ordem, pois com a queda da Monarquia, as correntes republicanas passaram a travar entre si novas

¹⁴² Ver MELLO, Maria Tereza Chaves de. *Op. Cit.*, p. 53.

disputas para assumirem a frente do campo político. A partir desse momento, a corrente vitoriosa republicana-liberal será abordada, não apenas em relação aos positivistas e jacobinos, mas, principalmente, para demonstrar sua atuação como a mais eficaz, unida e adequada ao cenário nacional. Não por acaso, venceu a disputa pelo protagonismo na condução do destino político do Brasil.

2 DA CONSTRUÇÃO DISCURSIVA À VITÓRIA: A CONTRIBUIÇÃO DOS ESCRITOS POLÍTICOS DE ALBERTO SALES À QUEDA DA MONARQUIA

2.1 A construção discursiva republicano-liberal de Alberto Sales

É chegado o momento de tratar o grupo republicano liberal de forma mais aprofundada. Assim sendo, a interpretação partirá dos textos, contexto e intertextos ligados à produção contestatória de alguns dos seus principais expoentes. Como afirmado anteriormente, foram três os agentes históricos escolhidos para serem abordados de forma mais densa, com o intuito de lançar luz ao cenário político compreendido entre o período de 1870 a 1891. São eles: Alberto Sales, em São Paulo, Quintino Bocaiúva, na Corte, e Assis Brasil, no Rio Grande do Sul.

Neste segundo capítulo, Alberto Sales será interpretado como um dos três agentes históricos supracitados de importante papel na elaboração de um discurso político contestador em relação à monarquia, bem como eficaz na dessacralização do governo vigente e instauração de um novo real para o Brasil, a partir de 1889. Em seguida, nos terceiro e quarto capítulos serão analisados Quintino Bocaiúva e Assis Brasil, interpretando-os também como agentes de seu tempo, sendo fundamentais na construção do ideário republicano que garantiu aos liberais a vitória, quando da implantação da República, pois o contexto linguístico criado a partir dos discursos políticos do trio republicano-liberal resultou na queda da Monarquia e na ocupação de alguns dos principais cargos políticos pelos contestadores liberais.

Optou-se por estudar a atuação dessa tríplice republicana de viés liberal não apenas porque eram expoentes importantes do grupo político que representavam, haja vista a tamanha recorrência de seus nomes nos textos à época, mas também devido à localização geográfica do referido trio que propiciou uma linguagem mais unificadora e coesa entre as regiões. Mesmo que existissem demandas locais particulares, havia para além das singularidades próprias de cada espaço, um discurso geral e agregador que garantiu o estabelecimento de ampla frente contra a Monarquia, alcançando assim uma proporção territorial maior. O que contribuiu, em alguma medida, para que a ideia de república se propagasse de forma mais uniforme na parte sul do país, não ficando centrada tão somente em pequenos pontos isolados do território. Cada um dos três representantes republicanos liberais atuou de forma contundente em uma região do país, o que permitiu a construção de uma narrativa comum entre regiões, conseqüentemente a isso, tem-se o surgimento de um contexto linguístico eficaz na crítica ao Império. Como representavam os interesses de grupo, possuíam as mesmas leituras dos

autores oitocentistas em voga, interpretando-os de modo semelhante e tinham como intuito primeiro a derrubada da monarquia para a implantação da república que propagavam e que almejavam conduzir. Por isso, inicia-se a análise da ação do representante de São Paulo, Alberto Sales, tendo como base o entendimento de quais autores foram escolhidos para construção do discurso combativo à monarquia, os argumentos que foram utilizados e com qual finalidade vendia a ideia de república liberal.

Alberto Sales, nascido em Campinas no ano de 1857, era filho de Francisco de Paula Sales, cafeicultor da oligarquia rural do Oeste Paulista e leitor assíduo do *Jornal do Commercio*. Cresce como “membro de uma família patriarcal de senhores de terras e escravos, o pai de Alberto Sales, como plantador de café e abridor de fazendas em outras áreas do Oeste Paulista, é um representante social típico de uma época de esplendor do café em Campinas”.¹⁴³ A mãe, Anna Cândida Ferraz de Sales, teve onze filhos e reproduzia o padrão social da época, esposa dedicada ao lar e ao catolicismo.

Assim, Alberto Sales recebeu os primeiros estudos em casa, bem como a visão política liberal e republicana advinda da figura paterna, indo para São Paulo apenas na adolescência com o intuito de dar continuidade à sua formação. Frequentou os preparatórios, já que

a instrução secundária não passava de simples degrau para as escolas superiores. O essencial era a habilitação nos exames parcelados de preparatórios, no antigo Curso Anexo à Faculdade de Direito. Disso se incumbiam institutos particulares nos quais eram ensinadas as matérias então exigidas para exames oficiais: latim, francês, inglês, história e geometria. Programa sem seriação, nem hierarquia. Pôde, contudo, João Alberto, integrá-lo mentalmente, suprindo, pela curiosidade autodidática, as lacunas da docência da época. O acaso das leituras levou-o a distanciar-se das disciplinas do Curso Anexo, estudando história natural e livros de divulgação do darwinismo, cujo manuseio, na época, era um verdadeiro escândalo.¹⁴⁴

Logo após a breve estada no curso preparatório, afora as leituras por conta própria, Alberto Sales, em 1875, consegue admissão no exame e vai matricular-se no Rensselaer Polytechnic Institute, de Troy, Nova York, Estados Unidos.

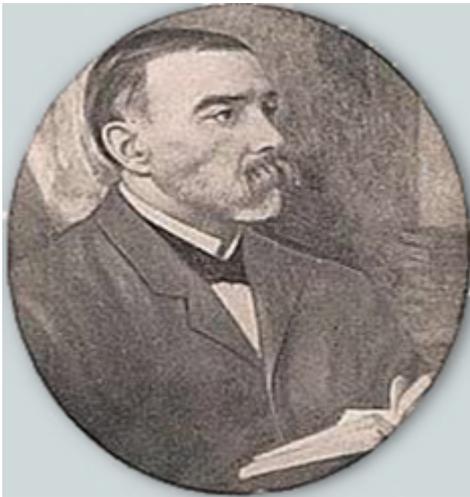
Esse instituto tinha como princípio, logo do ano de sua fundação, 1824, ir de encontro à formação tradicional adotada pela maioria das universidades de seu tempo, o que quer dizer que não se coadunava à perspectiva de ensino pautada nas humanidades e nos estudos clássicos. Assim, as disciplinas selecionadas para compor o currículo do instituto eram aquelas ligadas às ciências técnicas e práticas. Embora a composição curricular do instituto em Troy tivesse sofrido alterações até o ano de ingresso de Alberto Sales, 1875, todas essas

¹⁴³ Ver RIBEIRO JÚNIOR, João. *Alberto Sales: trajetória intelectual e pensamento político*. São Paulo: Editora Convívio, 1983. p. 19.

¹⁴⁴ Ver VITA, Luís Washington. *Alberto Sales, Ideólogo da República*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1965. p. 24.

modificações não mexiam na base central da formação de seus alunos, permanecendo assim a opção pela ciência tecnológica ou aplicada. Já em relação à postura filosófica do corpo docente do instituto, Luís W. Vita afirma que “a posição filosófica deles nunca foi bem articulada. Implicitamente, porém, é provável que a maioria deles seguia a corrente utilitariana e, talvez, positivista”.¹⁴⁵ De acordo com Luís W. Vita, se a formação estudantil se dava pela escolha das ciências tecnológicas em relação à tradicional formação humanista da época, é provável a interpretação de que a filosofia comteana exercesse grande influência nos professores do instituto.¹⁴⁶ Afinal, o positivismo se articulava perfeitamente com o tipo de ensino mais tecnológico e prático do período, visto que a corrente filosófica proveniente do pensamento de Augusto Comte privilegiava a experiência, a observação da realidade de maneira prática, posicionando-se contrária a todo conhecimento de viés metafísico, com suas entidades e seus elementos transcendentais. Essa breve apresentação da trajetória estudantil de Alberto Sales nos permite entender como se deu a constituição do pensador que anos mais tarde fará uso dessa formação na elaboração de seu ideal de república liberal para o Brasil.

Figura 9 – Alberto Sales, um dos principais ideólogos republicanos.



Fonte: <https://www.al.sp.gov.br/acervohistorico/exposicoes/parlamentarespaulistas/egas/elite.htm>

¹⁴⁵ *Ibidem*, p. 25.

¹⁴⁶ Como destacou Luís W. Vita, é provável que o instituto de Troy também fosse conhecedor da doutrina comteana, haja vista que a bibliografia sobre a história e o centenário do referido Instituto Politécnico aponta para o diálogo com outros centros de ensino e institutos europeus do período, dentre eles os franceses. Nas publicações de seu centenário (1824-1924) há menção a outros institutos internacionais, bem como a seus diretores. Sobre o Instituto Politécnico em Troy ver RICKETTS, Palmer C. *The centennial celebration of Rensselaer Polytechnic Institute*. New York: Published by board of trustees, 1925. Ver também RICKETTS, Palmer C. *History of Rensselaer Polytechnic Institute (1824-1934)*. New York: Braunworth & co, inc. 1935. E ainda, ver BAKER, Ray Palmer. *A chapter in american education: Rensselaer Polytechnic Institute (1824-1924)*. New York: Charles Scribner's son, 1924.

Após o período no instituto estadunidense, Alberto Sales retornou ao Brasil, em 1876, para ingressar na Faculdade de Direito de São Paulo. Mais uma vez, a instituição de ensino superior nacional tem papel destacado por emprestar aos alunos noções sobre o agir político, através do ambiente compartilhado em publicações acadêmicas¹⁴⁷ que ultrapassavam os limites da sala de aula, isso muitas vezes pela via do liberalismo cientificista.

Foi a partir também da formação obtida no curso de Direito que Alberto Sales inicia seus questionamentos sobre o Direito Natural, interpretando-o pelas lentes do positivismo e, desse modo, construindo uma concepção de direito diferente. Chegou a escrever: “é um fenômeno evolutivo. É um produto de antecedentes determinados, de um encadeamento lógico. O direito manifesta-se como um produto histórico da sociedade, como um sistema de ideias e opiniões comuns feitas por indivíduos de um dado estado social”.¹⁴⁸

Assim, afirma ainda, Alberto Sales, na passagem abaixo:

Como explicar o Direito por arbitrários processos dedutivos? Fenômeno natural, como todos os fatos sociais, subordina-se a leis infalíveis, como essas, por métodos objetivos. Foram tais processos lógicos que levaram à moderna concepção do Direito, depois que novas correntes filosóficas penetraram no espírito da mocidade, sempre na dianteira da marcha revolucionária das ideias.¹⁴⁹

A partir do processo de formação de Alberto Sales, pode-se obter uma melhor compreensão de como se deu a constituição do pensador a começar pela sua estada no instituto em Troy que propiciou uma visão de mundo que privilegiasse a observação da realidade para a construção de um conhecimento científico. Formação que justificava a aversão do conhecimento pautado apenas na especulação, em grandes abstrações, ou seja, em um pensamento filosófico metafísico, que segundo Alberto Sales, não permitia a transformação da realidade de fato. Também graças à formação em Troy que Alberto Sales pode observar mais de perto o regime republicano e federalista dos Estados Unidos que serviu como modelo para se pensar o Brasil.

De acordo com Luís W. Vita, “a breve estada de Alberto Sales em Troy, de lá viera marcado pelo cientificismo haurido naturalmente em Spencer e em Comte, em Stuart Mill e

¹⁴⁷ Como destacou Sérgio Adorno “a imprensa acadêmica constituiu-se numa espécie de ante-sala de profissionalização da atividade política. Responsável pela formação publicista do recém-egresso da vida acadêmica, ela configurou-se *locus* privilegiado da deflagração de campanhas e de movimentos sociais, políticos, artísticos e culturais. Antes de tudo, essa imprensa ensinou ao acadêmico como tomar partido, lutar e apaixonar-se por uma causa, adquirir responsabilidade moral por atos praticados; enfim, esse jornalismo ensinou algo além do aprendizado de sala de aula: o princípio de que a política se faz em público e com a utilização desses dois instrumentos que são a palavra escrita e a falada”. Ver ADORNO, Sérgio. *Op. Cit.*, p. 165.

¹⁴⁸ Ver VITA, Luís Washington. *Op. Cit.*, p. 114.

¹⁴⁹ *Ibidem*, p. 26.

em Littré. E, de modo especial, convencido da excelência do regime republicano e federalista estadunidense”.¹⁵⁰

Optou-se abordar os anos de formação de Alberto Sales porque, diferentemente de outros propagandistas e teóricos de sua época que selecionavam as doutrinas em voga no Oitocentos através da leitura de publicações estrangeiras no Brasil, o político e teórico constituiu seu pensamento fora do país, tendo contato direto com a visão de mundo científicista do instituto que o formou, bem como através dos textos da política científica lá adotados e, sobretudo, da experiência de república estadunidense. O contato com a doutrina positivista de Augusto Comte e com o evolucionismo de Herbert Spencer marcaram fortemente toda a obra de Alberto Sales.

Interpretando-o como agente de seu tempo e não como mero espectador alheio à prática política, torna-se teórico da política para fins de ação, visto que no século XIX não se tinha a separação entre os campos político e intelectual, como já apontado anteriormente, essa união entre os campos propiciava o uso de teorias para a prática. Apenas para tomar como exemplo uma passagem da obra datada de 1891 escrita por Alberto Sales e intitulada *Scientia política*, em que critica a política conduzida pelo grupo vencedor, do qual fazia parte, durante os anos iniciais da República: “Não é necessario grande esforço especulativo para ver-se que uma boa practica só póde nascer de uma boa theoria”.¹⁵¹ Teoria e prática caminhavam juntas na política que realizava. Afinal, para Alberto Sales a política se dividia

Em duas partes: uma teórica e outra prática. A primeira estuda as leis gerais que presidem a organização do Estado ou que regulam a marcha natural e sucessiva dos acontecimentos políticos; a segunda, ao contrário, ocupa-se tão-sòmente com a aplicação justa e oportuna dessas mesmas leis ao govêrno das sociedades. A primeira também se denomina política abstrata e a segunda, política concreta.¹⁵²

Mas, obviamente, não eram quaisquer teorias que fazia uso, a escolha estava longe de ser aleatória. Ao contrário disso, aquelas que permitiam a construção discursiva para gerar a ação desejada é que eram adotadas. Apenas como forma de demonstrar que a escolha dos teóricos feita pelos republicanos liberais para se instrumentalizarem era consciente, na busca de quem liam e então se utilizavam, é que se tem, por exemplo, a não adoção dos escritos de Karl Marx. O socialismo não fora utilizado pelos contestadores, pois tinham consciência que a referida teoria não faria sentido no Brasil oitocentista. Algo que Sílvia Romero apontou em

¹⁵⁰ *Ibidem*, p. 25.

¹⁵¹ Ver SALLES, João Alberto. *Scientia política*. São Paulo: Teixeira & Irmão, 1891. Edição fac-similar: Brasília: Senado Federal, 1997. p. 04.

¹⁵² Ver SALLES, Alberto. “Catechismo republicano”. In: VITA, Luís W. *Alberto Sales, ideólogo da República*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965, p. 173.

sua obra *Doutrina contra doutrina*.¹⁵³ Neste texto, afirma-se a incoerência ao se adotar os escritos de Karl Marx para o Brasil da segunda metade do XIX, pois seria inviável propor um sistema socialista ao país que, segundo o próprio autor, ainda possuía estruturas incipientes para sua instalação. De modo que “esse é o problema do nosso futuro. No presente, afirmamol-o convictamente, em zona alguma do paiz existem ainda as condições que fazem brotar o socialismo em suas diversas manifestações”.¹⁵⁴

O que significa dizer que embora conhecessem as principais doutrinas da época, os contestadores do período selecionavam os teóricos que se adequavam aos seus interesses. Não seria diferente em relação ao trio dos republicanos liberais. Tanto Alberto Sales, quanto Quintino Bocaiúva e Assis Brasil fizeram uso dos mesmos teóricos da reforma social, contudo esses teóricos foram escolhidos para possibilitar a criação de um discurso combativo em relação à monarquia que passou a ser lida como forma de regime decadente, atrasado, corrupto e de concessão de privilégios, ou seja, inadequada ao mundo moderno. Assim, entende-se a adoção feita pelo repertório da política científica, que serviu de arma teórica para justificar a oposição ao Império e instaurar uma outra realidade política para o país. As inúmeras citações e menções feitas a Spencer, Darwin, Haeckel e Comte, por exemplo, eram recorrentes nas obras do trio republicano, tanto de forma direta, quanto indireta. Os empréstimos feitos do vocabulário da política científica eram constitutivos do discurso contestador, por isso a grande repetição de expressões como “evolução”, “leis científicas”, “ciência política”, “ordem e progresso”, “passagem do homogêneo para o heterogêneo”, “organismo social”, “anarquia mental”, “marcha geral da civilização”, “estados da humanidade”, “evolução mental”, “regime científico de governo”, entre outras tantas.

Em uma das principais obras de Alberto Sales já se tem, na parte inicial de seu texto, destinada às “Observações Preliminares”, longas citações de Augusto Comte, bem como há menção a Pierre Laffite e Émile Littré. Os representantes máximos do positivismo estão presentes inúmeras vezes na escrita e perpassam toda a obra. Alberto Sales os utiliza como argumentos de autoridade em seu texto, haja vista a adoção por parte dos republicanos liberais de um ecletismo filosófico que permitia mesclar e adaptar as correntes de pensamentos ligados à evolução e à ciência no século XIX, de modo a buscar o convencimento de seus leitores à causa que defendiam. Por isso, durante sua abordagem sobre a diferença entre os termos desejo e opinião, Alberto Sales faz uso de Augusto Comte para reafirmar a necessidade

¹⁵³ Ver ROMERO, Sílvio. *Doutrina contra doutrina. O evolucionismo e o positivismo na Republica do Brasil*. Rio de Janeiro: Editor - J.B. Nunes, 1894.

¹⁵⁴ *Ibidem*, p. 36.

de promover meios teóricos para que a política seja lida como uma “sciencia positiva”, o que quer dizer, nos moldes pregados pela filosofia positivista para se alcançar determinado fim. Assim, Alberto Sales cita longamente o teórico do positivismo:

Eis o que a respeito do assumpto escreveu Augusto Comte: “É razoavel, é natural, é necessario que todo o cidadão tenha desejos políticos, por isso que todo o homem tem um interesse qualquer na direcção dos negocios sociaes; é muito simples, por exemplo, que todos os cidadãos que não pertencem á classe dos privilegiados e que vivem do producto de seus trabalhos, desejem a liberdade, a paz, a prosperidade industrial, a economia nas despezas publicas e o bom emprego do imposto. Mas uma opinião politica exprime mais do que desejos; ella é, além d'isso, a expressão, as mais das vezes, muito affirmativa e muito absoluta, de que esses desejos não pódem ser satisfeitos senão por taes e taes meios e nunca por outros. Ora, eis ahi sobre o que é ridículo e desarrazoado pronunciar-se sem ter especialmente reflectido. Pois e evidente que, nesta questão: tal medida, tal instituição será própria para atingir tal fim? ha uma cadeia de raciocinios e reflexoes que exige, para ser bem feita, um estudo particular desse genero de considerações; e na falta d'isso será possível tomarem-se por apropriados meios absolutamente oppostos. É assim que se encontram muitas pessoas que desejam sinceramente a paz e a liberdade, mas que têm ao mesmo tempo uma idéa tão falsa dos meios próprios de alcançal-as que, se esses meios fossem postos em practica, produziriam, ao contrario, a desordem e o arbitrio”.¹⁵⁵

A passagem supracitada evidencia a utilização não apenas do vocabulário da política científica pelo grupo republicano liberal do qual faz parte, mas também deixa claro o uso de seus principais teóricos como argumentos de autoridade no discurso político que vendia a ideia de república ao buscar o convencimento do leitor à ação pela citação dos nomes de grandes pensadores do período, bem como de seus modelos interpretativos. A utilização do repertório da política científica servia então de arma para fundamentar a oposição ao Império. O uso das teorias de reforma social, como, por exemplo, o positivismo servia para construir uma narrativa combativa ligada às principais discussões filosóficas do Oitocentos. O século da razão fornecia uma visão de mundo pautada na ideia de progresso da Humanidade, cujo Brasil também era partícipe. Por isso, a leitura de estruturas arcaicas que deveriam ser identificadas e substituídas pelo que se entendia por aquelas representantes da Modernidade. No campo da política, esta ganhava o *status* de ciência e entendida como tal, afirmava-se ter chegado o “momento de arrancar a politica dos dominios do empirismo para eleva-la à dignidade de sciencia”.¹⁵⁶

Para Alberto Sales, a constituição da política como ciência era necessária para compor um discurso que trabalhava com a ideia de estágios civilizatórios dentro dos quais o Brasil se encontrava em desvantagem. O país conservando estruturas arcaicas como a da Monarquia

¹⁵⁵ Ver SALLES, João Alberto. *Sciencia política*. São Paulo: Teixeira & Irmão, 1891. Edição fac-similar: Brasília: Senado Federal, 1997. pp. 15-16.

¹⁵⁶ *Ibidem*, p. 287.

promovia uma “involução”, ou seja, não se permitia o progresso social. Sociedade esta na qual ele próprio, juntamente com grupo dos republicanos que representava, buscavam maior protagonismo, haja vista a insatisfação ao não estarem à frente dos postos de mando político do país. Para ir de encontro à condição política elaborou um ato de fala contestador e usou o positivismo de Augusto Comte, bem como o evolucionismo social de Herbert Spencer, entre outros autores da reforma social, de forma a construir um ambiente entendido como de “crise monárquica” que deveria desencadear na república do progresso do qual seria um dos que estaria à frente. Alberto Sales na busca de soluções para o seu presente constrói uma interpretação que garanta resoluções para as tensões de sua época, interferindo na realidade e a modificando pela via da palavra. Entendendo que as palavras são atos, agiu e elaborou textos de forma a caracterizar a política como uma ciência que, submetida às leis, caminharia invariavelmente à direção do progresso, para assim garantir que uma nova realidade se instaurasse no país: a república liberal.

Para isso, a política apresentada como uma ciência deveria buscar as leis fundamentais que regem o “organismo social”. A ideia de organismo social obtida do evolucionismo de Herbert Spencer e adotada por Alberto Sales estabelece uma comparação do corpo nacional integrado ao Estado com o organismo:

Aplicando esse princípio ao desenvolvimento da sociedade em geral, Spencer considera o Estado um órgão integrador e a sociedade, um organismo, sujeitos às mesmas leis dos organismos dos corpos vivos. A sociedade, como um todo, é considerada separadamente de unidades vivas, apresentando, assim, fenômenos de desenvolvimento, estrutura e função análogos aos do crescimento, estrutura e função num animal e que estas últimas são as chaves necessárias para a primeira.¹⁵⁷

Alberto Sales adaptava e mesclava ideias de diferentes correntes filosóficas, alargando o campo semântico na tentativa de dar conta da disputa pelos “usos de significados” das ideias políticas voltadas à ação de invalidação do Império. Desse modo, afirmou:

O imprevisto, o acaso e o destino, foram completamente banidos do domínio da história e em seu lugar foi reconhecida a existência de leis imutáveis e permanentes, como formulas invariáveis das relações constantes dos phenomenos. A previsão científica, em relação ás reformas politicas e sociaes, tornou-se possível pela observação exacta do passado e das condições peculiares do presente.¹⁵⁸

Ao adotar a visão própria das teorias científicas do Oitocentos, Alberto Sales afirmou ser através da observação atenta dos fatos sociais, pensados de forma análoga aos fenômenos animais, que se descobririam as leis que regem a evolução social, cabendo ao Estado,

¹⁵⁷ Ver RIBEIRO JÚNIOR, João. *Op. Cit.*, p. 135.

¹⁵⁸ Ver SALLES, Alberto. *Política republicana*. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger & Filhos, 1882, 2v. p. 21

entendido como qualquer outro organismo, atentar-se para sua lei evolutiva e, então, efetuar medidas para atingir o progresso, livrando-se de estruturas arcaicas.

Assim, a linguagem da política científica era empregada nos discursos e se atrelava, por exemplo, às novas descobertas da sociologia, ciência que à época oferecia argumentos à orientação política. A adaptação da “lei da evolução” à realidade brasileira permitiu a criação de uma nova visão de mundo, cujo Brasil estava submetido aos “estágios civilizatórios” pelos quais a modernidade caminhava. Eram “três fases perfeitamente distintas; a princípio, ela era instintiva, depois incompleta e finalmente reflexa”.¹⁵⁹ Desse modo, a ideia de “marcha do progresso” demonstrava ser uma interpretação indispensável às mudanças nas esferas política, econômica e cultural, pois “as sociedades, em vez de serem estacionárias, ao contrário, progredem constantemente, não só em relação ao seu comércio e à indústria, como também nas artes, na ciência, na religião e no govêrno”.¹⁶⁰ Sendo assim, dever-se-ia propiciar as transformações oportunas para permitir ao país seu desvelar no mundo moderno. Para isso, Alberto Sales apontava à necessidade de observação dos fatos sociais, para que através da experiência, fosse possível a aplicação de um método científico capaz de fornecer conhecimento prático e, então, estabelecer as “leis infalíveis” que regem tanto a evolução dos organismos animais quanto dos sociais. Estabelecia-se a necessidade de observação da realidade pela experiência, sendo esta o único meio de conhecimento possível. Segundo ressalta Luís W. Vita

com efeito, vinculado à experiência, o positivismo é uma visão geral da natureza e do homem da qual é excluída a metafísica. O conteúdo da experiência e a determinação das leis que a regem, constituem o domínio da pesquisa da filosofia positiva. É o positivismo uma teoria do saber que se nega a admitir outra realidade que não sejam as relações entre os fatos. No que diz respeito à “explicação” desses fatos, interessa-se o positivismo apenas pelo “como”, evitando responder ao “que”, ao “porquê” e ao “para quê”. A isso, naturalmente, une-se uma decidida aversão à metafísica, pois somente o conhecimento dos fatos é fecundo. Renunciando aos métodos *a priori*, o positivismo elimina da filosofia todos os problemas que comportam soluções transcendentais ou que requeiram outros métodos além daqueles que a ciência admite.¹⁶¹

¹⁵⁹ Alberto Salles define as “três fases evolutivas do Estado” ligado ao “organismo social” a partir de uma clara adaptação do positivismo e evolucionismo, segundo ele: “Na sua primeira fase o poder governamental aparece como força *estranha e sobrenatural*, que vai buscar a sua origem em um outro poder superior e *divino* e que é apenas sentida instintivamente. Na segunda, aparece como uma força *natural*, que tem a sua origem na própria sociedade, mas que se torna o *patrimônio* de certos indivíduos ou de certas classes privilegiadas. Na terceira, finalmente, aparece como uma força *eminentemente social*, que tira a sua origem da *soberania nacional* e que se constitui em uma função limitada dessa mesma soberania. É o próprio Estado que, na qualidade de instituição política, de sobrenatural que era, passa a adquirir uma natureza positivamente social, à medida que a evolução humana caminha e que a interpretação dos fenômenos em geral se torna mais científica e positiva”. Ver SALLES, Alberto. “Catechismo republicano”. In: VITA, Luís W. *Alberto Sales, ideólogo da República*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965, p. 176.

¹⁶⁰ *Ibidem*. p. 173-74.

¹⁶¹ Ver VITA, Luís Washington. *Op. Cit.*, p. 52.

De forma semelhante, Alberto Sales rejeita origens e fins, tendo como preocupação o meio pelo qual toda e qualquer experiência ocorre. Da observação dos fatos no momento em que se dão ao estabelecimento das leis de caráter científicista é que se permite o desvelar do progresso e com ele a orientação à ação política devido ao caráter de previsibilidade, ao se identificar na linha ascendente do progresso em que estágio civilizacional se está. Por isso, Alberto Sales destaca que:

O processo rigoroso da filiação veio mostrar a mutua dependencia que existe entre as instituições sociaes, bem como a necessidade de attender-se cuidadosamente á serie dos antecedentes, na determinação de um phenomeno politico qualquer. O imprevisto, o acaso e o destino, foram completamente banidos do domínio da historia e em seu lugar foi reconhecida a existência de leis immutaveis e permanentes, como formulas invariáveis das relações constantes dos phenomenos. A previsão scientifica, em relação ás reformas politicas e sociaes, tornou-se possível pela observação exacta do passado e das condições peculiares do presente.¹⁶²

Seria então através da observação dos fatos sociais, interpretados de forma análoga aos fenômenos animais, que se reconheceriam as leis que regem a evolução social, cabendo ao Estado, entendido como qualquer outro organismo vivo, atentar-se para sua lei evolutiva e executar ações para permitir o desvelar do progresso. É na ideia do progresso aplicada ao Estado que se identifica a utilização tanto da teoria de Augusto Comte, quanto a de Herbert Spencer, visto que a lei evolutiva permitia a passagem aos três estados comteanos. Assim, segundo Alberto Sales, o Estado em relação à sociedade que o criou deve “regular o seu desenvolvimento, conservar a ordem e favorecer o progresso”,¹⁶³ ou seja, não deve ser um empecilho ao progresso, ao contrário, ordem e progresso caminhariam unidos sem prejuízos e/ou interferências. A ordem devia ser alcançada pelo pleno desenvolvimento de suas funções, sem abuso de poder, regulando para que o equilíbrio e a harmonia social fossem mantidas, já que

sua função deve consistir tão sòmente em aplicar e desenvolver o princípio jurídico em toda a sua intensidade e deixar que o comércio, a indústria, as artes, a ciência e a religião sigam o seu curso natural e espontâneo, sem peias nem tropeços, contanto que a harmonia social não se perturbe e a atividade de cada um seja inteiramente livre em suas múltiplas e variadas aplicações.¹⁶⁴

Assim, além do entendimento de Alberto Sales da sociedade como sendo um organismo vivo constituída de fatos sociais, que, ao serem observados a partir da experiência, demonstrariam o caráter evolutivo que indicaria a lei fundamental que rege a marcha do

¹⁶² Ver SALLES, Alberto. *Op. Cit.*, p. 21.

¹⁶³ *Ibidem*, p. 147.

¹⁶⁴ Ver SALLES, Alberto. “Catechismo republicano”. In: VITA, Luís W. Alberto Sales, ideólogo da República. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965, p. 178.

progresso no qual o Estado tem por dever facilitar, destaca-se também na passagem supracitada a defesa do liberalismo, haja vista que o Estado possui apenas a função de respeitar os princípios jurídicos e não cometer abuso de poder ao interferir em áreas que devem por excelência gozar de liberdade de ação. Desse modo, o liberalismo adotado por Alberto Sales entende o conceito e a função do Estado como sendo

uma instituição social e política, cuja missão consiste tão somente em fornecer às diversas esferas da atividade social as condições ou meios que necessitam para atingir a plenitude de seu desenvolvimento, e mantê-las ao mesmo tempo na órbita legítima do Direito, a fim de que uma não venha a quebrar a harmonia e independência das outras, nem perturbar o curso natural da evolução humana.¹⁶⁵

Já em relação ao progresso, como fora mencionado anteriormente, esse era obtido pela observação dos fatos sociais que apontavam, a partir da lei evolutiva do Estado, quais dos estados deviam ser suplantados para se caminhar na direção do “estado positivo”, pois “é o próprio Estado que, na qualidade de instituição política, de sobrenatural que era, passa a adquirir uma natureza positivamente social, à medida que a evolução humana caminha e que a interpretação dos fenômenos em geral se torna mais científica e positiva”.¹⁶⁶

Desse modo, o Estado evoluiria gradualmente a partir da lei dos três estados comteanos, como destaca Alberto Sales:

Todos sabem que foi Augusto Comte, o mais original e o mais robusto pensador d’este seculo. A sua famosa lei dos tres estados é assim formulada por elle proprio: - “Esta lei consiste em que cada uma das nossas concepções principaes, cada ramo dos nossos conhecimentos, passa successivamente por tres estados theoricos differentes: o estado theologico ou fictício; o estado metaphisico ou abstracto e o estado scientifico ou positivo”. A esta lei obedece o desenvolvimento total da intelligencia humana, por uma necessidade invariável, em suas diversas esferas de actividade, como elle mesmo faz notar. No estado theologico predominam as concepções absolutas e ficticias sòbre a natureza intima dos seres e sobre as causas primarias e finaes. É a epocha da critica. No estado positivo predominam as leis naturaes. É a epocha da sciencia. Tanto a religião como a sciencia, na opinião de Littré, tem por officio pòr a educação e, conseguintemente, a vida moral, em relação com a concepção do mundo em cada uma das phases da humanidade. A religião, como um producto dá cultura social que tem as raizes no pensamento e que é o ponto de partida da evolução necessaria da intelligencia humana, obedece tambem a um desenvolvimento regular que se manifesta por tres estados successivos: *fetichismo*, *polytheismo* e *monotheísmo*. Por outro lado a sciencia tem a sua evolução perfeitamente determinada pela serie dogmatica constituída pela mathematica, astronomia, physica, chimica, biologia e sociologia. Por esta lei se verifica, que assim como o passado pertenceu e tem pertencido à religião, assim tambem o futuro ha de inevitavelmente pretencer à sciencia. Isto quer dizer simplesmente que o espirito humano liberta-se cada vez mais da religião, ao mesmo tempo que penetra cada vez mais nos dominios da sciencia.¹⁶⁷

¹⁶⁵ Ver RIBEIRO JÚNIOR, João. *Op. Cit.*, p. 171.

¹⁶⁶ Ver SALLES, Alberto. “Catechismo republicano”. *Op. Cit.*, p. 176.

¹⁶⁷ Ver SALLES, Alberto. *Sciencia Política*. Brasília: Senado Federal, 1997, p. 64-65.

O entendimento do mundo a partir da marcha civilizacional regida pela lei dos três estados comteanos era aceita por Alberto Sales e passava a ser a maneira pela qual embasava um de seus principais argumentos contra a permanência do império no Brasil. O estado absolutista, lido como estrutura arcaica que se mantém no tempo, de forma equivocada, até o seu presente devia ser substituído pela república, para que a marcha do progresso pudesse enfim se dar plenamente. Em texto intitulado “O Estado e a evolução social”, publicado no jornal *O Federalista*, folha do Partido Republicano, em 05 de maio de 1880, Alberto Sales destacava:

Um dos phenomenos que mais impressionam aquelles que se dão ao estudo da marcha progressiva da humanidade atravez da historia é certamente o contraste admiravel que ahi se observa entre as tendencias evolutivas das sociedades e o espirito de conservação dos Estados. A evolução social não acompanha o Estado, e nem o Estado acompanha a evolução social. São duas forças antagonicas, quando deveriam ser pelo contrario perfeitamente harmonicos em seu modo de operar sobre a marcha da civilização.¹⁶⁸

Nesta passagem, Alberto Sales afirmava existir um descompasso entre a sociedade e o Estado monárquico no Brasil, cujo governo ainda era pautado pela “disciplina metaphysica” que atravancava o desvelar da marcha do progresso. Havia assim a necessidade de superá-lo na busca pela “fase positiva”, na qual se daria, enfim, o encontro harmônico entre sociedade e Estado, que neste caso, seria o republicano.

A implantação do sistema de governo republicano demonstrava o caminho a ser seguido para um futuro de progresso. Essa república propagada como forma de governo ideal tinha na Constituição sua lei fundamental para a plena organização política, visto que seria o constitucionalismo a expressão jurídica capaz de impor os limites de ação do Estado, ao regular suas competências e, com isso, assegurar o não abuso de poder pelo mesmo, garantindo as liberdades individuais contra possíveis abusos dos governantes. Afinal, segundo o teórico e propagandista republicano, “a suprema função do aparelho governamental era a *Administração* que, embora complexa, pode ser distribuída em três funções parciais, a saber: a função legislativa, a executiva e a judiciária”.¹⁶⁹ Desse modo, segundo Alberto Sales,

a Constituição é lei orgânica do Estado. Não é um produto de combinação intelectual, nascida espontaneamente da cabeça dos legisladores, mas um produto histórico; um fenômeno que tem suas raízes no fundo do passado social e político de um povo, nas suas condições de vida, nos seus hábitos, nos seus costumes, nas suas tendências, nas suas idéias, nas suas paixões, no seu modo de pensar e de sentir, no seu caráter, enfim. A Constituição, em suma, parece-lhe como uma obra de civilização.

Afirmando que um governo, para ser estável, permanente e limitado não pode de modo algum prescindir de uma Constituição, Alberto Sales repete com Naquet

¹⁶⁸ Ver *O Federalista (SP)*, 1880.

¹⁶⁹ Ver RIBEIRO JÚNIOR, João. *Op. Cit.*, p. 180.

que 'a existência de um código constitucional, tão completo quanto possível, é para um povo uma condição de ordem e de liberdade, que nada pode atualmente substituir'.¹⁷⁰

A importância dada à Constituição é pautada não apenas por ser ela considerada uma lei orgânica, garantidora das liberdades individuais e sociais contra os abusos por parte dos governantes, mas também porque ela permite que se acompanhe a dinâmica social, possibilitando o pleno desvelar da marcha da civilização, visto que Alberto Sales a entende como mutável, ao destacar que “a sociedade nunca está estacionária, mas progride sempre e cada vez mais rapidamente, é necessário que a Constituição se adapte às modificações operadas nas condições do Estado social”.¹⁷¹

Outro ponto importante propagado por Alberto Sales diz respeito ao federalismo que passou a ser amplamente defendido, tanto pelo próprio teórico, quanto por outros propagandistas de seu grupo, sendo praticamente um consenso. Seria através do princípio federativo aplicado às províncias que se garantiria a autonomia e a liberdade necessárias ao desenvolvimento das partes no exercício de autogoverno. Embora a ideia de federalismo seja anterior ao período estudado, essa ganha força e passa a ser apresentada através do tripé: república-democracia-federalismo, como afirmou José Murilo de Carvalho.¹⁷²

Desse modo, era através da adoção do federalismo, juntamente com a implantação da república democrática, que se vinculavam as várias províncias à Federação, contudo sem serem submetidas totalmente ao poder central, haja vista que o poder centralizador era entendido como empecilho para uma administração eficaz, como destacou Alberto Sales em sua obra *Política republicana*, de 1882: “a centralização política e administrativa, que conduz á apoplexia do centro e á paralyisia das extremidades, só se explica hoje como uma verdadeira aberração política, que outra cousa não poderá produzir sinão o completo aniquilamento de todas as forças vivas da nação”.¹⁷³

O tripé existente república-democracia-federalismo também indica a não aceitação por parte de Alberto Sales do positivismo de Augusto Comte pela via ortodoxa, não por apenas recusar a religião da Humanidade proposta pelo pensador francês, mas também por não aceitar um sistema de governo pautado em uma república de viés ditatorial como a apresentada pelo positivismo. Para Alberto Sales, a república deveria ser democrática e a

¹⁷⁰ *Ibidem*, p. 176-177.

¹⁷¹ Ver SALLES, Alberto. *Política republicana*. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger & Filhos, 1882, p. 182.

¹⁷² Sobre o debate dos três conceitos ver CARVALHO, José Murilo. “República, democracia e federalismo: Brasil (1870-1891)”. In: CARVALHO, José Murilo de; [et. al.]. (Orgs.). *Linguagens e fronteiras do poder*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

¹⁷³ Ver SALLES, Alberto. *Op. Cit.*, p. 145.

apresenta e defende de acordo com a proposta de república liberal pela via da participação popular, ou seja, do exercício da soberania do povo que através do sistema representativo garantiria a possibilidade de autogoverno. A adoção do “governo de si” existente nos escritos de Alberto Sales é proveniente do diálogo com o publicista chileno J. V. Lastárria que propagava a ideia de “república semecrática”:

“semecracia” *gôverno de si próprio*, resultando o t ermo de um hibridismo explicado assim por Lastárria: “*Semet*, t ermo latino que significa si próprio, e *cracia*, do grego *kratos*, fôrça, poder, império, govêrno. *Semecracia*   tradução literal da palavra ingl sa *self-government*, com que os americanos do Norte designam o govêrno do povo pelo povo.”¹⁷⁴

A república semecr tica de J. V. Lastárria permitia o governo de si, a democracia era assim assegurada pelo exercício do voto que contemplava a todos aqueles que não fossem considerados incapazes, menores de idade e indigentes.¹⁷⁵ O governo de si se dava pelo princípio da soberania popular exercida através do sufrágio universal,

Mas o sufrágio, para Alberto Salles, não é somente uma função pública,   também um direito.   uma função, quando é considerado como uma simples instituição, adaptada tão somente a um certo e determinado regime político; é direito, quando considerado como uma condição indispensável ao exercício da soberania. Tanto em um caso como em outro, porém, ele está diretamente subordinado ao princípio da soberania popular, única base política do Estado.

Definindo a soberania como 'o direito que tem a sociedade de constituir e organizar o Estado, para o fim de aplicar e desenvolver o princípio jurídico em toda a sua intensidade', comenta Alberto Salles que ela só se manifesta por intermédio do sufrágio. Assim, o voto aparece como uma condição indispensável para o seu exercício, e, conseqüentemente, como um direito inalienável, imprescindível, limitado pelo princípio da justiça às condições que constituem a vida e o desenvolvimento da sociedade e de seus elementos, e igual e proporcional na representação de todos os interesses coletivos da sociedade.¹⁷⁶

Ainda sobre o diálogo de Alberto Sales com o publicista chileno, destaca João Ribeiro Júnior: “Assim, acompanha Lastárria ao determinar os caracteres essenciais da constituição do governo”.¹⁷⁷ Esses caracteres eram uma república democrática e federalista, pois

declarando positivamente que uma das condições de uma boa organização do poder político é a sua descentralização, 'único meio de respeitar a independência de todas as atividades individuais e sociais, debaixo do regime do direito'.

Descentralizar é, pois, para Alberto Sales, determinar entre as diferentes unidades sociais, de maneira que a intimidade entre as partes e a autoridade superior, sem desaparecer, seja contudo de tal ordem que possa permitir a independência e autonomia dos poderes locais.¹⁷⁸

¹⁷⁴ Ver LASTÁRRIA, J. V. *Apud.*, VITA, Luís W. *Op. Cit.*, p. 85.

¹⁷⁵ Sobre aqueles considerados aptos para o exercício do voto, ver SALLES, Alberto. *Op. Cit.*, p. 235-240.

¹⁷⁶ Ver RIBEIRO JÚNIOR, João. *Op. Cit.*, p. 193-194.

¹⁷⁷ *Ibidem*, p. 184.

¹⁷⁸ *Idem*.

A defesa da soberania popular através do governo de si, retirada do diálogo com J. V. Lastárria, fez com que Alberto Sales estabelecesse a relação do conceito de democracia com o de república, sendo estes dois também atrelados ao de federalismo. Em relação a este último, Alberto Sales, não apenas em suas obras de cunho mais teórico, e, por isso mesmo, densas e longas, fazia também a defesa do princípio federativo, bem como em seus textos para publicação em jornais a defesa do federalismo era sempre presente e destacada. No texto intitulado: “Monarchia ou Republica”, publicado no jornal *A Província de São Paulo*, em 15 de outubro de 1885, além de comparar os dois sistemas de governo, ressalta ainda em relação ao federalismo atrelado à república:

A federação é uma lei política que só póde ser devidamente applicada por um processo scientifico da organização governamental á forma genuinamente republicana da constituição definitiva do poder politico. Querer, porem, applical-a á forma monarchica, é evidentemente disvirtual-a, pervertel-a, torcel-a, estragal-a: - é tentar um absurdo, porque é tentar um impossível.

Si de facto comprehendem os liberaes paulistas o que seja a federação, si querem com sinceridade servir-se dessa grande lei politica para a reorganização completa e radical do nosso systema de governo, sejam então coherentes com a sua própria consciência, obedeçam cegamente aos dictames da sciencia e emprehendam com coragem a verdadeira propaganda democratica – rasguem esse farrapo indecente de federação monarchica e arvorem francamente a bandeira altamente significativa e nobre da republica federal.¹⁷⁹

É importante ressaltar que o federalismo de Alberto Sales era fundamentado teoricamente na compreensão de Herbert Spencer da lei do progresso, na qual afirmava que para “toda desagregação corresponde necessariamente uma agregação paralela, à toda separação, uma integração correlativa. É assim que se opera a passagem do homogêneo para o heterogêneo e que se efetua a evolução dos organismos”.¹⁸⁰ De forma análoga ao organismo animal, a sociedade, embora considerada mais complexa, era também regida pela mesma lei de progresso existente na biologia.

É a partir do uso de Herbert Spencer que o separatismo paulista proposto por Alberto Sales se justifica, pois ao repetir seu fundamento o pensador defendia e justificava o separatismo de São Paulo, justamente por identificar nos “fenômenos sociais” o desconforto paulista frente à centralização política que julgava opressora. Segundo Alberto Sales, as circunstâncias do período apontavam e demonstravam o processo de evolução política inevitável. A marcha evolutiva dos processos políticos indicava na direção do confronto com o regime monárquico atrofiante que caracterizava o primeiro momento evolutivo, de início a desintegração das províncias do poder central, para depois iniciar uma nova agregação

¹⁷⁹ Ver *A Província de São Paulo (SP)*, 1885.

¹⁸⁰ Ver SALES, João Alberto. *A pátria paulista*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983, p. 17.

correlativa, como sendo um complemento necessário. Portanto, escrevera a obra dedicada ao tema do separatismo intitulada: *A Pátria Paulista*, de 1887. Da correlação feita entre separatismo e federação, Luís Washington VITA destacou que, para Alberto Sales, o separatismo e a federação não eram incompatíveis, mas pelo contrário já que

tôda agregação social e política começa por uma desintegração, que é a fase primitiva e inicial de todo o desenvolvimento dos agrupamentos humanos; é evidente, portanto, que tôda federação começa por uma separação”. Quer dizer para êle a separação é o caminho para a federação, a exemplo do que ocorre nos Estados Unidos, ou seja, “a separação não exclui a federação, nem tampouco a integridade territorial é indispensável para a aplicação do princípio federal, consagrado na organização republicana.¹⁸¹

Assim, Alberto Sales entendia e apresentava o princípio federativo, pois da desagregação se chegaria à federação que, por sua vez, levaria ao sistema republicano de viés democrático. Obviamente, por ser o federalismo um conceito, há múltiplos significados atrelados ao mesmo.¹⁸² A interpretação dos usos de significados distintos depende da compreensão de quem os usa e para quê fim. Desse modo, para Alberto Sales, o federalismo era interpretado a partir de sua escolha teórica da lei do progresso de Herbert Spencer, enquanto que para alguns paulistas o federalismo era entendido como separatismo de fato, o que acarretava num conflito de definições, já que para

os paulistas que promoveram a república e admitiram a federação como solução satisfatória, assim procederam porque faziam da federação uma idéia bem diferente da idéia atual. Achavam êles que a proclamação da república federativa importaria na absoluta separação administrativa, política e econômica de São Paulo.¹⁸³

Essa multiplicidade de significados atribuídos ao conceito de federalismo se explica pelos vários interesses e motivações, pois enquanto para Alberto Sales o seu desejo separatista de São Paulo se justificava pela escolha da chave de leitura spenceriana da lei do progresso, que resultaria numa futura agregação via federalismo, para muitos outros paulistas partícipes do grupo político do qual era expoente, o princípio federalista seria a possibilidade de realizar suas mais variadas atividades sem quaisquer interferências que comprometessem as liberdades, garantindo-lhes uma maior autonomia. Algo almejado há tempos. E isso se daria pela separação definitiva, não temporária. O que Alberto Sales não concordava, embora fosse de postura liberal e defendesse a autonomia para as mais diversas áreas, como, por exemplo, política, administrativa, econômica e religiosa da província, afirmava repetidas vezes que:

¹⁸¹ Ver VITA, Luís Washington. *Op. Cit.*, p. 39.

¹⁸² Sobre o conceito de federalismo no Brasil Ver COSER, Ivo. “Federal/Federalismo” In: FERES JÚNIOR, João. *Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009, p. 91-118.

¹⁸³ *Ibidem*, p. 40.

toda agregação social e política começa por uma desintegração, que é a fase primitiva e inicial de todo o desenvolvimento dos agrupamentos humanos; é evidente, portanto, que toda federação começa por uma separação. Pretender, como querem muitos, que a federação é que deve ser o caminho para a separação, é entender que a integração deve preceder a desintegração, é pretender um simples absurdo. E admira mesmo como espíritos mais ou menos lúcidos tenham enunciado semelhante conceito, que até o bom senso vulgar repele com força.¹⁸⁴

Assim, Alberto Sales apresentava e propagava sua proposta republicana para o país. Redigiu muitas vezes em seus escritos embasado em vários autores da política científica com suas proposições de reforma social. Contudo, não se atrelou a nenhum deles, mas, ao contrário, fez uso, consciente, de muitos de forma heterodoxa para que pudesse ser aplicado às circunstâncias singulares do país. A escolha de Augusto Comte, Herbert Spencer, J. V. Lastárria, Stuart Mill, Darwin e outros de maneira a elaborar um discurso político combativo para deslegitimar as práticas, valores e instituições vigentes, possibilitava o ideal de república liberal, permitindo que se gerasse um ambiente hostil à permanência do Brasil-Império. Não por acaso, a monarquia cai por terra e a república é implantada sem grandes dificuldades em 1889.

As palavras foram assim utilizadas como arma contra a monarquia, que passou a ser lida como decadente, frente ao futuro do progresso que, necessariamente, resultaria na república-democrática-federalista, defendida em suas obras de propaganda, fossem elas mais densas e longas na forma de livros a serem vendidos ou, muitas das vezes, distribuídos gratuitamente, bem como em seus textos de jornais, haja vista que ficou à frente de muitos periódicos,¹⁸⁵ mas também através dos vários discursos proferidos nos *Meetings* e Clubes Republicanos.

Algumas das indagações centrais que norteiam o estudo como, por exemplo, quais os autores em voga no Oitocentos que foram, conscientemente, escolhidos para constituírem o discurso combativo proferido por Alberto Sales contra às instituições vigentes, como esses mesmos autores foram lidos pelo teórico e propagandista de São Paulo e para quê fim, são questões que contribuem para que a interpretação histórica do período seja aquela de entender Alberto Sales não como mero teórico, mas, sim, como agente de seu tempo, cuja intervenção, pela via discursiva, buscava implantar uma nova realidade que lhe garantisse maior atuação no campo político e, conseqüentemente, permitisse ao grupo do qual era expoente não apenas uma maior visibilidade, mas, sim, a vitória na disputa pela organização política e social do país.

¹⁸⁴ Ver SALES, João Alberto. *Op. Cit.*, p. 108.

¹⁸⁵ Apenas para citar a participação de Alberto Sales em alguns jornais: *A Província de São Paulo* (SP), *A República* (RJ), *O Federalista* (SP), *Correio Paulistano* (SP), *A Federação* (RS), entre outros.

Desse modo, o repertório da política científica possibilitou a instrumentalização para a sua construção contestatória que interpretou a situação do país como atrasada e gerou o ambiente entendido como de “crise” necessário para a queda da monarquia brasileira. E isso fora feito não apenas em São Paulo, tendo em Alberto Sales, um de seus principais agentes políticos, mas também na corte, com Quintino Bocaiúva, e no Rio Grande do Sul, por meio de Assis Brasil. Essa tríade republicana-liberal defendia os mesmos pontos, tendo um discurso alinhado e coeso, com controle das técnicas retóricas, composto pelo jogo de conceitos antitéticos, de muitos exemplos históricos e de figuras ilustres que atestavam os argumentos de autoridade expostos. Além de serem próximos, pois os contestadores do Império escreviam para os mesmos jornais, organizavam *Meetings* e atuavam nas unidades dos Clubes Republicanos. O que gerou um contexto linguístico capaz de fazer frente à permanência do Império no Brasil. Com a nova visão de mundo surgida no Oitocentos, pautada na lógica da marcha do progresso, e adaptada às circunstâncias do país pelos republicanos contestadores da tradição imperial, cujos liberais também se enquadram, é que Ângela Alonso destaca:

o repertório político-intelectual de fins do oitocentos [que] deu ao movimento intelectual instrumentos para interpretar sua conjuntura como crise de um padrão de sociedade e de um regime político, incompatíveis com o ritmo e a direção da história mundial. E como decadência: desagregação da ordem sociopolítica legada pela colonização.¹⁸⁶

Contestadores como Alberto Sales construíam seus textos com o “explícito intuito de contradizer a narrativa oficial”.¹⁸⁷ A escolha feita pelo vocabulário da política científica servia-lhes de fonte para a criação de duas imagens mentais opostas entre monarquia e república.

A monarquia brasileira passou a ser associada ao decadentismo, visto que estaria na contramão da marcha geral da civilização, pois era um regime de governo com estruturas artificiais que, apenas por equívoco, permanecera no tempo devido à herança colonial não superada. Contudo, a modernidade trouxera consigo o progresso e para permitir o seu desvelar era necessário banir as estruturas artificiais anacrônicas que impediam o seu fluir. A tradição imperial, seus valores e práticas tinham que dar lugar à república, com suas novas práticas e valores.¹⁸⁸

¹⁸⁶ Ver ALONSO, Angela. *Op. Cit.*, p. 240.

¹⁸⁷ Ver MELLO, Maria Tereza Chaves de. *Op. Cit.*, p. 133.

¹⁸⁸ A escolha interpretativa pela versão científica de “decadentismo” feita pelos contestadores é proveniente da geração portuguesa de 1870. Segundo destaca Ângela Alonso, este era um grupo constituído em sua maioria pela defesa da postura “anticlerical, anti-romântico, republicano e federalista”, alguns dos mesmos pontos abordados nas propostas de reformas sociais apresentadas pelos contestadores brasileiros do Império. Não por acaso a opção feita pela versão portuguesa do decadentismo aparece na construção do discurso político combativo à Monarquia. Assim, era possível associar o governo vigente à ideia de uma

A estratégia de inversão discursiva adotada promoveu a deslegitimação do *status quo* imperial pelo vocabulário dos republicanos liberais, bem como sua vitória em 1889. A criação das imagens opostas de monarquia e república propicia o ambiente favorável para que o ataque dos contestadores instaurasse uma nova realidade com o advento da república. Assim, constatou Maria Tereza Chaves de Mello em relação ao Brasil-Império:

recebeu um tratamento crítico bipolar pela propaganda republicana. Pôs-se, então, em confrontação um par antitético: monarquia versus república, onde o último elemento apresenta o primeiro de maneira que aquele não se reconhece.¹⁸⁹

A guerra das palavras proveniente do discurso político dos contestadores, cujos republicanos liberais se destacam, fez “uso e a assimilação do léxico e da semântica do adversário [que os contestadores] levaram à superação do símbolo antigo”.¹⁹⁰ O regime monárquico passou a ser lido como o “regime de privilégios”, “corrupção dinástica”, “despótico”, “irresponsabilidade” e “atraso”, enquanto que por oposição, a república era apresentada como sendo o “governo de si”, “plena soberania popular”, “progresso”, “mérito”, “bem comum” e de “talento”. Assim, constata-se que a elaboração discursiva baseou-se na deslegitimação da tradição imperial utilizando-se como estratégia retórica o recurso aos pares de antônimos. A criação de imagens mentais antagônicas, não apenas deslegitimava a Monarquia, mas também, e, em contrapartida, legitimava a República. Desse modo, fora a partir dessa oposição central que se organizou toda a construção narrativa de contestação: criação de imagens contrárias entre a monarquia do atraso *versus* a república do progresso.

De acordo com Reinhart Koselleck, “o 'progresso' é o primeiro conceito genuinamente histórico que apreendeu, em um conceito único, a diferença temporal entre experiência e expectativa”.¹⁹¹ Não por acaso, surgem no Oitocentos as teorias científicas de reforma social como, por exemplo, o positivismo, evolucionismo, cientificismo e o darwinismo social. A leitura feita pelos republicanos liberais, dentre os quais se destaca neste capítulo Alberto Sales, dessas teorias da reforma social possibilitou interpretar a república brasileira como o regime de governo do progresso, como último estágio da evolução social, ou ainda, como o desvelar do estado positivo. Essa interpretação que permitia entender o futuro como algo novo e em constante progressão a caminho de um determinado fim fez com que, segundo afirmou

estrutura arcaica que permanecera no tempo como uma herança que devia ser superada para que a marcha geral da civilização pudesse responder as demandas da Modernidade. Ver ALONSO, Angela. *Op. Cit.*, p. 174.

¹⁸⁹ Ver MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A república consentida: cultura democrática e científica do final do Império*. Rio de Janeiro: Editora FGV: Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Edur), 2007. p. 174.

¹⁹⁰ *Idem.*

¹⁹¹ Ver KOSELLECK, Reinhart. *Op. Cit.*, p. 320.

Maria Tereza Chaves de Mello, fosse possível a adoção de uma visão de mundo apresentada pelos grupos republicanos contestadores do período como aquela que identificava no regime republicano “uma fatalidade histórica”.¹⁹² Afinal, o futuro indicava para sua implantação.

O embate travado entre os representantes e defensores de cada regime de governo contou com as palavras para serem usadas como armas na disputa pela manutenção ou transformação do contexto político-social do país. Cada grupo político contestador desenvolveu um significado próprio para a república que almejava implantar, para isso foram mobilizados recursos semânticos não apenas para mudar a realidade histórica do Brasil, mas para que, ao se alterar essa realidade, fosse possível a garantia dos postos de comando aos líderes dos grupos. A inserção no campo político fora o desejo comum dos contestadores do Império. Desse modo, ao se estudar a guerra discursiva feita a partir das enunciações dos principais representantes republicanos é que se compreende o jogo de palavras e as *performances* do período de contestação do Brasil-Império, bem como se entende as particularidades, motivações e interesses de seus opositores.

O alvo comum não era apenas a queda da monarquia, mas também colocar-se no poder à frente de um novo regime, vencendo a disputa pela organização política e social do Brasil, visto que o conceito de república, em seu sentido moderno, fora lido de várias formas por seus principais representantes liberais, positivistas e jacobinos justamente porque cada grupo almejava colocar um fim ao espaço de experiência política que possuíam para implantar o horizonte de expectativas do “progresso”, no qual seriam a nova elite. Era a disputa pelo protagonismo político do país. Se anteriormente a 1889 estabeleciam alianças, colaboravam para os mesmos jornais, levantavam as mesmas bandeiras em conferências, com a queda da Monarquia, esses mesmos grupos contestadores cessam com a crítica coletiva comum e disputam acirradamente entre si a organização política e social do país. Por isso, os grupos contestadores devem ser interpretados como estrategistas na busca pela deslegitimação da tradição imperial e pela instauração de um tipo de república que os permitisse a inserção na cena política do país. Assim, entende-se as alianças políticas aparentemente contraditórias, a mobilização de elementos doutrinários provenientes de diferentes correntes de pensamento em voga no Oitocentos, a escolha dos assuntos a debater, bem como a omissão consciente de alguns outros. Somente entendendo as várias propostas de república como discursos construídos para intervir politicamente no tenso debate para a queda da Coroa é que se compreende as ações dos contestadores do Império.

¹⁹² Ver MELLO, Maria Tereza Chaves de. “A República e o Sonho”. In: *Varia História*. Belo Horizonte: UFMG, vol. 27, nº45, jan-jun 2011. p. 124.

Desse modo, não é possível tratar os contestadores como homens que buscavam apenas uma mera filiação doutrinária com as ideias estrangeiras. Estes queriam justificar suas ações com argumentos tirados de teorias que propiciassem as mudanças que desejavam, por isso a seleção de quais doutrinas deviam ser mobilizadas seguia o critério político, bem como a leitura que fizeram dessas doutrinas também servia para intervenção no debate político. Não foram as ideias que escolheram os homens, ao contrário, foram os contestadores que se mobilizaram na busca de ideias que servissem para justificar seus novos projetos de Brasil. Por isso, a opção por teorias de reforma que fornecessem uma interpretação da sociedade que fizesse sentido no real para alterá-lo de modo a implantar o novo Brasil que propagavam.

Assim, Alberto Sales fora escolhido como um dos principais contestadores do período e pela província de São Paulo desempenhou com maestria seu papel de crítico do Império, haja vista que foram inúmeros os textos publicados para combater o regime vigente, por considerar não ser este mais capaz de atender aos interesses e necessidades dos republicanos liberais.

O debate ocorreu por excelência na imprensa, espaço à época destinado ao embate de ideias e a formação e adesão de novos adeptos à causa republicana. A guerra das palavras contou com o espaço promovido pela imprensa para realizar na prática o que vendiam no discurso: criar um ambiente hostil que propiciasse a implantação da república sem grandes dificuldades e questionamentos. Por isso, faz-se necessário a partir desse momento compreender o uso da imprensa por Alberto Sales no modo de convencer à causa republicana-democrática-federalista.

2.2 O espaço por excelência do debate de ideias: a propaganda e atuação de Alberto Sales na imprensa

Dar ênfase ao papel da imprensa como meio para a circulação e debate de ideias é fundamental para o entendimento de sua utilização como arena de disputa política. A escolha por parte dos propagandistas republicanos pela imprensa como espaço por excelência de disseminação do ideal de república a ser implantada foi marcante durante todo o período de contestação do Império e possibilitou a visibilidade para irem de encontro à Monarquia, renovando as ideias políticas. Como afirmou Alberto Sales, do mesmo modo que acontecia com a educação, a imprensa era outro meio possível de formar e informar os cidadãos, de modo a convencê-los à causa republicana e então motivá-los à ação. Entende assim a imprensa como órgão formador de opinião pública e também como aquela que detém o poder fiscalizador de atos do governo, bem como percebe o jornalismo como aquele possuidor de

uma função social, qual seja a de criar um espaço de debate para que se constitua, gradualmente, uma unidade nacional, que, no caso de Alberto Sales, estava garantida pela adoção do viés republicano por ele defendido.

Em texto intitulado “O jornalismo entre nós”, publicado em *A Província de São Paulo*, em 24 de fevereiro de 1885, Alberto Sales disserta sobre a “verdadeira função social” do jornalismo e faz um ataque à imprensa “metafísica” que não permitia o desvelar do país de forma positiva. Obviamente, embasado pela filosofia de Augusto Comte, estabelece um debate com a imprensa defensora do *status quo* que objetiva a manutenção do regime vigente do qual se tornou um dos opositores mais constantes. Abaixo, segue passagem que demonstra seu entendimento acerca do que devia ser o jornalismo e a crítica feita à produção da imprensa:

Bem sabemos que a imprensa nem sempre tem sido convenientemente dirigida, em relação a seus grandes intuitos civilisadores; ao contrário, por tal fôrma tem sido desvirtuada a sua verdadeira missão social, que a descrença e a desconsideração já vão se agrupando ao redor dessa nova fôrma do poder espiritual.

Facilmente, porém, se descobre na propria evolução historica dessa nova instituição social a causa que mais concorreu para transformal-a assim, mais em elemento de perigo e de funestas consequencias, como órgão disciplinar das intelligencias, do que em instrumento indispensavel ao estabelecimento definitivo da unidade, na vida moral e intellectual dos povos do occidente.

Em consequencia do grandioso movimento de dissolução, iniciado em principios do seculo XIV e mais tarde grandemente acelerado pelos influxos de uma metaphysica essencialmente revolucionaria, duas classes sociaes principalmente, a dos litteratos e a dos advogados, vieram a constituir-se as unicas preponderantes na direcção e no governo das sociedades.

A primeira, nascida directamente da turma immensa de metaphysicos, que tanto cooperaram para a demolição do velho regimen; principalmente em seu aspecto puramente espiritual, e a segunda, oriunda dos legalistas, que tanto concorreram para o fortalecimento do governo civil, pela extraordinaria concentração de attribuições, que conseguiram operar em favor exclusivo da realza.

Essas duas classes, productos immediatos de uma situação extremamente revolucionaria, tal preponderancia adquirida com o prolongamento indefinido da grande crise, que ainda hoje atravessamos, que vieram finalmente apoderar-se, como presentemente se verifica, se bem que de uma maneira incompleta, de toda direcção moral e intellectual, no governo das sociedades.

Os parlamentos, que na ordem puramente temporal representaram e ainda hoje representam um papel importantíssimo, como órgãos indispensaveis da funcção governamental, foram inteiramente dominados por ellas; e a propria imprensa, que na ordem moral parecia esboçar uma nova fôrma do poder espiritual, não pode escapar á sua excessiva preponderancia.

É assim que se explica a maneira por que nestes ultimos tempos, sobretudo, tem sido pervertida a funcção jornalística. Absorvida inteiramente por um bando de litteratos e de advogados metaphysicos, a imprensa desviou-se totalmente de sua verdadeira destinação social e cahio neste estado de degradação moral em que hoje se acha, completamente desprestigiada como órgão de moralisação social e sem força nenhuma como instrumento disciplinar das intelligencias.¹⁹³

Assim, nesse primeiro trecho, Alberto Sales critica o uso da imprensa à época, ressaltando que a mesma não estava sendo utilizada de forma adequada à “função

¹⁹³ Ver *A Província de São Paulo (SP)*, 1885.

civilizatória”, por não estar atrelada ao pensamento positivista, o que comprometia o pleno desenvolvimento social. Já nas primeiras linhas, o autor reafirma sua posição de que a imprensa deve ser utilizada de modo a civilizar, ou seja, “formar e informar” seus leitores à maneira de guiá-los à adesão e ação dos ideais que defende e que na imprensa oficial se tem o oposto. Dava-se desse modo o embate de narrativas, haja vista que se permanecia com a exposição dos ideais “metafísicos” identificados pelo pensador com o atraso na marcha da civilização, devido à estagnação do regime político atrelado ao estado monárquico representado pelos seus defensores na imprensa oficial e na política de então. Assim, continua Alberto Sales embasado pela filosofia comteana sua crítica à imprensa:

'Depois que o regimen politico renunciou a toda pretensão de reorganisação espiritual, pondera Augusto Comte, resultou o dominio do jornalismo, que pertence hoje a litteraros incapazes de tratar de uma maneira racional uma questão qualquer, e dispostos, mesmos com as mais leaes intenções, a transformar as discussões sosiaes em um esteril apello as paixões. Debaixo da ascendencia deploravel de seitas ephemeras, este poder tem sido empregado em propagar concepções anarchicas. Seja como fôr, porém, pela imperfeição deste novo poder não se póde desconhecer sua importância.'

Nestas condições póde-se dizer que o jornalismo, em vez de combater ou de impedir por qualquer fórma a dispersão das idéas e dos interesses, tão prejudicial ao desenvolvimento espontaneo da evolução humana tem antes concorrido para agravar ainda mais os funestos effeitos da profunda anarchia moral e intellectual de nossos tempos.

Entregue nas mãos de uma classe que já não tem mais razão de ser, como força directora das sociedades contemporaneas, e que vive exclusivamente da exploração do poder, o jornalismo só deixará de ser empregado na propaganda de concepções anarchicas, para readquirir a sua verdadeira importancia social, quando deixar igualmente de pertencer a esse bando parasitario de litteratos e advogados metaphysicos, que ainda hoje o exploram, ou em beneficio próprio, ou então em beneficio das seitas ephemeras a que se acham inevitavelmente subordinados.

Entre nós, principalmente, o jornalismo tem se degradado por tal fórma, já pela versatilidade extrema, que é actualmente o unico distinctivo do caracter de nossos homens publicos, já pela extraordinária pressão a que se acha subordinado, em relação aos preconceitos partidarios, que nem uma importancia merece, quer como órgão directo da opinião publica, quer como poder fiscalizador dos actos do governo. As discussões, invariavelmente apaixonadas, visam antes as personalidades do que os principios e as doutrinas, e corrompem ainda mais o espirito publico.¹⁹⁴

Após intensa crítica ao quadro da imprensa oficial, Alberto Sales expõe sua visão ao defender a substituição do quadro jornalístico vigente, por outro no qual ele próprio despontava:

É contra este predomínio indebito dos incompetentes, dos vendilhões da imprensa, dos literatos e advogados metaphysicos que devemos clamar com toda energia. Eliminal-os do dominio da imprensa é restituir ao jornalismo a justa importancia de que deve gozar nas sociedades contemporaneas, como uma nova fórma ainda mal esboçada do poder espiritual. É verdade que os maiores obstaculos á elevação de uma classe encontram-se no seio mesmo daqueles que se procura elevar; mas que não seja isso um motivo de desamino para aquelles que, fazendo parte da imprensa

¹⁹⁴ *Idem.*

neste paiz, procuram restituir ao jornalismo a sua unica e verdadeira funcção social.¹⁹⁵

Assim, faz uso da imprensa para ir de encontro aos valores, práticas e instituições de sua época registrados nos órgãos oficiais deslegitimando-os, ao mesmo tempo que apresenta uma nova possibilidade de debate jornalístico, no qual ele faz parte. Vários foram os artigos de Alberto Sales veiculados na imprensa, isso sem contar as obras de cunho mais denso publicadas em livro e anunciadas constantemente nos jornais do período. Como, por exemplo, na folha *Correio Paulistano*, de 25 de maio de 1887, cuja nota anunciava que “nos fins de Julho deve apparecer um livro do sr. dr. Alberto Salles intitulado – A Patria Paulista”.¹⁹⁶ No mesmo jornal, em 07 de agosto de 1887, mais uma nota: “A Patria Paulista. Com este titulo publicou o illustrado dr. Alberto Salles um importante trabalho sobre o mesmo assumpto – separatista”.¹⁹⁷ Ainda no referido periódico, só que anos antes, em 20 de maio 1885, há o agradecimento por parte do jornal pelo envio da obra de Alberto Sales: “Recebemos e agradecemos um exemplar do Catecismo Republicano do sr. dr. Alberto Salles, que tem por fim vulgarisar as doutrinas democraticas”.¹⁹⁸ Assim era comum o anúncio dos livros de Alberto Salles na imprensa, bem como a publicação de trechos de suas obras mais densas por meio dos jornais à época.

Desse modo, a propagação dos ideais republicano-liberais proferidos por Alberto Sales encontrava espaço de circulação na imprensa, mas também nos Clubes, *Meetings* e nos discursos proferidos dentro do próprio Partido Republicano. Muitos eram os espaços para que se divulgassem as ideias do grupo no qual Alberto Sales era um dos principais expoentes.

No caso, por exemplo, dos partidos políticos, dentre os quais se destaca o Partido Republicano de São Paulo, surgido em 1873, tornando-se um dos mais organizados do país desde então, Alberto Sales afirma que era uma necessidade a existência de partidos políticos, por serem eles o único recurso capaz de expressar a vontade nacional em um regime republicano-liberal pautado na liberdade de opiniões de um país “que se pretende governar a si próprio”.¹⁹⁹ Estabelece assim ser apenas através dos partidos que o acordo das consciências e o equilíbrio das vontades se dariam, garantindo a Ordem e o Progresso nacional baseado numa “política de conciliação e concórdia”. Algo que apenas o Partido Republicano, segundo o propagandista, seria capaz de propiciar. Assim, ao compará-lo

¹⁹⁵ *Idem.*

¹⁹⁶ Ver *Correio Paulistano (SP)*, 1887.

¹⁹⁷ *Idem.*

¹⁹⁸ *Ibidem*, 1885.

¹⁹⁹ Ver RIBEIRO JÚNIOR, João. *Op. Cit.*, p. 196.

com os dois partidos monárquicos – o Liberal e o Conservador -, para demonstrar que o primeiro [Partido Republicano], não procurando a exclusão da Ordem nem a eliminação do Progresso, se vincula a 'política da conciliação e da concórdia', uma vez que a sua política não é a do combate, da represália, da exclusão; mas a da aceitação, da tolerância da concórdia, enquanto que os outros dois Partidos são duas forças antagônicas que se excluem mutuamente e que em suas lutas inconciliáveis produzem a apatia e o estacionamento completo da Nação, vinculando-se, assim, a política da represália, do combate e da negação.²⁰⁰

A importância dada ao papel dos partidos políticos como recurso propiciador da vontade nacional foi debatida por Alberto Sales na imprensa. Vários foram os artigos dedicados à temática partidária. O trato dado pelo autor ao assunto, obviamente, seguia revestido com a roupagem positivista e evolucionista, além da utilização dos pares de opostos entre o momento atual identificado de exclusão e atraso na marcha da civilização, representada pela monarquia, *versus* o pleno desvelar da ordem alinhada ao progresso, com a implantação da república da conciliação e da concórdia. A construção discursiva dada aos partidos políticos segue o mesmo embasamento teórico escolhido e a mesma estrutura narrativa que outros temas caros a Alberto Sales. O que pode ser observado na passagem seguinte do artigo publicado na imprensa, intitulado “Questões Sociaes - Os partidos politicos”, em *A Província de São Paulo*, de 04 de junho de 1881:

Tal é a complicação dos phenomenos sociaes e sobretudo tão grande é a multiplicidade dos efeitos de uma causa qualquer, que não raro torna-se quasi impossivel subordinal-os á lei da previsão scientifica.

Não admira, portanto, que ainda hoje apesar da preponderancia crescente do methodo da observação e da experiencia no estudo dos factos sociaes se procure interpretal-os como simples producto do *acaso* ou de uma vontade soberana e *providencial*.

A crença no *livre arbitrio* individual e conseguintemente o desconhecimento do *determinismo* biologico concorrem poderosamente para que se aceite de preferencia ás leis naturaes, a acção directa ou inderecta da *providencia* na producção de taes phenomenos.

O que, porém, mais manifestamente caracteriza esta especie de indisciplina mental é o facto ou a tendencia que actualmente ainda se observa de querer reconhecer no desdobraimento das forças progressistas das sociedades humanas a acção extraordinaria e quasi que sobrenatural dos *grandes homens*.

As sociedades mais atrasadas principalmente, onde o movimento intellectual não tem chegado á intensidade necessária para produzir a eliminação das noções theologicas e metaphysicas ressentem-se profundamente d'este gravissimo defeito. A progressão social muitas vezes se paralysa ou disvirtua-se²⁰¹

Na passagem supracitada, observa-se uma vez mais a visão pautada nas teorias típicas da época, o positivismo e o evolucionismo, para assim, a partir dessas ferramentas teóricas, lançar luz à ideia de república liberal contra a representação de uma monarquia feita de

²⁰⁰ *Ibidem*, p. 199-200.

²⁰¹ Ver *A Província de São Paulo (SP)*, 1881.

“grandes homens”. Monarquia essa que estaciona o país em um estágio civilizacional que não permite o desvelar à fase positiva, visto que impede a progressão social.

De acordo com Alberto Sales, os partidos existentes e ligados ao Império eram prejudiciais à ideia de conciliação, pois não permitiam que fosse instaurada a vontade nacional, já que eram

mal organizados e representavam um elemento dissolvente que não só dificultava a realização das reformas políticas e sociais, como pervertia a legítima orientação da atividade política, com suas intrigas de caráter pessoal.

Entendia Alberto Sales que os vícios e defeitos da organização partidária nasciam da completa subordinação dos indivíduos, que a compunham, a um regime disciplinar despótico e rigoroso, de tal modo que a menor infração às regras estabelecidas pelos centros diretores, não somente tornava-se uma ameaça de dissolução e desorganização do Partido, como um sério perigo nas lutas eleitorais.²⁰²

Assim, para Alberto Sales, os partidos políticos deviam ter como função a promoção da conciliação entre os indivíduos para gerar e manter a vontade nacional aliada ao progresso social.

A ideia de conciliação perpassa a obra de Alberto Sales: a necessidade de construir um ideal coeso era uma das preocupações dos republicanos liberais que evitavam abordar assuntos que poderiam convulsionar o grupo, bem como afastar possíveis futuros adeptos. A postura da conciliação não é apenas propagada no discurso, mas vira ato para criar um ambiente favorável à derrubada da monarquia e instalação da república. Conciliação entre os próprios republicanos liberais na construção discursiva e propagação das mesmas ideias e abordagens, gerando assim uma narrativa forte e capaz de fazer frente na luta pelo poder do país. E o partido político é, obviamente, mais um meio de intervenção para mudar a realidade de então, por isso tamanha a importância dada a sua função na campanha republicana liberal, visto que

Não ha a menor dúvida de que os partidos são necessarios em um regimen de liberdade e opiniões. Nem vemos outro recurso para a completa manifestação da vontade nacional, a não ser por intermedio desses grandes agrupamentos.

Em todo o organismo social é inevitavel a formação das classes distintas e independentes. Os interesses se dividem, e, com elles, os grupos que os representam. Nada mais natural, portanto, do que a justa coordenação desses mesmos interesses, por meio das affinidades mais ou menos accentuadas, que entre elles possam existir. É verdade que a cooperação social abrange em geral todas as forças individuaes, de accôrdo sempre com as aptidões de cada um, e evita desse modo qualquer tendencia dispersiva, que porventura possa apparecer no seio do corpo politico.

O que, porém, não é menos exacto, é que além da somma de actividades que se subordinam inteiramente á lei da cooperação, ha uma certa cathegoria especial de esforços, que precisam ser submettidos a uma disciplina tambem mais particular.

²⁰² Ver RIBEIRO JÚNIOR, João. *Op. Cit.*, p. 196.

É neste sentido que julgamos necessária a aggremação dos individuos, para a coordenação desses mesmos esforços, e que legitimamos igualmente a existencia dos partidos.

Já se vê, pois, que a disciplina partidária não póde ter outro fundamento, sinão o accôrdo espontâneo das consciencias e o justo equilibrio dos interesses communs, cuja realisação se procura.

Da mesma fórma, á organização partidaria nunca poderá ser de tal natureza que offenda a adhesão consciente das vontades, ou que dificulte a realisação dos interesses que se tem em vista.

Sendo assim, ninguém poderá negar que os partidos políticos sejam poderosos instrumentos, para o desenvolvimento do progresso nacional.

Centros de convergência de uma somma extraordinária de esforços, elles, não sómente impedem a sua dispersão e evitam a anarchia, como tambem se constituem poderosos elementos do progresso.²⁰³

Nesse trecho Alberto Sales apresenta sua visão da importância da existência dos partidos na sociedade, quais são os princípios que o servem de fundamento e que possibilitam suas funções e permanência social, mas também como se constituem em centros de convergência que evitam a “anarquia” e possibilitam o “progresso”. Novamente, a utilização do embasamento teórico comteano está presente na constituição de seus argumentos textuais. Contudo, para além do vocabulário da política científica presente, há também, mais uma vez, a oposição entre os pares monarquia x república, como se pode ver em seguida:

Será isto, porém, o que se observa em relação aos partidos monarchicos? Não têm elles, ao contrario, produzido entre nós mais males do que bem? Porventura assenta a sua disciplina na adhesão espontânea das consciencias?

Defeituosamente organizados, elles representam em nossa sociedade um verdadeiro elemento dissolvente, que não somente difficulta a realisação das reformas, como tambem perverte totalmente a legitima orientação da actividade política.

É preciso se ter sempre em vista que os partidos têm uma função puramente organica a exercer, e que, uma vez desvirtuada essa função, elles se transformam em uma fonte de males incalculaveis para o paiz.²⁰⁴

Assim, a defesa da existência dos partidos políticos acontecia pela oposição entre a conduta dos mesmos em cada regime. Alberto Sales defendia a atuação dos partidos como algo essencial para promover a sociedade que idealizava, contudo, isso só era possível pela via republicana, já que os partidos monárquicos, postos em oposição aos republicanos, eram aqueles que propunham a “dissolução” social e não sua “conciliação”. A passagem supracitada, novamente, evidencia não apenas a propaganda republicana embasada nas teorias de reforma social tão em voga no século XIX, mas também faz uso de uma construção pautada pela oposição: se o partido na república estabelece a concórdia, o partido político na monarquia dissolve e perverte a sociedade. O recurso retórico aos pares de antônimos mais uma vez é utilizado estrategicamente na elaboração de seu texto.

²⁰³ Ver *A Provincia de São Paulo (SP)*, 1884.

²⁰⁴ *Idem*.

Também a educação era uma via para formar, informar e transformar a realidade. Alberto Sales produziu escritos abordando a importância da educação como elemento de transformação social, pois segundo o pensador brasileiro, as reformas necessárias a serem adotadas para permitir o fluir da marcha da humanidade deveriam ser propiciadas a partir do entendimento e aperfeiçoamento moral e intelectual, já que defende que a tomada de consciência por parte da sociedade só aconteceria se no campo da educação também se trabalhasse os ensinamentos das teorias de reforma em voga no Oitocentos. A marcha da humanidade seria facilitada se nas escolas se ensinasse a verdadeira importância das ciências sociais da época. Nas passagens abaixo, publicadas no jornal *A Província de São Paulo*, em 11 de dezembro de 1877, sob o título “O collegio 'Rangel Pestana’”, Alberto Sales defende o papel transformador da escola em formar cidadãos para melhor agirem nos Novos Tempos:

Triumpho o homem dos obstaculos em sua lucta perenne com a natureza e em cada vitoria alcançada encontra novo alento para os vindouros combates.

E si as sciencias sociaes, como outros ramos de conhecimentos humanos, não tem ainda attingido o verdadeiro objecto de suas pesquisas; pôde-se comtudo dizer, ao abrigo da duvida e da incerteza, que o fundamento sobre que repousam é immutavel e imperpressivel como immutavel e imperpressivel é a *lei do movimento*.

Nem de outra fôrma se comprehende o elevado alcance da famosa sentença do philosopho francez: - *o mundo marcha*.

Mas qual será o termo a que pretende chegar a humanidade? Por ventura obedece ella em seu caminhar a alguma lei obrigatoria e necessaria; ou pelo contrario marcha impellida pelo acaso, sollicitada por forças desconhecidas e caprichosas?

Eis o grande problema que o attento observador dos phenomenos sociaes, com o auxilio da philosophia politica, tenta resolver em face da historia, reconhecendo, nesse immenso registro dos motivos e actos humanos, o predominio absoluto e incontestavel da *lei da pefectibilidade*.²⁰⁵

Com isso, Alberto Sales afirma que a humanidade se encontrava sob o signo da mudança, entendida por ele como “lei de perfectibilidade” que propicia a marcha do mundo. No caso brasileiro, em especial, as estruturas arcaicas ainda permaneciam vigentes e eram representadas pelas práticas, instituições e valores monárquicos. Para ir de encontro ao arcaico e implantar uma nova realidade republicana, o pensador, ainda no mesmo artigo supracitado, defende o papel da escola como mais um espaço possível para o avanço do progresso nacional necessário à transformação social:

A eschola, portanto, essa poderosa alavanca do progresso deve ser o problema de todos os povos, a única preocupação dos estadistas sinceros, dos verdadeiros patriotas, dos corações francos, leaes e desinteressados, em uma palavra – dos verdadeiros revolucionarios.

É della que parte o germen das refôrmas politicas e sociaes, porque é della que irradia a luz esplendida da verdade, e corre serena a fonte da felicidade.

Nem se limita a sua influencia ás refôrmas de ordem politica ou civil; ella vae além, affecta a organização da propria familia e manifesta-se até mesmo no terreno

²⁰⁵ Ver *A Província de São Paulo (SP)*, 1877.

privado das crenças religiosas, para combater os embustes, a superstição e o fanatismo.

Em summa, a eschola é a propria revolução, e revolucionario é o mestre.²⁰⁶

Sendo assim, o espaço destinado à instrução servia também como meio de propagação e ação republicana. Afinal, “a base de todo o systhema politico dos povos deve forçosamente ser aquella que reconhece como imprescindivel a necessidade da organização do intellecto nacional”.²⁰⁷

A partir da experiência educacional promovida por Rangel Pestana em seu colégio voltada ao ensino feminino e liberal em São Paulo que Alberto Sales apontou a necessidade de lançar um olhar atento às instituições educacionais do país, para que assim seja possível cada vez mais a promoção desses espaços como formadores, de fato, do “intelecto nacional”. Ao mesmo tempo que demonstra a importância do papel do ensino inovador, tendo como exemplo o colégio de Rangel Pestana, critica o Império e a educação por ele promovida até então. A imprensa passou a ser entendida como um espaço de “renovação das abordagens políticas e culturais”.²⁰⁸

Muitos dos representantes dos grupos contestadores ocupavam importantes cargos nos jornais, bem como eram seus colaboradores. Havia, inclusive, o texto de um mesmo colaborador noticiado em diferentes jornais e regiões. Desse modo, temos, por exemplo, no periódico *A Federação (RS)*, de 01 de outubro de 1886 o registro: “Os republicanos de Campinas, S. Paulo, já iniciaram a serie de conferencias prometidas, no club que fundaram n'aquella cidade, como já demos notícia”. Essas conferências tratavam do “estado actual de nossa sociedade, dos nossos defeitos de organização, do nosso pessimo governo; as suas theorias sobre os deveres e direitos do cidadão em relação com a liberdade e democracia”.²⁰⁹ E mais, em relação ao discurso proferido na conferência por Alberto Sales:

O seu espirito, fortemente educado nas mais sãs theorias dos mestres modernos, encaminhado por uma methodologia perfeita no terreno da sciencia politica, professando os mais adiantados principios e as mais salutaes idéas, sabe persuadir a quem o ouve e faz jús à mais sincera attenção dos que já sabem e dos que desejam aprender.²¹⁰

²⁰⁶ *Idem.*

²⁰⁷ *Idem.*

²⁰⁸ E mais, para a historiografia, “passou a ser considerada fonte documental (na medida em que enuncia discursos e expressões de protagonistas) e também agente histórico que intervém nos processos e episódios, em vez de servir-lhes como simples “reflexo”. Força ativa, não mero registro de acontecimentos, como sublinhou o historiador francês Daniel Roche. Essa nova concepção implica, portanto, verificar como os meios de comunicação impressos interagem na complexidade de um contexto”. Ver MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro de. *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 8-9.

²⁰⁹ Ver *A Federação (RS)*, 1886.

²¹⁰ *Idem.*

Os contestadores da Monarquia tinham consciência da importância da imprensa como espaço de divulgação e intervenção de seus discursos, não por acaso fora esta largamente usada. Como mencionado, muitos desses contestadores, trabalhavam ativamente na redação dos jornais e eram colaboradores de tantos outros. Eram nos jornais que se publicavam os encontros dos contestadores – *Meetings*,²¹¹ a descrição desses encontros, as conferências, a inauguração dos Clubes Republicanos, com toda a simbologia que adotavam e algumas listas de membros, os manifestos, as letras de música contra a monarquia, os posicionamentos do Partido Republicano, etc. Isso apenas do lado dos contestadores, obviamente que os impressos ligados à Monarquia respondiam as críticas e o debate enfim se dava. Abaixo, segue exemplo de trecho do jornal *O Paiz (RJ)*, de 08 de julho de 1887, cujo título era “Manifesto do Congresso Nacional Republicano – Aos seus co-religionarios e ao Paiz”:

A republica federativa brasileira, fundada na base da reciproca autonomia e independencia das provincias e circumscripções, que no futuro hão de formar os Estados Unidos do Brazil, apoiada nos principios eternos da liberdade e da justiça; -: tal é a bandeira em torno da qual nos achamos congregados na mais perfeita solidariedade para o fim de conquistarmos, com o bem ser dos nossos concidadãos e com a grandeza da patria, a effectividade de todos os direitos inherentes á communitade social, taes como: o suffragio universal, a liberdade da palavra falada, a liberdade da palavra escripta, a liberdade da consciencia, a liberdade dos cultos, a inviolabilidade do domicilio e da correspondencia postal, a liberdade de ensino, a liberdade de reunião, a liberdade de associação, a liberdade de prosperidade, a instituição do jury para toda a classe de delictos, a abolição dos privilegios pessoaes, títulos de nobreza ou condecorações, a instituição do poder judicial como delegação directa da soberania nacional, finalmente, a intervenção do povo em todos os negocios publicos.

Concidadãos – Dos problemas sociaes ou políticos, cuja solução mais urgentemente está sendo reclamada pelos interesses elementares da sociedade, não carecemos tratar especialmente nesta exposição.

Elles estão sendo debatidos pela imprensa livre e para todos elles acha-se a solução natural dentro dos principios cardeaes do nosso credo político.²¹²

E ainda destacam que:

A experiencia da instituição monarchica está feita. Um longo e esteril reinado de quasi cincoenta annos, que não pôde produzir outro fruto mais do que a anarchia moral das consciências e a anarchia mental dos espiritos; que apesar das virtudes pessoaes e das boas intenções attribuidas ao soberano não pôde impedir a corrupção dos costumes nem obstar a ruína moral e a decadencia do paiz, basta, na nossa

²¹¹ Os *meetings* eram uma prática frequente. Foram encontros promovidos pelos contestadores que se posicionavam contra o Império através de conferências com discursos de crítica. Eram constantemente noticiados pelos jornais à época, como, por exemplo: “Em Campinas diversos cidadãos republicanos iniciaram uma série de *meetings*. As conferencias versarão sobre os *Tempos coloniaes*, D. João VI, D. Pedro II e outros assumptos de nossa historia política. A primeira se realisou no Theatro-Rink, perante uma concorrencia enorme, occupando a tribuna o dr. Alberto Salles, que dissertou longamente sobre a these – *Tempos coloniaes*. Analysou os elementos formadores da nacionalidade, a actual anarchia dos partidos monarchicos, a falta absoluta de orientação que n'elles se nota, de tudo se aproveitando para realçar o brilho da idéa republicana” ver *A FEDERAÇÃO (RS)*, 12/06/1888, p. 01.

²¹² Ver *O Paiz (RJ)*, 1887.

opinião, para demonstrar que a instituição monarchica é impotente para produzir o bem e radicalmente tão infensa aos interesses elementares das sociedades modernas quanto contraria aos principios da sciencia politica e aos estímulos da propria dignidade dos cidadãos.²¹³

A passagem destaca a propaganda feita pelo grupo dos republicanos liberais na imprensa sobre seus posicionamentos, bem como ressalta ter na mesma o lugar de debate e oferta de soluções para os problemas vividos em seu tempo. Assim, pode-se constatar a importância dada à imprensa como espaço de debate e de intervenção, com intuito de promover mudanças e resolver as tensões e anseios de seu tempo. Afinal,

mais do que um encontro entre letrados, o que estava em jogo era a consolidação de alianças que aproximassem essa elite cultural das elites dirigentes e dominantes. Esses homens de letras buscavam uma integração com outros grupos de poder, que não eram necessariamente integrantes do campo cultural.²¹⁴

De fato, os publicistas que escreviam nos jornais buscavam uma intervenção direta no debate da época para solucionar os problemas de seu tempo e muitas dessas questões estavam para além do âmbito cultural. No caso dos republicanos liberais aqui destacados, observa-se a utilização do meio da imprensa como um espaço para o debate de ideias e para a propaganda com o objetivo não apenas de deslegitimar a Monarquia, mas de se legitimar enquanto novo grupo político à frente do país.

Vale lembrar também que muitos destes contestadores compartilhavam uma formação de base retórica, o que lhes permitia ainda o bom uso das técnicas de mobilização de “lugares-comuns”, visto ser a retórica a arte que objetiva convencer para mover à ação.²¹⁵ Os argumentos retóricos utilizados na construção discursiva, como podem ser observados a partir de algumas das obras de Alberto Sales, Quintino Bocaiúva e Assis Brasil, pautavam-se, sobretudo, em repetidos exemplos políticos e históricos, em autoridades ilustres e na criação de imagens mentais antagônicas entre monarquia e república que permitiam “ver” com clareza o encadeamento “lógico” construído na tentativa de mover à ação seus leitores. Por isso, a propaganda se tornou uma das maiores e melhores armas contra o Império. Fora desse

²¹³ *Idem.*

²¹⁴ Ver MOREL; BARROS. *Op. Cit.*, p. 38-39.

²¹⁵ Sobre o ensino de retórica, bem como a utilização da retórica como chave de leitura para acessar os textos do século XIX entendidos como forma discursiva de pensamento, ou ainda a manutenção pela geração de 70 do discurso ornado para defender a mudança no ensino da retórica à ênfase nas ciências físicas e naturais. Ver, respectivamente, HÉBRARD, Jean. “Três figuras de jovens leitores: alfabetização e escolarização do ponto de vista da história cultural”. In: ABREU, Márcia (Org.). *Leitura, História e História da Leitura*. Campinas: Mercado das Letras: Associação de Leitura do Brasil: São Paulo: FAPESP, 1999, p. 33-78; CARVALHO, José Murilo de. “História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura”. In: *Topoi*, Rio de Janeiro, setembro de 2000, p. 123-152; VERGARA, Moema de Rezende. “Reflexões acerca da educação em periódicos científico-literários do século XIX no Rio de Janeiro: os ideais da geração de 1870”. In: *Revista Ágora*. Vitória: número 8, 2008, p. 1-13.

modo que os seus discursos se tornaram arma política e instrumento de caráter pedagógico na disputa pela organização do país. Assim, explica-se o valor dado à propaganda,²¹⁶ que, como forma primordial de participação no debate da época, intensificou a disputa no campo da linguagem, sendo capaz de criar uma outra linguagem política republicana que fora eficaz ao deslegitimar a tradição e ao justificar o “novo”.

Todavia, isso só fora possível porque, dentre todos os grupos que disputaram o poder político, os republicanos liberais, além de observar a sociedade e escolher o momento oportuno de agir, construíram um discurso coeso para ir de encontro ao *status quo* imperial, haja vista o contexto linguístico criado entre a Corte, São Paulo e Rio Grande do Sul, respectivamente representados por Quintino Bocaiúva, Alberto Sales e Assis Brasil. Não houve disputas internas capazes de ramificar, ou mesmo, enfraquecer sua ação, por isso atingiram uma forte coesão no discurso que os tornou ainda mais eficazes na ação, possibilitando-os ser a nova elite política. A Constituição de 1891 e a ocupação dos principais cargos políticos pelos republicanos liberais após 1889 demonstram a vitória dessa corrente.

Naquele momento, é importante lembrar que uma das principais marcas dessa mesma sociedade era a inexistência do sentimento de comunidade, incapaz de construir a nação, de criar elos sociais eficazes para sustentar uma gestão política comprometida com o bom governo. Essa ausência de sentimento de pertencimento coletivo não apenas propiciou a volta da corrupção²¹⁷ e das negociatas no recente regime, como também, talvez, seja uma das principais razões da república liberal se instalar no poder em detrimento dos outros ideais republicanos - jacobino e positivista. Esses dois últimos, respectivamente, atribuíam à república, ou um ideal ligado à liberdade dos antigos, com ampla participação popular na busca da instauração de um regime para o “bem comum”, o que exigia a constituição da nação, ou então, afirmavam seu oposto, instaurar uma república ditatorial, a partir de um

²¹⁶ A propaganda era feita, sobretudo, via imprensa que, naquele momento, fins do Oitocentos, foi mais um espaço possível para a batalha discursiva entre os ideais republicanos contra a monarquia, afinal a imprensa muitas vezes ao longo da história serviu “como um dos meios de transformação, de incitamento à transformação”. Ver PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. *As muitas faces da história: nove entrevistas*. São Paulo: Editora Unesp, 2000, p. 170-171.

²¹⁷ O conceito de corrupção na esfera pública está intimamente ligado ao contexto de crise de legitimidade, falta de justificação da ordem pública, ou ainda moral política posta à prova. No contexto de transição de um regime político monárquico deslegitimado para a instauração de um novo, republicano, pautado em outra lógica de valores e normas que deveriam ser compartilhados e exercitados, constata-se o retorno à cena pública da corrupção e da negociata. No caso de regimes republicanos, os ideais que constituem o bem viver devem ser comuns e praticados pela comunidade, que é orientada à ação dentro de um consenso normativo que visa controlar as paixões individuais em prol do bem comum. Quando há um desequilíbrio entre o bem coletivo e a pulsão individual, irrompem a corrupção e a negociata, sobretudo porque o sentimento de pertencimento tão caro aos valores republicanos se torna frágil. Algo que ocorreu, pois a nação brasileira oitocentista ainda era fragmentada e a República permanecia com seus ideais inconclusos. No Brasil, o aparelho de Estado se firmou antes mesmo que a própria nação.

Estado forte e intervencionista. Pois bem, se não havia sentimento de pertencimento comum, se a nação não existia, como falar em participação popular. Por outro lado, um regime que prega a falta de liberdade, por sua vez também não podia ser interessante àqueles que não fariam parte do círculo de poder político. A república liberal, embora também fosse composta por uma elite que almejava estar à frente no campo político, tinha embutido em seu discurso a necessidade dos indivíduos de buscarem a satisfação pessoal, o “público” entendido como o somatório de interesses particulares facilitava sua aceitação pelos insatisfeitos com a monarquia. Afinal, abria-se uma brecha à ação, pois todos enquanto indivíduos podiam ser contemplados.

No entanto, talvez, por ser a sociedade brasileira oitocentista extremamente fragmentada, o discurso construído pelo grupo republicano liberal tenha sido aquele que melhor se adequou às suas características, sobretudo porque o coletivo era entendido como o somatório dos interesses particulares. Os representantes do grupo político republicano liberal tinham em comum, sobretudo, a opção por ler a república pela chave das filosofias típicas do Oitocentos, que surgiram como possibilidades de experimentação de um novo tempo pautado na lógica do progresso, e de usá-las de forma própria na construção discursiva para fazer sentido na realidade do Brasil. O futuro desconhecido era então repleto de esperança e a marcha evolucionista²¹⁸ impulsionava a todos para um horizonte de expectativas no qual a forma de governo republicana atestava a transformação dessa expectativa no mais recente espaço de experiência em que se constituía a nova elite política do país. Por isso, o uso intenso de termos combativos promovendo uma guerra discursiva para instaurar uma imagem de monarquia opressora e atrasada em oposição a uma república de autogoverno e de progresso. Como os dois conceitos passaram a ser lidos como oposição um do outro, criaram não apenas o significado de república liberal, mas ressignificaram o de monarquia constitucional, visto que a instauração da república só pode se dar com a destruição da imagem monárquica. Para isso, muitas vezes, utilizaram-se da imprensa. Também naquele momento histórico, a literatura combativa que usaram “foi eficaz porque encontrou um terreno já pronto para se transformar”.²¹⁹

²¹⁸ A Monarquia foi lida pelos contestadores republicanos como sendo uma estrutura arcaica que permanecera no tempo por um equívoco na marcha da história. Vários são os exemplos que demonstram a interpretação adotada à época que a Modernidade estava sob o signo da “marcha civilizacional”, cujo Brasil devia, em alguma medida, acompanhar. Por isso, segue um pequeno trecho que exemplifica essa interpretação: “Mas o movimento republicano é bem ou mal? Si a nação brasileira está condenada á immobilidade, é mal. Si não é assim, si a nação brasileira, actualmente uma das mais atrasadas na orbita dos povos cultos, deve caminhar, então é um bem, é um dever, é o supremo dever a marcha que começa”. Ver *A República (RJ)*, 10/01/1871, p. 03.

²¹⁹ Ver PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. *Op. Cit.*, p. 171.

Vale ressaltar também que embora fossem três as principais correntes republicanas citadas anteriormente na disputa pela organização política e social do Brasil em fins do Oitocentos, a formação e a constituição de seus respectivos “ideais de república” foram fortemente marcados por ideias comuns a todas elas, contudo, ressignificadas a partir de perspectivas e interesses próprios, em meio ao embate discursivo na tentativa de se legitimarem no poder e constituírem uma das “repúblicas ideais” como prática comum. Assim, apesar da supremacia das correntes francesas, jacobina e positivista, em relação à utilização de símbolos na disputa pela organização do país, foi a corrente norte-americana de viés liberal que se fez vitoriosa, em 1889. Afinal, como já fora apontado anteriormente, o discurso liberal pautado na valorização do interesse pessoal se adequou muito bem em uma sociedade que tinha como uma de suas principais características a inexistência da nação.

Para isso, o esforço adaptativo registrado nos escritos dos republicanos liberais à época demonstrou a utilização das teorias de reforma social adequadas à realidade do país de modo a agirem e transformarem a realidade. Assim, temos o exemplo de Alberto Sales, pensador que ao entrar em contato com as diferentes ideias em voga no Oitocentos de maneira própria, foi capaz de, a partir delas, fazer um uso próprio das diferentes teses de mobilizá-las para intervir na realidade brasileira, adaptando-as às circunstâncias do país. O uso de um vocabulário político próprio serviu como instrumento para “informar” e “formar” republicanos.

Era a partir das *performances* feitas das ideias e teorias estrangeiras em voga no Oitocentos de maneira a intervir na arena política do Brasil que pensadores como Alberto Sales “configuravam uma visão de mundo em tudo oposta ao conjunto de ideias e teorias que forjaram o sistema simbólico imperial”,²²⁰ pois em seu lugar constituíram o imaginário republicana, a partir de uma linguagem política nova. A complexidade da teoria proposta por Alberto Sales é proveniente de seu esforço adaptativo para implantar algo novo e funcional que garantisse os interesses dos republicanos liberais.

A leitura do positivismo de Comte, feita por Alberto Sales, tinha como principal meta se deparar com a realidade política e social brasileira a ponto de transformá-la por intermédio da “educação do espírito”.

Entretanto, Alberto Sales não fora o único representante da corrente republicana liberal que construiu um discurso político deslegitimador da ordem vigente, a ele, juntaram-se outros nomes de relevância do período que, também a seu modo, tentaram contribuir na construção do modelo de república liberal a ser implantado no Brasil, ao também adaptarem e mesclarem

²²⁰ Ver MELLO, Maria Tereza Chaves de. *Op. Cit.*, p. 124.

ideias das mais diversas, alargando o campo semântico na tentativa de dar conta da disputa no nível das ideias políticas. São eles: Quintino Bocaiúva, representante da Corte, e Assis Brasil, pelo Rio Grande do Sul.

3 DA CONSTRUÇÃO DISCURSIVA À VITÓRIA: A CONTRIBUIÇÃO DOS ESCRITOS POLÍTICOS DE QUINTINO BOCAIÚVA À QUEDA DA MONARQUIA

3.1 A construção discursiva republicano-liberal de Quintino Bocaiúva

Assim como Alberto Sales, em São Paulo, participou intensamente do combate ao Império e implantação da república liberal, Quintino Bocaiúva, na Corte, tornou-se também um dos maiores expoentes e agentes na defesa da república federativa que representava. Desde jovem atuou como escritor, teatrólogo, jornalista e articulador político, sempre demarcando suas posições e expondo suas ideias a favor da república em seus trabalhos. Postura que lhe garantiu importantes cargos na vida política nacional, como, por exemplo, os de Ministro das Relações Exteriores do Governo Provisório, Senador da República e Presidente do Estado do Rio de Janeiro.

Nascido em 04 de novembro de 1836 na rua da Lampadosa, atual Luís de Camões, onde hoje se localiza o Real Gabinete Português de Leitura, Quintino Bocaiúva²²¹ era filho de mãe argentina e pai português, tendo ficado órfão ainda aos treze anos de idade e sido enviado a São Paulo, aos quatorze anos, para estudar no curso de Humanidades anexo à Faculdade de Direito. À época, seu sustento ficava a cargo de seu tio, o farmacêutico Pedro Moreno d'Alagão, residente em Valença (RJ). Também é naquele período que começa a produzir suas peças de teatro, ligadas ao romantismo clássico, assim como escreve seus primeiros textos jornalísticos. A passagem destacada a seguir, mais uma vez, demonstra a importância do ambiente vivido pelos alunos em São Paulo, bem como o compartilhamento das ideias políticas que os acompanharam na vida pós-estudantil e na postura atuante:

Passa depois o autor a aludir à atividade de Quintino Bocaiúva no jornalismo político, iniciada com Antônio Ferreira Viana, mais tarde Conselheiro e Ministro do Império, no jornalzinho efêmero de jovens estudantes da Faculdade de Direito de São Paulo, *A Hora*, onde manifestou, desde então, ainda adolescente, suas preferências pela forma republicana de governo, às quais ficou fiel até sua morte. Na revista literária dos alunos da Faculdade de Direito de São Paulo – *O Acaiaba*, o então estudante do Curso Anexo colaborou com artigos assinados, sendo notável que seus primeiros trabalhos tivessem tido por tema o *jornalismo* e a *revolução francesa*, as duas diretivas que foram objeto da atividade intelectual e política de Quintino Bocaiúva durante toda a sua existência.

²²¹ Entre os anos de 1852-53 passa a adotar o nome indígena “Bocaiúva”, inserindo-se na voga nacionalista da época, cujo significado era proveniente da palmeira brasileira de frutos comestíveis, também conhecida por bacaúba, macaúba ou macaiúba. Chegou a receber críticas do tio que lhe provia o sustento, Pedro Moreno d'Alagão, que não concordava em substituir o nome de família pela terminologia indígena.

Não continuando seus estudos de rotina no Curso Anexo dessa Faculdade, por motivos pecuniários, regressou à então Corte onde, por muitos anos, exerceu a profissão de jornalista.²²²

Assim, pouco tempo depois, abandonou os estudos em São Paulo e retornou ao Rio de Janeiro, onde continuou a atividade jornalística, no *Correio Mercantil* e no *Diário do Rio de Janeiro*. Passando a escrever, posteriormente, para inúmeras folhas, bem como colaborar com tantas outras na Corte. Chegou, inclusive, no jornal *Diário do Rio de Janeiro*, a trabalhar com Machado de Assis durante o período em que assumira o cargo de redator-chefe do impresso, ainda nos anos de 1860.

Trilhou um caminho de prestígio, começado por suas peças para o teatro, sendo reconhecido como um importante intelectual, assim como por suas atuações em jornais e, posteriormente, com seu ingresso na vida política do país, o fizeram ganhar destaque nacional.

De fato, as atividades jornalísticas ao longo da vida, juntamente com sua intensa atuação no Clube Republicano e também no Partido Republicano, a partir de 1870, fizeram com que Quintino Bocaiúva se tornasse um dos maiores propagandistas da proposta republicana-liberal na Corte. Vários foram os jornais nos quais trabalhou e/ou colaborou. Apenas para citar alguns: *Diário do Rio de Janeiro*, *Correio Mercantil*, *A Honra*, *O Paraíba*, *A República*, *O Globo*, *O Cruzeiro*, *O Paiz*, entre outros.

Tanto como teatrólogo, e de forma mais intensa, como jornalista, suas posições políticas sempre estiveram expostas nas atividades que desempenhara, seja afinado ao Partido Liberal, em prol das reformas ainda nos anos 60, ou, depois, como republicano, a partir da década de 70, quando do irromper do Partido como terceira força política a surgir no cenário do Brasil-Império.

Entendia a atividade jornalística como um espaço importante para a transformação social, tão carente de reformas que julgava necessárias. Desse modo, foi através da atuação como jornalista que ganhou destacada visibilidade para disseminar suas ideias à nação oitocentista, tendo como intuito promover pela palavra o ideal republicano, seja através da escrita em periódicos, ou nos discursos proferidos nas atividades políticas desempenhadas pelo Partido Republicano. A qualidade no uso das palavras que Quintino Bocaiúva possuía era reconhecidamente exposta, inclusive por políticos contemporâneos, como pode ser destacada na fala do ex-Presidente do Estado do Rio de Janeiro, Manuel Duarte: “senhor de uma pena

²²² Ver SILVA, Ciro. *Quintino Bocaiúva, o patriarca da república*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1983. p. 07-08.

habilíssima, cheia de dutilidade, dispondo dos vocábulos com a maestria de um privilegiado da palavra escrita”.²²³

Com expressiva atuação na imprensa, seu ideal de mudança ao país ganhava vulto e Quintino Bocaiúva se tornava um dos maiores representantes da corrente republicana-liberal na Corte. Chegou a ser chamado por Joaquim Nabuco de “jovem Hércules da Imprensa”,²²⁴ tamanha força e coragem com que expunha suas ideias em jornais não-oficiais. Propagação de ideias que visavam aniquilar o regime monárquico, substituindo-o pela proposta republicana que defendia e que pretendia ser partícipe quando instalada.

A principal motivação da tríade republicana-liberal, Alberto Sales (SP), Quintino Bocaiúva (RJ) e Assis Brasil (RS), era atuar nas esferas do poder nacional. Eram homens esclarecidos, pensadores formados pelos mesmos círculos de leituras e espaços, como, por exemplo, o pensamento francês, a forma como interpretavam o regime monárquico e o objetivo de se colocarem como nova elite política. A partir de uma visão de mundo compartilhada na rede temporal entrelaçada entre o passado (interpretado como o criador de uma identidade comum), presente (lido como “atrasado” para justificar a linguagem republicana em defesa do novo que traria consigo o “progresso”) e futuro (horizonte a ser alcançada a partir da crítica atual e geração da ideia de “crise”) uniram esforços para transpor o discurso à realidade.

A busca pelo poder se justificava pela insatisfação e dificuldades registradas, como, por exemplo, na passagem escrita por Quintino Bocaiúva em relação ao Império: “homens sem fortuna, desajudados de proteções eficazes, unicamente escudados na inteligência”, ou ainda aos “desprotegidos da sorte”.²²⁵ Trechos que demonstram o descontentamento com “as poucas oportunidades” oferecidas pela Monarquia aos que não eram partícipes dos seus círculos de poder político, como argumenta o representante republicano-liberal.

Desse modo, a busca por maior atuação, espaço e oportunidades veio através de crítica categórica ao império via imprensa, pois, segundo Quintino Bocaiúva, o jornalismo seria mesmo “a tribuna universal”. Assim sendo, “a imprensa de um país é a revelação de sua existência moral. Mas para que esta seja elevada a toda a altura de sua grandeza, é necessário que o concurso de todas as aspirações da sociedade venha robustecer e dar vida ao órgão de sua manifestação”,²²⁶ ou seja, entendia a imprensa como um lugar de opiniões explícitas, advogando e propagando as ideias reformistas, indo ao encontro dos interesses de Estado,

²²³ *Ibidem*, p. 31.

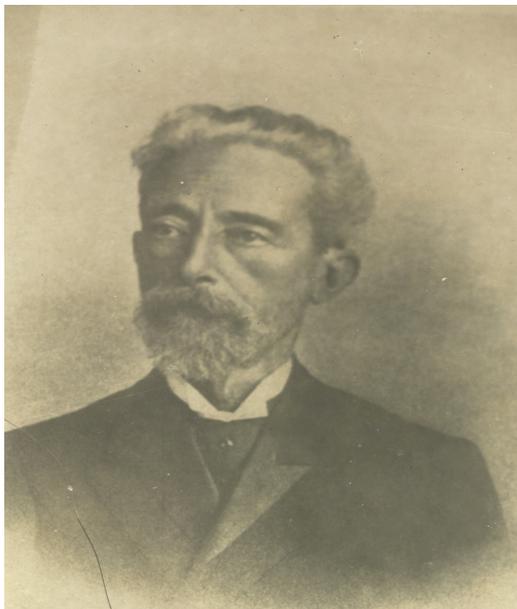
²²⁴ Ver NABUCO, Joaquim. *Minha Formação*. Brasília: Senado Federal, 1998. p. 33.

²²⁵ Ver SILVA, Eduardo (Org.). *Op. Cit.*, p. 53.

²²⁶ Ver *O Paraíba (Petrópolis – RJ)*, 1857. In: *Ibidem*, p. 133.

para assim instituir uma nova realidade proveniente de mudanças sociais almeçadas há tempos pela parcela da população que representava dentro da luta de interesses do período.

Figura 10 – Quintino Bocaiúva.



Fonte: Coleção Augusto Malta – acervo Museu da Imagem e do Som (RJ).

Fazia um “convite geral a todos aqueles que [quisessem] aproveitar-se de sua coluna a fim de tratarem pela imprensa daqueles interesses que mais de perto se liguem ao desenvolvimento e progresso”.²²⁷ Ao chamar seus leitores para o debate nos meios jornalísticos, dava um passo além no entendimento e função dos periódicos, que não eram meros noticiários de curiosidades, mas, sim, espaços de intenso debate político e de questionamento da realidade para transformá-la. Os jornais, panfletos, manifestos passavam a ser utilizados como instrumentos de luta, dotados de caráter pedagógico, tinham como “missão” promover a mudança social que se acreditava estar em curso pelos redatores oposicionistas que se viam como os “legatários do espírito ilustrado do século XVIII. Tais princípios desdobram-se na retomada da função precípua da retórica como elemento de persuasão e convencimento, tendo em vista a ação política”.²²⁸ Como pode ser percebida, na passagem retirada do jornal *A República* (RJ), em 13 de dezembro de 1870:

O governo monárquico deve ser banido deste país, devemos proclamar a república.

²²⁷ *Ibidem*, p. 134.

²²⁸ Ver LESSA, Mônica Leite; FONSECA, Sílvia Carla Pereira de Brito. (Orgs.) *Entre a monarquia e a república: imprensa, pensamento político, e historiografia (1822-1889)*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008, p. 09.

A monarquia é inadmissível num século de luzes, e o Sr. D. Pedro II, sem querer tem trabalhado pela república, não tem sabido sustentar o trono. Não cremos que elle possa deixar após si uma boa reputação por mais que se faça apregoar no país e no estrangeiro. Sua política interna é a da corrupção, como todos os dias se demonstra nas folhas da opposição, e o provam os factos que todo país conhece.²²⁹

Instaurava-se a guerra discursiva contra o Império. Produziam-se assim atos de fala contrários à linguagem vigente que o legitimava, buscando convencer pela palavra o maior número possível de adeptos à causa republicana-liberal, conflito que perdurou por todo o Segundo Reinado até a proclamação. Mais uma vez, as palavras combativas estavam postas em debate nos jornais e nos discursos proferidos em *meetings* e clubes republicanos, sinalizando o ávido desejo por mudanças. Quintino Bocaiúva não poderia estar melhor inserido do que nas redações dos jornais e nos espaços de atuação do Partido Republicano, para assim, através de críticas severas, criar o ambiente hostil necessário para gerar a ideia de “crise” e “falência” das instituições vigentes, desembocando na derrubada do regime monárquico em 1889.

Os seus escritos políticos visavam instaurar o que entendia por moralização dos costumes, por educação aos homens para a Modernidade, ou seja, buscava convencer pela palavra seus leitores a adesão à causa que representava, o que garantiria sua realização pessoal. Acreditava que a mudança de regime abriria as portas aos que denominava “esquecidos pelo Império”. Por isso, participou ativamente na disseminação das ideias republicanas, com “as armas da discussão, os instrumentos pacíficos da liberdade, a revolução moral, os amplos meios do direito, postos ao serviço de uma convicção sincera, bastam, no nosso entender, para a vitória da nossa causa”,²³⁰ ou seja, as palavras são entendidas e utilizadas como armas contra o Império.

A imprensa ganhava então lugar de destaque, sendo o espaço por excelência de guerra das palavras, era no meio jornalístico que se evidenciava a tensão entre a linguagem antiga e a nova pela disputa de poder político do país, como pode ser observado no trecho abaixo, publicado em 03 de julho de 1873, no órgão oficial do Partido Republicano, o jornal *A República (RJ)*:

A propaganda republicana, graças ao influxo poderoso da nossa doutrina e à intuição patriótica do nosso povo, está hoje indisputavelmente vibrando o sentimento nacional em todos os pontos do nosso vasto território.

Em o curto prazo de dois anos e quase que simultaneamente surgiram desde o Norte até o Sul muitos órgãos republicanos que têm sido e são na imprensa do nosso país os heróis protetores do espírito público nesta difícil e penosa peregrinação em busca do ideal que deve simbolizar a grandeza da nossa terra comum.

²²⁹ Ver *A República (RJ)*, 1870.

²³⁰ *Ibidem*, p. 58.

A multiplicidade, porém, desses órgãos, cumpre dizê-lo, tem sido e é mais prejudicial do que útil à nossa causa. As circunstâncias especiais em que se encontra o povo brasileiro, a pouca generalizada instrução do nosso povo, a viciosa educação monárquica que tem criado a indiferença pública e feito dela um elemento de governo, todo este régimen atrofador das faculdades de cidadão e que só se destina ao fortalecimento do princípio autoritário com menoscabo dos direitos individuais e políticos e só vantagem do poder absorvente que tudo avassala a si e tudo concentra em si, concorrem para tornar necessária também e útil a concentração dos esforços da propaganda republicana por meio da imprensa.²³¹

Para Quintino Bocaiúva, o ideal seria que os grandes jornais contestadores da monarquia tomassem à frente da discussão e centralizassem a fala contra o império num discurso coeso e unificado. Desse modo, o referido ideal republicano atingiria mais efeito e não ficaria tão fragmentado. Fortalecendo e concentrando os esforços em grandes órgãos republicanos o discurso seria mais eficaz para ir de encontro às barreiras impostas pelo próprio império. O objetivo seria expandir uma mesma fala pelo território nacional, abrindo frentes de debate em três regiões, por meio dos jornais republicanos de maior peso que estariam centrados um ao Norte, outro na Corte e também no Sul do país. Contudo, como é descrito pelos próprios propagandistas, as regiões do Norte não conseguiram manter a frequência de debate das ideias republicanas como as outras duas destacadas, com exceção das províncias do Pará e Pernambuco.²³²

Ainda sobre a imprensa republicana e a necessidade de concentrar esforços num mesmo discurso unificador, Quintino Bocaiúva ressalta o que, segundo ele, seria o ideal como estratégia a se adotar:

Três grandes órgãos que se pudesse manter em todo o país – um ao Norte, outro nesta capital e outro ao Sul, bem dotados, bem sustentados, bem providos de escritores capazes, enérgicos e ativos preencheriam muito melhor as necessidades da propaganda republicana.

Nem pareça esta nossa opinião contraditória com o nosso princípio federal e descentralizador.

A nossa organização democrática ainda não está feita; a vida e a atividade local ainda não estão desenvolvidas; a nossa existência, enfim, ainda é anormal e a política e a ação da propaganda devem portanto desenvolver-se, não como as funções naturais de um régimen já formado, mas como os movimentos de um exército em operações seguindo resolutamente um plano de batalha uniforme e regular.

Nessas condições a disciplina, a coesão, a unidade dos esforços, a uniformidade do plano estratégico, a justa distribuição das forças em obediência a um princípio de comando são essenciais e imprescindíveis.

Este estado de coisas, de sua natureza provisória, servirá apenas para assegurar por meio das concessões e dos sacrifícios recíprocos, a conquista desse Estado futuro, aonde a vida local criada e dotada de elementos próprios, permitirá o franco

²³¹ Ver *A República (RJ)*, 1873.

²³² Por isso, a escolha neste trabalho de propor o estudo dos três representantes da corrente republicana-liberal de São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, haja vista maior frequência e constância durante o debate político no contexto histórico à época.

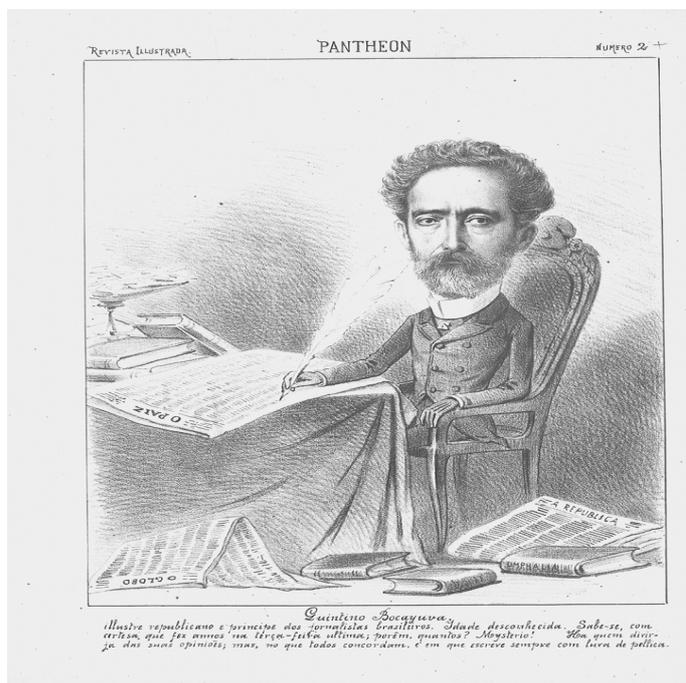
desenvolvimento de todos os recursos oferecendo a todas as atividades campo de ação fecundo e produtivo.

Três órgãos de imprensa, portanto, diários e de formato regular que possam abranger a discussão dos assuntos que interessam a todos os ramos da vida social – a ciência, a indústria, o comércio, a literatura, a instrução, a religião, as belas-artes, são os meios que nos parecem mais adequados às nossas circunstâncias.

Devemos ter em vista que hoje mais do que nunca é essencial essa concentração dos recursos da nossa propaganda em oposição à propaganda do obscurantismo e da tirania cujos dois focos são hoje: o poder civil e o poder teocrático este infiltrando-se pelo jesuitismo em todas as camadas sociais; aquele comprimido e centralizando todas as forças vivas do país.²³³

O trecho supracitado é elucidador quanto ao que esperava da imprensa, sua escrita combativa dava o tom violento contra o império e transformava os jornalistas e adeptos republicanos em soldados a marchar contra o vigente regime, como em um campo de batalhas cujas armas seriam mesmo as palavras proferidas em combate. A guerra das palavras pelo poder político estava declarada também por Quintino Bocaiúva. Abaixo, a charge do jornalista rodeado com as principais folhas do período.

Figura 11 – Charge de Quintino Bocaiúva.



Fonte: *Revista Illustrada* (RJ), desenho de Pereira Netto em 1888, hemeroteca digital - acervo Biblioteca Nacional.

Contudo, é importante sublinhar que o discurso combativo adotado não se traduz em convulsão social, pois Quintino Bocaiúva sempre ressaltou a importância da adesão à ideia de

²³³ Ver *A República* (RJ), 1873.

evolução e não da revolução social, como propunha um de seus principais oponentes, Silva Jardim, quando do debate entre a escolha de posturas evolucionistas ou revolucionárias. Quintino Bocaiúva também não concordava com a implantação, pela via revolucionária, de uma ditadura republicana aos moldes positivistas, indo ao encontro também das ideias mais radicais, defendia o evolucionismo social para se chegar à implantação de uma república federativa democrática e liberal para o Brasil.

A postura evolucionista adotada se tornou a linha oficial do próprio Partido Republicano, sendo inclusive uma maneira mais moderada de aglutinar um número maior de adeptos do que as linhas mais radicais, que pela via da violência, fazia com que uma parcela importante da população não aderisse ao movimento por receio do conflito direto proposto pelos radicais, defensores da revolução social, como Silva Jardim.

Como fora mencionado anteriormente, uma das principais preocupações de Quintino Bocaiúva era atrair o maior número possível de adeptos à causa republicana, por isso sua postura evolucionista é destacada no seguinte trecho publicado a 03 de março de 1882, no jornal *O Globo* (RJ):

No desenvolvimento de todas as reformas políticas, há sempre dous termos rigorosos – o da evolução, que equivale a conquista dos espíritos pela convicção e pela ilustração e – o da revolução, que equivale à imposição da reforma pela autoridade da força.

Há, porém, um ponto de junção possível, para esses dous termos, e mais de um momento histórico nos dá testemunho disso.

A evolução faz-se revolução – desde que a unidade moral das convicções determina, em uma ocasião dada, a unidade e o acordo das vontades.

Saber acompanhar a marcha progressista de uma ideia no ânimo dos povos; facilitar o êxito de sua propaganda; proporcionar, pela ilustração dos espíritos, novos instrumentos de ação à causa da perfectibilidade social; fortificar as consciências pela prática assídua das virtudes civis, que únicas podem concorrer para a afirmação e para o cumprimento do dever em todas as esferas da atividade moral; saber acompanhar os movimentos impulsivos da sociedade política, que sempre aspira chegar ao cumprimento da sua organização e tende elevar-se sucessivamente às regiões da perfectibilidade relativa das suas funções e do seu mecanismo; fazer ao tempo e às circunstâncias especiais do meio em que se vive e trabalha, aquelas concessões que razoavelmente se lhes pode fazer sem quebra dos princípios nem desfalecimentos morais; concessões que nada mais exprimem do que uma contemporização legítima e necessária com a modalidade ocasional ou transitória da sociedade; tal é, no nosso humilde entender, a definição do evolucionismo político.²³⁴

Desse modo, Quintino Bocaiúva defendia a postura evolucionista indo de encontro ao conflito social. A revolução para o propagandista da Corte ocorria nas ideias, pela instrução, pelos valores republicanos. Era uma “revolução” de formação do intelecto, não se daria no sentido propriamente aplicado pelos radicais de convulsionar a sociedade para derrubar o

²³⁴ Ver *O Globo* (RJ), 1882.

império com o uso da força, pois a mudança de regime deveria ocorrer dentro da legalidade, sem tumultos e desordens: “venha pois a república, e quanto antes. Venha a república sem revolução armada, sem derramamento de sangue de irmãos, venha ela do triunfo das ideias democráticas da grande maioria do país, e da profunda convicção de que a monarquia é incapaz de salvar o país”.²³⁵

Mais uma vez, a revolução das palavras forneceria o arcabouço necessário para que, com a evolução social, o progresso instaurasse o novo regime, através das reformas político-sociais proveniente da marcha da história que acreditavam. Por isso, a importância dada ao caráter constituidor dos espíritos feito pela propaganda republicana, as ideias formavam e informavam os cidadãos a caminho da *res publica*, como observado na seguinte passagem de *A República (RJ)*, em 08 de dezembro de 1870:

É possível afirmar-se que marcha nas vias do progresso moral um país que suporta a escravidão, a ignorância e o despotismo?

O Brasil sem dúvida tem feito alguns progressos, conta algumas léguas de estradas de ferro e alguns outros melhoramentos de incontestável utilidade. Isso, porém, é tão limitado e desacompanhado de outros melhoramentos paralelos que pode-se afirmar, sem receio de exagerar: entre os povos livres da América o país que menos progresso tem feito é o Brasil.

Esta proposição não precisa de demonstração para os homens que acompanham com cuidado a marcha da civilização em todos os países. Precisa, porém, para outros que não estão no mesmo caso. O estudo do atraso relativo do Brasil, debaixo de todos os pontos de vista, é tarefa de que nos ocuparemos muitas vezes. Os nossos leitores terão ocasião de convencer-se quão prejudicial nos tem sido a forma de governo que nos rege.²³⁶

No trecho acima destacado, encontramos importantes elementos e argumentos constitutivos da narrativa republicana-liberal, a começar por apontar o “atraso civilizacional brasileiro na marcha do progresso”, ao comparar o país com os exemplos de outros estados americanos já republicanos. Destaca-se ainda o atraso educacional promovido pelo “governo despótico”, comparando-o com as belas-letas trazidas com o progresso das Luzes, próprio dos regimes republicanos.

Também ressalta, brevemente, o problema da escravidão, para assim não desagradar, principalmente, os fazendeiros que eram avessos à abolição. A escravidão era apresentada por Quintino Bocaiúva e seus correligionários de Partido como sendo uma “questão social” e não uma “questão política”, por isso seu posicionamento a favor das indenizações aos proprietários de escravos e a defesa da imigração/colonização, através do trabalho assalariado e/ou sistema de parceria, como saída para a ausência do braço servil e substituição das

²³⁵ Ver *A República (RJ)*, 08 de dezembro de 1870.

²³⁶ *Idem*.

atividades com nova mão de obra para evitar “a crise da lavoura”.²³⁷ Visava assim não dividir o Partido Republicano e obter também o apoio dos grupos sociais mais conservadores. Mencionava de forma branda o tema e, as poucas ocasiões em que se dedicava a falar do assunto, colocava-se a favor da indenização aos proprietários, obviamente, para alcançar o maior número possível de adeptos aos ideais republicanos liberais. Os senhores de escravos não podiam ser excluídos, por isso o assunto da abolição era muitas vezes evitado ou suavizado. Sendo assim,

Cauteloso, discreto e generalizante, o Manifesto toca apenas de passagem na questão fundamental da sociedade brasileira de então, o problema da estrutura escravista. Já na introdução os republicanos identificam-se, cuidadosamente, “como homens livres e essencialmente subordinados aos interesses da nossa pátria”, e, mais adiante – neste particular o trecho mais explícito de todo o documento – criticam, de cambulhada com outros, o “privilégio de raça”. “O privilégio, em todas as suas relações com a sociedade, tal é, em síntese, a fórmula social e política do nosso país, privilégio de religião, privilégio de raça, privilégio de sabedoria, privilégio de posição, isto é, todas as distinções arbitrárias e odiosas que criam no seio da sociedade civil e política a monstruosa superioridade de um sobre todos ou a de alguns sobre muitos”.²³⁸

Quintino Bocaiúva evitava o prolongamento do debate, pois não queria “dividir os republicanos”, muito embora, assim como na sociedade, eles já estivessem divididos. Tocava apenas de leve na ferida aberta da sociedade escravista. Ao evitar o debate sobre a abolição, permitia o apoio cada vez maior das classes conservadoras. O cuidado ao discutir a questão fez com que Quintino Bocaiúva tratasse não da escravidão em si, mas das soluções a serem adotadas quando da abolição. Por isso, temas como imigração e colonização eram expostos como saídas possíveis ao desenvolvimento da lavoura com o fim da escravidão, já que “na expectativa de um acontecimento tão importante e grave como a emancipação do elemento servil, base do trabalho nacional e fonte quase exclusiva dos nossos recursos, dois problemas se oferecem, cuja solução interessa à vida e à conservação da nossa existência social”²³⁹. Obviamente, o pensador político sabia que ao fornecer soluções à crise da lavoura demonstraria às classes conservadoras sua preocupação com seus interesses. Era esquivando-se do diálogo sobre a abolição que sua estratégia política cooptava cada vez mais membros para o Partido Republicano.

Portanto, quando exigiam um posicionamento mais claro de Quintino Bocaiúva em relação à abolição, afirmava não querer participar das “agitações abolicionistas”, pois “a abolição do elemento servil era uma questão social e não política, que não podia servir de

²³⁷ Ver SILVA, Eduardo (Org.). In: “A Crise da Lavoura”. *Op. Cit.*, p. 239-262.

²³⁸ *Ibidem*, p. 59.

²³⁹ *Ibidem*, p. 241-242.

programa a um partido; mesmo porque, ela resolvida, teria de desaparecer o partido que a tinha como bandeira”.²⁴⁰ Era assim que mantinha sua estratégia de oportunismo, visto que, ao não participar claramente do diálogo sobre um dos principais temas que convulsionavam a sociedade, permitia que as classes mais conservadoras criassem certa “simpatia” pelo ideal de república que representava. Postura que pode ser lida em *O Paiz (RJ)*, a 06 de abril de 1887, quando da conferência proferida por Quintino Bocaiúva e publicada no referido jornal:

A causa abolicionista tem caminhado e tem retrogradado na esfera oficial pela ação de uma só vontade – a qual se tem pronunciado ora pelo direito, ora pelo interesse ilegítimo.

Reclamando, portanto, contra a vacilação dessa vontade, os abolicionistas têm razão e os fazendeiros também! Porque efetivamente, senhores, nós não temos que pedir nesta questão nem deliberação nem atos, se não exclusivamente à coroa.

Pelo seu influxo, houve já uma hora em que a propaganda esteve a ponto de alcançar uma grande vitória; mas o chefe do Estado, esquecendo o conselho do velho Lincoln, - de que não se deve mudar de cavalos no meio da torrente – mudou de agentes e, portanto, de opinião, dando assim motivo a supor-se que a Suprema Razão ainda vacila sobre a solução do grave problema, ou então que obedece a influencia de correntes contrárias, ora inclinando-se para a direita, ora inclinando-se para a esquerda.

Aludi há pouco, senhores, a um facto de opressão e tirania exercida sobre os próprios possuidores de escravos. Careço esclarecê-lo desta tribuna, por que ele é ainda uma demonstração de quanto na nossa sociedade mal organizada ainda influem muitos elementos para tornar estéril a ação dos homens resolutos, que lutam para extirpar as causas da nossa decadência. O próprio orador que procura manter-se sempre no nível da igualdade com os seus compatriotas, partilhando com eles as glórias e as derrotas, a si próprio poderá talvez increpar-se por haver perdido muitas ocasiões de denunciar a consciência pública abusos e violações contrárias aos interesses elementares da sociedade.

Mas se tal retraimento se observa da parte de muitos, a causa está no próprio viciamento da opinião que para todos as manifestações do pensamento e para todas as iniciativas, procura uma razão ilegítima ou imoral que sirva de incentivo para essas manifestações.

É assim que nenhuma ação, nenhuma iniciativa é recebida pelo espírito público sem se presumir que a origem dela reside em um interesse pessoal.

Nesta questão ao menos, espera que não lhe será atribuída nenhuma intenção reprovada.²⁴¹

Quintino Bocaiúva, ao inverter os papéis, visava cooptar o apoio dos senhores de escravos à causa republicana liberal. Prossegue em sua construção discursiva e chega a afirmar que a questão econômica é o ponto central, mas que nela os que mais sofreriam seriam os fazendeiros, por serem obrigados a ser o que eram pelas instituições de crédito que não permitiam “os impulsos generosos dos cidadãos proprietários agrícolas”:

A causa abolicionista, senhores, devo dizê-lo, tem também contra si, conspirando permanentemente contra ela, as próprias instituições de crédito que deveriam ser nesta emergência o amparo das atividades úteis.

²⁴⁰ *Ibidem*, p. 67-68.

²⁴¹ Ver *O Paiz (RJ)*, 1887.

E como que por um pacto sinistro, entre elas e os próprios tribunais superiores, há uma propaganda de resistência organizada para abafar e contrariar os impulsos generosos dos cidadãos proprietários agrícolas que desejam libertar, ainda que condicionalmente, os seus escravos.

É assim que bancos poderosos, como o Banco do Brasil e outros credores hipotecários da lavoura, oprimem e quase que perseguem os fazendeiros que ousam praticar o ato da libertação ou que intentam praticá-lo.

É o que tem acontecido em Minas Gerais e no Rio de Janeiro: e é por efeito dessa pressão que muitos fazendeiros são coagidos a levar ao registro da escravidão, os homens que na qualidade de seus companheiros de trabalho, eles teriam talvez o desejo de libertar.

Senhores, estamos expiando o crime secular, o crime das gerações que nos antecederam.²⁴²

Desse modo, uma das principais características de Quintino Bocaiúva era se valer de seu “oportunismo político” para reunir no Partido Republicano os mais variados segmentos da sociedade. Assim era com os senhores de escravos, bem como com os militares que, na busca por maior participação no império, mostravam-se insatisfeitos com o nível de atuação que possuíam. A insatisfação da classe militar rapidamente foi percebida pelo estrategista político que não se demorou em também tentar conquistar a adesão destes ao Partido, como pode ser observado na passagem abaixo:

Quintino tratava, com habilidade, de aprofundar o quanto pudesse as incompatibilidades que medravam entre o Exército e o Governo Imperial, trabalhando sobretudo na exaltação do amor-próprio dos militares. Defende, então, justificando a participação política destes, a doutrina do *cidadão fardado* ou do *soldado cidadão*.²⁴³

Ao tomar para si as reivindicações militares, passou a dedicar o jornal que atuava como diretor à época, *O Paiz (RJ)*, para abordar a questão militar, tendo enorme aceitação na classe. A escrita jornalística pela causa militar esteve presente, por exemplo, na publicação de 22 de setembro de 1886, em *O Paiz (RJ)*:

A teoria de que não lhes é lícito nem agradecer obséquios, nem repelir afrontas, sem licença do governo, é tão degradante que chega a ser abjeta.

Imagine-se que um militar é publicamente ultrajado; que fazer? Segundo a opinião do governo, deve devorar a afronta em silêncio, guardá-la em si até que obtenha ou não do seu legítimo superior a faculdade de desafrontar-se.

Isto é simplesmente parvo para deixar de ser torpe.

É visível a conveniência de converterem figuras mecânicas os defensores da pátria.

Separado da vida civil, sem laço algum que o prenda à sociedade, ele perde as noções do direito e o amor da pátria. A arma que a nação lhe confiou para defender os seus direitos, que outros não são senão as próprias regalias da liberdade, volta-se contra esta ao menor aceno do despotismo e o quartel converte-se em Bastilha onde se encerram e comprimem os destinos de um povo.

Eis por que se pretende decapitar o exército e a marinha. Um cérebro é sempre um perigo e uma ameaça contra toda a sorte de despotismo.

²⁴² *Idem.*

²⁴³ Ver SILVA, Eduardo (Org.). *Op. Cit.*, p. 71.

Banir o pensamento de todas as fileiras; açaimar a consciência dos militares; obliterar neles todos os nobres sentimentos; apagar e extinguir em suas almas as noções da justiça; afogar os estímulos que transponham o âmbito acanhado das ambições pequeninas; criar e premiar a dilação, como se tem feito, no recinto dos quartéis: eis o ideal deste governo, que pretende dirigir uma nação americana como se fosse uma legião de cossacos.
Veremos se consegue o seu fim.²⁴⁴

Tornando suas as questões militares, trazia-os oportuna e estrategicamente para o debate da causa republicana. Com a simpatia dos militares, Quintino Bocaiúva cogitou a possibilidade de implantação da república articulando o golpe com o apoio necessário da classe, haja vista estabelecer relações muito próximas com os militares de comando.²⁴⁵

Embora de caráter mais prático que teórico, se comparado a Alberto Sales, Quintino Bocaiúva também possuía a mesma formação ilustrada, proveniente do pensamento francês. Várias foram as passagens contidas em textos de sua autoria que demonstram uma mesma visão de mundo e a adoção de mesmos recursos retóricos, como, por exemplo, o uso de pares de opostos para contradizer a narrativa oficial. Assim, destaca-se também em seus textos a relação de contrários estabelecida entre “atraso e progresso”, “monarquia e república”, “velho e novo”, “obscurantismo e luzes”, “soberania popular e tirania”, “opressão e liberdade”,

²⁴⁴ Ver *O Paiz (RJ)*, 1886.

²⁴⁵ A proximidade de Quintino Bocaiúva com os militares e sua presença no dia 15 de novembro chegara mesmo a confundir alguns espectadores do episódio da proclamação, como poder ser observado na passagem seguinte: “o fato, porém, é que Quintino Bocaiúva era para muitos, desde os tempos da Propaganda, um dos símbolos vivos do republicanismo no Brasil. Autor principal do Manifesto de 1870, transformava-se, aos poucos, numa personalidade nacional. Em 1877, Manuel Ferraz de Campos Sales, promissora influência republicana em Campinas, veio ao Rio de Janeiro ‘com desejo de conversar com ‘o cidadão Quintino’. Em 1882, a 6 de março, apareceu, em Goiás, o Jornal *O Bocaiúva* dirigido por M. A. de Castro Sobrinho, primeira manifestação concreta do republicanismo na Província, dedicado explicitamente à divulgação dos princípios defendidos por Quintino. Chefe do Partido Republicano Nacional em maio de 1889, já era conhecido como ‘o velho Quintino’ quando da Proclamação. A sua presença, simplesmente, ao lado de Deodoro e Benjamin, na confusa manhã de 15 de novembro, convenceu muitos interessados que acorreram ao Campo da Aclamação de que se tratava, efetivamente, de um movimento republicano e finalmente o próprio Imperador deposto, ainda ao calor dos acontecimentos, desdenhoso, referiu-se à Proclamação da República como um ‘triumfo modesto’ do ‘Sr. Bocaiúva e seus amigos’”. Entre os espectadores do 15 de novembro de 1889 estava Augusto Malta, futuro fotógrafo oficial do Rio de Janeiro, chegando a tornar-se verdadeiro cronista visual da cidade, já na primeira metade do século XX. Contudo, à época do episódio da proclamação ainda desempenhava a função de ajudante de guarda-livros, como se lê na nota a seguir: “Foi o caso de Augusto Malta, grande fotógrafo da cidade do Rio de Janeiro, que, na época, era um simples *ajudante de guarda-livros*. Além de frequentar conferências republicanas, o jovem Malta – fato pouco conhecido – foi um dos signatários do termo de juramento do Governo Provisório perante a Câmara Municipal, a 16 de novembro. No dia anterior, segundo seu depoimento, ‘soube por um dos sócios da casa em que trabalhava que havia uma revolução no Campo de Sant’Ana. Para lá corri, encontrando um parque de artilharia postado junto ao jardim e voltado para o quartel-general. O general Deodoro não tinha chegado ainda. *A presença de Quintino Bocaiúva a cavalo convenceu-me de que o movimento era republicano*. Vi quando se abriu o portão do quartel-general. Vi quando Deodoro entrou e vi quando Floriano e Deodoro saíram e do ponto onde eu me achava, do lado da Prefeitura, vi o dr. Sampaio Ferraz, em frente à Escola Nacional, dar viva à República. Acompanhei todo o movimento, bem perto de Deodoro, feito carneiro de batalhão, até o debandar das forças. O primeiro viva à República e o único que eu ouvi no dia 15 de novembro, foi o do dr. Sampaio Ferraz”. TESTEMUNHA ocular da Proclamação da República. *CORREIO DA NOITE*. Rio de Janeiro, 16 out. 1939. p-1-2 {grifo nosso}.” Ver SILVA, Eduardo (Org.). *Op. Cit.*, p. 48; 93-94.

“vícios e virtudes”, “mérito e privilégio”, “honestidade e corrupção”, entre tantos outros pares antagônicos.

Para além do vasto uso dos referidos conceitos antitéticos existentes no discurso de Quintino Bocaiúva, também estão presentes os empréstimos feitos do vocabulário da política científica e do decadentismo, como já fora visto nas obras de Alberto Sales, apenas para sublinhar as mesmas expressões que resultam em uma visão de mundo compartilhada e em um mesmo objetivo retórico, destaca-se algumas presentes, tais como: “ciência política”, “marcha da civilização”, “leis reguladoras”, “evolução social”, “estados da humanidade”, entre outras tantas próprias das mesmas leituras de autores reformistas e do modo que foram lidos para possibilitar a *performance* discursiva necessária para implantação de uma nova realidade republicana, na qual ele próprio acreditava obter mais atuação e poder.

Apenas para exemplificar o recurso de construção discursiva baseada na inversão e em pares de opostos, ressalta-se mais um trecho contido em um de seus textos intitulado *A opinião e a coroa*, ainda no ano de 1861, publicado sob o pseudônimo de “Philemon”: “o que era razão, justiça, direito, religião, humanidade, progresso e futuro afigurou-se-lhe contra-senso, injustiça, ilegalidade, blasfêmia, crueldade, atraso, aniquilamento e morte!”.²⁴⁶

Conclui-se que o representante da corrente republicana-liberal na Corte também possuía a leitura de importantes pensadores das reformas sociais, que os leu a seu modo para elaborar escritos críticos e instaurar uma nova realidade política, na qual fizesse parte da recente elite política do país. Para isso, também fez empréstimos do vocabulário em voga no Oitocentos da política científica e compartilhou uma visão de mundo proveniente do decadentismo.

As imagens contrárias entre monarquia e república, assim como muitos pares de opostos de um lado e outro visavam construir imagens mentais antagônicas na arena de guerra das palavras na disputa pelos postos de comando do país.

Embora Quintino Bocaiúva possuísse um viés mais pragmático na ação, não explorando o debate com longas obras de cunho teórico-doutrinário, também buscou instaurar de forma semelhante a Alberto Sales (SP) e Assis Brasil (RS) - esses dois últimos com uma produção mais teórica, o regime republicano e pôr em prática as reformas sociais almejadas antes mesmo de 1870, sem, com isso, convulsionar a ordem social estabelecida. Desse modo, faz uso também da estratégia de oportunismo político praticada na França por homens públicos, como, por exemplo, Léon Gambetta e Jules Ferry.

²⁴⁶ *Ibidem*, p. 161.

Foi a partir da observação da experiência política e também de leitura dos franceses que a estratégia de oportunismo foi adotada para, das circunstâncias que se apresentavam no Brasil, possibilitar a escolha do momento e modo oportuno de ação dos republicanos. Essa estratégia permitiu a Quintino Bocaiúva²⁴⁷ jogar com os setores insatisfeitos do império e tentar incorporá-los à causa republicana que era expoente. Em relação aos militares, por exemplo, o jornalista trabalhou a falta de valorização que sentiam em relação à Coroa, desde a Guerra do Paraguai, em muitos de seus periódicos e discursos para assim trazê-los ao ideal que propagava.

A sua hábil postura política associada aos escritos de cunho panfletário resultaram na construção de uma nova linguagem republicana, reforçada e disseminada pelas falas proferidos nos *meetings* e nos clubes ligados ao Partido. O diálogo com outros periódicos, sobretudo os de São Paulo e Rio Grande do Sul, extrapolou os limites geográficos da Corte e criou um discurso coeso, único e aglutinador de diferentes grupos sociais, fator necessário à construção de um contexto linguístico que ultrapassava as fronteiras da Corte.

A atuação em *meetings*, clubes e no Partido Republicano, bem como a utilização da imprensa como meio de formar e informar os leitores abria espaço para pôr em prática os recursos retóricos de convencimento à causa republicana-democrática-federal. Conceitos inseparáveis em sua construção discursiva e que buscavam universalizar a proposta de república que representava na Corte para o território nacional.

Ainda que cada província guardasse consigo demandas e interesses específicos, as necessidades e singularidades locais eram adequadas em um discurso mais amplo, pois defendia a necessidade de propagar a ideia de república-liberal para além das fronteiras geográficas do Rio de Janeiro. Acreditava que ao se estabelecer uma unidade discursiva se conseguiria universalizar e reforçar a eficácia na batalha pelo estabelecimento de uma nova linguagem e, conseqüentemente, uma outra realidade. Quanto maior a visibilidade discursiva, quanto menos as cisões dentro dos pontos defendidos e ideais propostos pelos republicanos, mais se caminhava na direção do novo regime. Por isso, por mais singular que fossem as especificidades de uma determinada região do país, mais se deveria partir dessa realidade e adequá-la no todo da proposta republicana-liberal, para assim criar uma harmonia e coesão capazes de reverberar e vencer a antiga linguagem pautada nos valores, costumes e instituições monárquicas.

²⁴⁷ Sobre as estratégias de ação pautadas no oportunismo político ver também SILVA, Eduardo. (Org.). *Op. Cit.*

Nada mais eficaz que a elaboração de um texto que sintetizasse, de forma objetiva, os principais pontos do pensamento republicano-liberal, para assim ser capaz de disseminar rapidamente o ideal da corrente política que era expoente na Corte. É desse modo que o *Manifesto Republicano de 1870* ganha vida e se torna um importante registro histórico do discurso político de Quintino Bocaiúva e seu grupo, tendo como principais pontos defendidos o federalismo, a soberania nacional, a democracia, via voto secreto, a separação da Igreja do Estado, além das críticas intensas à Monarquia.

3.2 O espaço por excelência do debate de ideias: a propaganda e atuação de Quintino Bocaiúva na imprensa - o *Manifesto Republicano de 1870*

O *Manifesto Republicano* emerge no cenário político através do jornal *A República* em 03 de dezembro de 1870, um dia após o aniversário do Imperador. Constitui-se como um dos principais registros de contestação da Monarquia pelos republicanos liberais, dentre eles estavam: Saldanha Marinho e Quintino Bocaiúva que, inclusive, encontrava-se à frente do jornal à época.

O *Manifesto* fora lido como a síntese do pensamento republicano-liberal. Seus pontos, entretanto, não podem ser vistos como inéditos, já que algumas das principais propostas contidas no documento para as reformas se encontravam incorporadas no discurso do Partido Liberal, bem antes de 1870. O documento representa, contudo, um resumo do pensamento do grupo defensor da república liberal, sobretudo porque em poucas páginas dá conta de inverter a lógica discursiva em prol do regime republicano. Era assim que a monarquia passava a ser o “governo dos privilégios”, enquanto que a república seria o “governo de todos”. Se com o Império a sociedade era hierarquizada, com o novo regime se teria a soberania popular. Se com a monarquia a visão de mundo era meramente religiosa, juntamente com a república se instalaria a visão científica universal. Para todos os pontos que constituíam a base legitimadora do Império era encontrado, no discurso republicano, seu pleno oposto, assim as imagens entre a tradição e o novo se invertiam.

Quintino Bocaiúva, um dos principais formuladores do *Manifesto* o construiu com base na crítica da tradição imperial, deslegitimando pensadores que eram caros à Monarquia, bem como buscou em políticos e teóricos reformistas os argumentos de autoridade necessários para justificar a defesa de instalação da república liberal. Quintino Bocaiúva, como a maioria dos propagandistas republicanos, era leitor da *Revue des Deux Mondes* e do *Journal des débats*, publicações francesas que traziam ao país os principais pensadores

estrangeiros do Oitocentos, favorecendo o acesso às teorias internacionais pelos brasileiros. De acordo com Angela Alonso, a mobilização de teorias como as do teórico do absolutismo Jacques Bossuet, na qual o poder do rei corresponde a um deus terrestre é utilizado no *Manifesto* de forma negativa, visto que é a partir dessa tese que se acentuaria o caráter de incompatibilidade entre “a teoria da soberania popular e a teoria do direito divino”,²⁴⁸ já que

ou a monarquia é hereditária, e a legitimidade do poder vem de sua origem divina, ou a monarquia é constitucional e representativa e, neste caso, deveria ter tido legitimação popular. O raciocínio atinge os valores que escoravam o status quo imperial: a “monarquia temperada” seria uma “mescla informada de princípios heterogêneos e de poderes que todos se anulam”, construída sobre “princípios falsos”, sofreria de um “vício orgânico”. Assim, o raciocínio de Bossuet é utilizado para atingir conclusão inversa à sua própria: não a superioridade da monarquia absolutista, mas o inócuo de qualquer regime monárquico.²⁴⁹

Além da inversão do teórico do absolutismo para atacar o Império, também foram utilizados políticos que eram defensores da república contra o regime monárquico, como, por exemplo, o político francês da III República Léon Gambetta e sua estratégia de *opportunisme*. Além também do professor e político Leroy-Beaulieu que ressaltava em seus textos a necessidade de promover a reforma social com a mudança da ordem política.

Era desse modo, que Quintino Bocaiúva, bem como a maioria dos teóricos e propagandistas brasileiros, buscava destruir a imagem da monarquia ao mesmo tempo que criava a imagem de república ideal a ser implantada o quanto antes. A utilização do vocabulário da política científica, do decadentismo, do oportunismo e dos textos de políticos preocupados em promover reformas foram mobilizados pelos contestadores na construção da nova linguagem republicana.

Assim, os principais pontos de crítica estabelecidos pelos opositores republicanos liberais em relação ao império brasileiro registrados no *Manifesto Republicano* se concentram: na existência do Poder Moderador, do centralismo político, da supremacia dos interesses dinásticos em relação aos interesses do Brasil e, sobretudo, da inexistência de uma “democracia pura”.

Desse modo, faz-se necessário, nesse momento, expor alguns dos pontos centrais contidos no *Manifesto*. Inicia-se a apresentação do documento partindo do argumento de que, ao se apelar para a soberania do povo, se desejava esclarecer a sociedade em que viviam e não a convulsionar. Tudo pela busca do progresso e da grandeza da pátria, através da bandeira da democracia, pois a “soberania nacional só pode existir, só pode ser reconhecida e praticada

²⁴⁸ Ver ALONSO, Angela. *Op. Cit.*, p. 180.

²⁴⁹ *Ibidem*, p. 180-181.

em uma Nação cujo parlamento, eleito pela participação de todos os cidadãos, tenha a suprema direção e pronuncie a última palavra nos públicos negócios”.²⁵⁰ Assim sendo, afirma que tudo aquilo que está revestido “de caráter permanente e hereditário no poder, está eivado do vício da caducidade, e que o elemento monárquico não tem coexistência possível com o elemento democrático”.²⁵¹ O representante da nação, aquele escolhido a serviço de todos, deve ser como funcionário revogável, temporário, eletivo, a exemplo dos estados modernos. A ideia de “povo” adotada permite que a identificação à causa republicana seja imediata, por buscar abarcar a todos.

Posteriormente, parte-se para o item da “Exposição dos Motivos” que de início já destaca a interferência do Estado como algo negativo e arbitrário, pois ressalta que

A imprevidência, as contradições, os erros e as usurpações governamentais, influenciando sobre os negócios internos e externos de nossa pátria, hão criado esta situação deplorável, em que as inteligências e os caracteres políticos parecem fatalmente obliterados por um funesto eclipse.²⁵²

Já em relação ao Poder Moderador, os argumentos utilizados vão de encontro ao “direito divino” do rei, e também a tudo aquilo que pudesse impedir o que entendiam por “democracia plena”,²⁵³ pois o que prevalece, segundo o documento, é o desequilíbrio de forças que permitem que os interesses dinásticos se coloquem à frente dos interesses do país, como se pode observar na seguinte passagem:

Neste país, que se presume constitucional, e onde só deveriam ter ação poderes delegados, responsáveis, acontece, por defeito do sistema, que só há um poder ativo, onímodo, onipotente, perpétuo, superior à lei e à opinião, e esse é justamente o poder sagrado, inviolável e irresponsável.²⁵⁴

A crítica ao Poder Moderador identificava no mesmo o desequilíbrio de forças que criava a incapacidade do exercício da democracia, bem como reafirmava a necessidade de buscar maiores liberdades que eram impedidas por esse poder, segundo os autores do

²⁵⁰ Ver SILVA, Eduardo (Org.). *Op. Cit.*, p. 328

²⁵¹ *Ibidem*, p. 329.

²⁵² Ver BONAVIDES, Paulo; VIEIRA, R. A. Amaral. “Manifesto Republicano de 1870”. In: *Textos Políticos da História do Brasil: Independência – Império (I)*. Fortaleza: Biblioteca de cultura série A – documentário, 1972, p. 534.

²⁵³ A ideia de “democracia plena” é pautada na igualdade, contudo essa igualdade, segundo o teórico do período, Assis Brasil, “não é, como pensam muitos e como gritam os nossos adversários – o nivelamento de todos, a negação das faculdades e aptidões de cada um. Isto de igualdade apenas teria o nome; seria o rebaixamento das aptidões até a nulidade (...) seria (...) quebrar a ordem da natureza. A igualdade é o reconhecimento do direito que tem cada um de desenvolver-se e aperfeiçoar-se e a atingir a altura que seus méritos lhe destinam. É também, por consequência, a negação fundamental de todos os privilégios, ou direitos inatos: de casta, de família, etc, etc.” Ver BRASIL, Joaquim Francisco Assis. *A República Federal*. Rio de Janeiro: Leuzinger, 1881. p. 38-39.

²⁵⁴ Ver BONAVIDES, Paulo; VIEIRA, R. A. Amaral. *Op. Cit.*, p. 535.

documento. Contudo, se formos à definição do Poder Moderador pelo olhar dos monarquistas, encontraremos a afirmação de que deve ser este um “quarto poder” que servirá como juiz nas decisões do Estado, caso haja necessidade. No entanto, os republicanos liberais representados no *Manifesto*, obviamente, escolhiam apresentá-lo como um poder acima de todos os outros, desse modo afirmavam veementemente estar a sociedade comprometida pelo arbítrio desse poder supremo. Assim, “o regime monárquico, vivendo à sombra do Poder Moderador, era condenado pelo manifesto republicano de 1870 como incompatível com a soberania nacional, que só poderia ser baseada na vontade popular”.²⁵⁵

No item intitulado “Processo Histórico” do documento, observa-se o destaque dado para como os republicanos interpretavam “a origem histórica do império”.²⁵⁶ Partiram da premissa de que os interesses dinásticos se mantiveram durante todos os processos históricos pelo qual o país passara. Da colônia ao império, tudo era uma questão de passagem dinástica que, quando ameaçada, a monarquia portuguesa astuciosamente substituía “a pessoa, mantendo a mesma autoridade a quem lhe faltava a legitimidade e o direito”.²⁵⁷ É importante destacar que o recurso utilizado de fazer uso da história no texto do *Manifesto* permitia a criação de uma memória, de um imaginário e de uma identidade que fossem comuns, algo que possibilitava melhores resultados no convencimento de seus leitores.

Já a passagem seguinte ao processo histórico, contida no *Manifesto Republicano*, demonstra que tipo de imagem os republicanos liberais construía sobre a monarquia brasileira:

Nos espíritos a independência estava feita pela influência das idéias revolucionárias do tempo e pela tradição ensangüentada dos primeiros mártires brasileiros. Nos interesses e nas relações econômicas, na legislação e na administração, estava ela também feita pela influência dos acontecimentos que forçaram a abertura dos nossos portos ao comércio dos pavilhões estrangeiros e a desligação dos funcionários aqui estabelecidos.

A democracia pura que procurava estabelecer-se em toda a plenitude de seus princípios, em toda a santidade de suas doutrinas, sentiu-se atraída pelo consórcio falaz da realeza aventureira. Se ela triunfasse, como devera ter acontecido, resguardando ao mesmo tempo as garantias do presente e as aspirações do futuro, ficaria quebrada a perpetuidade da herança que o rei de Portugal queria garantir à sua dinastia.

Entre a sorte do povo e a sorte da família, foram os interesses dinásticos os que sobrepujaram os interesses do Brasil. O rei de Portugal, arreando-se da soberania democrática, qualificando-a de invasora e aventureira, deu-se pressa em lecionar o filho na teoria da tradição.

²⁵⁵ Ver CARVALHO, José Murilo de. *Op. Cit.*, p. 11.

²⁵⁶ Ver BONAVIDES, Paulo; VIEIRA, R. A. Amaral. *Op. Cit.*, p. 536.

²⁵⁷ *Idem.*

O voto do povo foi dispensado. A forma de aclamação fictícia preteriu a sanção da soberania nacional, e a graça de Deus, impiamente aliada à vontade astuciosa do rei, impôs com o império o imperador que o devia substituir.²⁵⁸

Assim, constatam-se alguns pontos relevantes: em um primeiro momento, ressalta-se a importância da negociação econômica sem intervenções, posteriormente, questiona-se o direito a um governo que não prejudique o que entendiam por “democracia pura”, e, por fim, observa-se que a mudança de um imperador a outro fora feita a partir da lógica dos interesses dinásticos que, ao se colocarem à frente dos interesses do país, eliminaram o voto.

De todo modo, o que já é perceptível é que o significado de democracia defendido no *Manifesto*, obviamente, não contemplava a maioria da população, pois como já fora mencionado anteriormente, não significava o “nivelamento de todos”. Afinal, com a vitória dos republicanos liberais em 1889 se torna notório que discurso político e ação não se completam de fato, visto que nos anos iniciais do novo regime os mecanismos de exclusão de participação na cena política atuaram fortemente. O exemplo mais significativo pode ser o do voto, que continuou sendo um exercício de cidadania para poucos. Como observou José Murilo de Carvalho:

A República, ou os vitoriosos da República, fizeram muito pouco em termos de expansão de direitos civis e políticos. O que foi feito já era demanda do liberalismo imperial. Pode-se dizer que houve até retrocesso no que se refere a direitos sociais. Algumas mudanças, como a eliminação do Poder Moderador, do Senado vitalício e do Conselho de Estado e a introdução do federalismo, tinham sem dúvida inspiração democratizante na medida em que buscavam desconcentrar o exercício do poder. Mas, não vindo acompanhadas por expansão significativa da cidadania política, resultaram em entregar o governo mais diretamente nas mãos dos setores dominantes, tanto rurais quanto urbanos.²⁵⁹

O *Manifesto Republicano* também ressaltou a usurpação do poder pelo monarca que se traduziria, segundo os republicanos liberais na atitude do imperador em desfazer a Assembleia Constituinte e ainda outorgar a Constituição de 1824. É importante ressaltar também que o processo de abdicação de D. Pedro I é interpretado no *Manifesto* como “a revolução de 7 de abril, que pôs termo ao primeiro reinado”. Sendo assim associado à abdicação ao conceito de revolução, ou seja, momento de profunda transformação político-social. Mudança essa que traria consigo o resgate “a liberdade, a desafrontar a democracia ultrajada e a repor sobre os seus fundamentos naturais o edifício constitucional”.²⁶⁰

²⁵⁸ *Ibidem*, p. 536-537.

²⁵⁹ Ver CARVALHO, José Murilo de. *Op. Cit.*, p. 45-46.

²⁶⁰ Ver BONAVIDES, Paulo; VIEIRA, R. A. Amaral. *Op. Cit.*, p. 538.

Em relação ao período regencial, afirmam que “a ineficácia da revolução comprova-se pelo vício orgânico das instituições, deficientes para garantir a democracia e unicamente eficazes para perpetuar o prestígio e a força do poder absoluto”.²⁶¹

Por fim, os republicanos liberais unem a “conspiração da maioria” à Lei do Ato Adicional de 1834. E concluem que o processo histórico do país teve “anulada a soberania nacional, sofismadas as gloriosas conquistas que pretenderam a revolução da independência de 1822 e a revolução da democracia em 1831, o mecanismo social e político, sem o eixo sobre que devia girar, isto é, a vontade do povo, ficou girando em torno de outro eixo – a vontade de um homem”.²⁶²

Após essa breve abordagem dos principais argumentos mobilizados pelos republicanos liberais no *Manifesto*, já se tem a confirmação da estratégia de ação que tinha na lógica da inversão discursiva pautada pelos argumentos e justificativas selecionadas do vocabulário da política científica e da crítica à tradição imperial seus primordiais elementos. A primeira parte do documento é dedicada a crítica ao regime monárquico, bem como a explicação de sua instalação no Brasil como uma sucessão de atitudes políticas equivocadas que não levavam em consideração a opinião pública, tantas vezes expressas em episódios históricos. O uso de acontecimentos do passado do país, como, por exemplo, as revoltas, a Inconfidência Mineira, a Confederação do Equador, a Regência, entre outros, eram mobilizados como argumento retórico para convencer à ação republicana-liberal, pois justificavam que a soberania popular buscava se fazer ouvir por esses acontecimentos na tentativa de derrubar a coroa e instalar a república de viés liberal.

É desse modo que a interpretação do processo histórico brasileiro feito pelos republicanos liberais no *Manifesto* se utiliza da história como um argumento de autoridade capaz de convencer à ação aqueles que ainda poderiam estar confusos em relação à Monarquia. A história utilizada como argumento retórico constrói uma memória²⁶³ de “passado comum” a ser utilizada graças à sua autoridade que é capaz de mover à ação os leitores do documento. Assim, os republicanos liberais em sua linguagem política faziam o uso da história como autoridade na construção de seu discurso, visando criar memória, imaginário e identidade comuns, o que gerava identificação entre seus ouvintes/leitores.

²⁶¹ *Ibidem*, p. 538-539.

²⁶² *Idem*.

²⁶³ Vale lembrar que a batalha pela instauração de uma memória para a república no Brasil fora alvo de disputas, sobretudo nos anos iniciais do novo regime, que tentava escolher os episódios históricos e seus heróis para construir uma memória sólida da república brasileira, um bom exemplo desse tipo de disputa acerca da memória pode ser vista na obra de 1894 de José Domingues Codeceira. Ver CODECEIRA, José Domingues. *A idéia republicana no Brasil: prioridade de Pernambuco*. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1990.

Já na parte denominada de “Conselho Unânime” se utiliza trechos das falas de homens que constituíam verdadeiras autoridades de época, dentre eles, o documento cita, por exemplo, Eusébio de Queiroz, Firmino Silva, D. Manoel de Assis Mascarenhas, Nabuco de Araújo, entre tantos outros. Desse modo, investia-se o documento de autoridade a partir da fala de homens públicos, como, por exemplo, políticos, jornalistas, escritores, entre outros. Justificavam a menção dessas figuras ilustres da seguinte maneira: “buscar em fontes insuspeitas as sentenças que apoiam as nossas convicções” e ainda argumentavam que “para corroborá-las temos o juízo severo de homens eminentes do país, de todas as crenças e matrizes políticas”.²⁶⁴ Essa fora outra estratégia retórica importante no convencimento dos leitores, pois se utilizaram da figura de homens públicos para respaldar a defesa da causa republicana a partir das autoridades reconhecidas em determinado contexto.

Por fim, no item denominado “A Federação”, coloca-se em oposição o centralismo político e a “necessidade” do federalismo para o país. Segundo os republicanos liberais, vários são os motivos para a instalação do princípio federalista. Afirmam pela topografia do território, climas distintos existentes no vasto espaço brasileiro, diferentes produções a necessidade de adoção do federalismo no país. Esses são alguns dos argumentos utilizados em prol da defesa do federalismo, contra o centralismo, que segundo o documento,

representa o despotismo, dá força ao poder pessoal que avassala, estraga e corrompe os caracteres, perverte e anarquiza os espíritos, comprime a liberdade, constringe os cidadãos, subordina o direito de todos ao arbítrio de um só poder, nulifica de fato a soberania nacional, mata o estímulo do progresso local, suga a riqueza peculiar das províncias, constituindo-as satélites obrigados do grande astro da corte – centro absorvente e compressor que tudo corrompe e tudo concentra em si – na ordem moral e política, como na ordem econômica e administrativa.²⁶⁵

Assim, além do conceito de democracia que defendiam, afirmavam veementemente a necessidade do federalismo, de uma maior autonomia frente ao que consideravam um “centralismo despótico”.

O conceito de federalismo contido no *Manifesto Republicano* se unia aos outros dois conceitos de república e de democracia que, ao estarem intrinsecamente ligados, proporcionariam, segundo seus autores, o pleno desenvolvimento do país, como observou José Murilo de Carvalho:

O Manifesto iniciava o capítulo sobre federação justificando-a com o argumento da natureza e da topografia. Mas logo a seguir a geografia adquiria sentido político como sede de movimentos patriotas revolucionários, como os da Inconfidência Mineira. O passo seguinte foi vincular o federalismo à democracia. Em 1822,

²⁶⁴ Ver BONAVIDES, Paulo; VIEIRA, R. A. Amaral. *Op. Cit.*, p. 541.

²⁶⁵ *Ibidem*, p. 548-549.

afirmava o Manifesto, “a ideia democrática [...] tentou dar ao princípio federativo todo o desenvolvimento que ele comportava”. As revoltas e rebeliões havidas nas três décadas que se seguiram à Independência, foram frutos da luta pela autonomia provincial, pela federação. A reação monárquica derrotara esses movimentos e consolidara a centralização, símbolo do despotismo, do poder pessoal, da corrupção, da compressão da liberdade, da anulação da soberania nacional, do bloqueio do progresso provincial. Ao final, o texto invertia o argumento conservador de que a federação ameaçava a unidade do país, definindo-a como a única garantia possível da unidade. Fechava-se o tripé república-democracia-federação.²⁶⁶

Afirmava-se assim que o federalismo possibilitaria o desenvolvimento do indivíduo, sua autonomia, por isso mesmo seria esse o pilar das nações livres. A defesa do federalismo era praticamente um consenso entre os republicanos liberais. Desse modo, o debate entre federalismo²⁶⁷ e centralismo era muito mais intenso entre aqueles que defendiam a forma de governo monárquica, visto que existiam os monarquistas liberais, como, por exemplo, Rui Barbosa e Tavares Bastos, que eram a favor da instalação de uma monarquia federalista.

A temática federalista também foi destacada como um dos pontos centrais contidos no *Manifesto Republicano* por José Maria Bello:

Muitas vezes tem sido analisado êste documento, nem sempre com benevolência. Realmente, falta-lhe vibração e originalidade. Estende-se por longos parágrafos numa digressão fria contra o Império, e que não passa, afinal, de um sumário das críticas feitas no Parlamento e na imprensa. As questões políticas ou, mais exatamente, os erros e os vícios da prática do regime representativo, são os seus supremos motivos. Não tenta descer ao estudo das grandes realidades econômicas e sociais do Brasil. Evita o angustioso problema da Abolição, seiva ou essência da

²⁶⁶ Ver CARVALHO, José Murilo. “República, democracia e federalismo: Brasil, 1870-1891”. In: *Territórios e fronteiras do poder*, Lisboa: seminário organizado pelo Centro de Estudos de História Contemporânea Portuguesa e pelo Centro de Estudos do Oitocentos-Pronex, março de 2010, p.13.

²⁶⁷ É importante destacar que a oposição entre federalismo e centralismo não era única, pois propostas mais radicais estavam presentes no debate do período. O separatismo paulista se constitui como um bom exemplo da radicalização da proposta federativa. O movimento separatista de São Paulo foi estudado por Cássia C. Adduci. A autora buscou entender o ideário construído pelos adeptos do separatismo paulista em fins do Oitocentos, sobretudo a partir da imprensa, além de dialogar com os principais ideólogos do período e com textos de autores do final do século XIX. Assim, ao centralizar seus estudos no movimento separatista de São Paulo, pode perceber que tal proposta radical revelava a grande tensão da época, principalmente devido ao número de encargos da província(SP) em relação à União. Os paulistas se sentiam prejudicados pelo regime centralizador que lhes atribuía altos encargos para depois redistribuí-los pelas demais regiões do país. O que fez com que a ideia de superioridade de condições e de autonomia alimentasse o movimento, visto o desequilíbrio sofrido pela elite paulista que, embora detivesse o poder econômico, sentia-se prejudicada politicamente. Assim como ocorrera com a proposta federalista, o movimento separatista de São Paulo buscava maior autonomia política querendo por fim à opressão centralizadora. Isso resultou que muitos dos separatistas também fossem republicanos, mas, não necessariamente. Conforme Cássia C. Adduci, não se pode caracterizar o movimento separatista como republicano, já que haviam atores políticos que defendiam o separatismo de base monarquista. De todo modo, tal separatismo, entendido como uma radicalização da proposta de federação, partia dos “descontentamentos de parte das classes dominantes paulistas diante da posição ocupada pela província frente ao poder central”. Esse descontentamento fora “acumulando-se desde que estes mesmos grupos passaram a sentir uma contradição entre seu poder econômico e seu poder político, é possível que esta realidade tenha aberto espaço para o aparecimento de diversas reclamações que, ligadas ao federalismo, aos poucos, foram assumindo os contornos separatistas”. Ver ADDUCI, Cássia C. “Para um aprofundamento historiográfico: discutindo o separatismo paulista de 1887”. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo: vol. 19, n° 38, 1999. p. 111.

monarquia. Até depois da dolorosa experiência dos Estados Unidos, dir-se-ia que os republicanos de 70 ainda não julgavam prudente nêle tocar. A Federação permanente anelo nacional, eis a sua grande tese ou a sua grande doutrina. “Centralização – Desmembramento; Descentralização – Unidade...”²⁶⁸

De forma mais amena, Luís W. Vita continua a observar o debate acerca do *Manifesto Republicano* através do diálogo com George C. A. Boehrer:

um ensaio histórico razoavelmente correto, misturado de fragmentos de teoria política: um trecho de cautelosa informação, chamou-o um autor. Na verdade, dêle pode-se extrair apenas uma vaga idéia da proposta forma de govêrno. Advogava uma república democrática, com uma legislatura e um executivo responsável; as províncias deviam ser virtualmente independentes. Em qualquer caso, a república seria instituída por meios pacíficos, e não violentos. Não se fazia menção direta aos direitos civis. Havia apenas a condenação aos pecados da monarquia.²⁶⁹

Como já fora dito, o debate acerca do *Manifesto Republicano* apontava o federalismo como um dos pontos centrais defendidos no documento, assim como, a partir dele, estariam ligados os outros conceitos-chave de república e democracia. De acordo com José Murilo de Carvalho

a forma de governo apropriada ao exercício da soberania popular era a república. Logo, democracia e república eram uma e mesma coisa, um país que se auto-governa, que elege todos os seus governantes. Como argumento adicional, o Manifesto aduzia o isolamento do país da América. “Somos da América e queremos ser americanos”. E a América era república.²⁷⁰

O diálogo entre os três conceitos tornava-os tão intercambiáveis que, para os republicanos liberais representados no *Manifesto*, não existiria uma clara dissociação entre os mesmos.

Ao retomar-se o debate oriundo da interpretação acerca do *Manifesto Republicano*, pode-se destacar que sua importância está na síntese do pensamento republicano-liberal, que consegue criar, simultaneamente, duas imagens opostas: de um lado, a monarquia como sendo um regime retrógrado e corrupto e, de outro, a república como a forma de governo do progresso e da soberania popular. A lógica da inversão discursiva elaborada a partir da seleção consciente dos pensadores e políticos reformistas em voga no Oitocentos fazem do *Manifesto* um dos documentos mais importantes do período de contestação monárquica e do debate político da época, por isso, de acordo com a obra de Luís W. Vita, “passa a ser elemento de imantação, a palavra escrita criando se não uma realidade pelo menos o desejo de vê-la realizada: a república”²⁷¹.

²⁶⁸ Ver BELLO, José Maria. *Apud.* VITA, Luís Washington. *Alberto Sales, ideólogo da República*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965, p. 76.

²⁶⁹ Ver BOEHRER, George C. A. *Apud.*, *Idem.*

²⁷⁰ Sobre o diálogo entre os três conceitos ver o texto de CARVALHO, José Murilo. *Op.Cit.*, p. 6.

²⁷¹ Ver VITA, Luís Washington. *Op. Cit.*, p. 77.

Outro ponto importante defendido no *Manifesto* de 1870, diz respeito ao federalismo que devido à composição fragmentada da sociedade brasileira, na qual os interesses particulares, quase sempre, sobrepunham-se aos coletivos, formava com os outros dois conceitos de república e democracia a base de construção da imagem do novo modelo de regime político. Contudo, muitas vezes a defesa do regime republicano e, conseqüentemente, da democracia e do federalismo, não acarretava uma busca de valores republicanos, como o bem comum. Talvez, o federalismo pudesse ser a saída para a garantia de autonomia dos interesses particulares que não se anulariam em prol do coletivo, afinal a temática da abolição e a não menção dos direitos civis de forma direta dá margem à interpretação de que a “república ideal” dos liberais pudesse vislumbrar a implantação da forma de governo, mas não dos valores (republicanismo). Falava-se de “coletivo”, mas utilizava-se como argumento “a perda de adesões” justificativa à quase total omissão em relação à abolição e à ampliação de direitos civis. Assim, observou José Murilo de Carvalho:

foi excluída dos manifestos e programas republicanos qualquer proposta concreta de abolição da escravidão. Tal proposta fora incorporada, em caráter pioneiro, ao programa liberal-radical, antes da Lei do Ventre Livre. Até 1887, os Partidos Republicanos nacional e de São Paulo evitaram todos os modos assumir qualquer compromisso em relação ao tema. O Manifesto de 1870 ignorou o assunto. Em São Paulo, onde o cultivo do café se expandia vigorosamente, o tema se tornou um enorme embaraço. Em reunião preparatória do congresso da fundação do partido paulista, realizada em 1872, os participantes emitiram um comunicado denunciando que o obscurantismo e a má fé tentavam “desconceituar os sectários da democracia”, isto é, os republicanos, dizendo que queriam propor medidas de força para abolir a escravidão. Segundo o documento, se “a democracia brasileira” colocasse tal dispositivo em seu programa, “alienaria de si a maior parte das adesões que tem e as simpatias que espera atrair”. Candidamente, confessava-se o óbvio: o apoio à abolição reduziria adesões ao novo partido.²⁷²

Desse modo, a omissão de temas como, por exemplo, o da abolição e dos direitos civis, se tornava uma constante entre a maioria dos republicanos liberais, sendo o *Manifesto* de 1870 um documento exemplar dessa omissão.

Já na “Conclusão” do *Manifesto* ressaltam a urgência da mudança de regime político, com a implantação dos princípios gerais expostos no documento. Além de apresentarem a bandeira do partido republicano federativo. Afirmam que “perante a América passamos por ser uma democracia monarquizada aonde o instinto e a força do povo não podem preponderar ante o arbítrio e a onipotência do soberano”.²⁷³

Pode-se afirmar que foi também através da elaboração de um discurso próprio utilizado como arma política que os republicanos, representados pelo *Manifesto*, dialogavam

²⁷² Ver CARVALHO, José Murilo. *Op. Cit.*, p. 3.

²⁷³ Ver BONAVIDES, Paulo; VIEIRA, R. A. Amaral. *Op. Cit.*, p. 554.

com as outras visões de “repúblicas ideais”, tendo sido a disputa pela inserção no campo política, visando o monopólio de organizar o país, o principal motor do embate que ocorreu em grande parte no campo linguístico. Fora a partir desses vários discursos pautados nos mesmos objetivos e leituras que, ao dialogarem entre si, criavam significados, ou reafirmavam a manutenção daqueles já existentes, que se originou a nova linguagem política republicana.

Assim, podemos destacar que o pensamento dos liberais representados pelo *Manifesto Republicano* de 1870 foi construído através do embate também ao nível linguístico para alcançarem legitimidade de organização política e social. Os argumentos retóricos utilizados na construção discursiva para convencer a adesão à causa republicana eram: a utilização de homens ilustres como argumento de autoridade, do próprio processo histórico entendido enquanto indício do equívoco do regime monárquico permanecer vigente no país, criando uma memória e uma identidade comuns, ou ainda da própria geografia brasileira que “pedia” a aplicação do princípio federativo, mesmo que posteriormente se transformasse em um argumento político em prol de maior liberdade para as províncias, entre tantos outros argumentos que foram mobilizados na tentativa de tornar o conceito de república liberal o vencedor da disputa pelo poder político do Brasil. Assim, o *Manifesto* pode ser interpretado como um texto político curto, justamente porque buscava intervir de maneira rápida na cena política do país conseguindo o maior número de adeptos. Para isso, foram mobilizados argumentos que, devidamente conectados uns aos outros, permitiram a criação de duas imagens contrárias: uma da monarquia decadente, corrupta e opressora *versus* a de república da igualdade, do autogoverno e da liberdade. Imagens que passaram a compor o imaginário da época. Assim, a rápida visualização do que era apresentado de forma clara e objetiva, a capacidade de esconder os artifícios utilizados na construção do texto e a mobilização dos lugares-comuns, bem como a utilização de exemplos políticos, fez com que o *Manifesto* se tornasse capaz de persuadir e, com isso, conseguir adesões à causa republicana liberal.

De fato, o modelo de república liberal vencera a disputa, pois entre as estratégias utilizadas pelos grupos contestadores, a dos liberais republicanos merece destaque, sobretudo, porque fora, dentre todas as propostas de república para o Brasil, aquela que se manteve mais coesa, apesar das discordâncias típicas do campo político.

Devido à estratégia de manutenção de um discurso republicano-liberal unificador, adotada pelos principais representantes dessa corrente, é que se escolheu analisar algumas das obras de maior visibilidade de Alberto Sales, representante em São Paulo, Quintino Bocaiúva, na Corte e Assis Brasil, no Rio Grande do Sul.

Algumas das principais obras do período de autoria dos três propagandistas supracitados confirmam a preocupação na manutenção de um único e mesmo discurso em prol da república liberal. Estratégia essa que contribuiu significativamente para a construção de uma linguagem política forte e eficaz na deslegitimação do *status quo* imperial, pois a partir de um vocabulário comum, os republicanos liberais construíram discursos, pautados nos mesmos argumentos, capazes não apenas de deslegitimar a monarquia, mas também de fazer sentido no real. A *performance* dos republicanos liberais, construída durante o embate discursivo surgido com a contestação da Monarquia, garantiu aos mesmos a inserção no campo político como nova elite, pois seus esforços ao usar, transformar e adaptar vocabulários e teorias existentes foram eficazes para justificar as novas práticas, valores e instituições que defendiam.

Desse modo, compartilharam as mesmas leituras e com argumentos e justificativas semelhantes defenderam os mesmos pontos como: o federalismo, a democracia, a república liberal, o evolucionismo, como forma de transição pacífica à instalação do novo regime, além de manterem um diálogo muito próximo, colaborando nos mesmos jornais, participando dos *Meetings* e Clubes Republicanos e integrando o mesmo Partido. Isto é, mobilizaram as convenções linguísticas com maestria e assim geraram novas *performances* para o debate político da época.

A preocupação de manter um discurso coeso em defesa da república, pautado em uma propaganda de autoexclusão dos domínios políticos (mas que na verdade era retórica de grupo na busca por um maior protagonismo), fez surgir, dentre as várias propostas republicanas, o discurso político dos liberais que, assim como as demais correntes, procuravam novas ideias para intervir politicamente contra a Monarquia e se instalar no poder. Contudo, fora a observação da sociedade e, com isso, a adequação à proposta política de uma república liberal, que garantiu sua vitória, visto que em uma sociedade na qual inexistia a nação, em que o interesse privado se colocava acima do coletivo, é que a escolha pelo modelo de liberalismo americano, juntamente com a adoção do oportunismo político, apresentado através do vocabulário da política científica, fez com que, dentre as propostas possíveis de república, a liberal se mostrasse mais adequada às circunstâncias do país.

Não por acaso, tiveram sua vitória confirmada com a ocupação dos principais cargos políticos após 1889 e com a Constituição liberal de 1891. Todavia, isso só fora possível porque, dentre todos os grupos que disputaram o poder político, os republicanos liberais, além de observarem a sociedade e escolherem o momento oportuno à ação, construíram um discurso coeso para ir de encontro ao Império. O contexto linguístico criado entre a Corte, São

Paulo e Rio Grande do Sul, respectivamente representados, por Quintino Bocaiúva, Alberto Sales e Assis Brasil é confirmado a partir dos mesmos pontos trabalhados em suas obras. Não houve disputas internas capazes de ramificar, ou sequer, enfraquecer sua ação conjunta para deslegitimar a Monarquia. De fato, a república não se deu pela via revolucionária popular, mas, sim, pelas articulações entre militares e republicanos. Entretanto, vale ressaltar que logo instaurada a nova forma de governo, Quintino Bocaiúva quis que se fizesse uma “Junta Revolucionária”, na qual todos participariam das decisões do Governo Provisório. Contudo, a ideia não fora aceita e o Governo Provisório, ao perder seu caráter de Junta, logo se transformaria em governo de Deodoro, pois este seria o “único responsável pelas deliberações”, justamente devido ao enfraquecimento dos ministros.

Assim, começavam as crises que fizeram com que Quintino Bocaiúva percebesse que a república implantada se distanciava cada vez mais da república idealizada por ele. Aos poucos sua atuação política foi diminuindo, pois afirmou que a república que sonhara estava no passado, não no presente. Mesmo assim, ressaltou que: “felizmente, se há um consolo, é este de que a República aí está – encaminhada agora para os ideais inatingidos por que nos batemos. Quando menos, isto já é uma esperança”.²⁷⁴ Mas, frustração e crítica não o afastaram por completo da cena política, como pode ser visto na imagem abaixo:

Figura 12 – O prefeito da cidade do Rio de Janeiro, Bento Ribeiro, posa para foto oficial ao lado do senador Quintino Bocaiúva (o segundo, da esquerda para a direita, na primeira fila) e intendentes municipais, na escadaria do Conselho Municipal, em 1911.



Fonte: Coleção Augusto Malta – acervo Museu da Imagem e do Som (RJ).

²⁷⁴ Ver SILVA, Eduardo (Org.). *Op. Cit.*, p. 93.

Quintino Bocaiúva mesmo fazendo críticas ao recente regime que ajudou a proclamar e diminuindo sua atuação, quando comparada aos dois anos de propaganda, permaneceu atrelado ao círculo de poder político, como é possível observar em imagem oficial de 1911. Desilusão e crítica ao sistema republicano não o impediram de estar na cena política, mesmo que sua atividade não fosse de igual intensidade da época de oposição e combate ao regime imperial foi ainda ministro, por vezes senador e presidente do Estado do Rio de Janeiro.

4 DA CONSTRUÇÃO DISCURSIVA À VITÓRIA: A CONTRIBUIÇÃO DOS ESCRITOS POLÍTICOS DE ASSIS BRASIL À QUEDA DA MONARQUIA

4.1 A construção discursiva republicano-liberal de Assis Brasil

Era a partir das adaptações feitas das convenções linguísticas à época que tanto Alberto Sales, quanto Quintino Bocaiúva, tentavam mobilizar, via intensa propaganda republicana, o maior número possível de adeptos à causa. Assim também procedeu Assis Brasil. Contudo, neste momento, faz-se necessário dar ênfase aos anos de sua formação, para melhor compreensão do início de construção de suas ideias políticas.

Joaquim Francisco de Assis Brasil, nascido a 29 de julho de 1857, em São Gabriel, município rio-grandense foi um dos quatorze filhos de Francisco de Assis Brasil e Joaquina Teodoro Bemsalinas. Perdera o pai no ano de 1872 e fez os primeiros estudos nas instituições do Rio Grande do Sul. Assim como Alberto Sales e Quintino Bocaiúva, foi para São Paulo, em 1878, para dar continuidade aos estudos. Posteriormente, ingressou na Faculdade de Direito, tendo saído bacharel em 1882. É importante destacar a formação estudantil comum no ambiente de São Paulo de Alberto Sales, Quintino Bocaiúva e Assis Brasil. Fato que deu início à formação compartilhada, em grande medida, por uma mesma visão de mundo, através do contato com ideias, autores e obras de cunho filosófico-político em voga no Oitocentos, já que “a vida acadêmica proporcionou, por assim dizer, um espaço social institucionalizado, porém aberto, de participação e de lutas políticas, as quais se expressaram no teatro, na literatura e, sobretudo, no jornalismo”.²⁷⁵

Essa formação comum em São Paulo também contribuiu para que, *a posteriori*, a propaganda política que proferissem tivesse características semelhantes. Exemplo disso foi a própria construção da campanha republicana, tanto através de seus escritos políticos, quanto de seus discursos, com argumentos, jogos de palavras e estratégias linguísticas comuns. Desse modo, o curso anexo à Faculdade de Direito e a própria instituição de ensino superior em si constituem fator fundamental à formação das ideias políticas compartilhadas, na segunda metade do século XIX, haja vista que tanto Alberto Sales, quanto Quintino Bocaiúva e Assis Brasil tiveram passagens importantes no mesmo meio estudantil paulista e, como bem destacou Sérgio Adorno, a instituição de ensino possuía como característica formar “aprendizes do poder” e não apenas bacharéis em Direito.

²⁷⁵ Ver ADORNO, Sérgio. *Op. Cit.*, p.158.

Assim, uma vez formado bacharel em São Paulo, Assis Brasil retorna ao Rio Grande do Sul para dar continuidade às atividades políticas ligadas à causa republicana-liberal, iniciadas ainda nos tempos de estudante. É importante destacar que uma de suas principais obras teóricas pela defesa e implantação da república foi escrita quando ainda estudava na província paulista: *A República Federal*, que tem sua primeira edição em 1881. Também é dos tempos de estudante o texto sobre a “gloriosa” Revolução Farroupilha (1835-1845) e a “atmosfera moral” dos fatos políticos que desembocaram na sublevação farrapa. Construção discursiva que faz uso do importante exemplo histórico de implantação de uma república em tempos de Monarquia. Episódio nacional utilizado e interpretado por Assis Brasil para compor sua argumentação de combate ao Império. Como se evidencia, por exemplo, na seguinte passagem: “ainda mesmo depois que o império das circunstâncias obrigou os rio-grandenses a proclamarem-se independentes, em todos os atos oficiais do efêmero governo em que havia referência à separação da província, aparecia mais ou menos explícita a mesma idéia da federação”.²⁷⁶ O tom crítico imposto na narrativa permite, a partir de um exemplo histórico, propagar em seu presente a possibilidade de implantação de uma república federal para o Brasil.²⁷⁷ Vale lembrar que Alberto Sales também dedica uma de suas obras, *A Pátria Paulista*, para tratar da província de São Paulo e da necessidade de separação para, posteriormente, encontrar-se em uma república federal, justificando o princípio federativo através da lógica positivista de movimento do “homogêneo para o heterogêneo”, mais um exemplo de empréstimo feito do vocabulário científico adotado pela tríade republicana.

Tanto o escrito político rio-grandense, quanto o paulistano utilizavam o passado para uma nova construção de personagens, episódios e tradições que pudessem gerar um paralelo com o presente, e assim, viabilizarem outra história possível, em alternativa da oficial criada pela monarquia à nação. Elaborava-se uma narrativa republicana própria que ao ganhar vulto gerava uma linguagem de grupo que buscava legitimar-se através de uma “nova tradição republicana”, versão paralela e combativa à “antiga tradição imperial”. Novas interpretações e versões que promovessem o quanto antes a mudança de regime.

Desse modo, ainda estudante de Direito em São Paulo, escrevia textos emblemáticos à causa republicana. Também chegou a dirigir com Pereira da Costa e Júlio de Castilhos o

²⁷⁶ Ver BRASIL, Joaquim Francisco Assis. *História da República Rio-Grandense*. Porto Alegre: ERUS, 1981, p. 74.

²⁷⁷ A referida obra foi uma encomenda feita a Assis Brasil pelos colegas republicanos da Faculdade de Direito que também pertenciam ao “Club Vinte de Setembro”, associação republicana que queria realizar uma comemoração ao 47º aniversário da Revolução Farroupilha. O texto de Assis Brasil foi publicado em 1882, tratava-se de uma edição “incompleta”, tendo sido esperada uma versão definitiva e mais completa que não fora feita.

jornal acadêmico, de curta tiragem (de abril a setembro de 1879), chamado *A Evolução (SP)*, colaborando em verso e prova, como pode ser lido abaixo em “O pezadello”, a 30 de junho de 1879:

É bello ser assim: temido e soberano;
 Não encontrar jamais um só poder no mundo;
 Que me quebre a vontade ao grande sceptro ufano!

A quem no alto está que importa que no fundo
 Arrastam-se os reptis? Que importa que, rugindo,
 Ergam-se os vagalhões no pelago iracundo?

Babel não tocará jamais o céu infindo.
 O suberbo leão, feroz, grave e possante,
 Da matilha sorri, que perto vem latindo.

Assim pensava o rei, na alcova deslumbrante.
 E um sorriso feliz nos labios lhe brincava...
 Mas, de repente ergueu-se... e, longe, mui distante

Sentiu que algum rumor profundo se agitava.
 Crispou-se-lhe o cabelo, ergueu ambas as mãos...
 E do fundo da historia ouviu que se arrojava

Aquelle grito extranho: - A'S ARMAS, CIDADÃOS!
 Assis Brasil.²⁷⁸

Nos versos supracitados, percebe-se o desmoronamento da imagem monárquica em prol da contestação feita pelos cidadãos, numa referência ao acontecimento singular da Revolução Francesa. O ideário das Luzes, os episódios históricos e os pensadores franceses sempre forneceram rico arsenal simbólico aos republicanos na guerra das palavras. No caso específico dos republicanos liberais, possuíam como modelo ideal a república estadunidense, mas isso não os impedia de redigir textos inflamados de ataque ao inimigo comum, a monarquia brasileira, com base também nas referências de pensadores e episódios históricos da França.

O ideário francês era muito mais farto para utilização como arsenal simbólico no confronto discursivo, por isso seu uso também compunha imagens à ação política republicana-liberal. Como pode ser atestado, em outra publicação de Assis Brasil, também no referido jornal acadêmico, em 15 de agosto de 1879, cujo título é “A uma igreja edificada em 1789”:

Na estúpida mudez do horror que não se move,
 - Rasgado escuro e fundo acima dos portaes -
 Ostenta burilado um negro 89,
 - A data em que nasceste, ó ninho de chacaes.

Contraste singular que o espirito commove!

²⁷⁸ Ver *A Evolução (SP)*, 1879.

Emquanto lá na França, aos hymnos triumphaes,
 Rola a onda de luz que os obices remove,
 -Aqui se-borra o céu de torres funeraes.

Ó monstro, enquanto lá, por entre as sombras densas,
 A Idéa, a Liberdade iam subindo immensas,
 Derramando no espaço, um turbilhão de sóes,

-Aqui montavas tu a forja onde fundias
 A barra a cujo peso horrífico fazias
 O cerebro a espirrar do craneo dos Héroes.
 Assis Brasil.²⁷⁹

Mais uma referência direta ao episódio singular da Revolução Francesa (1789) e a fase de obscurantismo, identificado por Assis Brasil, pelo qual o país atravessava, haja vista que a educação republicana ainda não tinha sido capaz de trazer as luzes à nação. Vale ressaltar que enquanto na França acontecia a Revolução Francesa, em 1789, no Brasil se tinha a Inconfidência Mineira. Posteriormente, a figura emblemática de Tiradentes despontou como herói aos republicanos que o retomaram como um dos mitos nacionais construído e apresentado em seus escritos políticos para ir de encontro ao Império, lido como: tirânico, violento e opressor. A construção e retomada de heróis da nação era usada no convencimento à causa republicana como mais um elemento discursivo importante retirado da História e propagado à Nação.

Segundo o pensador, a população brasileira deveria instruir-se não apenas formalmente, mas também através de uma educação pautada nos valores da república. Por isso, Assis Brasil é mais um defensor da propaganda republicana de caráter pedagógico para os cidadãos. Pautada no vocabulário da política científica, cuja crença no progresso, a marcha da Humanidade e a superação do estado metafísico, no qual se experimentava a tirania, o atraso e a corrupção, deveriam ser superados pela adoção às ideias republicanas, que anunciavam o novo regime a ser instaurado, inaugurando assim a fase positiva nacional. Não por acaso, o jornal acadêmico se chamava *A Evolução*.²⁸⁰ Aliás, os nomes das obras produzidas por Assis Brasil já anunciavam de imediato o posicionamento político e apontavam, em poucas palavras, o tipo de república que defendia.

Temos também como exemplo *O Oportunismo e a Revolução* (1880), título dado ao discurso proferido na conferência de abertura do *Club Republicano Acadêmico*, fundado por ele mesmo junto aos colegas de faculdade em São Paulo,²⁸¹ dentre os quais se destaca o positivista Júlio Castilhos. O referido discurso dá o tom exaltado de crítica à monarquia do

²⁷⁹ *Idem.*

²⁸⁰ A folha *A Evolução* era um jornal acadêmico de propaganda republicana, que circulou na cidade de São Paulo, entre os meses de abril e setembro de 1879, possuía publicação quinzenal e em sua redação atuavam Assis Brasil, Pereira da Costa e Júlio Castilhos (fundador).

então jovem conferencista estudantil Assis Brasil e permite a constatação de sua habilidade retórica. Os argumentos contidos no discurso permanecem posteriormente e perpassam obras importantes do pensador, como em *A República Federal* (1881), e também apontam a possibilidade de identificação de escolha de uma elaboração narrativa feita a partir da combinação de argumentos antitéticos para afirmar como deve ser a política (tendo como exemplo a futura república), *versus*, do que não deve ser a política (tendo como exemplo a monarquia vigente). Assim, “passa a refutar, uma a uma, o que identifica serem as alegações monarquistas correntes, detratoras da República”.²⁸²

A estratégia combativa adotada na narrativa era desdizer os argumentos de sustentação monárquicos, pois ao deslegitimar seus alicerces, criar-se-ia o espaço necessário para a fundamentação de outros pilares: os da república liberal que propagava. A lógica de opostos construída, juntamente com a ideia adotada e compartilhada com outros propagandistas de “oportunismo político”,²⁸³ permitia a elaboração de um discurso, em linhas gerais, muito próximos entre os propagandistas da república liberal. O novo sistema político deveria ser implantado o quanto antes fosse possível às circunstâncias nacionais, a ideia de evolução era adotada, contudo se fosse muito tardia à mudança de regime político, a ideia de revolução era considerada, ambas, evolução e/ou revolução²⁸⁴ eram aceitas. Contudo, a revolução era entendida como último recurso, sempre agindo em um momento oportuno, pois em “um

²⁸¹ Vale sublinhar mais uma vez a importância da Faculdade de Direito de São Paulo como um espaço de constituição do pensamento e, conseqüentemente, de uma mesma visão de mundo. Essa rede de estudantes formados a partir de um espaço de compartilhamento e debate de ideias fez com que muito do que viria a ser o discurso republicano-liberal fosse de lá constituído e disseminado. O lugar de fala de Assis Brasil, ao proferir seu discurso *O Oportunismo e a revolução* (1880), era o *Club Republicano Acadêmico*, em São Paulo, mas ao graduar-se retorna à província do Rio Grande do Sul e continua por lá a disseminar seus ideais republicanos. O porvir do contexto linguístico, identificado entre São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, vem muito também dos anos de formação dos principais teóricos e propagandistas da república de viés liberal em São Paulo.

²⁸² Ver HOLLANDA, Cristina Buarque de (Org.). *Joaquim Francisco de Assis Brasil: uma antologia política*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2011. p. 33.

²⁸³ A estratégia do “oportunismo político” não era exclusiva de Quintino Bocaiúva, como visto anteriormente, Assis Brasil também escolhe pra si a postura de implantar a república no Brasil tão logo as condições fossem favoráveis a sua proclamação.

²⁸⁴ “Tentamos por todos os meios pacíficos, pelo preço dos maiores sacrifícios, pela mais tenaz abnegação, enxotar do nosso seio a fera que nos degrada. A república é legítima, a república é oportuna: procuremos firmá-la, quebrando a vontade dos déspotas pela mais digna de todas as revoluções, pela revolução que não derrama sangue e não faz cadáveres. Mas se, entretanto, o poder resistir – se a tirania levantar em torno de si, contra a vontade nacional, uma floresta de baionetas –, devem, porventura, recuar atemorizados e vencidos os soldados da liberdade? Não! Se a luta for imprescindível, se imprudentemente a ela nos provocarem, aceitemo-la, lutemos pela justiça, pelo direito, pela liberdade – embora seja necessário derramar um mar de sangue! Contando que do, seio agitado desse mar sombrio, se levante esplêndida e serena, lavada de todas as nódoas, limpa de todas as máculas, a veneranda imagem da pátria!”. Esse trecho do discurso inflamado de Assis Brasil, *O Oportunismo e a revolução* (1880), demonstra que, embora a postura de evolução ficasse à frente da ideia de revolução, esta última não era descartada, mas, sim, entendida como recurso final à derrubada do império e instalação da república liberal. Ver HOLLANDA, Cristina Buarque de (Org.). *Op. Cit.*, p. 55.

ambiente político alheio e mesmo hostil ao princípio da soberania popular, a revolução seria um movimento legítimo de reação contra a ‘usurpação da liberdade’, o verdadeiro oportunismo, portanto”.²⁸⁵ Não por acaso, o título de seu discurso seria *O oportunismo e a revolução*, nesta obra de propaganda o então estudante Assis Brasil faz uso de recursos retóricos, a partir do vocabulário da política científica, para deslegitimar a monarquia ao mesmo tempo que legitima a ideia republicana. Os episódios históricos tão logo são apresentados, Tiradentes, por exemplo, é retomado como herói republicano, morto pela tirânica e opressora Coroa, que se dizia ser representante de Deus, divina, mas que não obedece, por isso mesmo, a soberania da razão, a soberania nacional, a soberania popular, que ela própria não reconhece e respeita. Porque se assim reconhecesse não existiriam tantos sofismas e argumentos para sua manutenção no poder de forma perpétua. Porque, segundo Assis Brasil, se as gerações não são perpétuas ela, a monarquia, também não há de ser. Posteriormente, explicita o que entende sobre o “oportunismo político” e a sua relação com a implantação da república no país:

não passemos adiante, entretanto, sem notar que esta doutrina do oportunismo é nova no Brasil: veio-nos de uma imitação francesa. Vede, cidadãos, a coerência dos nossos adversários: acusam-nos de imitadores inconscientes dos Estados Unidos, da própria França; mas não sabem olhar para si, não sabem ver que são eles os verdadeiros imitadores, que este último obstáculo que levantam à liberdade da pátria é uma baixa, uma servil imitação.²⁸⁶

Ainda destaca que tudo está sob a marcha progressiva da humanidade, através das leis rigorosas advindas da ciência, pois

é claro que cada coisa, cada instituição política ou social tem, para concretizar-se, seu período próprio, sua época exata. Fazer cada coisa ao seu tempo, acompanhar cientificamente este desdobramento progressivo, nada fazer de encontro as suas imperiosas exigências – eis no que consiste o legítimo oportunismo.²⁸⁷

Dito isso, o oportunismo consistia em identificar estruturas anacrônicas que perduraram e então, a partir disso, reconhecer o momento e maneira adequada à ação, para acompanhar a marcha da humanidade de acordo com os novos tempos. Desse modo, de acordo com a doutrina do oportunismo político adotada, a república deveria ser implementada tão logo fosse apropriado e possível, para assim estar sob a marcha da história em conformidade com as fases da humanidade, desfazendo-se do atraso monárquico que perdurou como regime político por um equívoco que deveria ser o quanto antes superado.

²⁸⁵ *Ibidem*, p. 34.

²⁸⁶ *Ibidem*, p. 39.

²⁸⁷ *Idem*.

A partir de então, Assis Brasil trava um longo diálogo com os argumentos advindos de seus opositores monárquicos para justificar que o que é inoportuno ao Brasil é a manutenção do império no país. Pela lógica dos contrários, subverte as alegações de permanência da monarquia em prol do estabelecimento da república. Desse modo faz uso dos mesmos recursos e argumentos utilizados pelo grupo republicano que é partícipe, inicia com a crítica a centralização monárquica, a crítica aos privilégios e corrupção identificados como provenientes das famílias de nobres, ressalta o caráter opressor e tirânico da Coroa, sublinha a necessidade de instrução²⁸⁸ da população para formar e informar os cidadãos contra a monarquia e, a partir disso, propiciar o surgimento de uma opinião pública no país, também destaca a necessidade de reformas político-sociais advindas dos autores modernos, chegando a citar o pensador francês Augusto Comte e o escritor, diplomata e político chileno José Victorino Lastarria, faz uso de momentos históricos nacionais e internacionais como, por exemplo, a Revolução Francesa ou ainda da constituição das repúblicas vizinhas hispano-americanas. Características discursivas essas comuns entre os escritos do trio republicano, muitas delas, inclusive, provenientes do ambiente estudantil paulista.

A construção narrativa sob a ótica da política científica, com pares de opostos, com a recuperação dos heróis e momentos nacionais que remetessem às experiências republicanas, bem como os episódios históricos mundiais e menção aos pensadores ilustres das reformas na Modernidade são alguns dos importantes recursos retóricos e argumentativos utilizados por Assis Brasil, ainda em tempos de faculdade, e que permanecem em grande parte em uma das suas obras de maior contribuição de cunho teórico-político, publicada no ano seguinte ao discurso *O oportunismo e a Revolução*, de 1880.

A obra de fôlego, feita também ainda quando da graduação em Direito é um bom exemplo – *A República Federal*, de 1881, embora seja um de seus primeiros escritos, teve papel fundamental na propaganda partidária. Assis Brasil pode ser considerado um dos principais teóricos da corrente republicana de viés liberal, pois, em sua referida obra,²⁸⁹ o

²⁸⁸ Em relação à educação no império, Assis Brasil faz duras críticas ao que seria, a seu entender, uma “sangria monetária” de gastos feita pela monarquia com seus privilégios dinásticos, pois “as famílias de vadios” gastam o dinheiro que deveria ser usado também para prover a instrução à população que em matéria de educação era muito atrasada, sobretudo pela falta de investimentos e gastos excessivos com a própria Corte. Nesse mesmo momento, há no discurso *O Oportunismo e a revolução*, proferido pelo gaúcho, em São Paulo, a menção ao importante órgão oficial republicano na Corte – *A República* (RJ), o que demonstra o diálogo próximo e constante entre as regiões e os propagandistas que propiciaram a construção de um contexto linguístico republicano-liberal, como pode ser lido no seguinte trecho: “A todo momento se estão fechando escolas: mas ninguém sonha em restringir as despesas supérfluas, as despesas de luxo, que faz principalmente certa família vadia, indispensável na monarquia. Tenho aqui, a este respeito, uns apontamentos interessantes, extraídos de um *inventário da monarquia* publicado pelo excelente órgão republicano, *A República*, que aparecia na corte”. Ver *Ibidem*, p. 42.

²⁸⁹ Ver BRASIL, Joaquim Francisco Assis. *A República Federal*. Rio de Janeiro: Leuzinger, 1881.

autor demonstrou uma vasta argumentação sobre a necessidade de implantação da república para o desenvolvimento do país.

Inicia sua análise a partir das várias formas de governo possíveis e conclui que, dentre todas, a democracia, a partir do sistema representativo, seria a mais plena, visto que

Na democracia todos os poderes publicos são delegações do povo, que, para tal fim, elege funcionarios por tempo determinado, podendo, conforme o systema usado, cassar-lhes ou não o mandato, antes da conclusão d'esse prazo. O caracter essencial da república é a ausencia absoluta de privilegios de toda e qualquer especie; por isso, só ha democracia, na republica; por isso deixo ja de considerar a distincção, admitida por alguns, entre republica *democratica e aristocratica*. Toda republica é democratica, isto é, é o govêrno de todos por todos, sem distincção de classes, de fortunas ou de qualquer outro genero.²⁹⁰

Como pode ser observado na passagem acima, os conceitos de república, entendido como forma de governo que tem por compromisso a boa gestão da coisa pública, e o de democracia, governo de todos por todos pautado na igualdade, são indissociáveis. Segundo o autor, se “toda república é democrática”, então, república e democracia eram uma e mesma coisa: um país que se autogoverna através do exercício da soberania popular.

A forma de governo republicana seria então pautada na soberania popular com a escolha pelo povo de seus representantes, bem como a possibilidade de cassá-los, caso não correspondessem às expectativas. A escolha popular dos representantes, a temporalidade instituída para cada mandato, a possibilidade de cassação, o fim dos privilégios de dinastia, eram algumas das qualidades que faziam da república, a melhor forma de governo dentre todas as possíveis. Assim, defende o autor que a escolha da forma de governo de um país demonstra em que estágio ele se encontra na “marcha do progresso”, pois “num dado paiz, a adoção d'êsta ou d'aquela fórma de govêrno tem tanta importância quanta é a influência exercida pelo govêrno, nesse paiz, sobre a marcha do progresso”.²⁹¹

A “marcha do progresso” poderia ser dividida da seguinte forma: o primeiro estágio seria a da “anarchia completa”; que, posteriormente, evoluiria para a organização em famílias compostas por seus chefes; que, por sua vez, desencadearia no estágio das “monarquias absolutas”, estas após estacionados por muito tempo na mesma fase, sofreriam um desequilíbrio entre o “systema politico adoptado incompativel com o systema social, espontaneamente formado 'no seu seio”, o que desencadearia no surgimento das primeiras ideias de liberdade que dariam origem a “monarchia constitucional”, esta seria identificada

²⁹⁰ *Ibidem*, p. 3.

²⁹¹ *Ibidem*, p. 5.

pelo autor como o “meio do caminho”, “o nível intermediário”, entre a luta do povo pela liberdade contra a monarquia e seus privilégios.²⁹² Desse modo, afirma Assis Brasil que

A monarchia constitucional é, como se ve, um degrau intermediario, porém degrau artificial, anormal, entre dois regimens naturaes – o absolutismo e a republica. É um estado provisorio, é um palliativo, não é uma solução. Resultado de accôrdo feito entre superior e inferior, ella estabelece, como todos os contractos deseguaes, a preponderancia d'aquelle sôbre este, do forte sôbre o fraco. O forte é o govêrno, personificado 'no rei ou imperador, que era a origem do mal, e que, entretanto, não podia ser eliminado 'no contracto. Não é necessario accrescentar que o fraco é sempre o povo. Ésta fraqueza do povo é, porém, so apparente.²⁹³

A “fraqueza aparente”, à qual o autor se referiu era, sobretudo, devido à transição do nível intermediário, identificado na monarquia constitucional, para a última fase evolutiva da sociedade, que era a república. A implantação da última forma de governo alcançada com a marcha do progresso se daria a partir da disseminação das ideias de liberdade, vindas do povo que, cada vez mais, lutaria por uma forma de governo na qual poderia estar à frente, decidindo sobre o futuro da nação a partir do autogoverno, via sistema representativo.

Assim, afirmava Assis Brasil que a luta pela liberdade se intensificava principalmente porque, com a conscientização do povo via intensa propaganda republicana, o império era entendido como sendo o sistema político dos privilégios, da corrupção, da impunidade, da hereditariedade, dos sofismas, da violência, da opinião pública atrofiada pela opressão e tirania, do desequilíbrio entre o político e as novas aspirações sociais, entre outros argumentos de ataque à Coroa. Pautado pela lógica argumentativa dos pares de opostos, a república então simbolizava justamente o seu contrário, ou seja, um sistema político racional, cujo povo era quem delegava e retirava os poderes de seus representantes eleitos, com o cumprimento da lei, da vontade nacional, pois com o respeito a soberania popular a paz e o progresso estavam resguardados.

Desse modo, Assis Brasil identificava na república as soluções contra a estagnação política advinda de uma monarquia sem cabimento de ser, afirmava ainda que o momento já era mais do que oportuno para que a república fosse, finalmente, instalada. Pondo um fim ao quadro de “política atrofiante” no qual, segundo o autor, o país estava imerso. Era também através da proclamação do novo regime que se afastava a possibilidade de uma revolução, caso a situação nacional se agravasse mais e acarretasse com que o povo partisse para implantação da república pela via revolucionária, pois somente a imediata proclamação da

²⁹² Sobre a “evolução social”, segundo Assis Brasil, ver *Ibidem*, p. 16-21.

²⁹³ *Ibidem*, p. 21-22.

república poderia “prevenir éstas duas grandes desgraças, que apertam o paiz ‘no círculo de aço d’um dilemma terrível: - atrophia, ou a revolução”.²⁹⁴

Ir de encontro à atrofia e à implantação da república via revolução, eram preocupações que se alinhavam à identificação do momento oportuno para a instalação do regime republicano, por isso a necessidade de conscientização de todos de que a igualdade e o bem comum deveriam superar os interesses pessoais e a corrupção associadas à monarquia constitucional. Idealizava-se um discurso republicano que fosse “a expressão da soberania popular” que, pelo direito ao sufrágio universal exercido pelo povo, conseguisse instaurar o ideal de autogoverno. Contudo, é importante ressaltar que, embora o direito do voto fosse universal, seu exercício não o era. Assis Brasil aborda a forma pela qual se daria o sistema representativo, mas é em uma de suas obras posteriores que analisa de forma mais densa o tema. Em 1895, publica a obra *Democracia Representativa: do voto e do modo de votar*.²⁹⁵ O autor trata, entre outras questões, da diferença entre o direito de sufrágio universal e quem teria o seu pleno exercício, pois “a universalidade é do direito, não de seu exercício”.²⁹⁶ Assim, não tinham o exercício do voto, por exemplo, loucos, menores, mulheres, analfabetos, entre outros. Argumentava o autor que era uma questão de “capacidade” que poderia ser revertida, como, por exemplo, em relação aos menores que logo atingiriam a idade apropriada para o exercício do voto, ou então, no caso das mulheres, estas não se encontravam capacitadas para o voto, mas afirmava que logo estariam aptas, pois com a “educação em vigor” se permitiria a atuação das mesmas no exercício da política, ou ainda em relação aos analfabetos que “não ha remédio, portanto, senão colher a todos os analphabetos na regra geral de que são incapazes de escolher conscientemente bons representantes. E, se algum houver que se sinta prejudicado com a exclusão, o remédio é conhecido: aprenda a ler e a escrever”.²⁹⁷

Desse modo, Assis Brasil ressalta que

Todos os homens, todos os cidadãos são eguaes, todos se interessam igualmente pela sorte da patria, e, quando mesmo indivíduos isolados façam excepção à regra, esses indivíduos podem pertencer tanto a ésta como áquella classe, e uma classe qualquer nunca, 'na sua maioria, deixa de interessar-se pelo bem público. Nenhuma classe, pois, póde racionalmente ser excluída do suffragio, e, portanto, este direito deve ser garantido a todos os cidadãos, uma vez satisfeitas as condições do seu exercicio, sem distincções falsas e sem falsos privilegios.²⁹⁸

²⁹⁴ *Ibidem*, p. 186.

²⁹⁵ Ver BRASIL, Joaquim Francisco Assis. *Democracia Representativa. Do voto e do modo de votar*. Rio de Janeiro: Leuzinger, 1931. (1ª edição 1893)

²⁹⁶ *Ibidem*, p. 39.

²⁹⁷ *Ibidem*, p. 47.

²⁹⁸ Ver BRASIL, Joaquim Francisco Assis. *A República Federal*. Rio de Janeiro: Leuzinger, 1881, p. 258-259.

Mostrava-se assim contrário ao voto censitário, justamente por acreditar que a condição econômica não poderia ser facilmente revertida o que impedia o “pleno exercício do sufrágio universal”, logo não podendo servir como critério. Por isso, o voto deveria ser amplo, direto, na mesma proporção, não obrigatório e recatado para evitar fraudes, assim o eleitor “só não pódê exhibir ou ostentar por modo algum o sufrágio durante a operação de votar”.²⁹⁹

A atenção dada ao tema do voto e modo de votar em sua obra demonstra a importância facultada ao sufrágio universal na república propagada por Assis Brasil. A postura de defesa do exercício do voto oculta o uso de mecanismos excludentes da maior parcela da população, visto que a sociedade apresentada pelo autor era aquela em que o grupo republicano liberal substituiria a monarquia, mas continuaria a criar empecilhos ao pleno exercício de cidadania. Estratégia que asseguraria aos mesmos o domínio político, pois seriam a nova elite a ocupar os postos de comando do país.

A república era então apresentada da seguinte forma:

é o govêrno do povo pelo povo; o único meio legítimo e possível de manifestar-se a vontade do povo é o suffragio universal; por conseguinte, nunca a republica será legitimamente exercida, si não admitir como base da sua existencia o suffragio universal. É tão inseparavel a ligação existente entre éstas duas instituições que alguns escriptores chegam mesmo a estabelecer que – republica e suffragio universal são uma e a mesma cousa. Uma não pódê existir legítima e realmente sem a outra, tal é o profundo sentido d'este conceito. Tractando eu, pois, do estabelecimento da republica 'no nosso paiz, não me era licito olvidar ésta condição primeira e essencial da sua existencia, comquanto, já por esse mesmo factó de ser condição inseparavel, a racionalidade do suffragio universal estivesse implicitamente demonstrada.³⁰⁰

O regime republicano era mostrado como a última forma de governo na marcha do progresso, forma feita pela soberania popular, tendo no voto o meio pelo qual se podia constituí-la. Por isso, durante todo seu texto, Assis Brasil afirma que “é preciso acabarmos com o estúpido preconceito de que o povo não deve ser político. A' politica estão confinados os mais vites interesses de todos; é preciso que todos a comprehendam e tomem parte 'nella’”.³⁰¹

Outra questão importante tratada por Assis Brasil que merece ser mencionada foi a posição que o Brasil monárquico ocupava frente à América republicana. Segundo o pensador, o país não poderia ser isolado dos demais países da América que, embora ainda passassem por perturbações e conflitos provenientes das características que lhes eram peculiares, já tinham aderido à república, o Brasil, por sua vez, não poderia ficar atrás de seus vizinhos americanos

²⁹⁹ *Ibidem*, p. 82.

³⁰⁰ *Ibidem*, p. 245-246.

³⁰¹ *Ibidem*, p. 300.

na marcha do progresso, era necessário, o quanto antes, pertencer a América e ser, de fato, americano. O que configura um argumento retórico importante no convencimento, já que faz uso de um relevante exemplo político do período: a situação do Brasil comparada às repúblicas vizinhas.

O exemplo político de fragmentação dessas mesmas repúblicas vizinhas do Brasil era utilizado pelos opositores da república liberal de forma contundente, pois afirmavam poder acontecer aqui o mesmo que com as outras repúblicas da América, caso o país adotasse a nova forma de governo, andaria a passos largos para a desintegração territorial. Assis Brasil questionava o argumento e justificava que cada povo possuía características próprias de “costumes, tradições, índoles” que não permitiam a comparação com o Brasil. Aquilo que realmente ameaçava a manutenção territorial era o unitarismo monárquico que forçosamente agregava sob um centro opressor toda variedade contida nas regiões brasileiras. A falta de autonomia sufocava as regiões que cada vez mais se sentiam desejosas de maior liberdade e autonomia, não por acaso episódios de viés separatistas aconteceram na história do Brasil (mais uma vez o recurso à história é utilizado pelo autor). A solução só seria possível através da autonomia dada às várias regiões para resolverem seus próprios negócios, permanecendo unidas para o trato de questões que fossem referentes aos interesses comuns.

O federalismo era essencial para que a harmonia fosse mantida e as rivalidades entre regiões fossem solucionadas. Por isso, defende Assis Brasil que

Pelo caminho da centralização unitaria, nós vamos caminhando a grandes passos para o desmembramento. Toda a nossa história está cheia de exemplos dos esforços das provincias para a separação. Esses ensaios mallogrados irão novamente surgindo, à medida que se for desacreditando o perturbador systema actual. A separação é sempre proveniente das mal entendidas unidades forçadas; ella ha de vir necessariamente, si não for prevenida pela federação. No manifesto republicano de 3 de dezembro, ao qual já me tenho referido, dizem-se éstas palavras d'uma synthese eloquente: “Si carecessemos d'uma fórmula para assignalar perante a consciência nacional os effeitos d'um e d'outro regimen, nós a resumiríamos assim: *Centralisação – Desmembramento. Descentralisação – Unidade.*”

O Brasil é um dos maiores paizes do mundo. Si mesmo 'nos paizes pequenos a autonomia é de incalculaveis resultados, 'nos grandes, então. Torna-se indispensavel à vida, ao passo que a centralisação unitaria torna-se synonymo de atrophia, quando não é uma perigosa mina, debaixo da integridade nacional. Si quisermos conservar o Brasil com o esplendor das grandes nações e com a solida firmeza e agilidade das pequenas, demos-lhe a fórmula federal, isto é, a unidade sem prejuizo da variedade, o accordo sem prejuizo da autonomia.³⁰²

Esses foram os pontos centrais defendidos nos principais escritos políticos de Alberto Sales, Quintino Bocaiúva e Assis Brasil, representantes da corrente republicana liberal que com seus discursos estabeleceram uma unidade capaz de atacar de forma eficaz o regime

³⁰² *Ibidem*, p. 226-227.

monárquico. Afinal, os três pregadores da república liberal, cada um representando uma região do país, compartilhavam as mesmas leituras, bem como o modo de interpretá-las, defendendo de forma semelhante os interesses de grupo para alcançarem o mesmo objetivo: dar fim à experiência monárquica e, assim, se tornarem a nova elite política do país, quando instaurada a república. De fato conseguiram, pois saíram vitoriosos em 1889.

Assim, Assis Brasil, tornou-se advogado, estancieiro, propagandista republicano ativo, deputado provincial, com participação na elaboração de projeto de lei que tratava do processo eleitoral na nova forma de governo e ministro do estado republicano.

4.2 O espaço por excelência do debate de ideias: a propaganda e atuação de Assis Brasil na imprensa

Até o momento de atingir um maior protagonismo político, quando da ocupação dos principais cargos no recente regime, a tríade republicana-liberal atuou ativamente na constituição do discurso deslegitimador da monarquia, por meio da propagação de uma nova possibilidade de futuro político apresentada ao país. Foram inúmeras participações em conferências públicas, em *meetings*, bem como no esforço de unificar, o mais possível, o Partido Republicano, além também de colaborarem e dirigirem importantes jornais à época, utilizando-se conscientemente do espaço da imprensa como campo de batalha contra o império. Escreveram ainda obras que criavam imagens diametralmente opostas entre monarquia e república.

Obviamente, a propaganda republicana foi uma das melhores armas. As palavras se tornaram munição contra o império e instrumento pedagógico na disputa pela organização político-social do Brasil. A guerra das palavras instaurada e aprofundada pela propaganda republicana intensificou a disputa no campo dos discursos políticos e foi capaz de criar uma nova linguagem frente à tradição, que compartilhada entre regiões importantes do país, deslegitimou o *status quo* imperial e justificou a implantação e manutenção de uma nova realidade à política brasileira.

Participante ativo desse cenário de disputa política, o gaúcho Assis Brasil escreveu seus textos também com intuito de servirem como instrumento da propaganda republicana-liberal. A sua argumentação adensava a constituição de uma nova linguagem, pois seguia a mesma lógica narrativa baseada na oposição entre os pares conceituais de monarquia e república, apresentada aos leitores pela chave da evolução social. Assim, afirmava estar o país em um “nível intermediário”, com uma monarquia constitucional “violenta e corrupta”, que

deveria ser superado pela “república federal” - título, inclusive, recorrente em algumas das principais obras produzidas na fase do republicanismo dos anos de 1880, como fora destacado, dentre as quais a do próprio Assis Brasil.

Contudo, finda sua estada na academia de Direito de São Paulo, período de produção da obra supracitada, retorna à província gaúcha como bacharel e inicia importante propaganda partidária sulista, tanto através de suas obras de cunho mais teórico-político, como também através das falas proferidas, quando deputado na Assembleia Provincial, durante os períodos que esteve como representante republicano (1885 a 1888). Muitos desses discursos proferidos por Assis Brasil foram publicados nos jornais ligados ao Partido Republicano. Destaca-se, por exemplo, o jornal rio-grandense, *A Federação*, órgão oficial do Partido Republicano na província e que registrava os embates ocorridos na Assembleia Provincial à época, como pode ser lido no trecho a seguir, publicado em 08 de dezembro de 1885, entre o então deputado provincial republicano Assis Brasil e o representante do liberalismo monárquico Silveira Martins:

Entraram em nobre lucta dois elementos que vem travando acirrado combate desde o fundo da história: a verdade que se encaminha á preponderancia e a argucia que tenta envolvel-a no véo da obscuridade.

De um lado erguia-se o destemido paladino do liberalismo monarchico a fazer um supremo appello a todo o seu engenho e a todos os seus recursos tribunicios para tentar vencer pela argucia a verdade, que por outro modo não póde ser obscurecida.

É mister reconhecer que as duas causas não podiam ser melhor defendidas.

Si a palavra do tribuno republicano lampejou luzente e certa, defendendo a necessidade da Republica no Brazil, em nome da sciencia, em nome da logica politica, em nome do conjuncto solidario da complexa situação nacional, não é menos certo que, si a causa do monarchismo decadente e desorientado póde ter uma defesa habil e aparentemente valiosa, essa defesa foi hoje produzida pelo sr. Silvério Martins, que como dissemos, socorreu-se de todos os estratagemas ao seu alcance.

Do que dizemos já póde o leitor concluir que o discurso do sr. Assis Brasil teve por objecto a demonstração cabal e irrefragavel da opportunidade e da necessidade de federação republicana, como a condição suprema da unidade nacional e de garantir na nossa patria a verdadeira *ordem* sem a perturbação das funções do nosso *progresso*; assim como o do chefe liberal consistiu em sustentar a these contrária, apresentando a monarchia como perfeitamente compativel com a felicidade d’este paiz americano.

Por vezes o orador republicano golpeou fundo o edificio metaphysico.³⁰³

Os debates sobre as demandas e necessidades eram constantes na Assembleia Provincial, controle de gastos, função policial, alternativas para implantar melhorias à realidade local, entre outros temas próprios das crônicas da assembleia, permitiam que se partisse para a argumentação de cunho nacional, como pode ser observado na passagem supracitada. Os elementos característicos do que viria a ser a linguagem republicana, vencedora em 1889, já estavam em uso. Os jogos de palavras, os pares de contrários, a

³⁰³ Ver *A Federação (RS)*, 1885.

atribuição de novos sentidos aos conceitos manipulados pelos republicanos, a construção narrativa baseada na lógica da “sciencia política” de marcha da humanidade a caminho da fase positiva, com a necessidade de superação da fase metafísica, na qual a monarquia constitucional permanecia estagnada, entre outros elementos próprios do período ficam evidentes nos discursos inflamados dos políticos, muitos deles publicados no órgão oficial ligado ao Partido Republicano gaúcho, a folha *A Federação*.

O tema da federação era tão importante que estava presente não apenas no título da referida folha oficial republicana, mas também aparecia nas principais obras e nos discursos e anúncios dos jornais da época. Como já mencionado anteriormente, em relação aos outros propagandistas de seu grupo, a república era entendida também por Assis Brasil como indissociável do conceito de democracia e de federalismo. Desse modo, ainda no mesmo jornal, pode-se sublinhar vários momentos em que a temática federalista ganha destaque, como, por exemplo, no trecho publicado a 20 de novembro de 1885, na coluna da “Chronica da Assembléa”:

Tomou, então, a palavra o sr. Assis Brasil, que, de conformidade com os estylos que permitem a livre explanação de assumptos políticos em dedates d’essa ordem, serviu-se do ensejo para fazer a affirmação vigorosa, incisiva, viril e sincera dos principios cardeas da grande politica de que é digno representante na assembléa. N’esse empenho, devemos dizel-o o sem parcialidade e sem espirito de partidarismo, o deputado republicano conduziu-se com uma galhardia e brilhantismo inexciveis.³⁰⁴

Da introdução elogiosa para o discurso de Assis Brasil, o texto prossegue com destaque para o trecho da fala do deputado selecionado abaixo:

N’essa situação anomala foi o orador buscar mais uma justificação do libello republicano contra o império, que tem um systema que não é systema, porque é o arbitrio, a tyrannia e a violência em acção, privando as provinciais da sua liberdade e da sua autonomia, coarctando a iniciativa da assembléa provincial, que póde se tornar de facto uma excrescencia ao talante dos delegados do centro e do poder imperial omnimodo e sem restrições. Por isso mesmo, disse o orador, é que o partido republicano, só conhece um systema legitimo, racional e fecundo: é a federação. Considerando a idéa federal, que foi, por assim dizer, a espinha dorsal do seu discurso, o deputado republicano fez sobre o systema federativo uma exposição succinta, mas nitida, precisa e exacta, para concluir que só a Republica se póde adaptar á federação e que a monarchia federativa é um systema irrealizavel, porque é um absurdo científico.³⁰⁵

O deputado provincial demonstrava a incompatibilidade de concessão de autonomia às províncias, porque, de acordo com a política científica que utilizada como teoria explicativa,

³⁰⁴ *Idem.*

³⁰⁵ *Idem.*

o regime monárquico não poderia guardar em si margem para a aplicação do federalismo, que só seria plenamente experimentado quando da instauração da república.

Não por acaso, no livro *A República Federal*, Assis Brasil abre os debates com o capítulo destinado às formas de governo, para assim estabelecer a incompatibilidade da monarquia, mesmo a constitucional, permitir o princípio federalista, tão buscado pelos grupos insatisfeitos que representavam as localidades que compunham o Império.

É no mesmo ano do discurso supracitado, proferido por Assis Brasil na Assembleia Provincial, que a folha oficial gaúcha publica a notícia sobre a segunda reedição da obra de 1881 do autor, divulgação que vem acompanhada de texto elogioso ao expoente republicano, destaca o pensamento da política científica, faz uso do vocabulário pautado em sua lógica e ainda agradece a província de São Paulo por custear essa nova impressão de texto considerado fundamental à causa:

Chega-nos adora de S. Paulo, em segunda edição de dez mil exemplares, mandada imprimir pelos republicanos paulistas, a *Republica Federal* de Assis Brasil. O livro, escripto em 1880, quando o seu auctor ainda cursava a Faculdade de Direito de S. Paulo, é por tal fórma substancioso, eloquente e logico, que d'elle se póde dizer que, pelo seu merecimento intrinseco e pela amplitude dos moldes em que foi vasado, é a melhor obra de propaganda republicana escripta no nosso paiz. A nossa causa carecia de que fosse condensada em um livro toda a argumentação invulneravel com que os republicanos combatemos o imperio, baseada nos motivos racionaes e abstractos, bem como nas razões de ordem historica e nas multiplas circumstancias em que no tempo presente se encontra a nossa Patria. Era mister invocar as conclusões racionaes e scientificas perante os que oretendem se apoiar nos dados da sociologia para condemnar a Republica e sustentar a monarchia. Era preciso acompanhar na historia a evolução caprichosa e esteril do inintelligente e retrógrado regimen monarchico e, por uma crítica aprofundada e vigorosa do passado, mostrar a sua radical incompatibilidade com este paiz americano, em face dos monarchistas que julgam se fazer fortes nas razões e nos antecedentes historicos. Era necessario, por um exame synthetico, mais integral, da situação presente do Brazil, rebater, uma por uma, as objeções de carater empirico que muitos invocam contra a oportunidade republicana, fundados nos successos contemporaneos. Foi esse trabalho complexo e difficilimo que Assis Brasil emprehendeu e realisou na *República Federal*, sob a sua exclusiva responsabilidade, com incalculável proveito para a propaganda e applausos unanimes dos seus companheiros politicos. Na *Republica Federal*, ao lado da crítica imparcial, valorosa e triumphante do conjuncto das instituições monarchicas e da nossa situação social e politica nos seus vários aspectos, ao lado d'essa crítica cujas inspirações foram hauridas em fonte scientifica, o auctor enunciou, explanou e desenvolveu com amplitude e logica potente as verdades fundamentaes em que assenta solidamente a nossa vasta politica reconstructora, da qual é expressão substancial a grande fórmula empregada pelo immortal philosofo que estabeleceu as bases da sociologia – *Ordem e progresso*.³⁰⁶

Para além da construção textual baseada nos argumentos retóricos de convencimento à causa republicana, própria do grupo político-partidário estudado, há um dado importante, já sinalizado anteriormente, e agora explicitado no trecho selecionado: o estreito diálogo entre

³⁰⁶ *Idem*.

os republicanos de diferentes províncias, que não só mantinham um debate constante, através da participação e colaboração nos mais variados periódicos, mas também em *meetings*, encontros nos clubes do Partido, mas, sobretudo, através do auxílio mútuo, inclusive com recursos financeiros. A tiragem de dez mil exemplares da segunda edição da obra de 1881 do gaúcho Assis Brasil, custeada pelos republicanos paulistas, atesta a parceria na luta contra o império.

A manutenção desse elo ideológico proporcionou a criação e disseminação de um ideário comum eficaz ao criar um contexto linguístico singular para o período, surgido entre a Corte, São Paulo e Rio Grande do Sul, que resultou em uma experiência política nova, a proclamação do regime republicano. Por isso,

a reimpressão de dez mil exemplares que recentemente saiu do prélo, custeada pelos republicanos paulistas, não significa somente um valioso serviço consagrado á propagação da idéa.

A sua iniciativa é também um eloquente atestado de generoso espirito de co-religionarismo d'esses infatigaveis luctadores e da bellissima solidariedade que reciprocamente nos vincula, - republicanos paulistas e rio-grandenses.³⁰⁷

A consciência da necessidade de união para fazer frente ao império e derrubá-lo é que propiciou o surgimento de uma mesma estratégia de construção discursiva. A criação de um discurso oposto ao oficial fornecia uma visão de mundo paralela e uma possibilidade de instaurar um novo real, no qual os postos de comando seriam mais acessíveis. A ideia de estar “à margem no império” era muito mais uma construção para alimentar as críticas e gerar a sensação de “crise” do que, de fato, era experimentada, haja vista que a tríade republicana escolhida para o presente estudo possuía recursos e lugares de fala importantes à época, tanto o foi que as manobras utilizadas pelos expoentes do grupo foram eficazes e contundentes. Isso não seria possível se não possuíssem lugar de destaque social, qual seja, à frente de importantes periódicos, pois eram jornalistas, escritores, políticos, também donos de terra, que fizeram uso de suas posições para reverberarem uma nova proposta de realidade política ao país.

Assis Brasil é um dos exemplos de estratégia política para maior atuação e poder dentro da nova elite que queria instaurar e ser partícipe como protagonista. Por isso, “fez intensa propaganda, pela pena e pela palavra. Viajou muito. Foi o único deputado republicano desde 1835 a ingressar na Assembléia Provincial. Eleito em 1885 e 1887, exerceu o mandato até o fim de 1888”.³⁰⁸ As intensas atividades do propagandista desempenhadas para

³⁰⁷ *Idem.*

³⁰⁸ Ver PINTO, Paulo Brossard de Sousa (Org.). *Idéias políticas de Assis Brasil*. Brasília: Senado Federal; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1989, p. 26.

disseminar o ideal de república foram registradas nos vários periódicos, desde os anos de 1870 e 1880,³⁰⁹ visto ser comum a divulgação de sua participação nos Clubes Republicanos pelo país, de sua candidatura, reimpressão de livros, viagens, discursos proferidos na assembleia provincial e demais atuações.

O conjunto de escritos políticos ligados ao republicanismo dos anos de 1880 foi caracterizado como o mais intenso e combativo, na virada de 1889-1890, ainda meses antes da proclamação, escreveu Assis Brasil um manifesto ao eleitorado do 3º distrito eleitoral, em agosto de 1889, publicado na folha *A Federação (RS)*:

Desgraçado o brasileiro que, entre a defeza de uma nobre causa, qual a da verdadeira independencia da sua Patria, e a defeza dos interesses de uma família, que já tanto nos tem sugado, optar por esta!

Não compareço ás urnas só para vencer, bem que não descreia da victoria. Votando no candidato republicano, demonstrando a força da opinião que não subscreve a baixeza do 3º reinado, vós contribuireis para encaminhar para a solução pacifica, que todos desejamos, a grande questão politica, que já hoje é impossível retirar do terreno da lucta e que ha de ser decidida por bem ou por mal.

Não é a phantasia de um homem que o diz: é a alma da Patria que revoltada o reclama.

Cruz alta, 6 de agosto de 1889.

J. F. de Assis Brasil³¹⁰

A veemência e o caráter combativo adotado, tanto de Assis Brasil, quanto dos dois outros companheiros de propaganda política trabalhados nos capítulos anteriores confirmam a criação de uma mesma linguagem republicana, experiência compartilhada de forma mais intensa no contexto histórico do republicanismo dos anos 80. A eficiência em usar, adaptar e criar novos significados atrelados aos conceitos de república, federalismo e democracia fez surgir um singular debate que culminou na queda do império, pois

enfim, a decomposição, a ruina minava a nacionalidade brasileira.

As liberdades publicas estavam substituidas pela licença de mãos dadas ao despotismo real.

Nestas condições tornava-se cada vez mais inevitável a subita erupção da lava republicana.

Os animos estavam preparados: a semente, lançada á terra, fructificara. A propaganda fazia-se desassombradamente. Lopes Trovão, Silva Jardim, **Quintino Bocayuva**, Magalhães Castro, **Alberto Salles**, **Assis Brasil**, Americo Braziliense, Benjamin Constant, Saldanha Marinho, Sylvio Romero, Rangel Pestana, Campos Salles, Aristides Lobo, e tantos outros, tinham disposto o espirito publico para a Republica. (grifos meus).³¹¹

³⁰⁹ Apenas para citar alguns periódicos: *A República (RJ) e (SP)*, *O Cruzeiro (RJ)*, *Diário de Notícias (RJ)*, *A Federação (RS)*, *Anuario da Provincia do Rio Grande do Sul*, entre outros.

³¹⁰ Ver *A Federação (RS)*, 1889.

³¹¹ Ver *Diário de Notícias (RJ)*, 1890.

Ainda no mesmo escrito, a 09 de dezembro de 1890, publicado no *Diário de Notícias (RJ)*, o texto destaca os acontecimentos do 15 de novembro e interpreta o episódio da Proclamação: “a propaganda de acção republicana continuava ininterruptamente nos corpos do exercito e na marinha. Innumeros eram já os officiaes iniciados no movimento. A imprensa auxiliava calorosamente a propaganda”.³¹² A propaganda era nesse momento para legitimar o novo regime, sobretudo nos grupos que ajudaram a instituir a nova realidade política do país. A recente república permitiu que muitos de seus propagandistas assumissem os almejados postos de comando no novo regime. A tríade republicana não ficou de fora, pelo contrário, após a proclamação “conta que estão nomeados: o dr. Alberto Salles ministro plenipotenciario em Washington e presidente da embaixada especial; o dr. Assis Brasil ministro plenipotenciario na Republica Argentina”,³¹³ como registrou a folha *A Federação (RS)*, na coluna destinada ao “serviço telegraphico”. Era assim que

proclamada a república nas circunstâncias conhecidas, o governo do Rio Grande foi confiado ao Marechal Câmara, herói do Paraguai e Senador do Império pelo Partido Liberal. Secretário do governo Júlio Castilhos. Assis Brasil se encontrava na estância quando se deu o fato. Quatro meses depois, porém, em 25 de março de 1890, por decreto de Deodoro, subscrito por Quintino Bocaiuva foi nomeado Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciario do mesmo ano, participou ativamente dos trabalhos parlamentares.³¹⁴

Seguiu na vida política, como diplomata e propagador das ideias republicanas. Abaixo, por exemplo, está uma imagem de Assis Brasil, em 1906, já nos anos iniciais da República, quando fora o ministro brasileiro em Buenos Aires e secretário-geral da Terceira Conferência Pan-Americana, realizado no Rio de Janeiro. A foto é por ocasião de um almoço oferecido ao político rio-grandense, o que demonstra sua permanência ativa na vida pública do novo regime, bem como seu prestígio e reconhecimento dentre homens de letras e políticos no Rio de Janeiro e no país.

³¹² *Idem.*

³¹³ Ver *A Federação (RS)*, 1889.

³¹⁴ Ver PINTO, Paulo Brossard de Sousa (Org.). *Op. Cit.*, p. 35.

Figura 13 – Almoço oferecido a Assis Brasil (o quarto membro sentado da esquerda à direita), em 3 de outubro de 1906.



Fonte: Coleção Augusto Malta – acervo Museu da Imagem e do Som (RJ) - Há descrição colada logo abaixo da imagem, na página do álbum de fotografias ao qual a referida foto pertence. O álbum fotográfico foi produzido pelo próprio Augusto Malta, à época de sua atividade como fotógrafo oficial da cidade do Rio de Janeiro. Segue a descrição:

REMINISCENCIAS - O nome do dr. Assis Brasil, cuja evidencia, mais do que nunca, se faz sentir neste expressivo momento da vida republicana, ha vinte annos já se destacava, aureolado por um halo de prestigio individual. Secretario geral da Terceira Conferencia Internacional Americana, em 1906, o illustre brasileiro era homenageado, pelos seus collegas da delegação brasileira á mesma Conferencia, com um almoço, no Leme. Nesse agape, realizado a 3 de outubro daquelle anno, tomaram parte figuras que depois tiveram um notavel relevo em todos os ramos da vida activa do paiz, e algumas das quaes já fallecidas. Os que apparecem no grupo são os seguintes: srs. Assis Brasil, Rodrigo Octavio, Olavo Bilaca, Lafayette Rodrigues Pereira Filho, J. L. Starr Hunt, José Américo dos Santos, José Rodrigues Alves, Edmundo de Oliveira, José Boiteux, Eugênio Mergulhão, Douglas Watson, Mario Sampaio Ferraz, Jacintho de Barros, Oscar Lopes, Herbert Moses, Alípio Teixeira de Souza, Henrique Romangera e Octavio Vinelli.³¹⁵

Articulador e hábil propagandista soube contribuir na construção de um ideário republicano pela palavra que incessantemente disseminada e alinhada aos outros republicanos forneceram uma nova possibilidade de experiência política para o país. O contexto linguístico instituído permitiu que do discurso dos republicanos liberais se fincasse uma linguagem republicana que eficazmente subverteu a ordem monárquica vigente e abriu caminho à vivência de uma nova experiência no Brasil, mesmo que muitos de seus propagandistas se

³¹⁵ Ver álbum 19, coleção Augusto Malta, acervo iconográfico, MIS-RJ.

sentissem frustrados *a posteriori* da Proclamação, com o hiato imposto entre o ideal e o real do recente regime. De todo modo, uma vez proclamada a república brasileira, o trabalho de permanente legitimação em detrimento da memória imperial continuou. Se antes o progresso, a razão, as luzes, a ciência eram certezas apresentadas na guerra das palavras contra o império, no momento seguinte da proclamação deviam sair do discurso e serem experimentadas no recente contexto histórico. Nesse momento, o discurso deveria fazer-se na realidade, na experiência da *res publica*. O desafio estava posto.

5 DO REPUBLICANISMO À REPÚBLICA NO BRASIL: O DISCURSO POLÍTICO VENCEDOR E A BUSCA PELA MANUTENÇÃO DE UM REAL POSSÍVEL

5.1 Republicanismo

O homem, entendido como ser social, possui o sentimento de partilhar a experiência de vida com outros, essa então seria a essência de sua própria constituição enquanto ser no mundo. A História lida como a escrita da aventura humana ao longo do tempo na Terra, permite-nos a percepção que os homens, enquanto sujeitos da ação, atravessaram diversas formas de lidar com o outro no eterno suceder do tempo-espaço. O que é próprio de sua historicidade.³¹⁶

Contudo, se é comum da natureza humana o convívio, isso não traz consigo a ideia de sociedade harmônica. Pelo contrário, seu oposto é a marca histórica do desvelar humano no planeta. Várias foram as estruturas, os mecanismos, os códigos instituídos nas sociedades complexas para tentar transformar a experiência partilhada em algo possível. Houve sempre períodos históricos de descompasso, muitas vezes bárbaros e indescritíveis, lembrando-nos o quão difícil é instituir e permanecer com um “equilíbrio do possível”. Após as ondas de terror experimentadas pela Humanidade, períodos de apaziguamento preparavam o ambiente para novos abalos. De todo modo, a constatação da dificuldade de estabelecimento dos elos sociais, tão frágeis e necessários, da identificação do “outro” como igual, do fim das diferenças, preconceitos e fragmentações diversas, o presente capítulo não vem reforçar o niilismo da existência vazia frente aos desafios. Mas, indo na contramão da desesperança, propor a tomada de consciência da dificuldade para impulsionar a reflexão da necessidade de aplicação dos valores voltados ao bem comum e da manutenção do exercício de convívio social harmônico.

Assim sendo, ao lançarmos um olhar sobre os vestígios deixados pelo homem no tempo, percebemos de um lado os registros da tentativa incessante da busca de realização das pulsões individuais e do outro o freio social. Extrapolando a fronteira da História, que possui o comprometimento com “verdades” construídas no ato da narrativa, a Literatura, que tem uma possibilidade maior de manobra, por ser uma escrita de outra ordem e códigos, também apresenta o foco muitas das vezes nas dificuldades das relações humanas. William

³¹⁶ Sobre a historicidade e seus regimes, ver HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

Shakespeare, por exemplo, deixou uma obra monumental e atemporal sobre os desejos humanos e as várias formas de lidar com os sentimentos na sociedade inglesa dos séculos XVI e XVII. Cobiça, raiva, ódio, rancor, tristeza, amor, paixão, ganância tudo posto para identificação de sua plateia. A recepção de sua obra ultrapassa a barreira do tempo-espaço e, por isso mesmo, até hoje seus textos são cheios de sentido, haja vista as incessantes releituras, estudos e adaptações atuais. Da mesma forma, Machado de Assis, no Brasil do Oitocentos, trouxe à consciência que, quando se trata de sentimentos, não há demarcação histórica, isso tudo porque é próprio do homem sentir e desejar, seja no Renascimento inglês, ou no Brasil oitocentista, ou na contemporaneidade.

O equilíbrio entre os pares de opostos “pulsões individuais *versus* coletividade” foi sempre a grande questão humana, seja na esfera particular do *self*, seja no público, enquanto agente do bem comum. Assim sendo, para ir de encontro ao estabelecimento de uma catástrofe social, há a necessidade de manutenção e criação de espaços partilhados, de valores comuns que estabeleçam elos sociais, indo na contramão da atomização e do individualismo extremo, tão marcantes nos tempos atuais, cuja perversa lógica de mercado institucionaliza um arcabouço ideológico baseado no caráter egóico do ser.

A tarefa é complexa e está sempre inacabada em um eterno fazer-se social. Tornar o mundo possível ao outro é permitir o mesmo para si, olhar para o outro e se ver na imagem é excluir preconceitos, é estar aberto. Obviamente, esse exercício de predisposição social depende da constituição de valores comuns, de uma identidade baseada na ideia de coletivo, de espaços partilhados para a experiência de um sistema pautado no entendimento de bem comum.

Entendendo a república e seus valores como tradição, ou seja, como sistema que permaneceu no ideário brasileiro em diferentes contextos da vida nacional, será travada, a partir desse momento, uma discussão com alguns dos principais pensadores que se dedicaram ao tema do republicanismo. A tradição republicana foi lida de forma híbrida na Modernidade, por isso travar um diálogo com suas diferentes possibilidades ajuda na compreensão de seus valores e, sobretudo, de sua pluralidade, pois os vários significados a ela atribuídos ao longo da História atestam a república enquanto conceito que agrega em si experiências e expectativas, ontem e hoje. Por isso, pensar a república brasileira foi um exercício realizado de forma extensa, tamanha a relevância e a atualidade da questão. Vários foram aqueles que contribuíram com interpretações sobre o sistema republicano e suas implicações. Dentre eles, podemos destacar, por exemplo, Renato Janine Ribeiro que, ao definir a república, atribuiu dois sentidos ao conceito, pois observou que *res publica* poderia ser entendida tanto como

conjunto de valores originários da virtude romana que prezassem pela ética na esfera política, como também um regime político que teria o dever de promover a coisa pública.

O desafio posto está em como promover o bem comum em um mundo cuja principal característica é a preponderância do interesse particular frente ao que é público. Desafio que sem ser refletido e enfrentado gerará cada vez mais corrupção. A relação entre república e corrupção na Modernidade é bastante significativa. Diferentemente das repúblicas antigas, que eram “obcecada[s] por excluí-la: um intenso e incessante trabalho pedagógico buscava esconjurá-la. Modelos se apresentavam aos cidadãos, para educá-los na primazia da coisa pública sobre o desejo ou interesse pessoal”.³¹⁷ A república romana é, por excelência, o exemplo de trabalho pedagógico na instrução das futuras gerações ao caminho da *virtú*. Os exemplos passados eram narrados por Salústio, em *A conjuração de Catilina*,³¹⁸ para guiar as ações no caminho da abnegação, o que garantia o bom funcionamento da *res publica*.

Contudo, modernamente a dificuldade se impõe no desafio de conseguir canalizar o interesse individual, existente em um mundo cada vez mais egoísta e atomizado, na promoção e manutenção da coisa pública. É justamente nessa interrogação de como canalizar o interesse particular em algo capaz de promover o bem comum que se coloca uma das principais questões da Modernidade, já que não há como exigir a abnegação em busca da virtude romana, pois com o advento do capitalismo e o valor dado à satisfação pessoal, “a capacidade de fazer o bem comum passar à frente dos interesses privados”,³¹⁹ torna-se anacrônica. Afinal, modificam-se os valores republicanos pautados na virtude, bem como a participação política, visto que agora não há mais espaço para atuação do cidadão em praça pública. O que existe é a representação através de eleições.

Se foi o capitalismo, com sua lógica de mercado, o sistema capaz de promover a mudança de valores, impossibilitando o pleno exercício da virtude romana, fez-se necessário, a partir de então, pensar uma república que, embora ainda conservando o lugar da ética na política e do comprometimento com a coisa pública, consiga realizar seus fins através de outros caminhos. Alguns desses caminhos são apontados por Renato Janine Ribeiro, como, por exemplo, a construção de valores via educação, a criação de instituições que canalizem o interesse bem compreendido em direções positivas, a realização da observação atenta das modificações sociais, para assim construir novos meios de promover a sociabilidade e, com

³¹⁷ Ver RIBEIRO, Renato Janine. *A sociedade contra o social: o alto custo da vida pública no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 174.

³¹⁸ Ver SALÚSTIO. *A conjuração de Catilina*. Petrópolis: Vozes, 1990.

³¹⁹ Ver RIBEIRO, Renato Janine. *Op. Cit.*, p. 168.

isso, permitir o estabelecimento de elos capazes de criar espaços comuns, tornando possível a república.³²⁰

A preocupação em converter as pulsões individuais em espaços públicos capazes de assegurarem o bem comum explica o porquê do retorno de se pensar a política e, sobretudo, a temática da *res publica* na contemporaneidade.

Ao revisitar os textos clássicos, Sérgio Cardoso também faz um exercício de reflexão da república na Modernidade, no intuito de pensar a volta do republicanismo. Sérgio Cardoso ao estabelecer um diálogo com os textos da Antiguidade Clássica observa que embora existissem diferenças entre as concepções de república defendidas por Aristóteles e Platão, ambos buscavam um “governo misto” que fosse harmônico, capaz de gerar um equilíbrio entre os diferentes componentes da comunidade. Essa busca pela justa medida, pelo equilíbrio das partes dentro do todo, fez com que se fundasse a tradição do pensamento republicano que, em um mundo regido pelas leis de mercado, tenta encontrar saídas possíveis para que das pulsões individuais se crie espaços públicos harmônicos.

No entanto, a necessidade de criar espaços públicos se torna cada vez mais complexa na Modernidade, visto a dificuldade em transformar as pulsões individuais em interesses partilhados capazes de criar elos sociais e, conseqüentemente, espaços comuns. Afinal, o mundo capitalista é constituído de ambições, com a “celebração da expansão do mercado e da esfera dos interesses privados, à retração do espaço público e das regulações políticas”.³²¹ Contudo, é importante lembrar que as pulsões individuais são reguladas e freadas nas repúblicas pela via constitucional, ou seja, o apego às leis e à sua constante adequação às circunstâncias históricas que demandam sua reapropriação e atualização às mudanças temporais garantem

o interesse coletivo na permanência da vida social, na própria existência da ordem política. O amor às leis e à constituição assinala, enfim, o desejo da cidade de conservar-se em seu ser ou, para usar um conceito caro à metafísica clássica, o “conatus” do corpo político. Não se trata, portanto, de buscar a conservação das próprias leis; trata-se de, por elas, buscar a conservação da vida política.³²²

Segundo Sérgio Cardoso, é de acordo com a fundação política da república e suas leis que se dá a disposição coletiva para a integração de interesses, já que as leis devem expressar

³²⁰ É importante ressaltar que o estudo feito por Renato Janine Ribeiro opta pela oposição entre república e democracia, pois este acredita que, para efeito de análise dos dois regimes, a separação contribui para o melhor entendimento sobre a política. Ver RIBEIRO, Renato Janine. “Democracia versus República. A questão do desejo nas lutas sociais”. In: BIGNOTTO, Newton (Org.). *Pensar a República*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002. p. 11-25.

³²¹ *Ibidem*, p. 28.

³²² Ver CARDOSO, Sérgio. “Por que República?”. In: CARDOSO, Sérgio (Org.). *Retorno ao republicanismo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004. p. 61-62.

a vontade de todos, assim é que se alcança a constituição do corpo político e a inserção dos indivíduos sob um conjunto de leis comuns que visam atendê-los como um todo.

De fato, a utilização do conjunto das leis pelos cidadãos permite a transformação dos diversos interesses em algo coletivo, bem como faz com que os indivíduos ajam de forma ativa dentro do sistema.³²³

É ao constatar a complexidade da manutenção de interesses compartilhados em um mundo que valoriza os desejos individuais que, assim como Renato Janine Ribeiro, Sérgio Cardoso observa a volta do republicanismo e a importância do tema para se pensar a contemporaneidade, pois o republicanismo, mesmo em um mundo atomizado, permite o estabelecimento de “um espaço comum equalizador, definido pela implicação de todos os cidadãos no sistema das decisões políticas”.³²⁴

A universalização dos direitos, a participação política, ou seja, a via republicana que promove os elos sociais em um mundo cada vez mais pulverizado, também foi a preocupação de Newton Bignotto ao pensar a república. No entanto, utiliza-se do humanismo cívico como uma chave de leitura possível para se pensar o cenário político atual. O humanismo cívico, segundo o autor, é um fenômeno que ocupa, ainda hoje, um lugar importante nas sociedades contemporâneas, visto que possibilita observar as tentativas de intervenção do homem no mundo. É pela chave interpretativa do humanismo cívico que o autor propõe a reflexão não apenas da política contemporânea, mas, sobretudo, do contexto brasileiro.

Contudo, antes de pensar sobre a política atual, ou seja, sobre as ações do homem no mundo, Newton Bignotto ressalta que, pelo menos, desde Santo Agostinho a contemplação

³²³ Em relação ao século XIX para o XX, Gladys Sabina Ribeiro, ao analisar os processos da Justiça Federal e do Supremo Tribunal Federal, bem como a participação política ativa dos cidadãos na busca por direitos na Primeira República, afirma ter ocorrido uma luta pela cidadania, já que existiam processos abertos pelos cidadãos na busca pelos direitos que lhes cabiam, sendo um espaço dentro do Estado para ter seus interesses atendidos, assim, segundo a autora, a “leitura dos processos aponta na direção contrária àquela da “estadania”, pois as pessoas usaram o Poder Judiciário desde o período imperial para alargarem direitos, e foram partícipes na configuração do Direito no Brasil”. Ver RIBEIRO, Gladys Sabina. “Cidadania e luta por direitos na Primeira República: analisando processos da Justiça Federal e do Supremo Tribunal Federal”. *Tempo*, v. 26, 2008. p. 109.

Penso que o espaço comum garantido pela Lei permite, sim, que os indivíduos participem de maneira ativa da política e, assim, criem uma disposição coletiva na busca pelos seus interesses. Contudo, discordo de Gladys S. Ribeiro em sua análise que abarca o período imperial brasileiro também como sendo um momento do país em que a luta dos cidadãos pelos seus direitos os transformava em plenos “cidadãos positivos”. Concordo com José Murilo de Carvalho quando faz uso dos conceitos de “estadania” e de “cidadão negativa”, pois o longo caminho da cidadania percorrido pelo Brasil-Império teve como ponto de partida a figura do Estado, ocorrendo de “cima para baixo”, diferenciando-se do que acontecera no Estado Alemão apenas no que tange a falta de apego às leis e à transgressão das mesmas no Brasil. Embora, alguns cidadãos tivessem recorrido ao Poder Judiciário para suas reivindicações serem atendidas, isso não faz com que a população oitocentista brasileira como um todo possa ser vista como constituída de indivíduos dotados de plena participação na vida do Estado.

³²⁴ Ver RIBEIRO, Renato Janine. “Democracia versus República. A questão do desejo nas lutas sociais”. In: BIGNOTTO, Newton (Org.). *Op. Cit.*, p. 29.

era a forma superior de ser no mundo. Estabelecia-se o paradigma cristão, marcado pela adoção de uma vida contemplativa capaz de refrear a possibilidade de maior intervenção no mundo.

Somente no Renascimento,³²⁵ com a tentativa de estabelecimento de uma vida ativa na cidade, o paradigma cristão fora questionado. Naquele momento, os humanistas estabeleceram um diálogo com o passado através do retorno aos textos da Antiguidade Clássica, permitindo o pensar sobre os meios de intervenção no mundo, sendo capazes de propor o retorno à vida ativa. Os humanistas reconheceram no espaço da vida pública a possibilidade de ação no mundo e adotaram para si valores como coragem, prudência, o exercício da liberdade, bem como recuperaram o valor dos discursos para a vida pública. Assim, a retórica³²⁶ ganhou importância no exercício da vida ativa, sendo mais um meio possível de dialogar e convencer à ação na cidade, pois

a recuperação da importância da retórica foi acompanhada pela preocupação com a eficácia pública dos discursos. Um bom exemplo disso é o papel político que teve no período a correspondência diplomática mantida em grande medida por humanistas. Escrever panfletos ou cartas era uma arma na luta por mais poder ou mesmo por mais território. É óbvio que não se trata de deixar de lado as condições objetivas que presidiam a luta tanto no interior de cidades como Florença quanto entre repúblicas e tiranias. O que é fundamental é o reconhecimento de que os discursos faziam parte da disputa, assim como as armas.³²⁷

Estabelecendo um paralelo, cuja temática é o entendimento do discurso político como arma de batalha na arena das ações, no Brasil, da virada do Império para a República, percebe-se a incessante utilização das palavras como arma política e a consciência por parte dos atores da eficácia de seus ganhos no cenário de disputas pelos postos de mando, a partir da vitória no enfrentamento verbal. Com isso, a retórica no republicanismo, torna-se elemento fundamental e constitutiva para a intervenção direta dos atores na vida pública, estando presente nos momentos de contestação, mudança e implantação do novo, como, por exemplo, no contexto brasileiro de criação da “crise do Império” à instauração da República, mas também no humanismo cívico do Renascimento.

Desse modo, Newton Bignotto oferece uma importante contribuição para o debate de se pensar a república no Brasil, visto que ressalta a importância de se estabelecer um diálogo com o passado a partir de questionamentos surgidos no presente, através do exemplo do humanismo cívico, que foi capaz de interagir com o pensamento republicano através de duas

³²⁵ Ver GARIN, Eugenio. “O Filósofo e o Mago”. In: *O Homem Renascentista*. São Paulo: Perspectiva, 1991, p. 122-44.

³²⁶ Ver CARVALHO, José Murilo de. “História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura”. *Topoi*, n°1. Rio de Janeiro, setembro de 2000, p. 123-152.

³²⁷ Ver BIGNOTTO, Newton (Org.). *Op. Cit.*, p. 52-53.

vias: a do republicanismo anglo-saxão, através dos federalistas americanos, e a da via francesa que nos liga à tradição jacobina e à positivista do século XIX. Essas tradições serviram como modelos de república às correntes que disputaram a organização política e social brasileira.

Sendo assim, temos também a proposta de Newton Bignotto³²⁸ de pensar o republicanismo a partir do diálogo com o passado. A tentativa de instaurar uma reflexão mais precisa das questões existentes em nossa contemporaneidade, tendo para isso o auxílio da tradição proveniente do humanismo cívico, é a sugestão do pensador que propõe a adoção de postura semelhante a dos humanistas em relação aos textos da Antiguidade Clássica. O autor acredita que as novas formas de intervenção no mundo possam surgir a partir do diálogo com aquilo que já existiu, ou seja, ser através do estabelecimento de um debate com a tradição que se torne possível obter maneiras de ação mais eficazes no tempo presente.

Dessa forma, a utilização por Newton Bignotto dos teóricos do humanismo cívico contribui para pensar as possibilidades da república, sobretudo, em sociedades industriais periféricas, como, por exemplo, a brasileira. É a partir do diálogo com os humanistas italianos do século XIV que o autor defende a constituição de uma república pautada no exercício de intervenção política dos cidadãos na cena pública. Segundo Newton Bignotto, não só é possível, como desejável, que se constitua a república a partir da ação dos cidadãos em seu exercício de liberdade positiva.

O conceito de liberdade na república é de fundamental importância para o seu pleno funcionamento. Contudo, essa liberdade deve ser interpretada como possibilidade de participação política na esfera pública e não como muitos autores liberais a entendem: liberdade negativa, ou seja, como indivíduos dotados de direitos e sem necessidade de intervenção no espaço público. Esse tipo de concepção atrelada ao conceito de liberdade construído por muitos autores liberais que escolhem ver no mundo atual essa única possibilidade é criticada por Newton Bignotto, pois

o retorno ao humanismo cívico nos ajuda a recolocar o problema da liberdade, enquanto capacidade e possibilidade de se agir na cidade, num contexto em que a concepção liberal da liberdade negativa pretende ter triunfado pelos méritos que lhe foram conferidos pelo desenvolvimento histórico do capitalismo. Não acreditamos que os humanistas possam nos oferecer uma análise satisfatória do problema da ação na cena pública, mas eles podem nos ajudar a colocar a questão de um ponto de vista mais fértil do que aquele sugerido por inúmeros epígonos do liberalismo, que vêem em suas teses uma espécie de confirmação de um dado natural.³²⁹

³²⁸ *Ibidem*, p. 49-69.

³²⁹ Ver BIGNOTTO, Newton. "Problemas atuais da teoria republicana". In: CARDOSO, Sérgio (Org.). *Retorno ao republicanismo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004. p. 22.

De acordo com o autor brasileiro, é impossível pensar em não-dominação numa sociedade tão desigual quanto a nossa, afinal “o ponto de partida para a efetivação da igualdade política é uma profunda desigualdade social e econômica”.³³⁰ Além disso, como destacou José Murilo de Carvalho, não há como se resolver a crise política apenas dotando os indivíduos de mecanismos de participação sem que os mesmos saibam como usá-los.

Desse modo,

se olharmos para o Brasil de hoje, veremos que ainda enfrentamos o desafio de construção de uma república baseada na liberdade, na igualdade de condições e na estabilidade do ordenamento jurídico. Por isso, o conceito de liberdade dos humanistas nos parece interessante, para pensarmos nossos problemas num patamar que acolha como relevantes as dificuldades que nos são peculiares.³³¹

Dessa maneira, Newton Bignotto reafirma o recurso ao humanismo cívico para auxiliar a interpretação da experiência republicana brasileira e o desafio da construção de um regime pautado na igualdade, liberdade e estabilidade de ordenamento jurídico. Isso pela via da participação, sobretudo nos momentos de contingência dos fenômenos políticos e da corrupção na ordem política (características daquilo que se associava à *Fortuna*),³³² exercitar nossa capacidade humana de modo criativo (*virtú*) para ir de encontro ao que gera um quadro de desequilíbrio político.

O humanismo cívico tem como fim o estabelecimento da virtude cívica que é o exercício de participação política, ou seja, de liberdade em sua acepção positiva, justamente porque esta consiste em ação na comunidade, como observa Ricardo Silva “a liberdade reside na ação, no ato de iniciar algo novo”.³³³ E alerta Newton Bignotto:

o republicanismo cívico nos ensina é que a idéia de que o homem cria seu próprio mundo vai de par com o fato de que o faz, tanto no tocante aos aspectos materiais da sociedade quanto no tocante à sua dimensão simbólica, e que esse processo está sujeito sempre a ser interrompido por um fluxo de acontecimentos que não pode ser previsto pelos atores envolvidos na vida política. Essa dimensão essencial da contingência presente nos processos históricos serve, no entanto, menos para afirmar a impossibilidade de se conhecer os destinos do homem e mais para demonstrar o caráter essencial da ação e da participação. Agir na cidade é, assim, menos uma escolha de uma forma de organização do corpo político, como querem muitos autores liberais, e mais a convicção de que não existe corpo político que possa abrir mão da ação de seus membros.³³⁴

³³⁰ Ver BIGNOTTO, Newton. *Op. Cit.*, p. 29.

³³¹ *Idem.*

³³² O modo de participação para lidar com os fenômenos políticos e com a corrupção, que eram ligados à *Fortuna*, foi trabalhado por Felipe Charbel, na obra em que estuda as figuras de Maquiavel e Guicciardini. Ver TEIXEIRA, Felipe Charbel. *Timoneiros: retórica, prudência e história em Maquiavel e Guicciardini*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2010.

³³³ Ver SILVA, Ricardo. “Maquiavel e o conceito de Liberdade em três vertentes do novo republicanismo”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais - RBCS*. Vol. 25, nº 72, fevereiro/2010. p. 44.

³³⁴ Ver BIGNOTTO, Newton. *Op. Cit.*, p. 36-37.

Sendo assim, Newton Bignotto reforça a ideia de que o humanismo cívico é uma fonte preciosa para ajudar a pensar questões centrais de nossa contemporaneidade, como, por exemplo, a importância da construção de valores que garantam um espaço público harmônico, ou mesmo, o estabelecimento de um debate crítico com o passado que não só sirva para auxiliar nas ações no mundo atual, mas também que estabeleça a consciência de um passado comum, ou seja, compartilhado, e, por isso, capaz de criar uma identidade que sirva como mais um elo social.

As interpretações dos autores supracitadas estão pautadas em uma análise de república baseada no diálogo travado com o modelo clássico, ou seja, aquele no qual se defende a necessidade do bem comum sobrepujar interesses particulares em uma sociedade tão notadamente desigual como a nossa. Caso contrário, o sentimento de desencanto e a constatação da corrupção como um mal derivado da desarmonia política não apareceriam de forma tão contundente em algumas análises. A história republicana brasileira sempre foi fortemente marcada pelo desequilíbrio entre a pulsão individual frente ao coletivo.

Em relação ao Brasil, o exercício de implantação de uma república inspirada no modelo clássico, ou mesmo de uma república moderna,³³⁵ encontrou bastante dificuldade, pois o debate era a relação entre privado e público, indivíduo e comunidade.

As questões levantadas e os caminhos apontados parecem cada vez mais desafiadores e fazem parte do centro das discussões atuais. O equilíbrio entre as esferas pública e privada permanecem extremamente complexas e difíceis de serem minimamente harmonizadas, haja vista as constantes denúncias de corrupção e transgressão que assolam a vida nacional e invadem os meios de comunicação diariamente. Das questões sentidas no presente, busca-se tornar inteligível, em outro contexto, que atravessava importantes mudanças estruturais, a lida com as interrogações surgidas nos tidos “novos tempos”, também tomados pela corrupção e negociatas à época, sobretudo devido ao duelo para se chegar aos cargos de mando na corrida pelo protagonismo político do país, como apresentado nos capítulos anteriores.

A sociedade brasileira oitocentista foi lida na Modernidade pelos republicanos sob a ótica do decadentismo, traduzido pelo vocabulário da política científica através, sobretudo, da

³³⁵ Muitos foram os autores que contribuíram com interpretações acerca da república brasileira e os possíveis caminhos a serem traçados para que se pudesse ter uma experiência republicana legítima. Alguns deles centraram suas análises em aspectos econômicos do país, outros políticos, ou ainda, culturais. Apenas para citar alguns exemplos de análises feitas a partir da interpretação da república moderna brasileira temos, no âmbito cultural, obras como as de Eduardo Prado, Aníbal Falcão, Manoel Bonfim, já na esfera econômica, podemos destacar Serzedelo Correia, Joaquim Murtinho e, no campo político, Raymundo Faoro, Alberto Torres e Gilberto Amado, constituindo bons exemplos interpretativos das várias formas de se pensar a república no Brasil.

“Teoria dos Três Estágios” comteana e também de outras propostas similares que apontavam à necessidade de aplicação das reformas sociais. Essas ferramentas teóricas permitiram a interpretação e construção de um discurso deslegitimador do regime monárquico, ao mesmo tempo que apresentaram um tipo de república adequada às circunstâncias nacionais, para assim fazer sentido à sociedade brasileira.

É importante lembrar que uma das características centrais dessa mesma sociedade era a inexistência da nação, ou seja, a falta de um sentimento de pertencimento comum capaz de construí-la com elos sociais sólidos e eficazes na sustentação de uma nova gestão política vinculada à ideia de bom governo. Seria essa, talvez, uma das razões da vitória liberal, em 1889, frente às outras propostas republicanas, jacobina e positivista. As derrotas sofridas pelas referidas propostas atribuíam à república, respectivamente, ou um ideal ligado à liberdade dos antigos (participação popular com instauração de um regime comprometido com o “bem comum”, quadro esse que reivindicava a constituição da nação), ou então, iam na contramão, implementar uma república ditatorial, através da ação de um Estado forte e intervencionista. Tanto uma, quanto outra, não se adequavam às circunstâncias nacionais, pois se inexistia o sentimento de pertencimento comum, como pleitear participação popular, do mesmo modo, como um regime, que se baseia na premissa da falta de liberdade, poderia ser atrativo àqueles que não fariam parte do seu círculo de poder.

Assim, a república de viés liberal, embora também fosse constituída por uma parcela que buscava o protagonismo no campo político, apresentava em seu discurso uma possibilidade mais ampla dos indivíduos buscarem satisfação pessoal, haja vista que o público era entendido como sendo a soma de interesses particulares, o que aumentava a adesão à causa, pois todos, enquanto indivíduos, poderiam ser incorporados, o que tornava a proposta mais atrativa e adequada às circunstâncias da sociedade fragmentada brasileira do Oitocentos.

5.2 Do debate sobre republicanismo ao conceito de república no Brasil

Essas foram algumas das principais contribuições de autores importantes que realizaram o exercício de interpretar a possibilidade de experiência republicana no Brasil, constituindo com seus estudos linhas de análise possíveis dessa tradição. O exercício de interpretar a república brasileira contou com o esforço desses pensadores para realizarem um exame atento do cenário político e social do país e suas possibilidades.

Assim como feito ao se pensar o conceito de “República/Republicanos” a partir das experiências históricas nacionais, os autores Heloisa Maria Murgel Starling e Christian

Edward Cyrill Lynch³³⁶ interpretaram o uso do referido conceito no tempo. Desse modo, o conceito de República é estudado à medida que novos significados são a ele acrescidos, a partir de diferentes contextos, o que evidencia a dinâmica da linguagem a partir dos novos “jogos linguísticos”, provenientes das circunstâncias em que se apresentam e/ou se modificam. Para isso, ambos os autores percorrem as diferentes significações dadas ao conceito de república, sobretudo, entre os anos de 1750-1850 no Brasil.

Desse modo, destacam as modificações e permanências próprias da história dos conceitos políticos no país através de suas circunstâncias e episódios.³³⁷ Inicialmente, apresentam o primeiro sentido de “bem comum” ligado à república. Posteriormente, afirmam

³³⁶ Ver STARLING, Heloisa Maria Murgel; LYNCH, Christian Edward Cyril. “República/Republicanos”. In: FERES JÚNIOR, João. *Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009, p. 225- 245.

³³⁷ Ao fazermos um paralelo com os momentos de tensão e disputa vividos no cenário nacional entre republicanos e monarquistas em diferentes épocas é que se torna importante destacar também o trabalho de Heloisa Starling em seu livro sobre o “ser republicano”, embora a referida obra tenha como foco o Brasil Colônia, o estudo tem como grande contribuição trazer à luz experiências republicanas nacionais mobilizadas por ideais de república que serviram para lutar por uma maior liberdade nos enfrentamentos com a Coroa portuguesa. Episódios como as conjurações de Minas, Rio de Janeiro e Bahia, por exemplo, além também da Revolução de 1817, em Pernambuco, constituem exemplos históricos de como, a partir dessas experiências nacionais, pode-se entender os usos do conceito de república no Brasil e como o mesmo fora posto em prática em diferentes tempos e espaços da vida política nacional. Afinal, segundo a autora, a “América portuguesa não veio abaixo no final do século XVIII, mas quase. Os colonos estavam cheios de ideias: combinaram princípios, noções e conceitos que revelavam uma nova maneira de explicar e dar sentido ao mundo que viviam. Não estavam interessados num debate doutrinário: as ideias eram absorvidas como um conjunto de ferramentas intelectuais e políticas capazes de ser debatidas, compartilhadas e postas em ação – afinal, elas não são estruturas compactas de pensamento, portadoras de enunciado espesso, autêntico e bem definido em nenhum dos lados do Atlântico, nem no momento de sua produção na Europa e nas colônias da América inglesa, nem quando desembarcadas e recriadas nas capitanias da América portuguesa. Não são tampouco versões empobrecidas, nem formulações rigorosamente originais, nem importação passiva, imitação ou cópia. Os próximos capítulos contam a história dessa recepção criativa. E se queremos entender como ela ocorreu, cabe começar localizando os momentos em que ou os funcionários do rei ou os próprios colonos testaram e deslocaram as fronteiras de significação de “República”, durante os séculos XVII e XVIII. Houve três momentos especialmente importantes. O primeiro foi de captura dos usos do termo “República” na cultura política portuguesa seiscentista e setecentista e sua transmissão às colônias da América – a palavra servia para designar a gestão administrativa exercida pelas câmaras municipais. O segundo momento acontece a partir do final do século XVII, por força da associação entre “República” e “sedição” - termo utilizado para definir um ajuntamento de colonos armados e reunidos por motivação política com a intenção deliberada de perturbar a ordem pública – e da maneira como essa associação foi utilizada em duas conjunturas específicas: a sedição de 1710, em Pernambuco, e a sedição de 1720, em Minas. Inéditas e decisivas mudanças de significação do termo “República” voltaram a acontecer em um terceiro momento, durante a segunda metade do século XVIII, e provocaram alterações radicais no seu campo semântico. O vocabulário da vida pública foi ampliado por meio de novas definições para palavras como “pátria”, “América”, “corrupção”, “liberdade”, “bom governo”, “bem comum”, e ganhou força uma espécie de recombinação, até então incomum, entre os textos escritos pelos colonos e as práticas e formas de ação política que protagonizaram em Minas, no Rio de Janeiro e em Salvador. Mais reivindicativos e menos cautelosos, a cada dia, em face da autoridade régia, esses colonos passaram a reconhecer na linguagem da República um jeito de falar de liberdade”. Sobre o conceito de república na vida política nacional da colônia ver STARLING, Heloisa Murgel. *Ser republicano no Brasil Colônia: A história de uma tradição esquecida*. Primeira edição. São Paulo: Companhia das Letras, p.17-18.

o aparecimento de um segundo sentido mais restrito, no qual há o acréscimo do papel do Estado governado por alguns, ou pelo povo. Aproximando-se dessa forma do conceito de democracia, sem, contudo, estabelecerem uma correlação explícita, nem trazerem acréscimos políticos significativos aos dois conceitos de república e democracia. Por isso, afirmam que possivelmente a

invariabilidade se deva à resistência à forma republicana, já que o Brasil foi o único país independente duradouramente monárquico do subcontinente. Isso naturalmente não impediu que, para além dos dicionários ordinários, periódicos, discursos e opúsculos tenham registrado outros sentidos ao conceito. Nesse quadro, a história do conceito de república no Brasil entre 1750-1850 pode ser sincronicamente dividida em quatro grandes fases.³³⁸

A partir de então, os autores percorrem as fases pelas quais o conceito de república sofreu interpretações e/ou alterações. Desde sua primeira fase, na qual esteve associado à tradição clássica, ligado à comunidade voltada para o “bem comum”, mas também, à restrição dessa ideia, quando do papel do governo formado por membros dessa comunidade aparece. A segunda fase demarcada pelos autores foi aquela associada à herança medieval e também renascentista da tradição republicana, algo que no Brasil configurou a dimensão da autonomia local das câmaras municipais, ligada aos “homens bons da terra”, algo que, posteriormente, foi rivalizado com os representantes das autoridades provenientes da metrópole:

Assim, durante a primeira metade do século XVIII, a república podia significar uma maneira de os colonos se posicionarem contra a usurpação de direitos e abusos praticados pelos funcionários ultramarinos. A revolta expressava também uma reação àquilo que entendiam como um rompimento de acordos tácitos, no contexto das relações entre a metrópole e sua área colonial, a partir do estabelecimento de limites e obrigações mútuas. Nesse contexto, o culto ao modelo constitucional veneziano exercia papel saliente. Graças aos colonos florentinos fixados na região desde o início da colonização.³³⁹

Por exemplo, o uso do “Mito de Veneza”³⁴⁰ serviu para que “a nobreza da terra” se posicionasse contra os funcionários ultramarinos em episódio da história do Brasil ainda no século XVIII (Guerra dos Mascates - 1710). Contudo, não apenas a ideia de República proveniente do paradigma veneziano foi útil para alguns grupos no Brasil, mas também estavam presentes outras propostas de origem norte-americana e francesas. Mais para o fim

³³⁸ Ver STARLING, Heloisa Maria Murgel; LYNCH, Christian Edward Cyril. *Op. Cit.*, p. 226.

³³⁹ *Ibidem*, p. 227.

³⁴⁰ O mito de Veneza era um sistema constituído pelo órgão representativo - o Conselho Grande (que elegia os ocupantes dos principais cargos da República); pelo Senado (responsável pelas decisões financeiras e também de política externa) e pelo chefe do Estado – o Doge (que era assessorado pelo seu conselho). Esse sistema permitia a manutenção do poder pelas famílias locais que já o constituíam, desde 1297. O paradigma veneziano a partir de então se espalhou por várias locais, sobretudo através das famílias provenientes da região que se mudavam para outras localidades, algo que ocorrera também no Brasil. Sobre “O Mito de Veneza no Brasil” ver MELLO, Evaldo Cabral. *Op. Cit.*, p. 156-162.

do século XVIII, o republicanismo anglo-americano torna-se modelo (Inconfidência Mineira - 1789), bem como após 1792 há fixação de um sentido de república, já como sinônimo de democracia, sendo proveniente dos “ecos da revolução francesa”, desembarcada em Salvador já em 1793, quando a república passava a ser “governo de iguais”. O ideal proposto pelo discurso igualitário jacobino encontrou na primeira metade do século XIX, em Pernambuco, seu reduto. Tendo-se como exemplo o episódio histórico da Revolução de 1817. A terceira fase do conceito de república no Brasil, segundo os autores supracitados, data de 1821, com a chegada de notícias sobre a Revolução Constitucionalista do Porto e da liberdade de imprensa, haja vista que a

aceitação da monarquia constitucional reduziu a antiga oposição entre direita absolutista e esquerda republicana a uma luta entre adeptos de uma monarquia republicana, isto é, democrática, como era a do liberalismo vintista, e que aqui assumiu também aspirações federalistas, americanista, e uma monarquia temperada, isto é, um governo misto à inglesa, com acentos unitaristas, europeísta.³⁴¹

A partir de então, viu-se no Brasil o diálogo mais denso entre conceitos, como, por exemplo, “monarquia, governo misto, unitarismo e Europa, [que] simetricamente se associavam república, democracia, federalismo e América”.³⁴²

É importante ressaltar que, posteriormente, em fins do século XIX, houve a consolidação da linguagem política pautada nos três conceitos de república, democracia e federalismo, constituindo-se em verdadeiro tripé, sendo então indissociáveis à época uns dos outros.³⁴³

É relevante sublinhar que foi na quarta fase do conceito de república que se instala a inversão de cenário, no qual era necessário, naquele momento, reforçar o poder do governo central e valorizar o elemento monárquico. Quanto mais se adentrava a década de 1840, mais se adotava o meio termo e a moderação atingidos com a escolha e manutenção da monarquia constitucional. Algo que tempos depois fora fortemente questionado, dando lugar às novas propostas políticas republicanas com seus diferentes significados, dentre os quais se ressalta o

³⁴¹ Vale ressaltar que essa interpretação do conceito de república e sua experiência no Brasil, através de demarcações ligadas aos episódios da história nacional, feita pelos dois autores que tratam de sua transformação ao longo do tempo, não se trata de uma interpretação unívoca. Para Evaldo Cabral de Mello, por exemplo, o modelo de 1817 não é francês, mas sim, norte-americano. Além disso, outra questão que vale a pena ser destacada é a denominação adotada de “direita absolutista” e de “esquerda republicana”, haja vista que os termos, direita e esquerda, são categorias muito “modernas” para se pensar o contexto brasileiro de 1821, pois embora essas categorias tivessem surgido com o episódio da Revolução Francesa (1789), ambas são um tanto fora de lugar quando usadas para o Brasil da primeira metade do Oitocentos, que em nada se assemelhava à França dos tempos da Revolução. Ver STARLING, Heloisa Maria Murgel; LYNCH, Christian Edward Cyril. “República/Republicanos”. In: FERES JÚNIOR, João. *Op. Cit.*, p. 231.

³⁴² *Ibidem*, p. 232.

³⁴³ CARVALHO, José Murilo de; PEREIRA, Miriam H.; RIBEIRO, Gladys S.; VAZ, Maria João. (Orgs). *Linguagens e fronteiras do poder*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, p. 15-35.

de república liberal, vencedor dentre os outros modelos que disputaram o cenário político do país.

Investigar como foi construído o discurso político dos republicanos liberais quando do embate pela organização política e social do Brasil, teve como objetivos estabelecer, dentre os autores em voga no Oitocentos, quais foram escolhidos pelos republicanos liberais para compor sua argumentação; compreender como esses autores foram lidos pela corrente vitoriosa e demonstrar como esses mesmos pensadores foram utilizados pelos republicanos liberais em seus discursos políticos. Afinal, para melhor compreender o desfecho do embate, fez-se necessário entender quais foram as estratégias discursivas utilizadas para intervir politicamente, e assim, promover não somente a queda da Monarquia, mas também a instalação dessa nova elite política no poder.

A meta era a obtenção do protagonismo político, através da ocupação dos postos de mando do país, e isso seria alcançado pelo triunfo da palavra que, adaptada, articulada e ressignificada, permitiria a criação de mais uma possibilidade de experiência republicana dentre as outras propostas concorrentes de acordo com o estabelecimento de um léxico compartilhado e novo. Para isso, entendeu-se ser o vocabulário da política científica o mais apropriado para servir de arcabouço à construção de um novo discurso republicano-liberal que instaurasse a ideia de “crise” e, conseqüentemente, necessidade de reformas sociais que levariam ao almejado rearranjo político com a troca de regimes. Da Monarquia lida com as lentes do decadentismo à República como sistema político própria do desvelar da marcha da História, em compasso com os novos tempos, foi sendo construído uma narrativa que, ao ganhar amplitude e compartilhamento, passou a ser linguagem oficial de grupo disseminada, sobretudo, pelos clubes, *meetings* e imprensa³⁴⁴ - um dos mais importantes veículos de produção, debate e propagação das ideias republicanas.

Assim, essa proposta de república liberal para o país é construída pela via do discurso contestador, que invertia os argumentos constituidores da ordem vigente, ao fazer sentido às

³⁴⁴ Em obra sobre o Brasil e o republicanismo português na transição para o século XX, Isabel Corrêa interpreta a instalação das repúblicas nos dois países, com embasamento teórico-metodológico da história dos discursos políticos e de cultura política, a autora observa, através das diferenças entre os dois processos de proclamação, o uso em comum da imprensa como um dos mais importantes veículos de produção, debate e disseminação de ideias republicanas. O ideário do novo regime, tanto no Brasil, quanto em Portugal, utilizou-se do léxico positivista, mesmo que de maneira distinta, também para ir de encontro às coroas e ressaltar a necessidade de reformas. Assim, a partilha de uma rede discursiva com léxico de caráter cientificista foi fundamental para as repúblicas, brasileira e, posteriormente, portuguesa, instalarem-se como novos regimes políticos nos dois países. Sobre o léxico cientificista e os discursos que propiciaram as proclamações com destaque para as diferenças entre os episódios históricos ver SILVA, Isabel Corrêa da. *O Espelho fraterno: o Brasil e o republicanismo português na transição para o século XX*. Lisboa: Editora Divina Comédia, 2013.

circunstâncias da sociedade fragmentada brasileira, torna-se um real possível com a proclamação em 1889.

A tríade republicana escolhida para representar o grupo de viés liberal foi capaz de construir um discurso complexo que abarcou “um vocabulário, uma gramática, uma retórica e um conjunto de usos, pressupostos e implicações, que [existiram] juntos no tempo e [foram] empregáveis por uma comunidade semi-específica de usuários de linguagem para propósitos políticos”,³⁴⁵ prolongando-se até uma visão de mundo e uma mesma lógica de ideias a ser disseminada aos possíveis novos adeptos da causa republicana.

Esse discurso eficaz, ao adquirir visibilidade, estabelece um contexto linguístico partilhado entre São Paulo, Corte e Rio Grande do Sul, regiões representativas dos respectivos agentes históricos tomados neste trabalho como importantes expoentes do grupo republicano-liberal. Contudo, da tensão entre a disputa pela política na arena de guerras das palavras, a particular construção republicana-liberal desponta e instaura um novo real. Isso só foi possível devido à trama de *performances* singulares contidas nos escritos políticos e também em falas proferidas aos ouvintes convencidos à causa pela retórica republicana alinhadas às circunstâncias nacionais. Os novos usos e significados atribuídos aos antigos termos conferiram um novo ambiente propício à república no cenário político-social brasileiro.

Assim, a tríade republicana-liberal, através do grupo que representava, estava longe de ser mera copista de doutrinas externas, ou de buscar uma filiação de ideais provenientes de uma simples admiração pelo “mundo civilizado”, queria fazer uso de teorias da reforma social como arma política no combate à monarquia. As ferramentas teóricas foram então transformadas para intervir e criar uma outra realidade, na qual os republicanos liberais seriam os protagonistas na direção do país. O estilo de argumentação após os anos de 1870 passou a ter como base o cientificismo, proveniente das filosofias da história do Oitocentos, como, por exemplo, o positivismo, biologismo e evolucionismo.

Invertia-se a lógica discursiva que servia de pilar à monarquia, concorria-se com outras propostas políticas criando novos usos e significados aos termos políticos e construía-se um discurso coeso de “inclusão de todos”, alinhado à realidade fragmentada da sociedade. Estava a caminho da vitória na guerra das palavras pela instauração da república democrática federativa.

O conceito de república, construído a partir de 1870, era indissociável de outros dois conceitos, o de democracia e de federalismo. Essa tríade conceitual foi presente ao longo da

³⁴⁵ Ver JASMIN, Marcelo Gantus; FERES JÚNIOR, João (Orgs.). *Op. Cit.*, p. 84-85.

elaboração textual de Alberto Sales, em São Paulo, de Quintino Bocaiúva, na Corte, e de Assis Brasil, no Rio Grande do Sul. Essa mesma lógica de ideias registrada em seus escritos políticos gerou um discurso coeso e eficaz, dando origem ao contexto linguístico construído em fins do Império. Para os três propagandistas republicanos, a monarquia era identificada como o governo de privilégios, despótico e tirânico, a solução para ir de encontro seria a ideia de soberania popular, o país ao se autogovernar se livraria da família imperial privilegiada, para instaurar o exercício de governo popular possível apenas no sistema republicano. O fim da situação de privilégios para poucos era a contrapartida de argumentação pela defesa da democracia que só existiria na república.

Essa união entre democracia e república é comum aos escritos políticos da tríade republicana. Assim como a ideia de federação, cuja principal argumentação é a concepção de monarquia opressora frente às províncias, a necessidade de mais autonomia para frear a falta de liberdade imposta pelo império tirânico originou longos textos e discursos em defesa da ideia de federação e a sempre expressa ideia de centralização - desmembramento, em oposição à federação - unidade. A não dissociação entre federação e república era tamanha que as principais obras do período já indicavam de pronto, no próprio título, a indissolubilidade dos termos, como *A República Federal* (1881), de Assis Brasil, cujas várias reimpressões garantiram-lhe vida longa no debate.

Vale assim sublinhar que o entendimento dos conceitos de república, democracia e federalismo como sendo inseparáveis eram interpretados e apresentados sob a ótica das correntes filosóficas científicas, obviamente adaptadas, misturadas e postas como argumentos de autoridade no convencimento à ideia republicana que propagavam. A retórica republicana-liberal não apenas construiu um conceito de república como possível somente a partir da união com os outros dois conceitos de democracia e federalismo, mas também incrementou novos argumentos e estratégias discursivas à propaganda, como do uso de conceitos antitéticos na organização da lógica narrativa que colocava na arena política dois lados em confronto e que se traduziam nas formas de regime, ou ainda quando da utilização dos nomes de “heróis da nação” retirados de experiências republicanas ao longo da história nacional, como, por exemplo, Tiradentes. Ou, também fizeram uso de episódios históricos como a Farroupilha, haja vista a mobilização de um passado comum agregador e identitário para ir de encontro ao *status quo* imperial. Houve ainda a utilização de figuras ilustres da própria contemporaneidade em que estavam imersos, além do uso de características geográficas, tomadas como justificativa à mudança política, o acréscimo à narrativa de

algarismos e cálculos às contas públicas para dar ideia de boa ou má administração financeira, ou ainda a utilização de exemplos de experiências republicanas em outros países e nações.

Eram muitos os recursos retóricos na guerra de palavras da construção discursiva para a adesão à causa republicana, contudo o interessante é perceber que esta mesma lógica era compartilhada e experimentada pelos três representantes escolhidos para confirmar o despontar e a manutenção de um contexto republicano-liberal construído pós-1870, vitorioso em 1889 e confirmado em texto constitucional de 1891.

5.3 Entre dois: o ideal e o real do recente regime republicano no Brasil

Instaurado o recente regime, o trabalho de transformação do ideal republicano-liberal em um real possível se inicia. Os primeiros anos da república brasileira, entretanto, foram marcados por desordem, instabilidade, discórdia, crise financeira e disputas internas que dificultavam a rotinização política e formavam, por parte dos seus antigos propagandistas, um certo consenso ao constatarem que não se tratava da república que idealizaram. O quadro se agravava por ter como resultado o uso inapropriado da máquina pública, fato que desembocava na corrupção, transgressão e negociatas. O drama vivido no recente regime foi maior que seu avanço, pois não conseguiu de pronto institucionalizar os mecanismos de governo, nem mesmo frear os impasses provenientes da opção federalista, ou ainda diminuir a interferência militar na política, adicionando mais ingredientes ao cenário desestabilizador. Segundo Pedro Lessa, “o legado produtivo dos dez primeiros anos da República poder ser circunscrito à elaboração constitucional e à feitura do pacto oligárquico da política dos governadores”.³⁴⁶

Mesmo assim, vale lembrar que embora tenham conseguido realizar esses dois feitos, a Constituição de 1891 não avançara em termos de direitos, a exclusão da maioria permanecia e a política dos governadores, embora tenha trazido mais estabilidade à cena política, retirava da república muitos de seus ideais. Se na propaganda havia a possibilidade de autogoverno, na realidade dos fatos, passava-se ao domínio das elites oligárquicas. Esse quadro político foi percebido pela tríade republicana-liberal. Alberto Sales e Quintino Bocaiúva se posicionaram criticamente em relação ao regime de forma a compartilhar a frustração. Assis Brasil, em menor grau, se comparado aos outros dois, também apontava nos anos iniciais do regime à necessidade de mudanças, através das expressões usadas por ele em seus discursos, tais como

³⁴⁶ LESSA, Renato. *A invenção da República: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República brasileira*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2015. p. 111.

“ajustes” e tempo de “acomodação” do regime. Contudo, até mesmo para o mais otimista dos três, a mudança de tom em relação ao regime chegava, sendo sentido de maneira mais intensa anos depois, passando a afirmar estar extinto o tempo da “acomodação do regime”, destacando a necessidade de dotar a república de seus elementos republicanos. De todo modo, o trio de propagandistas compartilhou a confirmação de não se tratar, na realidade, da república que idealizaram.

Alberto Sales, por exemplo, ao se utilizar das doutrinas em voga do período, construiu uma teoria a ser aplicada à realidade do Brasil, baseada no vocabulário da política científica, visou intervir politicamente e justificar as mudanças pretendidas pela república liberal que representava. Entretanto, com a proclamação do novo regime em 1889, o sentimento de frustração se instalou e os ideais construídos pelo contestador nos tempos de propaganda se tornavam cada vez mais distantes. O hiato entre ideal e real se fez presente ao ideólogo já nos primeiros anos de República. Implementou-se a nova forma de governo, mas práticas de corrupção e negociata se mantiveram, características típicas de um Estado com uma nação inexistente. A fragmentação social fez com que o interesse individual sobrepujasse o coletivo. Essa característica da sociedade brasileira facilitou a subida dos republicanos liberais aos postos de comando do novo regime, afinal, adotou-se a lógica do coletivo ser tão somente o resultado do somatório dos interesses particulares, mas também garantiu que a corrupção e a negociata se mantivessem, o que gerou o sentimento de frustração de “não se tratar da república dos sonhos”.

A insatisfação voltava à cena política do país e Alberto Sales não perdera a chance de tecer acirradas críticas ao recente regime. Em escrito de 1901, *Balanço Político: necessidade de uma reforma constitucional*, registra-se a análise negativa do contexto político brasileiro aos olhos do pensador que, naquele momento, ia de encontro às medidas tomadas pelo então presidente da república no período, seu irmão, Campos Sales. Eleito em 1898, teve como características de seu governo a impopularidade, o acerto nas finanças e, sobretudo, a criação de um sistema político que ia na contramão dos ideais republicanos. Por isso, Alberto Sales publica o referido texto crítico durante o ano de 1901:

Somos republicanos, mas independente e patriota. Queremos na política a seleção, mas nascida do seio do próprio povo, como a expressão genuína da vontade nacional, pela vitória imaculada dos mais dignos, dos mais competentes, dos elementos mais nobres da massa geral dos cidadãos. Queremos na administração a moralidade e a justiça mas nascidas do sentimento de legalização, como a expressão psicológica da consciência do dever político.

Eis o nosso ideal, aquele pelo qual sempre nos batemos, nos saudosos tempos da propaganda. Confrontá-lo, porém, com o que se tem feito nestes últimos anos dez anos, em nome da república, é reconhecer com amargura que a estrutura política que

levantamos, cheios de entusiasmo e de fé, sobre os destroços do antigo regime, não tem sido mais do que uma longa decepção, um desengano mortificante às nossas mais ardentes aspirações.³⁴⁷

A crítica proveniente da frustração de Alberto Sales em relação à falta de atuação no cenário político ainda vai mais além, pois identifica nos políticos e nos congressos que:

A política divorciou-se inteiramente da moral. Governadores e congressos firmaram entre si pactos reprováveis, esquecidos e desprezados os deveres constitucionais, para se entregarem à gatunagem e à licença, enchendo as algibeiras com o produto do imposto e afugentando os honestos com a perseguição política. O mundo oficial nos estados, que devia representar o escol da população, caindo de dia em dia na mais abjeta depravação, não passa hoje, com raríssimas exceções, de verdadeiros grupos de bandidos, organizados à sombra da constituição e das leis.³⁴⁸

Na forma de artigo, a crítica foi publicada em *O Estado de São Paulo*, a 17 de julho de 1901 e causava polêmica no governo de Campos Sales, pois fora amplamente difundido, sempre destacando o parentesco entre os irmãos Sales. A manobra política adotada pelo então presidente garantia o afastamento dos opositores e fornecia uma nova sistemática política ao país, golpeando os ideais do que seria um verdadeiro sistema representativo, que só existiu, na propaganda republicana em que Alberto Sales fizera parte. Desse modo, nascia a aliança entre São Paulo e Minas Gerais no comando político e originava a “política do café-com-leite”, esquema que garantiu a hegemonia dos referidos estados até o final da Primeira República.

Com o sentimento generalizado de decepção frente à realidade política do país, Alberto Sales concluía: “não fizemos a revolução de 15 de novembro para sair da ditadura imperial e cair na ditadura presidencial”.³⁴⁹ Segundo José Murilo de Carvalho, o pensador paulista “abandonou, então, as leis sociológicas de Comte e passou a tentar explicar os fracassos da Monarquia e da República fazendo uma sociologia da realidade brasileira”.³⁵⁰

O desencanto também esteve presente em Quintino Bocaiúva. Assim como Alberto Sales, o período de críticas contundentes foi durante a presidência de Campos Sales, pois Quintino Bocaiúva também não concordava com os métodos usados para reorganizar politicamente o país, sobretudo devido às diferenças no seu entendimento a respeito do que deveria ser o regime republicano, posicionou-se contra a “política dos governadores”, concebida por Campos Sales, para garantir alguma estabilidade ao sistema político nacional, constantemente abalado por disputas entre facções adversárias. Desse modo, a oposição de Quintino Bocaiúva a Campos Sales era declarada:

³⁴⁷ Ver PAIM, Antônio. *Plataforma Política do Positivismo Ilustrado*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981, p. 63.

³⁴⁸ *Ibidem*, p. 64.

³⁴⁹ Ver CARVALHO, José Murilo. *Op. Cit.*, p. 21.

³⁵⁰ *Idem*.

A “política dos governadores”, que pragmaticamente adaptou o novo regime à realidade sócio-econômica brasileira, era, para um sonhador da república democrática – como o fora desde 1870 o velho propagandista – inaceitável. “Aliás, a minha divergência com o Sr. Campos Sales é absoluta, no ponto de vista da doutrina republicana, que S. Ex^a compreende de uma maneira que eu não concebo” - diria ele em 1911.³⁵¹

Embora sentido de outra forma o desencanto com a República, Assis Brasil, o mais otimista da tríade republicana-liberal, também apontou a necessidade de ajustes ao recente regime, que segundo o pensador, em seus anos iniciais ainda se tratava de sua “acomodação institucional”. Contudo, tempos depois, torna-se radical ao afirmar que “o tempo de acomodação e ajuste já havia passado sem sucesso e seria preciso, enfim, dotar a República de substância republicana”.³⁵² Crítico em relação à desigualdade financeira e educacional vivida na experiência republicana, bem como a corrupção, negociatas, ao abismo entre o exercício do voto e os mandatos, o desequilíbrio entre os poderes da república, entre outros fatores de desajuste, serviram a Assis Brasil para afirmar, de maneira categórica, a necessidade de mudanças, através da construção de críticas ao regime, pois

no seu diagnóstico, os acertos escassos dos primeiros legisladores republicanos foram corrompidos pelos maus costumes políticos e resultaram, entre outros males, em uma ficção do processo representativo. O laço frouxo ou mesmo inexistente entre votos e mandatos parlamentares era uma ameaça à soberania popular, princípio incontornável da democracia.

Também identifica que

Além do equívoco da representação política, Assis Brasil aponta o problema da confusão de órbitas entre os poderes da República. Se a harmonia entre eles pressupõe importantes níveis de interdependência, a atrofia do Executivo em detrimento das autonomias do Legislativo e do Judiciário produz uma assimetria injustificável que suspende os laços mútuos de controle e sustentação. Não há semelhança entre esta configuração real e o programa original da República.³⁵³

Ficava assim registrada a insatisfação com os rumos da república. A proposta liberal ganhou a disputa pela organização política e social do Brasil, no entanto a distância imposta entre o sonho e a realidade frustrou, sobretudo, aqueles que ajudaram a implantá-la.

O hiato sentido entre o ideal dos tempos de propaganda e a experiência republicana fez com que seus principais ideólogos se manifestassem criticamente, embora tivessem conseguido um maior protagonismo político que nos tempos do Império, visto a ocupação de importantes cargos políticos pós-proclamação, a desordem, disputa, crise financeira, falta de progresso, conflitos de toda ordem, etc., pintavam um quadro muito aquém do sonhado.

³⁵¹ Ver SILVA, Eduardo (Org.). *Op. Cit.*, p. 85.

³⁵² Ver HOLLANDA, Cristina Buarque de (Org.). *Op. Cit.*, p. 299.

³⁵³ *Ibidem*, p. 300-301.

O pouco contentamento ficaria mesmo a cargo da conquista da mudança de regime político, como chegara a sublinhar Quintino Bocaiúva, “pelo menos a proclamamos”, mas a república não se fez com o seu princípio de autogoverno, visando resguardar o bem comum, pois o projeto de nação mais igualitária vendido nos tempos de propaganda foi deixado no plano das ideias, permanecendo os antigos moldes herdados da política antes da proclamação, ou seja, uma concepção esvaziada de democracia.

Assim, foi imposto à sociedade opressão militar frente aos episódios que ameaçavam a frágil república, tais como, por exemplo, em Canudos e Contestado. A ideia de “ordem e progresso” viria de forma impositiva, de cima para baixo, com a demolição de cortiços, a remoção de famílias humildes das áreas de remodelação da capital federal, no período da *Belle Époque* com seu modelo de civilização francês, que deveria substituir e adequar os símbolos e a memória da monarquia pelos seus próprios, na tentativa de transformar o real, minimamente mais próximo, do ideal republicano de outrora. Vale destacar que embora a corrente republicana de viés liberal possuísse como modelo a república estadunidense os símbolos da cultura francesa e de ideal da civilização europeia como um todo permaneceram, paralelamente, como exemplo de modernização, emprego da razão e de referência cultural, com isso, negava-se os aspectos de brasilidade.

A região central da capital federal, tornou-se o espaço por excelência de disputa entre as memórias dos regimes, a monarquia, com seus símbolos e signos entendidos como ultrapassados, deveria dar lugar ao novo, ao moderno, trazidos com o jovem regime republicano, já que a disputa pelo imaginário deveria denotar no caráter do regime em si e na sua constante legitimação, através da validação de seus discursos na vida prática. Não por acaso, o espaço do centro do Rio de Janeiro foi destinado às imagens que o recente regime queria construir de si mesmo. Área entendida como fundamental, não apenas no ato de sua instalação, mas também, posteriormente, para seu aprimoramento, aceitação crescente e manutenção. Os melhoramentos tinham que sair do discurso de progresso e modernidade para cair no real, na vida da cidade e de seus moradores, mesmo que para isso uma importante parcela desfavorecida da população tivesse que arcar com o ônus dos “tempos modernos” e pagar um preço altíssimo sofrendo consequências terríveis. As reformas, arquitetônica e urbanista, propostas ainda nos anos iniciais da república, atestam a necessidade do regime de “fazer-se” moderno e melhor em comparação ao seu antecessor. A área central da cidade foi o alvo da construção dessas imagens na busca por legitimação e manutenção do novo sistema político.

Abaixo, encontram-se algumas imagens situadas temporalmente na primeira metade do século XX e lidas como narrativas visuais da cidade nesse período de “fazer-se” república. A Praça Floriano Peixoto (ver figura 14), por exemplo, pode ser entendida como uma imagem-síntese da transformação já finalizada de parte do espaço urbano nos moldes republicanos, o alargamento da Avenida Rio Branco, os jardins criados entre as amplas calçadas, a arquitetura de inspiração francesa e o monumento positivista em homenagem a Floriano Peixoto, em frente ao Theatro Municipal, dão o tom de modernidade republicana à antiga capital, nesse momento remodelada. Na sequência, o outro extremo da Praça Floriano Peixoto (ver figura 15), numa visão mais geral dos grandes jardins e do alargamento da avenida, além dos prédios, dentre os quais se destaca o palácio Monroe, com estilo eclético e que fez parte da história da cidade durante os anos do período republicano, até ser demolido pelos militares, em 1976.

Contudo, até que a remodelação se desse, a fase anterior é marcada pelo “bota-abaxio” de habitações da população mais carente que ocupava casebres e cortiços na área central, sem qualquer planejamento para remoção desses moradores. As imagens tidas como verdadeiras fontes históricas apontam o desmonte do Morro do Castelo como obra grandiosa e complexa do período, cuja população mais humilde se torna a mais prejudicada. Nas imagens seguintes, respectivamente as das figuras 16, 17, 18 e 19 temos os trabalhos de demolição da área central em andamento, com a destruição da Igreja de São Sebastião, por exemplo, a mudança forçada de seus habitantes das antigas moradias e a própria modernização das obras de destruição, com a adoção da tecnologia de jatos d’água, existente à época para obter maior rapidez e garantir também diminuição de custos. Assim, ao começarem os trabalhos para remodelar a área central da então capital federal, optou-se no próprio processo de demolição por alguns aprimoramentos que aceleraram o desmonte do Morro, como, por exemplo, o por pressão hidráulica, como se lê no trecho abaixo:

Iniciara-se a faina diária nas fraldas do Morro do Castelo, nos terrenos da futura exposição internacional e nas pontas de areia conquistadas ao mar. Novos braços, naquele dia, tinham vindo lançar os trilhos da pequena estrada de ferro com a qual se intensificaria o transporte de barro, tão morosamente feito em caminhões e carroças puxadas a burro. Turmas recém-admitidas colocavam os dormentes do caminho em construção, abriam sulcos no asfalto da Rua Santa Luzia, traçavam as curvas, iniciavam mais adiante, quase em frente à Igreja de Santa Luzia, a montagem da instalação hidráulica, cujo funcionamento ainda demandaria meses.³⁵⁴

É importante ressaltar ainda que a decisão oficial de derrubada do Morro do Castelo estava

³⁵⁴ Ver NONATO, José Antonio; SANTOS, Nubia Melhem (Orgs.). *Era uma vez o Morro do Castelo*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000, p. 277.

longe de significar uma proposta unitária, afinada com os interesses e a visão de mundo da classe ‘dominante’, a derrubada do Castelo exigiu um complexo processo de decisão. Tema cotidiano da imprensa a partir de meados de 1920, jornais e revistas registram minuciosamente os argumentos pró e contra a demolição do Castelo, sustentados em interpretações diferenciadas do que seria uma cidade sintonizada com a modernidade do século XX.³⁵⁵

Por mais que o discurso sobre a modernização não fosse unívoco, vozes contrárias não frearam a ação oficial adotada pelos governantes e o desmonte se deu quase por completo. Fato é que do Morro do Castelo restou apenas curto trecho da Ladeira da Misericórdia, de calçamento pé de moleque, uma das primeiras vias públicas da cidade, que resistiu ao desmanche ao seu redor e também ao tempo, tornando-se patrimônio cultural do Brasil.

Sendo assim, abaixo estão as referidas imagens de transformação da área central da cidade do Rio de Janeiro, com amplas avenidas, seus jardins e calçamento, alteração conseguida através da grande mudança urbanística e arquitetônica, promovida pela retirada do Morro do Castelo, durante longo período de desmonte e obras.

Figura 14 – Praça Floriano Peixoto, atual Cinelândia (Centro do Rio).



Fonte: Coleção Augusto Malta – acervo Museu da Imagem e do Som (RJ).

³⁵⁵ *Ibidem*, p. 225.

Figura 15 – Praça Floriano Peixoto, atual Cinelândia (Centro do Rio).



Fonte: Coleção Augusto Malta – acervo Museu da Imagem e do Som (RJ).

Desse modo, as transformações urbanísticas e arquitetônicas da capital federal visavam estabelecer ações governamentais, ao longo de toda a Primeira República, para adequar a cidade ao novo, na tentativa de reforçar a ruptura entre uma sociedade tradicional e a moderna. Assim, demolições, como, por exemplo, a grandiosa obra de desmonte do Morro do Castelo na área central do Rio de Janeiro, abertura e calçamento de ruas e avenidas, construção de jardins e praças foram emprestando uma máscara europeia à cidade, bem como políticas de saneamento de viés higienista se deram no decorrer do período, sobretudo em 1904,

com 800 mil habitantes, o Rio de Janeiro de 1904 era uma cidade perigosa. Mas não pelas razões que hoje a mantêm perigosa. Naquele tempo o perigo era a doença. Tuberculose, febre amarela, peste bubônica, varíola, malária, tifo, cólera e outras enfermidades transmissíveis, de natureza endêmica ou epidêmica, vitimavam a população e assustavam os estrangeiros. A capital da República era uma vergonha para o país. Desmentindo o apelido de Soneca, o presidente Rodrigues Alves decidiu acabar com o vexame das doenças e embelezar a cidade nos seus quatro anos de governo (1902-1906). Chamou o sanitarista Osvaldo Cruz (1872-1917) para combater as doenças e o engenheiro Pereira Passos (1836-1913) para reformar a cidade. Pereira Passos promoveu o bota-abaixo (derrubada de dezenas de casas) e abriu ruas e avenidas redesenhando o centro da cidade. Osvaldo Cruz, com suas políticas de saneamento, mexeu com a vida de todo mundo, sobretudo dos pobres. Contra uma dessas políticas, a vacinação obrigatória contra a varíola, levantou-se a população carioca na maior revolta urbana já vista na capital. Indignado, o povo do Rio disse não.³⁵⁶

³⁵⁶ Ver CARVALHO, José Murilo de. *Pecado original da república: debates, personagens e eventos para compreender o Brasil*. Rio de Janeiro (RJ): Bazar do Tempo, 2017, p. 81.

Era assim que o cenário do Rio de Janeiro durante os anos iniciais da República se apresentava, a Revolta da Vacina se tornava um exemplo histórico de ação popular, contrária à política do sanitarista Osvaldo Cruz, ao promover intenso conflito urbano. E, por outro lado, tinha-se ainda o processo de reforma urbanística e arquitetônica intensificado, principalmente, durante a gestão do prefeito Pereira Passos, que varria da paisagem urbana os cortiços e habitações coletivas, dando início ao processo de favelização da cidade e, conseqüentemente, de seu crescimento desordenado. A modernização republicana,³⁵⁷ na busca da construção de seus símbolos de progresso e ordem, foi marcada pelo afastamento dos mais pobres de áreas tidas como principais, sem projeto de inclusão social para essa parcela importante da população mais carente.

Figura 16 – Desmorte do Morro do Castelo, área central da cidade.



Fonte: Coleção Guilherme Santos – acervo Museu da Imagem e do Som (RJ).

³⁵⁷ A transição almejada entre uma sociedade tradicional, ligada à memória do império, à moderna, instituída pela recente república, implicava na tentativa de transformação de crenças, valores e ideais carregando em si o caráter transitório, dinâmico ocorrido na sociedade brasileira aos novos tempos. Expansão urbana, mão de obra livre, assalariada, êxodo rural, imigração, industrialização, etc. Modernidade entendida como o período das mudanças estruturais trazidas com os novos tempos.

Figura 17 – Moradores do Morro do Castelo, área central da cidade.



Fonte: Coleção Guilherme Santos – acervo Museu da Imagem e do Som (RJ).

Figura 18 – Desmonte do Morro do Castelo a jato d'água, em 1921.



Fonte: Coleção Augusto Malta – acervo Museu da Imagem e do Som (RJ).

Figura 19 – Desmorte do Morro do Castelo a jato d'água, em 1922.



Fonte: Coleção Augusto Malta – acervo Museu da Imagem e do Som (RJ).

As mudanças arquitetônicas e urbanísticas da cidade se ligavam à instauração na prática de uma nova ordem republicana, que queria se fazer mais moderna e europeia. Apagando traços de monarquia tida como decadente e velha, instaurando assim na crônica visual³⁵⁸ da cidade o novo tempo. O Rio de Janeiro ganha protagonismo e destaque por ser a capital federal.

³⁵⁸ As imagens escolhidas constituem as coleções dos fotógrafos Guilherme Santos (1871-1966) e Augusto Malta (1864 – 1957) do Museu da Imagem e do Som (RJ), algumas das primeiras coleções a integrar seu acervo, como destaca Cláudia Mesquita. Ver MESQUITA, Cláudia. *Um museu para a Guanabara: Carlos Lacerda e a criação do Museu da Imagem e do Som (1960-1965)*. Rio de Janeiro: Folha Seca, 2009. p.111-112.

Guilherme Santos foi um fotógrafo amador carioca e um dos pioneiros da técnica estereoscópica no Brasil (fotografia tridimensional produzida a partir de duas imagens quase iguais, tiradas de ângulos um pouco diferentes e impressas em fina placa de vidro. Ao serem dispostas em aparelho estereoscópico, reproduziam a sensação de profundidade, bem próxima da visão real). Alguns dos milhares de seus negativos de vidro também foram revelados e ampliados em suporte de papel. As duas fotografias acima escolhidas do Morro do Castelo, por Guilherme Santos, fazem parte dessa série. Ele retratou o desmorte do Morro do Castelo, paisagens, hábitos cariocas, antigos carnavais de rua e os desfiles de corso, registrou também a inauguração do Cristo Redentor, bem como visitas ilustres, os pavilhões da Exposição Internacional de 1922 e o cotidiano da cidade como um todo. Da mesma maneira, Augusto Malta, alagoano da cidade de Paulo Afonso, mudou-se para o Rio de Janeiro e se destacou, tempos depois, por ser um dos maiores cronistas visuais da cidade, pois “foi a descoberta de uma vocação que o levou a ser nomeado em 27 de julho de 1903 para o cargo de fotógrafo oficial da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Documentando metodicamente a ampla reforma urbana realizada pelo prefeito Pereira Passos, Malta fotografou a transformação da ‘cidade colonial portuguesa em moderna metrópole francesa’. Seu grande mérito foi o de não se limitar aos deveres burocráticos, atuando como cronista visual ao registrar as mais diversas atividades humanas, comerciais ou industriais”. Ver VASQUEZ, Pedro Afonso. *Fotografia escrita: nove ensaios sobre a produção fotográfica no Brasil*. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2012. p. 52.

Certamente os três representantes do ideal de república liberal, cada qual em uma região do país, buscaram maior protagonismo político, para isso fizeram uso da palavra como arma para instauração de um novo real, foram conscientes nas escolhas do arcabouço teórico disponível à época, também foram capazes de criar discursos com artifícios retóricos semelhantes para atrair o maior número possível de adeptos à causa. Tiveram êxito, pois dos discursos políticos similares e coesos construíram um contexto linguístico entre algumas das principais regiões do país e garantiram a vitória dentre seus concorrentes aos cargos de mando.

Assim, a República estava proclamada, graças também à guerra das palavras que deslegitimou o Império, ao mesmo tempo em que inaugurou uma nova possibilidade na ordem dos valores, instituições e práticas republicanas. Contudo, *a posteriori* da emergência do *Manifesto* de 1870, síntese do pensamento republicano-liberal, e da feitura da Constituição de 1891, que serviu como documento que atestou a vitória dessa corrente republicana liberal frente às adversárias, instalou-se um sentimento de frustração, por muitos compartilhado, já que os elos necessários para dar conta de uma experiência republicana plena no Brasil estavam ainda abertos e assim permaneceram durante os anos que se seguiram à proclamação.³⁵⁹

³⁵⁹ Embora o cerne da pesquisa seja a compreensão da construção e das similaridades entre as ações e os escritos políticos dos principais propagandistas da república liberal, na busca por maior protagonismo político, optou-se não apenas centrar o entendimento sobre suas ideias políticas em seu contexto específico, mas também compreender diacronicamente os períodos que os antecederam e sucederam como propagandistas republicanos contra o Império. Da sincronia própria do período compreendido de 1870 a 1891, buscou-se ir um pouco além do recorte temporal central, tanto no que é anterior, quanto posterior, para melhor se entender o cenário como processo que culminou na crítica, crise forjada pelos contestadores, queda da Monarquia, implantação da República, busca de sua legitimação e prática. De acordo com a perspectiva da história dos conceitos de Reinhart Koselleck, para se entender o processo de rupturas e continuidades próprias da história, deve-se trabalhar tanto sincronicamente, quanto diacronicamente, abarcando, inclusive, no estudo períodos imediatamente anteriores e posteriores ao marco temporal do objeto estudado. Por isso, parte do último capítulo tratou os anos iniciais da jovem república brasileira, abarcando sua busca por estabilidade, legitimidade e modernidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo da discussão sobre republicanismo, principalmente à luz do humanismo cívico, sugerido como instrumento importante à contribuição do debate de se pensar a república brasileira, essa tradição, mesmo que não ligada diretamente à história republicana do Brasil, foi capaz de interagir tangencialmente com o pensamento republicano, por meio de dois caminhos: o do republicanismo anglo-saxão, via federalistas americanos, e também o do republicanismo francês, que se liga à tradição jacobina e à positivista do Oitocentos. Ambas as tradições serviram como modelos de república às correntes nacionais que disputaram a organização política e social do país.

Desse modo, pensar o republicanismo a partir do diálogo com o passado, pela chave do humanismo cívico, permite instaurar uma reflexão mais precisa das questões existentes e também possibilita observar tantas outras de forma comparativa, sobretudo com a adoção de posturas semelhantes a dos humanistas em relação aos textos da Antiguidade Clássica, através, por exemplo, do uso da retórica, arte de mobilização pelo convencimento e persuasão.

Da Antiguidade Clássica, passando à Idade Média, com sua tradição escolástica, e chegando à Modernidade a arte retórica permaneceu ativa, haja vista, por exemplo, os estudos oferecidos na Universidade de Coimbra (instituição que recebeu grande parte dos filhos da elite brasileira). O estudo de retórica chegou ao Brasil e fez parte da formação estudantil da maioria dos pensadores oitocentistas, inclusive, do trio de republicanos liberais aqui estudados, como foi destacado, sobretudo, durante a estada no Curso Anexo e na Faculdade de Direito de São Paulo.

O conhecimento da arte retórica é identificado, sobretudo, pelas características discursivas adotadas e pela importância dada à palavra, seja através dos registros das falas proferidas durante as participações em *meetings* e conferências, ou ainda em seu vasto uso na imprensa da época. Assim, apenas para destacar alguns pontos comuns existentes na construção discursiva da tríade de republicanos liberais, pode-se começar pelo que seria a consciência do valor conferido ao orador, sua importância e prestígio, em uma sociedade de forte tradição oral sua figura do célebre era percebida e explorada, algo evidente nas publicações em jornais, ou mesmo em obras de cunho teórico, ou ainda nos discursos proferidos, tanto por Alberto Sales, quanto Quintino Bocaiúva e Assis Brasil nas mais diferentes regiões do país. O trio de republicanos contava com conhecimento no meio político e da imprensa e eram respeitados e debatidos nos espaços destinados à discussão política. Várias são, por exemplo, as notas elogiosas ou de debate dos argumentos na cena política

nacional, publicadas nos jornais de época sobre a atuação dos três. Além do valor e prestígio atribuídos à figura de cada orador, sabiam também da importância da palavra bem dita e articulada para um auditório, ou mesmo leitores, previamente conhecidos, no qual direcionavam seus discursos políticos. O conhecimento prévio dos ouvintes e/ou leitores orientava à boa construção discursiva e auxiliava à sedução pela palavra e criação de imagens mentais, visando posterior adesão à causa apresentada. Não à toa, Quintino Bocaiúva, por exemplo, dirigia-se aos militares tendo por base o discurso da necessidade de uma maior valorização e participação política dos mesmos. A tentativa de cooptá-los à causa republicana era evidente.

Outra característica importante era a escolha precisa de quem citar para dotar o texto de autoridade necessária ao convencimento. O trio republicano possui em comum o empréstimo do vocabulário da política científica e, obviamente, esse fato traz consigo nomes de peso dos considerados grandes pensadores do século XIX. As citações a Comte, Spencer, Darwin, por exemplo, são presentes e recorrentes em suas narrativas. Mas não só isso, para além das citações de autoridades do período, mesclava-se ainda aos nomes expressões de época, retiradas das obras desses pensadores. A grande presença dos *slogans* positivistas é uma marca e dá a dimensão das técnicas retóricas utilizadas conscientemente pelos republicanos liberais.

Deve-se destacar também outra característica discursiva importante que era a escolha de uma linguagem por vezes direta e violenta, sobretudo, nos manifestos, pronunciamentos e em jornais de época, dando claro tom de ataque à família real, atribuindo-lhe ofensas através de ironias, sarcasmos, hipérboles e pela inversão dos significados de uma dada palavra de seu sentido original. Assim, garantiam a agressão verbal e a contínua deslegitimação da imagem real, com o intuito evidente de minar a permanência do governo imperial em um possível Terceiro Reinado. A construção de imagens antagônicas dos regimes, pela adoção de conceitos políticos antitéticos no texto, foi fundamental para a inversão discursiva e para contradizer a narrativa oficial até então vigente. O recurso aos pares de opostos no meio político nacional, via batalha discursiva, permitiu, por meio da crítica, a criação e propagação da ideia de “crise do regime imperial”, estratégia que aprofundou e demarcou o antagonismo com o choque entre as linguagens, antiga e nova, do período.

Maculava-se a imagem monárquica, simultaneamente, fortalecia-se a ideia de um Brasil republicano, reforçando a tensão entre tradição x modernidade. O embate se dava na arena da palavra bem usada e ressignificada para a obtenção de um fim prático: a proclamação da República e a ocupação pelos republicanos liberais dos postos de mando do país. Para isso,

renovaram e adaptaram o vocabulário da política científica que tinham pego de empréstimo, assim colaram à imagem da monarquia o signo da decadência e, desse modo, criaram uma nova visão de mundo para o cenário nacional, colocando à prova a tradição e sua perpetuação frente à possibilidade do novo.

A guerra discursiva inaugurou um novo entendimento sobre o cenário político nacional, e, com isso, foi capaz também de ressignificar o entrelaçar do tempo, pois passado, presente e futuro passaram a ser reorganizados e percebidos sob outra ótica. O passado fornecido pela narrativa oficial era substituído através de uma nova escrita da história, que exaltava os episódios nacionais de experiências republicanas pontuais, destacando, muitas vezes, através de biografias elogiosas, os heróis republicanos construídos nos textos e que não vinham a público por ainda estarem sob o domínio de um governo tirânico e opressor, que, de maneira arcaica, freava o desvelar do país na “marcha da História” própria da Modernidade. Assim, o tempo presente não poderia mais aceitar a manutenção da ordem imperial vigente, mas com a tomada de consciência da necessidade de superação dessa estrutura arcaica, equivocadamente deixada até a contemporaneidade, deveria preparar para instaurar o novo, a república. O futuro então se abria à expectativa da realização prática do discurso republicano quando de sua proclamação, um novo regime, com outra história de fundação, valores e horizontes.

Alberto Sales, representante de São Paulo, Quintino Bocaiúva, na Corte, e Assis Brasil, no Rio Grande do Sul, contribuíram imensamente no processo de troca de regime político, eram alguns dos principais agentes republicanos liberais das referidas regiões, atores políticos bastante ativos e hábeis no uso, adaptação e ressignificação das palavras no discurso contestador da Monarquia. De forma semelhante e interativa, disseminaram um discurso muito próximo e coeso de república liberal e extrapolaram as fronteiras geográficas das regiões que representavam. À medida que o grupo ganhava magnitude e saía dos círculos alcançava cada vez mais espaço e seguidores. Desse modo, do discurso de grupo, formaram uma linguagem própria republicana liberal de caráter contextual, que fez frente à linguagem monárquica e a venceu. A vitória foi contra o Império e também contra os outros projetos concorrentes de república para o país. O referido discurso ao ganhar espaço se constituiu em uma linguagem própria de grupo, que ultrapassava fronteiras e conquistava cada vez mais adeptos para além do grupo em si.

Por isso, almejou-se descortinar e caracterizar essa linguagem particular, construída em um dado tempo-espaço e transmitida de forma ampla, sobretudo, nas referidas regiões de seus expoentes, bem como entender, a partir da relação dos textos, intertexto e contexto, os

argumentos e recursos de construção das novas significações e seus usos, tendo em mente a busca pela compreensão de quais eram os sentidos para seus atores políticos.

A escolha dos três republicanos liberais, Alberto Sales (SP), Quintino Bocaiúva (RJ) e Assis Brasil (RS), deu-se pela identificação de similaridades entres eles e também pela visibilidade que garantiu uma vasta produção de escritos políticos aos agentes históricos. A visão de mundo compartilhada e formada a partir dos estudos iniciados ainda no curso anexo à Faculdade de Direito de São Paulo, no caso específico de Quintino Bocaiúva, bem como o efetivo ingresso de Alberto Sales e Assis Brasil no próprio curso de Direito da referida instituição fez com que tivessem, em alguma medida, uma formação comum e, conseqüentemente, compartilhassem uma mesma visão de mundo, pautada em ideias, obras e autores de cunho político-filosófico iguais. Fator que mais tarde permitiu uma propaganda republicana de mesmo viés, a partir de construções discursivas semelhantes.

A tríade republicana passou a atuar intensamente no cenário político do período, identificando na monarquia a causa de todos os males sociais, e, a partir disso, inicia-se a formulação discursiva deslegitimadora dos pilares da tradição monárquica. Proclamavam-se “excluídos” dos círculos de privilégios dinásticos e também sem grandes oportunidades na sociedade de então, mas fato é que não se encontravam à margem da sociedade, buscavam, sim, um maior protagonismo político, através da ascensão aos postos de poder do país. Para isso, fortaleceram as críticas ao império, com o intuito de criar, conscientemente, a ideia de “crise” das instituições, forjada pelos contestadores republicanos para ruir a imagem monárquica nacional. Partiram das críticas à venda da ideia de “crise” do regime imperial, lido e apresentado como atrasado.

Desse modo, passaram a explicar a permanência da monarquia como estrutura arcaica que se manteve por um erro na “marcha civilizacional”. Optaram por ler a sociedade brasileira oitocentista pela chave interpretativa do decadentismo, fizeram então empréstimos do vocabulário da política científica, para justificar a necessidade de urgência na implementação das reformas sociais e criaram um discurso com artifícios retóricos, argumentos e contra-argumentos semelhantes, centralizando a discussão, sobretudo, na escolha de regime político. Para isso, elegeram dentre os pensadores oitocentistas, aqueles que serviriam como instrumento para a construção discursiva republicana liberal. Vale destacar que, embora cada representante republicano escolhido fosse proveniente de uma região do país, partiam de questões específicas de cada área para então criar um discurso mais amplo e unificador, não se restringindo tão somente às necessidades locais. Manobra adotada para alterar, de forma efetiva, a vida política nacional. Assim, leram os mesmos autores, ou seja, aqueles que

propiciavam uma mudança prática ao país, os interpretaram de maneira similar, o que quer dizer instituir o embate entre tradição e o novo, e compartilhavam também o mesmo objetivo, adquirir maior poder, através da obtenção de um protagonismo na cena política. Construía-se assim o discurso republicano liberal coeso, a partir do uso dos mesmos autores, com interpretação similar e para um mesmo fim prático, respondendo dessa forma as questões do quem, como e o porquê que nortearam a presente tese.

Vale novamente sublinhar também que durante o Oitocentos, os campos político e intelectual não eram independentes, o que fazia com que todo o arcabouço ideológico servisse à intervenção na vida cotidiana. Fazia-se uso dos pensadores do século XIX e suas respectivas doutrinas para agir politicamente e chamar à causa republicana liberal.

Assim fizeram Alberto Sales, Quintino Bocaiúva e Assis Brasil, entendidos como agentes de seu tempo, imersos no jogo político, através dos usos e *performances* próprias que construía no dia a dia do debate da vida nacional um contexto linguístico vitorioso, pois agiram e reagiram no interior das linguagens existentes, no contexto específico de transição do império à república, e então, foram capazes de emprestar significados próprios aos conceitos políticos à época, sobretudo os de república, federalismo e democracia,³⁶⁰ e, a partir disso, transformaram seus discursos em uma linguagem republicana liberal singular e eficaz na queda da monarquia e implantação da república que disseminavam nos tempos de propaganda. A criação de um contexto linguístico próprio foi o mote necessário para fincar a ideia de “crise” do império e abrir caminho à instauração de novas práticas, instituições e valores ligados à experiência republicana.

Obviamente, a construção discursiva e manutenção de uma linguagem republicana liberal singular só foram possíveis porque houve um intercâmbio que propiciou a unificação e coesão para o estabelecimento do contexto linguístico, identificado a partir dos seus textos, intertextos e contexto, oriundos dos fenômenos da linguagem, das palavras e de seus usos, percebidos de forma sincrônica e diacrônica. Assim, o referido intercâmbio e construção linguística se deram a partir da intervenção na vida nacional, com a participação ativa através da colaboração em jornais, *meetings*, Clubes, Partido, conferências e obras de cunho teórico-político, discutidas e apresentadas nos meios acadêmicos, partidário e da imprensa, ou seja, em seus veículos de produção e disseminação.

A ação do trio republicano só pode ser entendida em meio ao contexto que atuavam, assim ao compartilharem a mesma visão de mundo, os mesmos usos de autores e leituras é

³⁶⁰ Ver CARVALHO, José Murilo de. [et al.]. “República, democracia e federalismo: Brasil (1870-1891)” In: CARVALHO, José Murilo de; PEREIRA, Miriam H.; RIBEIRO, Gladys S.; VAZ, Maria João. (Orgs). *Op. Cit.*

que se torna inteligível a guerra das palavras, durante a virada da monarquia à república. A participação no jogo político originou a criação de uma linguagem republicana eficaz na tomada de protagonismo dessa parcela de propagandistas que, ao cair no real, encontrou as circunstâncias adequadas para vencerem a disputa de poder político, haja vista as características da sociedade brasileira oitocentista, já destacadas ao longo do texto, como, por exemplo, a da fragmentação social. Circunstância essa que permitiu ao discurso republicano-liberal sua acomodação de forma prática e, com isso, garantiu-lhe a vitória frente às demais propostas republicanas concorrentes do período.

As palavras usadas de maneira própria e acrescidas de novos significados transformaram-se em conceitos que traziam consigo a experiência e a multiplicidade que permitia a dinâmica de uma nova constituição de ideias para instaurar uma realidade inédita. As palavras foram tomadas como armas políticas contra o império e o vencerem. Certamente, em meio à guerra das palavras se poderia fazer um novo uso da antiga expressão francesa: *Às palavras, cidadãos!* Afinal, foi através das metamorfoses discursivas que se venceu a guerra no campo linguístico e se obteve o protagonismo político ao assumirem os postos de mando do país.

REFERÊNCIAS

FONTES PRIMÁRIAS

JORNAIS E REVISTAS

Correio Paulistano (SP) – 1870-91

Correio Mercantil (RS) - 1892

O Cruzeiro (RJ) – 1890 - 1899

Diário de Notícias (RJ) – 1870-91

Diário do Rio de Janeiro (RJ) – 1870-1878

O Estado de São Paulo (SP) - 1901

A Evolução (SP) - 1879

A Federação (RS) - 1880-91

O Federalista (SP) - 1880-89

Gazeta de Campinas (SP) - 1870-89

O Globo (RJ) – 1882

Jornal do Commercio (RJ) - 1870-91

Jornal do Commercio (RS) - 1870-79

Jornal do Brasil (RJ) - 1890-91

O Paiz (RJ) - 1870-91

O Paraíba (Petrópolis - RJ) - 1857

A Provincia de São Paulo (SP) - 1875-91

A República (RJ) – 1870-74

A República (SP) – 1876-77;1880;1884-85

Revista Illustrada (RJ) - 1870-91

Semana Illustrada - 1890-91

O Mequetrefe (RJ) - 1870-91

Revista IHGB - 1870-91;1988

ARTIGOS e CIRCULARES

BONAVIDES, Paulo; VIEIRA, R. A. Amaral. “Manifesto Republicano de 1870”. In: *Textos Políticos da História do Brasil: Independência – Império (I)*. Fortaleza: Biblioteca de cultura série A – documentário, s/d., p. 533-55.

LEMOS, Miguel. *Rapport pour l’anée 1882*. Rio de Janeiro: L’Apostolat Positiviste au Brésil, 1884.

_____. *Discurso: pronunciado pelo Sr. Miguel Lemos por ocasião de colocar-se a pedra fundamental do Templo da Humanidade no dia 12 de outubro de 1890*. Rio de Janeiro: Apostolado Positivista do Brasil, 1890.

_____. *1ª Circular Anual do Apostolado Positivista do Brasil*. RJ: A.P.B., 1881.

_____.; MENDES, R. Teixeira. “Razões Contra a Lei da Grande Naturalização”. In: *Annaes do Congresso Constituinte da República*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. 1, 1924, p. 493-505.

MENDES, R. Teixeira. *A Incorporação do Proletariado na Sociedade Moderna*. Igreja e Apostolado Positivista do Brasil. Rio de Janeiro, n. 77, jul. 1908.

_____. *A Política Republicana e a Tirania Vacinista*. Igreja e Apostolado Positivista do Brasil. Rio de Janeiro, 1908.

_____. *A Liberdade Espiritual e a Vacinação Obrigatória*. Centro Positivista do Brasil. Rio de Janeiro, 1888.

SALES, Alberto. “Balanço político. Necessidade de uma reforma constitucional”. In: *Estado de São Paulo*, julho de 1901.

LIVROS

BARRETO, Luiz Pereira. *As Três Filosofias, Filosofia Teológica*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1874.

_____. *As Três Filosofias, Filosofia Metafísica*. Jacareí: Tipografia Comercial, 1876.

_____. *Soluções positivas da política brasileira* (inclui a Elegibilidade dos acatólicos e A grande naturalização). São Paulo: Livraria Popular Abílio Marques, Col. Biblioteca Útil, 1880.

_____. *Positivismo e Teologia – uma polêmica*. São Paulo: Livraria Popular Abílio Marques, Col. Biblioteca Útil, 1880.

BOCAIÚVA, Quintino. *O antigo regime. Obras completas*. São Paulo: Instituto Progresso, 1949.

BRAGA, Teóphilo. *Soluções positivas da política portuguesa*. Porto: Chardron, 1913.

BRASIL, Joaquim Francisco Assis. *A República Federal*. Rio de Janeiro: Leuzinger, 1881.

_____. *Democracia representativa. Do voto e do modo de votar*. Rio de Janeiro: Typ. De J. Leuzinger & Filhos, 1931.

_____. *História da República Rio-Grandense*. Porto Alegre: ERUS, 1981.

CODECEIRA, José Domingues. *A idéia republicana no Brasil: prioridade de Pernambuco*. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1990.

CAMPOS SALES, Manuel Ferraz de. *Da propaganda à presidência*. Brasília: Editora UnB, 1983.

COMTE, Auguste. *Système de politique positive, ou traité de sociologie instituant la religion de l'humanité*. Osnabruck: Otto Zeller, 1967, 4 tomos.

_____. *Catecismo positivista*. Rio de Janeiro: Templo da Humanidade, 1934.

_____. *Cours de Philosophie Positive*. Paris: Garnier, 1949.

_____. “Discurso sobre o Espírito Positivo”. In: *Comte*. São Paulo: Abril. Col. Os Pensadores, 1844.

_____. *Apelo aos conservadores*. Rio de Janeiro: Apostolado Positivista do Brasil, 1899.

GAMBETTA, Léon. *Obras completas*. Typographia. Diário da Bahia, 1883.

GRUBER, S. J. R. P. *Le Positivisme depuis Comte jusqu'à nos Jours*. Paris: Lethielleux, 1893.

JARDIM, Antônio da Silva. *Propaganda republicana (1888-1889)*. Rio de Janeiro, MEC – Fundação Casa de Rui Barbosa, 1978.

LAGARRIGUE, Jorge. *A Ditadura Republicana segundo Augusto Comte*. Porto Alegre/RS: 1957.

LEMOS, Miguel. *Pequenos ensaios positivistas*. Rio de Janeiro: Brown e Evaristo, 1877.

_____. *Os Três Estados: esboço positivista*. Rio de Janeiro: Livraria Azevedo, 1878.

_____. *Resumo histórico do Movimento Positivista no Brasil*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1881.

_____. *Luis de Camões*. Rio de Janeiro: A.P.B., 1880.

LITTRÉ, E. *Auguste Comte et la philosophie positive*. Paris: Hachette, 1863.

_____. *Dictionnaire de la Langue Française. Supplément (renfermant un grand nombre de termes d'art, de science, d'agriculture, etc. et de néologismes de tous genres appuyés d'exemples)*. Paris: Hachette, 1883.

MENDES, R. Teixeira. *Benjamin Constant. Esboço de uma apreciação sintética da vida e da obra do fundador da República brasileira*. Rio de Janeiro, Apostolado Positivista do Brasil, 2ª ed., 1913.

_____. *A bandeira nacional*. Rio de Janeiro, Apostolado Positivista do Brasil, 3ª ed., 1958.

_____. *A mulher. Sua preeminência social e moral segundo os ensinamentos da verdadeira ciência positiva*. Rio de Janeiro, Igreja Positivista do Brasil, 1958.

_____. *A direção do positivismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1898.

_____. *A harmonia mental*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 3ª ed., 1931.

MILL, Stuart. *O Governo Representativo*. São Paulo: Ed. Escala, 2006.

_____. *A Sujeição das Mulheres*. São Paulo: Ed. Escala, 2006.

NABUCO, Joaquim. *Minha Formação*. Brasília: Senado Federal, 1998.

_____. *Um estadista do Império*. Rio de Janeiro: Aguilar, 1975.

PERNETTA, João. *Os dois apóstolos*. Curitiba: Centro de Propaganda do Positivismo no Paraná, 1928.

ROMERO, Sílvio. *As formas principais da organização republicana*. Rio de Janeiro: s. ed., 1888.

_____. *Doutrina contra doutrina. O evolucionismo e o positivismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria Clássica de Alves e C., 1895.

_____. *O Brasil social e outros estudos sociológicos*. 1ª ed. Brasília: Senado Federal, 1907.

SALES, João Alberto. *A pátria paulista*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983.

_____. *Sciencia política*. São Paulo: Teixeira & Irmão, 1891. Edição fac-similar: Brasília: Senado Federal, 1997.

_____. *Política republicana*. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger & Filhos, 1882, 2v.

_____. *Catechismo republicano*. São Paulo, 1885.

_____. *Cartas a Júlio Ribeiro*. São Paulo: Tipografia da “Província”, 1885.

_____. *A vitória republicana*. São Paulo: Tipografia da Província: 1885.

_____. *Estudo científico sobre disciplina e organização partidária*. Campinas: Tipografia a vapor da “Gazeta de Campinas”, 1888.

SANTOS, José Maria dos. *Os republicanos paulistas e a abolição*. São Paulo: Livraria Martins, 1942.

SPENCER, Herbert. *Principles of Sociology*. New York: Appletown, 1882.

FONTES SECUNDÁRIAS

ARTIGOS, DISSERTAÇÕES E TESES

ADDUCI, Cássia C. “Para um aprofundamento historiográfico: discutindo o separatismo paulista de 1887”. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo: vol. 19, nº 38, 1999.

ALONSO, Angela Maria. *Idéias em movimento. A geração de 70 na crise do Brasil Império*. 2000. Tese (Doutorado) – USP.

BASILE, Marcello. “Luzes a quem está nas trevas: a linguagem política radical nos primórdios do Império”. In: *Topoi*, Rio de Janeiro, setembro de 2001. p. 91-130.

_____. “O bom exemplo de Washington: o republicanismo no Rio de Janeiro (cerca de 1830 a 1835)”. In: *Vária História*, UFMG, 2011.02.

BATALHA, Cláudio H. M. “Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. (Orgs.). *O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CARVALHO, José Murilo de. “Entre a liberdade dos antigos e a dos modernos: a República no Brasil”. In: *Dados. Revista de Ciências Sociais*, v. 32, n. 3, 1989. p. 265-280.

_____. “A ortodoxia positivista no Brasil: um bolchevismo de classe média”. In: *Revista do Brasil*, ano 4, n. 8, 1989, p. 50-56.

_____. “História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura”. In: *Topoi*, Rio de Janeiro, setembro de 2000. p. 123-152.

_____. “Euclides da Cunha e o Exército”. In: *Revista Brasileira*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, nº 63, 2010.

_____. “República, democracia e federalismo: Brasil, 1870-1891”. In: *Territórios e fronteiras do poder*, Lisboa: seminário organizado pelo Centro de Estudos de História Contemporânea Portuguesa e pelo Centro de Estudos do Oitocentos-Pronex, março de 2010.

CARVALHO, Maria Alice Rezende de. *Cidade e Fábrica. A Construção do Mundo do Trabalho na Sociedade Brasileira*. 1983. Dissertação (Mestrado) – Unicamp.

CONSTANT, Benjamin. *Discurso sobre la libertad de los antiguos comparada con la de los modernos*. In: http://www.puc.cl/historia/vinculos/2006/vatter_revoluciones.pdf.

ELIAS, Daiane Lopes. *Imagens opostas: a nova linguagem política republicana e a queda do Brasil-Império (1870-1891)*. Dissertação (Mestrado) – UFRJ, 2012.

_____. “Embates discursivos: os escritos políticos dos republicanos liberais na queda do Brasil-Império (1870-1891)”. In: FERREIRA, Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz (Org.); RIBEIRO, Gladys Sabino. (Org.); GONÇALVES, Monique Siqueira. (Org.); MOMESSO, Beatriz Piva (Org.). *Cultura escrita e circulação de impressos no Oitocentos*. 1ª ed. São Paulo: Alameda Editorial, vol. 1, 2016.

GOMES, Ângela de Castro.; FERREIRA, Marieta de Moraes. “Primeira República: um balanço historiográfico”. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, vol. 2, n. 4, 1989.

GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. “Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional”. In: *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, número 1, 1988.

HÉBRARD, Jean. “Três figuras de jovens leitores: alfabetização e escolarização do ponto de vista da história cultural”. In: ABREU, Márcia (Org.). *Leitura, História e História da Leitura*. Campinas: Mercado das Letras: Associação de Leitura do Brasil: São Paulo: FAPESP, 1999.

KOSELLECK, Reinhart. “Uma História dos conceitos: problemas teóricos e práticos”. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1992.

LINS, Ivan. “Alberto Salles, ideólogo do republicanismo”. In: *Revista Brasileira de Filosofia*, v.15, nº 60.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. “Do Império à República”. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, vol. 2, n. 4, 1989.

MATTOS, Marcelo Badaró. “Trabalhadores escravizados e livres na cidade do Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX”. In: *Revista Rio de Janeiro*, nº12, Jan-Abril de 2004.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. “A República e o Sonho”. In: *Varia História*. Belo Horizonte: UFMG, vol. 27, nº45, jan-jun 2011.

POCOCK, J. G. A. “Civic humanism and its role in anglo-american thought”. In: *Politics, language and time. Essays in political thought and history*. Nova York, Atheneum, 1973, p. 80-103.

_____. “Quentin Skinner: a história da política e a política da história”. In: *Tempo*. Rio de Janeiro: Revista de História da UFF, 2012.

PRADO, Édina Ferreira. *Silva Jardim, o Pedro eremita da República*. Dissertação (Mestrado) - PPGH-UERJ, 2002.

SILVA, Ricardo. “Maquiavel e o conceito de Liberdade em três vertentes do novo republicanismo”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais - RBCS*. Vol. 25, nº 72, fevereiro/2010. p. 44.

SKINNER, Quentin. “Significação e compreensão na história das ideias”. In: *Visões da Política – Questões Metodológicas*. Lisboa: DIFEL, 2005. PP. 81-126.

SWINDLER, A. “Culture in action: symbols and strategies”. In: *American Sociological Review*, vol. 51, 1986.

VERGARA, Moema de Rezende. “Reflexões acerca da educação em periódicos científico-literários do século XIX no Rio de Janeiro: os ideais da geração de 1870”. In: *Revista Ágora*. Vitória: número 8, 2008.

VOVELLE, Michel. “La Marseillaise. La guerre ou la paix”, In: NORA, Pierre (directeur). *Les lieux de mémoire*. Paris: Gallimard, vol. I, 1984.

LIVROS

ADORNO, Sérgio. *Os aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

AGULHON, Maurice. *Marianne au combat. L'imagerie et la symbolique républicaines de 1789 a 1880*. Paris: Flammarion, 1979.

ALONSO, Angela. *Idéias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

BAKER, Ray Palmer. *A chapter in american education: Rensselaer Polytechnic Institute (1824-1924)*. New York: Charles Scribner's son, 1924.

BIGNOTTO, Newton (Org.). *Pensar a República*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

_____. *Origens do Republicanismo Moderno*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (Org.). *Dicionário de Política*. 12 ed. Brasília: UnB, 1999.

BOEHRER, G. C. A. *Da Monarquia à República – História do Partido Republicano do Brasil*.

BROSSARD, Paulo. (org.). *Idéias políticas de Assis Brasil*. Brasília/Rio de Janeiro: Senado Federal/ Casa de Rui Barbosa, 1989.

CARMAGNANI, Marcello (Org.). *Federalismos Latinoamericanos: México/Brasil/Argentina*. México: Fondo de Cultura Econômica, 1993.

CARNEIRO, Paulo. *Idéias políticas de Júlio Castilhos*. Brasília: Senado Federal/ Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa, 1982.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. *A formação das almas: imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 10ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. *Clamar e agitar sempre: os radicais da década de 1860*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2018.

_____. *D. Pedro II. Ser ou não ser*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____.; [et al.]. *Linguagens e fronteiras do poder*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

_____.; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das (Orgs.). *Repensando o Brasil do Oitocentos: cidadania, política e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

_____. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. *Pecado original da república: debates, personagens e eventos para compreender o Brasil*. Rio de Janeiro (RJ): Bazar do Tempo, 2017.

CORRÊA, Mariza. *As ilusões da liberdade. A Escola de Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil*. Universidade São Francisco, Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa em História da Educação, 2001.

COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: Momentos Decisivos*. São Paulo: Editorial Grijalbo, 1977.

DEBES, Célio. *O Partido Republicano de São Paulo na Propaganda (1872-1889)*. São Paulo, 1975.

ERMAKOFF, George. *Augusto Malta e o Rio de Janeiro, 1903-1936*. Rio de Janeiro: G. Ermakoff Casa Editorial, 2009.

FERES JÚNIOR, João. *Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

FERREIRA, Tânia Maria T. Bessone da Cruz. *Palácios de destinos cruzados: bibliotecas, homens e livros no Rio de Janeiro (1870-1920)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

GARIN, Eugenio. *O Homem Renascentista*. São Paulo: Perspectiva, 1991.

GOMES, Ângela de Castro. *Cidadania e direitos do trabalho*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

_____.(Org.). *Escrita de si. Escrita da História*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. (Orgs.). *O Brasil Imperial, volume III: 1870-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

HOLLANDA, Cristina Buarque de (Org.). *Joaquim Francisco de Assis Brasil: uma antologia política*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2011.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História geral da civilização brasileira. Do Império à República*. São Paulo: Difel, tomo II, v. 5, 1972.

JASMIN, Marcelo Gantus.; FERES JÚNIOR, João (Orgs.). *História dos conceitos: debates e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio: Edições Loyola: IUPERJ, 2006.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

_____. *Crítica e crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês*. Rio de Janeiro: EDUERJ: Contraponto, 1999.

KOSSOY, Boris. *Dicionário histórico-fotográfico brasileiro: fotógrafos e ofício da fotografia (1833-1910)*. Rio de Janeiro: Instituto Moreira Salles, 2002.

LACERDA NETO, Arthur Virmond de. *A república positivista: Teoria e Ação no Pensamento Político de Augusto Comte*. Curitiba: Juruá, 2003.

LESSA, Renato. *A invenção da República: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República brasileira*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2015.

LESSA, Mônica Leite; FONSECA, Silvia Carla Pereira de Brito (Orgs.). *Entre a monarquia e a república: imprensa, pensamento político, e historiografia (1822-1889)*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2008.

MACHADO NETO, Antônio Luís. *Estrutura social da república das letras: sociologia da vida intelectual brasileira (1870-1930)*. São Paulo: Grijalbo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1973.

MÁXIMO, João; DIDIER, Carlos. *Noel Rosa: uma biografia*. Brasília: Editora UnB, 1990.

MELLO, Evaldo Cabral de. *A outra independência. O federalismo de 1817 a 1824*. São Paulo: Editora 34, 2004.

_____. *Um imenso Portugal: história e historiografia*. São Paulo: Editora 34, 2002.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A república consentida: cultura democrática e científica do final do Império*. Rio de Janeiro: Editora FGV: Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Edur), 2007.

MENDES, Evelyse Maria Freire. *Bibliografia do Pensamento Político Republicano (1870-1970)*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

MESQUITA, Cláudia. *Um museu para a Guanabara: Carlos Lacerda e a criação do Museu da Imagem e do Som (1960-1965)*. Rio de Janeiro: Folha Seca, 2009.

MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro de. *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

NEVES, Lúcia Maria Bastos P. das. (Orgs.). *Livros e impressos: retratos do Setecentos e do Oitocentos*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009.

NICOLET, C. *L'idée Républicaine en France (1789-1924)*. Paris: Gallimard, 1982.

NONATO, José Antonio; SANTOS, Nubia Melhem (Orgs.). *Era uma vez o Morro do Castelo*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.

NORD, P. "The Origins of Third Republic in France, 1860-1885". In: ANDREWS, G. R. & CHAPMAN, H. (eds.). *The Social Construction of Democracy, 1870-1990*. New York: New York University Press, 1995.

PAIM, Antônio. *Plataforma política do positivismo ilustrado*. Brasília: Editora da UnB, 1980.

_____. "O pensamento político positivista na República". In: CRIPPA, A. (coord.) *As ideias políticas no Brasil*. v. II. São Paulo: Convívio, 1979.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. *As muitas faces da história: nove entrevistas*. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

PESSOA, Reynaldo Xavier Carneiro. *O ideal republicano e seu papel histórico no segundo reinado: 1870-1889*. São Paulo: Edições Arquivo do Estado, 1983.

POCOCK, John G. A. *Linguagens do Ideário Político*. São Paulo: Edusp, 2003.

QUEIROZ, Maurício Vinhas de. *Paixão e Morte de Silva Jardim*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

RIBEIRO, Gladys Sabina.; FERREIRA, Tânia Maria T. B. da Cruz. (org.). *Linguagens e práticas da cidadania no século XIX*. São Paulo: Alameda, 2010.

RIBEIRO JÚNIOR, João. *Alberto Salles: trajetória intelectual e pensamento político*. São Paulo: Editora Convívio, 1983.

RIBEIRO, Renato Janine. *A sociedade contra o social: o alto custo da vida pública no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

RICKETTS, Palmer C. *The centennial celebration of Rensselaer Polytechnic Institute*. New York: Published by board of trustees, 1925.

_____. *History of Rensselaer Polytechnic Institute (1824-1934)*. New York: Braunworth & co, inc. 1935.

SALÚSTIO. *A conjuração de Catilina*. Petrópolis: Vozes, 1990.

SCHWACZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SCHWARZ, R. *As idéias fora do lugar*. Novos Estudos, Cebrap, n. 3, 1973.

SEBASTIÁN, Javier Fernández. *Diccionario político y social del mundo ideroamericano. La era de las revoluciones, 1750-1850*. Madrid: Fundación Carolina; Sociedad Estatal de Conmemoraciones Culturales; Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2009.

SILVA, Ciro. *Quintino Bocaiúva, o patriarca da república*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1983.

SILVA, Eduardo. (Org.). *Idéias políticas de Quintino Bocaiúva*. Senado Federal/Fundação Casa de Rui Barbosa, 1986, 2 vols.

SILVA, Isabel Corrêa da. *O Espelho fraterno: o Brasil e o republicanismo português na transição para o século XX*. Lisboa: Editora Divina Comédia, 2013.

SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

STARLING, Heloisa Murgel. *Ser republicano no Brasil Colônia: A história de uma tradição esquecida*. Primeira edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

TEIXEIRA, Felipe Charbel. *Timoneiros: retórica, prudência e história em Maquiavel e Guicciardini*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2010.

TORRES, João Camilo de Oliveira. *O Positivismo no Brasil*. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 1942.

VASQUEZ, Pedro Afonso. *Fotografia escrita: nove ensaios sobre a produção fotográfica no Brasil*. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2012.

VITA, Luís Washington. *Alberto Sales, Ideólogo da República*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1965.

_____. *Antologia do pensamento social e político no Brasil*. São Paulo: Grijalbo, 1968.

ENTREVISTA

CARNEIRO, Trajano Bruno de Berredo. *Trajano Carneiro (depoimento, 1993)*. Rio de Janeiro, CPDOC (FGV), 2005. 42 p.

SITES

<https://www.bn.br/>

<http://gallica.bnf.fr/classique>

http://www.cebela.org.br/txtpolit/socio/fr_sumar.html

http://www.cpn.org/sections/affiliates/whitman_center.html

<http://planalto.gov.br>

www.camara.leg.br/camara

<https://www.al.sp.gov.br/acervo-historico/>

<http://www.jstor.org>

<http://www.scielo.br>